

# VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS: RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI

Organizadores:

María Esther Martínez Quinteiro - Cássius Guimarães Chai - María de La Paz Pando Ballesteros  
Raúl Arturo Hirakawa Andia - Luciano de Oliveira Souza Tourinho



CULTURA, DIREITO E SOCIEDADE  
DGP CNPQ UFMA  
GRUPO DE PESQUISA



Salamanca  
2023



**ESTE LIBRO FORMA PARTE DE LA  
COLECCIÓN DE MONOGRAFÍAS  
SOBRE DERECHOS HUMANOS  
COORDINADAS POR LAS Y LOS  
MIEMBROS DE LA RED DE  
ESPECIALISTAS EN DERECHOS  
HUMANOS DOCTORES Y  
POSTDOCTORES POR LA  
UNIVERSIDAD DE SALAMANCA.**

Organización:  
María Esther Martínez Quinteiro  
Cássius Guimarães Chai  
María de La Paz Pando Ballesteros  
Raúl Arturo Hirakawa Andia  
Luciano de Oliveira Souza Tourinho

**VIOLENCIA CONTRA LAS  
MUJERES Y LAS NIÑAS Y  
POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS  
HUMANOS EN EL SIGLO XXI**

**Salamanca**

**2023**

## CULTURA, DIREITO & SOCIEDADE (Research Group/DGP/CNPq/UFMA)

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/456>

File available at: [www.dialogoscriticos.com](http://www.dialogoscriticos.com)

**NOSSA MISSÃO:** Desenvolver a investigação científica e contribuir para a formação de cidadãs(ãos) e líderes da sociedade nacional, através do compromisso irrevogável com as Artes, Filosofia, Ciência Política e Ciência do Direito em sua inseparável imanência social, numa abordagem transdisciplinar com todo o conhecimento, com a prática e com a transformação de mentalidades no alcance dos objetivos republicanos contidos no art. 3º, da Constituição Federal Brasileira de 1988:

I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – Garantir o desenvolvimento nacional;

III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**NOSSOS VALORES:** Integridade; Resiliência; Respeito às diferenças.

**NOSSA VISÃO:** O papel da Universidade reside na compreensão, em primeiro lugar, das necessidades socioeconômicas e políticas de seu entorno e, considerando seu contexto, promovendo e provocando uma intervenção consciente, plural, cientificamente orientada na realidade, capaz de fortalecer a dignidade da pessoa humana, de forma sustentável, ética e inclusiva. Assim, o Grupo de Pesquisa (Estudos) Cultura, Direito e Sociedade atua como agente institucional dirigindo suas ações de estudos, investigações sociológicas e propostas afirmativas visando contribuir para a redução das desigualdades regionais, promovendo o respeito pela diversidade

cultural e o fortalecimento da identidade constitucional republicana e democrática, reconciliando ações de ensino, pesquisa e engajamento comunitário entre a academia, a visão global e a sociedade local. E, ainda, criar e manter as condições que permitam que seus integrantes experimentalmente uma jornada educacional que seja intelectual, social e pessoalmente transformadora.

**NOSSOS OBJETIVOS:** Geral: Pesquisar no âmbito da área de Cultura, Direito e Sociedade questões sociais relacionadas com as linhas de investigação, visando contribuir para o processo histórico de reflexão, discussão e propostas políticas adaptadas às necessidades da sociedade local, transferindo conhecimento cientificamente sistematizado, permitindo a sua aplicação nos processos discursivos de formação e estabelecimento de prioridades para a governança democrática.

Específicos: Treinar, através de uma abordagem metodológica à investigação, pesquisadores iniciados na investigação científica, treinando-os na língua, procedimento e sistematização da atividade de investigação; Desenvolver projetos relacionados às linhas de pesquisa; Disseminar os relatórios de pesquisa de forma sistemática, permitindo um processo de reflexão com os fóruns de debates e a formação da opinião pública local; Estabelecer uma rede de informação com outros setores, centros, grupos e ou centros de pesquisa que reflitam objetivos semelhantes.

Quadro Teórico: Teorias Críticas e Deliberativas no Direito: Criminologia Crítica; Teoria Discursiva do Direito no viés Procedimentalista e Fenomenológico; Geopolítica e Direitos Humanos.

### LINHAS DE PESQUISA

Direito Internacional dos Direitos Humanos e Sistemas Regionais de Justiça | Estado, Direito e Controle Social  
Geopolítica, Institucionalidades e Desenvolvimento | Hermenêutica e Jurisdição Constitucional  
Mediação e Processo – acesso à Justiça e gestão de conflitos | Políticas Públicas: Direitos Humanos vs. Serviços Públicos

### MARCA

Diálogos Críticos: Cultura, Direito e Sociedade

### CONSELHO CIENTÍFICO

Cássius Guimarães Chai – Brasil, presidente

Alberto Manuel Poletti Adorno – Paraguai

Alex Pires Sandes – Brasil/Portugal

Alexandre de Castro Courea – Brasil

Amanda Cristina de Aquino Costa – Brasil

Ana Teresa Silva de Freitas – Brasil

Fábio Marcelli – Itália

Heinz-Dietrich Steinmeyer – Alemanha

Joana Bessa Topa – Portugal

José Cláudio Pavão Santana – Brasil

José Manuel Peixoto Caldas – Portugal  
Manuellita Hermes Rosa Oliveira Filha – Brasil  
Mária da Glória Costa Gonçalves de Sousa Aquino – Brasil  
Mária do Socorro Almeida de Sousa – Brasil  
Mária Esther Martínez Quinteiro – Espanha  
Mária Francesca Staiano – Argentina  
Mariana Lucena Sousa Santos – Brasil  
Pedro Garrido Rodríguez – Espanha  
Sérgio Neira-Peña – Chile  
Vyacheslav Sevalnev – Rússia

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Violencia contra las mujeres y las niñas y políticas públicas [livro eletrônico]: reto de los derechos humanos en el siglo XXI / organización María Esther Martínez Quinteiro... [et al.]. --

1. ed. -- São Luís, MA : Ed. Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade (DGP CNPQ UFMA), 2023. Pdf

Vários autores.

Outros organizadores: Cássius Guimarães Chai, María de La Paz Pando

Ballesteros, Raúl Arturo Hirakawa Andia, Luciano de Oliveira Souza Tourinho.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-86577-6

1. Mulheres - Direitos 2. Mulheres - Vítimas de violência 3. Violência contra as mulheres 4. Violência contra as mulheres - Prevenção 5. Violência doméstica 6. Violência familiar

I. Quintero, María Esther Martínez. II. Chai, Cássius Guimarães. III. Ballesteros,

María de La Paz Pando. IV. Andia, Raúl Arturo Hirakawa.

V. Tourinho, Luciano de Oliveira Souza.

23-181344

CDD-362.8292

<https://doi.org/10.55658/gpcdsusalignerxxi2022>

Índices para catálogo sistemático:

1. Violência contra a mulher: Violência familiar :  
Problemas sociais 362.8292

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



OS TEXTOS SÃO DE INTEIRA  
RESPONSABILIDADE  
DE CADA AUTOR(A)  
POR SEU CONTEÚDO,  
REVISÃO E ESTRUTURA DE  
APRESENTAÇÃO.

Organizadores:  
María Esther Martínez Quinteiro  
Cássius Guimarães Chai  
María de La Paz Pando Ballesteros  
Raúl Arturo Hirakawa Andia  
Luciano de Oliveira Souza Tourinho

**VIOLENCIA CONTRA LAS  
MUJERES Y LAS NIÑAS Y  
POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS  
HUMANOS EN EL SIGLO XXI**

**Salamanca**

**2023**

## **DIRECTORES EDITORIALES:**

- DR<sup>a</sup>. D<sup>a</sup>. MARÍA ESTHER MARTÍNEZ QUINTEIRO, profesora Titular de Historia Contemporánea de USAL, acreditada para acceso a cátedra en Ciencias Sociales y Jurídicas (jubilada). Actual profesora catedrática del Departamento de Derecho de la Universidad Portucalense de Oporto (UPT) Portugal. Ex-coordinadora del Programa de Doctorado “Pasado y Presente de los Derechos Humanos” del Departamento de Historia MMCA/USAL (2000-2016). Actual miembro del Seminario Internacional de Historia Contemporánea de los Derechos Humanos (SIHCDH/USAL) y del Grupo de Investigación Reconocido “Historia de los Derechos Humanos” (GIR HDH). Directora Académica del Programa Postdoctoral de Derechos Humanos DSDD/CEB/USAL (2017-2022)
- PROF. DR. CÁSSIUS GUIMARÃES CHAI, Promotor de Justiça (fiscal) del Ministério Público de Maranhão. Estudios doctorales y postdoctorales en la USAL (2007-2010). Actual PHD. USAL (2022). Profesor Asociado de la Universidad Federal do Maranhão y Coordinador del Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade de la Universidad Federal do Maranhão (UFMA) y Profesor Asociado de la Facultad de Derecho de Vitória (FDV), Brasil.

## **CONSEJO EDITORIAL**

- Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. M<sup>a</sup>. Esther Martínez Quinteiro
- Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. M<sup>a</sup>. Paz Pando Ballesteros
- Prof. Dr. José María Enríquez Sánchez
- Prof. Dr. José Antonio Frías Montoya
- Dr. Raúl Hirakawa Andía
- Drda. Leticia Izquierdo Díaz
- Prof. Dr. Pedro Garrido Rodríguez
- Prof. Dr. Santiago Díaz Cano
- Prof. Dr. Jorge Diego Sánchez
- Prof. Dr. Miguel David Guevara Espinar
- Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai

## COMITÉ CIENTÍFICO:

- Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. M<sup>a</sup>. Paz Pando Ballesteros (USAL/España)
- Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. M<sup>a</sup>. Esther Martínez Quinteiro (USAL/España.-UFMS/Brasil-UPT/Portugal)
- Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Riveiro Simone Cavalcanti (U. Coimbra/Portugal)
- Prof. Dr. Enrique Cabero Morán (USAL/España)
- Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai (UFMA e FDV, Brasil)
- Prof. Dr. Luciano De Oliveira Souza Tourinho (FASA, Brasil)
- Prof. Dr. José María Enríquez Sánchez (UVA/España)
- Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes (UNIFACS/Brasil.)
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Olivia Carvalho ( IES FAFE/Pt-UPT/Portugal)
- Prof. Dr. Bernardo Alfredo Hernández Umaña (UNAD. Colombia)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ART. - artigo
- CF - Constituição Federal
- CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde
- CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
- COVID-19 - Coronavírus - *SARS-CoV-2*.
- DEC - Decreto
- DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos
- FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
- GPDR - General Protection Data Regulation
- HIV - Human Immunodeficiency Virus (Vírus da Imunodeficiência Humana)
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
Anísio Teixeira
- LOA - Lei Orçamentária Anual
- LOS - Lei Orgânica da Saúde
- ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- OMS - Organização Mundial de Saúde
- ONU - Organizações das Nações Unidas
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
- STF - Supremo Tribunal Federal do Brasil
- SUS - Sistema Único de Saúde
- UNIC - Centro de Informações das Nações Unidas no Rio de Janeiro



# PRESENTACIÓN

La violencia es una problemática social que afecta, en el mundo, especialmente a las mujeres, que son las principales víctimas de esta forma de discriminación y opresión.

La violencia de género se manifiesta de diversas formas, desde la física hasta la psicológica, pasando por la económica, la sexual, la simbólica y la institucional. Estas violencias multidimensionales tienen graves consecuencias para la salud, la dignidad, la autonomía y los derechos humanos de las mujeres.

Este libro es el resultado de una articulación científica construida en red por investigadoras e investigadores, instituciones académicas con sus programas de posgrado *Stricto Sensu*, instituciones del sistema de justicia y otros sectores sociales de relevancia política. En él, se analizan diversos aspectos de la violencia de género, desde una perspectiva crítica, reflexiva y comprometida con la defensa de los derechos de las mujeres.

Los autores y autoras que participan en esta obra son profesionales e investigadores de diferentes países y disciplinas, que aportan sus conocimientos y experiencias sobre esta temática tan relevante y urgente.

El libro se estructura en quince capítulos, que abarcan desde el análisis de la política legislativa sobre la violencia de género en España, hasta el estudio de la represión franquista sobre las mujeres, pasando por el impacto de la pandemia de la COVID-19 en el contexto de la violencia contra la mujer en Brasil y en América Latina, entre otros temas. El objetivo de este libro es contribuir al debate académico y social sobre la violencia de género, así como ofrecer herramientas para su prevención, atención y erradicación.

Esperamos que esta obra sea de interés y utilidad para todas las personas que se preocupan por esta problemática y que buscan construir una sociedad más justa, igualitaria y libre de violencia.

Brasil/Salamanca/Nanjing, noviembre de 2023.

Las organizadoras y los organizadores

## PREFÁCIO

La violencia contra las mujeres en la realidad nacional e internacional no cesa en el siglo XXI, afectando a mujeres y niñas. A pesar que existen protocolos de actuación para con las víctimas y sus agresores, así como legislación penal, civil, laboral, procesal y doctrina jurisprudencial para tratar de erradicar la violencia estructural ejercida contra las mujeres por el hecho de serlo, constatamos que no se ha logrado dicho objetivo.

Nuestra sociedad se enfrenta aún en la segunda década del siglo XXI a la ineludible responsabilidad de abordar la lacra de la violencia de género que ha persistido a lo largo de la historia y que, lejos de disminuir, se agrava cada vez más como un problema estructural alterando la libertad, el bienestar y la supervivencia de las mujeres y las niñas, y que se hace evidente en estructuras profundamente arraigadas de desigualdad de género y que no solo afecta a las víctimas directas, sino que también socava los cimientos mismos de una sociedad libre y justa.

La violencia de género, en sus diversas manifestaciones, trasciende fronteras geográficas, culturales y socioeconómicas. Desde la violencia doméstica hasta el acoso, el abuso y la agresión sexual, pasando por la mutilación genital femenina y el feminicidio, las mujeres y las niñas continúan siendo víctimas de una serie de actos brutales, abusivos y execrables, coartando su libertad, atentando contra su dignidad y derechos fundamentales.

Este libro es fruto del Congreso Internacional sobre Género y Derechos Humanos, celebrado del 17 al 20 de mayo de 2022 (online), en la Universidad de Salamanca, dirigido por la Profesora Catedrática Dra. María Esther Martínez Quinteiro, Profesora Dra. María de la Paz Pando Ballesteros, Profesor Dr. Luciano de Oliveira Souza Tourinho y coordinado por el Dr. Raúl Arturo Hirakawa Andia, que puso de manifiesto no solo la magnitud del problema, sino también destacó la urgencia de implementar políticas públicas efectivas que aborden estas violaciones de derechos humanos de las mujeres y las niñas de manera integral.

Los trabajos presentados en esta obra, son las disertaciones expuestas en el Congreso por profesoras, profesores, doctoras, doctores,

juristas e investigadoras, de España, Brasil, Perú y Portugal, expertos destacados en la problemática de la violencia contra las mujeres por el solo hecho de serlo, que ponen de manifiesto que el avance de la sociedad no puede medirse solo en términos de progreso económico y tecnológico, sino que también debe reflejarse un compromiso con la igualdad de género y la erradicación de la violencia contra las mujeres y las niñas. La educación y las políticas públicas en igualdad desempeñan un papel crucial en este proceso, ya que son las herramientas mediante la cual la sociedad puede transformar esos principios machistas retrógradas en acciones concretas en la igualdad entre mujeres y hombres y por el respeto de los derechos humanos.

El objetivo de esta obra es invitar a la reflexión de la necesidad apremiante de una educación y políticas públicas en igualdad que no solo aborden las consecuencias visibles de la violencia de género, sino que se centren en cambiar las estructuras sociales y culturales que la perpetúan. Deben ser políticas que fomenten la igualdad entre mujeres y hombres, y ello solo será posible con educación y concienciación, que promuevan la igualdad de oportunidades y que brinden un apoyo integral a las víctimas.

Salamanca, 18 de noviembre, 2023.

**Raúl Arturo Hirakawa Andia**

## NOTA EDITORIAL

### **Apreciadas lectoras y estimados lectores,**

Es un placer presentarles este libro que aborda un tema de gran importancia en nuestra sociedad actual: la violencia contra mujeres y niñas y las políticas públicas para combatirla. Este documento es el resultado de una red de investigación científica y de la promoción de políticas públicas que buscan erradicar la violencia de género en todas sus formas.

Basándonos en los temas abordados en el libro, podemos identificar, mientras otras, las cinco preguntas clave que se plantean en el mismo:

¿Cuál es la situación actual de la violencia de género en el mundo y cuáles son sus causas y consecuencias?

¿Cómo se manifiesta la violencia de género en diferentes ámbitos, como las prisiones femeninas, el ámbito laboral y el ámbito digital?

¿Cuáles son las iniciativas y políticas públicas más efectivas para prevenir y erradicar la violencia de género?

¿Cuál es el papel de la educación en la prevención de la violencia de género y cómo se pueden mejorar las políticas educativas en este sentido?

¿Cuáles son los desafíos que enfrentan los países para implementar políticas efectivas contra la violencia de género y cómo se pueden superar estos obstáculos?

Estas preguntas clave son abordadas en diferentes secciones del libro, con el objetivo de ofrecer una visión completa y detallada del problema de la violencia de género y las políticas públicas para combatirla.

Es decir que, lamentablemente, la violencia de género contra mujeres, niñas y personas transgénero y transexuales es un problema complejo y multifacético que puede ser abordado desde diversas perspectivas.

A continuación, se presentan diez perspectivas críticas que se abordan en el libro:

1. Perspectiva de género: La violencia de género es una manifestación de la desigualdad y discriminación de género, y debe ser abordada desde una perspectiva de género que tenga en cuenta las relaciones de poder entre hombres y mujeres.
2. Perspectiva cultural: La violencia de género está arraigada en las normas culturales y sociales que perpetúan la discriminación de género y la violencia contra las mujeres. Es necesario abordar estas normas culturales y promover una cultura de igualdad y respeto.
3. Perspectiva legal: La violencia de género es un delito y debe ser abordada desde una perspectiva legal que garantice la protección y los derechos de las víctimas y sancione a los agresores.
4. Perspectiva de salud: La violencia de género tiene graves consecuencias para la salud física y mental de las víctimas, y es necesario abordarla desde una perspectiva de salud que garantice el acceso a servicios de atención médica y psicológica.
5. Perspectiva económica: La violencia de género tiene consecuencias económicas para las víctimas, que pueden perder su trabajo o sufrir una disminución en sus ingresos. Es necesario abordar la violencia de género desde una perspectiva económica que garantice la protección y los derechos laborales de las víctimas.
6. Perspectiva de derechos humanos: La violencia de género es una violación de los derechos humanos de las mujeres, niñas y personas transgénero y transexuales, y debe ser abordada desde una perspectiva de derechos humanos que garantice la protección y el respeto de estos derechos.
7. Perspectiva de la infancia: La violencia de género tiene graves consecuencias para la infancia, que puede ser testigo o víctima de la violencia. Es necesario abordar la violencia de género desde una perspectiva de la infancia que

garantice la protección y el bienestar de los niños y niñas.

8. Perspectiva de la diversidad sexual: La violencia de género sin límites afecta a las personas transgénero y transsexuales, que sufren una discriminación y violencia específica. Es necesario abordar la violencia de género desde una perspectiva de la diversidad sexual que garantice la protección y los derechos de estas personas.

9. Perspectiva de la tecnología: La violencia de género también se manifiesta en el ámbito digital, donde las mujeres y niñas son víctimas de acoso, amenazas y violencia en línea. Es necesario abordar la violencia de género desde una perspectiva de la tecnología que garantice la protección y la seguridad de las mujeres y niñas en línea.

10. Perspectiva de la prevención: La violencia de género es un problema complejo y multifacético que requiere una estrategia integral de prevención que aborde todas las perspectivas mencionadas anteriormente. Es necesario abordar la violencia de género desde una perspectiva de prevención que promueva la igualdad de género, la educación en valores y la cultura de la no violencia.

El libro se divide en secciones que abordan diferentes aspectos de la violencia contra mujeres y niñas.

A título de introducción, es posible decir sobre la primera sección, que se presenta una visión general de la situación actual de la violencia de género en el mundo, con datos y estadísticas que muestran la magnitud del problema. También se analizan las causas y consecuencias de la violencia contra mujeres y niñas, y se destacan los desafíos que enfrentan las políticas públicas para combatirla. En la segunda sección, se aborda el tema de la violencia de género en el contexto de las prisiones femeninas. Se analizan las condiciones de vida de las mujeres en prisión y se destacan las dificultades que enfrentan para denunciar la violencia que sufren. Paralelamente, se presentan algunas iniciativas que buscan mejorar las condiciones de vida de las mujeres en prisión y prevenir la violencia de género en estos contextos. En la tercera sección, se analiza el papel de la educación en la prevención de la violencia de género. Se presentan algunas iniciativas educativas que

buscan promover la igualdad de género y prevenir la violencia contra mujeres y niñas desde edades tempranas. Encima se destacan los desafíos que enfrenta la educación en este ámbito y se proponen algunas recomendaciones para mejorar las políticas educativas en este sentido. En la cuarta sección, se aborda el tema de la violencia de género en el ámbito laboral. Se analizan las formas en que la violencia de género se manifiesta en el mundo laboral y se destacan las dificultades que enfrentan las mujeres para denunciarla. De igual modo, se presentan algunas iniciativas que buscan prevenir la violencia de género en el ámbito laboral y mejorar las condiciones de trabajo de las mujeres.

En la quinta sección, se aborda el tema de la violencia de género en el ámbito digital. Se analizan las formas en que la violencia de género se manifiesta en las redes sociales y otros medios digitales, y se destacan las dificultades que enfrentan las mujeres para proteger su privacidad y seguridad en línea. En ese recorte, se presentan algunas iniciativas que buscan prevenir la violencia de género en el ámbito digital y mejorar la protección de las mujeres en línea.

En la sexta sección, se presenta un análisis de las políticas públicas para combatir la violencia de género en diferentes países del mundo. Se destacan las iniciativas más exitosas y se proponen algunas recomendaciones para mejorar las políticas públicas en este ámbito. Desde ese punto, se analizan las dificultades que enfrentan los países para implementar políticas efectivas contra la violencia de género y se proponen algunas soluciones para superar estos obstáculos.

En general, este libro es una herramienta valiosa para todas aquellas personas interesadas en el tema de la violencia contra mujeres y niñas y las políticas públicas para combatirla. Los datos y estadísticas presentados en el libro son alarmantes y muestran la magnitud del problema en todo el mundo. Sin embargo, se presentan iniciativas y políticas públicas que han demostrado ser efectivas en la prevención y erradicación de la violencia de género.

Esperamos que este libro sea de utilidad para todos los lectores y contribuya a promover una sociedad más justa e igualitaria para todas las personas, sin importar su género.

**María Esther Martínez Quinteiro y Cássius Guimarães Chai**  
Coordinadora y coordinador Editoriales

## **AUTORAS Y AUTORES**

### **SITUACIÓN ACTUAL DE LA POLÍTICA LEGISLATIVA SOBRE LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN LA SEGUNDA LEGISLATURA DEL GOBIERNO DEL PSOE (2020) – ESPAÑA**

**RAÚL ARTURO HIRAKAWA ANDIA**  
**Universidad de Salamanca - SIHCDH/USAL- España**

- Doctor por la Universidad de Salamanca dentro del Programa de Doctorado en Estudios Interdisciplinarios de Género y Políticas de Igualdad. Obteniendo el Doctorado Internacional con la nota máxima: Sobresaliente Cum Laude.
- Investigador del Seminario Internacional de Historia Contemporánea de los Derechos Humanos de la Universidad de Salamanca (SIHCDH/USAL).
- Abogado ejerciente en España (Desde el año 2018) y Perú (Desde el año 1999).

### **LA REPRESIÓN FRANQUISTA SOBRE LAS MUJERES: CÁRCELES Y TRIBUNALES DE RESPONSABILIDADES POLÍTICAS. BREVE REFERENCIA AL CASO VALENCIANO**

**AIDA GARRIDO GÓMEZ**  
**Universidad de Salamanca – España**

- Licenciada en Derecho y Ade por la Universidad de Valencia.
- Estudiante en el Máster de Estudios Interdisciplinarios de Género de la Universidad de Salamanca.



- Gestora Procesal y Administrativa en el Tribunal Superior de Justicia de Cataluña y en el Juzgado de Primera Instancia de Terrasa.
- <sup>a</sup> Fue Jueza de Paz en el municipio de Villanueva de Castellón (2017-2020).

## **EL ARTE TERAPIA Y EL CASO M. N., UNA VÍCTIMA DE VIOLENCIA DE GÉNERO**

**AMALFY DEL CARMEN FUENMAYOR NORIEGA**  
**Universidad de Salamanca – España**

- Artista multidisciplinar, Doctora en Derechos Humanos (Universidad de Salamanca 2016),
- Máster en Educación (Fukuoka Kyoiku Daigaku, Japón 1997) y
- Licenciada en Educación (Instituto Arias Blanco, Venezuela 1991).

## **LA IMPORTANCIA DE LA PERSPECTIVA DE GÉNERO EN LAS PERICIALES SOCIALES**

**ANAHI RAMA SAMPERIO**  
**VERAVITAS – España**

- Trabajadora Social y Criminóloga especializada en igualdad y violencia de género.
- Perito Social Forense. Socia Fundadora de la empresa Veravitas.
- Trabajo Social y Presidenta de la Asociación Nacional de Peritaje Social.

# **COVID-19 E SEUS REFLEXOS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

**JOÃO LUIZ BARBOZA**  
**Unifcio/SP – Brasil**

- Professor da UNIP-SP; Professor e Coordenador do Programa de Mestrado-UNIFIEO-SP.
- Mestre em Direitos Fundamentais-UNIFIEO-SP.
- Doutor em Direito-PUC-SP y Pós-doutor em Políticas Públicas-UPT-Portugal Professor da UNIP-SP.

## **MULHERES SEM ROSTO: CONFLITO ARMADO E (DES)PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE DA MULHER**

**JUDITE GONÇALVES DE FREITAS**  
**CEPESE / FCHS /UFP - Portugal**

- Professora Catedrática / Full Professor
- Departamento de Ciência Política e do Comportamento
- FCHS / Universidade Fernando Pessoa
- Investigadora sénior do CEPESE / UP / FCT e Instituto Português de Relações Internacionais / FCSH / UNL

**JOÃO CASQUEIRA CARDOSO**  
**CEPESE / FCHS /UFP - Portugal**

- Doutorado em Direito pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (Itália) e em Direito pela Universidade de Paris X (França)
- Professor associado na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.

# **LA PERFORMANCE DE LESIÓN CONSENTIDA, UNA EXPRESIÓN DE GÉNERO**

**LETICIA IZQUIERDO DÍAZ**

**Universidad de Salamanca - SIHCDH/USAL – España**

- Doctoranda en el programa de Historia Contemporánea de la Universidad de Salamanca (USAL).
- Actualmente es miembro del Macro-Proyecto Internacional de políticas públicas en el ámbito penal (IECPPAP), de Bahía.
- Investigadora del Seminario Internacional de Historia Contemporánea de los Derechos Humanos de la Universidad de Salamanca (SIHCDH/USAL).
- Miembro del Grupo de investigación Dimensions of Human Rights del Instituto Jurídico de la Universidad Portucalense (IJP/UPT), Oporto.
- Fue investigadora en el Live Art Development Agency (LADA), de Londres (Inglaterra).
- Cofundadora de la asociación de ayuda humanitaria la No Name Kitchen (NNK).

# **BALANCE SOBRE LA DEBIDA DILIGENCIA EN LAS POLÍTICAS CONTRA LA VIOLENCIA HACIA LAS MUJERES EN EL PERÚ (2015-2022)**

**LILIAN SUSAN RUEDA CURIMANEA**

**Fiscalía Especializada en Violencia Contra La Mujer e  
Integrantes del Grupo Familiar – Perú**

- Fiscal Provincial especializada en Violencia contra la Mujer e Integrantes del Grupo Familiar, Departamento de Cajamarca. Perú
- Abogada por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos

# **A VIOLÊNCIA CONTRA LA MULHER DURANTE COVID-19 NA AMÉRICA LATINA: AGRAVAMENTO DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS**

**MARIA ADRIANA TORRES**  
**UFAL – Brasil**

- Pós-doutora em Direitos Sociais pela Universidade de Salamanca-USAL, Espanha.
- Professora associada da graduação e do Programa de Pós-graduação (PPGSS) da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
- Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito, Justiça e Sociedade (DJUSS)/CNPq.
- Supervisora acadêmica de estágio em Serviço Social nas instituições do Poder Judiciário de Alagoas.

# **LA DIVULGACIÓN CIENTÍFICA EN LAS REDES SOCIALES DIGITALES: ¿UNA OPORTUNIDAD PARA SUPERAR LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EN LA CIENCIA?**

**YOLY VALENCIA OLIVERO**  
**UNIR- España**

- Doctora en Estudios Interdisciplinarios de Género por la Universidad Autónoma de Madrid.
- Docente Investigador de la Facultad de Educación de la Universidad Internacional de la Rioja, en el Máster Universitario en Educación Inclusiva.
- Miembro del grupo de investigación Inclusión socioeducativa e intercultural, Sociedad y Medios (SIMI).
- En su exposición presentará algunos avances de la investigación “Comunicación y diseminación científica en materia educativa en España a través de las redes sociales financiado por FCYT-20-15761.

# **OS OBSERVATÓRIOS COMO INSTRUMENTOS DE GARANTIA AOS DIREITOS HUMANOS E AO ENFRENTAMENTO AO CRIME DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

**ROBERTA SEBEN**  
**UFMS- Brasil**

- Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- Especialista nas áreas de Direito e Processo do Trabalho, Direito processual Civil e Direito Tributário.
- Atua como Assistente de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e integra os grupos de pesquisa Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital no Direito Social (vinculado à Universidade de São Paulo) e Grupo de Pesquisa de Direitos Humanos Sociais (vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul).

## **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O PERFIL DA VÍTIMA E O PARADOXO DA IMAGEM**

**SÍLVIA PÉROLA**  
**Universidad de Salamanca – España**

- Profesora, abogada, maestra e doctoranda en derecho en la Universidad Autónoma de Lisboa.
- Fundó MUDA, un grupo de apoyo a mujeres enfocado en la dependencia afectiva, basado en su historia personal.

# **CIBERPATRIARCADO: DISCURSO DE ODIO CONTRA LAS MUJERES EN FACEBOOK**

**DANIELLY THAYS CAMPOS**  
**UNDB - Brasil**

- Advogada Criminalista. Mestra em Direito e Instituições do Sistema de Justiça (PPGDIR/UFMA).
- Graduada em Direito pela Universidade Federal do Maranhão.
- Professora Orientadora do Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade - DGP/CNPQ/UFMA,
- Professora do Grupo de Pesquisa Criminologia Crítica Decolonial Feminista – UNDB.

**CÁSSIUS GUIMARÃES CHAI**  
**Universidade Federal do Maranhão/ Faculdade  
de Direito de Vitória - Brasil**

- Professor Associado Permanente Univ. Federal do Maranhão (PPG-DIR/ Direito e Instituições do Sistema de Justiça; PPGAERO/ Engenharia Aeroespacial) e da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD/ Direitos e Garantias Fundamentais).
- Pós-doutor. Vice-presidente do Comitê de Pesquisa em Migrações e Cidadania da Associação Internacional de Ciências Políticas. Vice-diretor do Observatório Ibero-americano de Saúde e Cidadania.
- Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão, Promotor de Justiça Criminal MPMA. Promotor de Justiça Corregedor MPMA.
- Editor da Revista Diálogos Críticos. Coordenador do Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade DGP CNPQ UFMA
- Doutorando pela Universidade de Salamanca em Estado de Derecho y Gobernanza Global.

**MARÍA ESTHER MARTÍNEZ QUINTEIRO**  
**Universidade Portucalense e Universidade Federal**  
**do Mato Grosso do Sul – Espanha**

- Profesora Titular de Historia Contemporánea de la Universidad de Salamanca, acreditada para acceso a cátedra en Ciencias Sociales y Jurídicas(jubilada).
- Miembro del Seminario Internacional de Historia Contemporánea de los Derechos Humanos de la Universidad de Salamanca (SIHCDH/USAL), del Grupo de Investigación Reconocido “Historia de los Derechos Humanos” de la Universidad de Salamanca (GIR HDH/USAL) y del Centro de Investigación para la Gobernanza Global de la Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca (CIGG/USAL).
- Prof<sup>ª</sup>. catedrática de Direitos Humanos da Faculdade Instituto Rio de Janeiro (FIURJ/Br).
- Membro do Conselho Científico da Revista Diálogos Críticos, Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade DGP CNPQ UFMA.

**IDENTIDADE DE GÊNERO E OS DESENHOS**  
**INSTITUCIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL:**  
**ENTRE ESTIGMAS SOCIAIS E IDENTIDADE**  
**SUBJETIVA NA ORGANIZAÇÃO DA**  
**POPULAÇÃO CARCERÁRIA**

**LEANDRO MENDES**  
**Pesquisador em Direitos Humanos**

- Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão
- Pesquisador em Direitos Humanos
- Participou como pesquisador bolsista do grupo de pesquisa Programa de Educação Tutorial em Direito da Universidade Federal do Maranhão (PET Direito UFMA) de 21 de dezembro de 2018 até 2022;

- Participou como pesquisador voluntário na ONG TODXS (todes) desempenhando a função de Analista de Pesquisa Quantitativa na Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento, no período de 10 de fevereiro de 2020 até 11 de janeiro de 2021;
- Participou como pesquisador voluntário no Projeto Agenda Governamental em Pauta do Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão (GETIP) e do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP), ambos da Universidade de São Paulo (USP).

## **¿POR QUÉ LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES NO ESTÁ CONTENIDA EN BRASIL?**

**SERGIO VICTOR TAMER**

**Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública- CECGP  
São Luís, Maranhão - Brasil**

- Presidente do CECGP – Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública e da SVT FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR.
- Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco e doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Salamanca.
- É autor, dentre outras publicações, do livro “Fundamentos do Estado Democrático e a Hipertrofia do Executivo no Brasil” (Fabris Editor, RS, 2002); “Atos Políticos e Direitos Sociais nas Democracias” (Fabris Editor, RS, 2005); “La garantía judicial de los derechos sociales y su legitimidad democrática”. (Editora Ratio Legis, ES, 2018).
- Ex-secretário de Direitos Humanos do Estado do Maranhão (2009-2010) e ex-secretário de Justiça e Administração Penitenciária (2011-2012).



# SUMÁRIO

DIRECTORES EDITORIALES .....	6
CONSEJO EDITORIAL.....	6
COMITÉ CIENTÍFICO:.....	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	8
PRESENTACIÓN .....	9
PREFÁCIO .....	10
NOTA EDITORIAL .....	12
AUTORAS Y AUTORES .....	16
SITUACIÓN ACTUAL DE LA POLÍTICA LEGISLATIVA SOBRE LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN LA SEGUNDA LEGISLATURA DEL GOBIERNO DEL PSOE (2020) – ESPAÑA.....	28
<i>Raúl Arturo Hirakawa Andia .....</i>	<i>28</i>
LA REPRESIÓN FRANQUISTA SOBRE LAS MUJERES: CÁRCELES Y TRIBUNALES DE RESPONSABILIDADES POLÍTICAS. BREVE REFERENCIA AL CASO VALENCIANO .....	41
<i>Aida Garrido Gómez.....</i>	<i>41</i>
EL ARTE TERAPIA Y EL CASO M. N., UNA VÍCTIMA DE VIOLENCIA DE GÉNERO.....	52
<i>Amalfy del Carmen Fuenmayor Noriega.....</i>	<i>52</i>
LA IMPORTANCIA DE LA PERSPECTIVA DE GÉNERO EN LAS PERICIALES SOCIALES .....	64
<i>Anahí Rama Samperio .....</i>	<i>64</i>
COVID-19 E SEUS REFLEXOS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	79
<i>João Luiz Barboza .....</i>	<i>79</i>
MULHERES SEM ROSTO: CONFLITO ARMADO E (DES)PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE DA MULHER .....	91
<i>Judite Gonçalves de Freitas .....</i>	<i>91</i>
<i>João Casqueira Cardoso .....</i>	<i>91</i>
LA PERFORMANCE DE AUTOLESIÓN O DE LESIÓN CONSENTIDA, UNA EXPRESIÓN DE GÉNERO .....	108
<i>Leticia Izquierdo Diaz .....</i>	<i>108</i>
BALANCE SOBRE LA DEBIDA DILIGENCIA EN LAS POLÍTICAS CONTRA LA VIOLENCIA HACIA LAS MUJERES EN EL PERÚ (2015-2022). .....	131
<i>Lilian Susan Rueda Curimanea .....</i>	<i>131</i>

<b>A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE A COVID-19 NA AMÉRICA LATINA: AGRAVAMENTO DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>146</b>
<i>Maria Adriana Torres .....</i>	<i>146</i>
<b>LA DIVULGACIÓN CIENTÍFICA EN LAS REDES SOCIALES DIGITALES: ¿UNA OPORTUNIDAD PARA SUPERAR LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EN LA CIENCIA? .....</b>	<b>165</b>
<i>Nelcy Yoly Valencia Olivero .....</i>	<i>165</i>
<b>OS OBSERVATÓRIOS COMO INSTRUMENTOS DE GARANTIA AOS DIREITOS HUMANOS E AO ENFRENTAMENTO AO CRIME DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....</b>	<b>176</b>
<i>Roberta Seben .....</i>	<i>176</i>
<b>VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O PERFIL DA VÍTIMA E O PARADOXO DA IMAGEM .....</b>	<b>186</b>
<i>Sílvia Pérola .....</i>	<i>186</i>
<b>CIBERPATRIARCADO: DISCURSO DE ODIO CONTRA LAS MUJERES EN FACEBOOK.....</b>	<b>198</b>
<i>Danielly Thays Campos .....</i>	<i>198</i>
<i>Cássius Guimarães Chai .....</i>	<i>198</i>
<i>Maria Esther Martínez Quinteiro .....</i>	<i>198</i>
<b>IDENTIDADE DE GÊNERO E OS DESENHOS INSTITUCIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL: ENTRE ESTIGMAS SOCIAIS E IDENTIDADE SUBJETIVA NA ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA.....</b>	<b>219</b>
<i>Leandro Mendes de Melo.....</i>	<i>219</i>
<i>Cássius Guimarães Chai .....</i>	<i>219</i>
<i>Maria Esther Martínez Quinteiro .....</i>	<i>219</i>
<b>¿POR QUÉ LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES NO ESTÁ CONTENIDA EN BRASIL? .....</b>	<b>253</b>
<i>Sergio Victor Tamer .....</i>	<i>253</i>

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# SITUACIÓN ACTUAL DE LA POLÍTICA LEGISLATIVA SOBRE LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN LA SEGUNDA LEGISLATURA DEL GOBIERNO DEL PSOE (2020) – ESPAÑA

*Raúl Arturo Hirakawa Andia*



# SITUACIÓN ACTUAL DE LA POLÍTICA LEGISLATIVA SOBRE LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN LA SEGUNDA LEGISLATURA DEL GOBIERNO DEL PSOE (2020) – ESPAÑA

*Raúl Arturo Hirakawa Andia*

**Resumen:** Atento a las normas internacionales globales y regionales de Derechos Humanos, España promulgó durante el primer Gobierno socialista de José Luis Rodríguez Zapatero (2004-2011) dos importantes Leyes Orgánicas dirigidas, en todo la primera, o en parte la segunda, a promover la lucha contra la violencia de género ejercida por parejas o ex-parejas - la Ley Orgánica de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género (LOMPIVG 2004) y la Ley Orgánica para la Igualdad Efectiva de Mujeres y Hombres (LOIEMH 2007) - al tiempo que promovía políticas de igualdad. El inicio de la Segunda Legislatura de Gobierno socialista de Pedro Sánchez Pérez-Castejón (2020 hasta la fecha en 2022), coincide con la crisis de la pandemia de la Covid-19, agudizando la vulnerabilidad de las mujeres con el confinamiento, resultando un alto índice de mujeres víctimas de violencia de género. El Gobierno socialista hace frente a esta delicada cuestión con propuestas legales necesarias y urgentes para atajar la violencia contra las mujeres, incrementando la partida económica en materia de violencia de género en los Presupuestos Generales del Estado para el año 2022.

Para la explicación de los datos obtenidos y la construcción de una narración resignificadora de los mismos, hemos aplicado el método analítico-sintético, estudiando primero cada uno de los fenómenos seleccionados para demostrar la persistencia de la violencia de género y subrayar su entidad y coexistencia con una legislación nacida para combatirla, apoyándonos en la contemplación de la interacción de variables múltiples (económicas, sociales, culturales, políticas, jurídicas, etc).

**Palabras clave:** Violencia de Género, Derechos Humanos, Derechos de las Mujeres, Igualdad de Género.

**Abstract:** Attentive to the global and regional international norms of Human Rights, Spain promulgated during the first socialist Government

of José Luis Rodríguez Zapatero (2004-2011), two important Organic Laws directed, in all the first, or in part e second, to promote the fight against gender violence by couples or forms couples – Organic Law of Comprehensive Protection Measures against Gender Violence (LOMPIVG 2004) and Organic Law for the Effective Equality of Women and Men (LOIEMH 2007) - while promoting equality policies.

The beginning of the Second Legislature of the Socialist Government of Pedro Sánchez Pérez-Castejón (2020 to date in 2022), coincides with the crisis of the Covid-19 pandemic, exacerbating the vulnerability of women with confinement, resulting in a high index of women victims of gender violence. The socialist Government is facing this delicate issue with necessary and urgent legal proposals to stop violence against women, increasing the economic item on gender-based violence in the General State Budgets for the year 2022.

For the explanation of the data obtained and the construction of a resignifying narration of the same, we have applied the analytical-synthetic method, first studying each of the selected phenomena to demonstrate the persistence of gender violence and underline its entity and coexistence with a legislation born to combat it, relying on the contemplation of the interaction of multiple variables (economic, social, cultural, political, legal, etc.).

**Key words:** Gender Violence, Human Rights, Women's Rights, Gender Equality.

**Resumo:** Atento as normas internacionais globais e regionais de Direitos Humanos, a Espanha promulgou durante o primeiro Governo socialista de Rodríguez Zapatero (2004-2008) duas importantes Leis Orgânicas dirigidas (em um grau diferente) a promover a luta contra a violência de gênero exercida por parceiros ou ex-parceiros- Lei Orgânica de Medidas Abrangentes de Proteção contra a Violência de Gênero (LOMPIVG 2004) e Lei Orgânica para a Igualdade Efectiva de Mulheres e Homens (LOIEMH 2007)- ao mesmo tempo em que promovia políticas de igualdade.

O início da Segunda Legislatura do Governo Socialista de Pedro Sánchez Pérez-Castejón (2020 a data em 2022), coincide com a crise da pandemia de Covid-19, agravando a vulnerabilidade das mulheres com confinamento, resultando em um alto índice de mulheres vítimas de violência de gênero. O Governo socialista enfrenta esta delicada questão com propostas legais necessárias e urgentes para travar a violência contra as mulheres, aumentando a rubrica económica da violência de gênero nos Orçamentos Gerais do Estado para o ano de 2022.

Para a explicação dos dados obtidos e a construção de uma narração ressignificadora dos mesmos, aplicamos o método analítico-sintético,

estudando primeiro cada um dos fenômenos selecionados para demonstrar a persistência da violência de gênero e sublinhar sua entidade e convivência com uma legislação nasceu para combatê-la, contando com a contemplação da interação de múltiplas variáveis (econômicas, sociais, culturais, políticas, jurídicas etc.)

**Palavras-chave:** Violência de Gênero, Direitos Humanos, Direitos das Mulheres, Igualdade de Gênero.

La violencia de género es un problema social propio de la sociedad machista y patriarcal en el que vivimos y que el Estado es el responsable por erradicarla con un Gobierno progresista con iniciativas políticas y normativas en el reconocimiento y defensa de los derechos humanos de las mujeres, en atención a los Tratados y Convenciones Internacionales de las Organización de las Naciones Unidas, Tratados Regionales del que el Estado es Parte, así como y lo más destacable, su normativa nacional, que es la que directamente afecta a la problemática de la violencia contra las mujeres en todos sus extremos, por el hecho de ser mujeres, incluyendo a los hijos menores de edad.

Para nuestra investigación la violencia de género constituirá aquella violencia ejercida por hombres contra las mujeres por el hecho de ser mujeres, vulnerándose la igualdad reconocida y defendida por el discurso de los Derechos Humanos. Ejercer la violencia de género significa una clara vulneración de los derechos fundamentales de las mujeres como personas, extranjeras y trabajadoras, en su caso, debiendo ser analizados desde la óptica del género, concurra dentro de la familia o no, en la que podamos dejar en evidencia el dominio del hombre sobre la mujer, vulnerándose el derecho universal y constitucional de la igualdad efectiva entre mujeres y hombres.

El término “género” en esta investigación se asumirá dentro de un contexto social, público o privado, en el que se reflejan los roles que asumen y se desenvuelven el hombre y la mujer en la sociedad todavía culturalmente patriarcal en la que vivimos.<sup>1</sup>No pretendemos dejar constancia de las

---

<sup>1</sup> Para la Dra. Silvia Pimentel, Experta del Comité de la CEDAW: “La cultura patriarcal es parte de la formación de la mentalidad de gran parte de los pueblos, de forma que la violencia contra las mujeres es en realidad el síntoma y no la enfermedad. Las mujeres sólo tendrán igualdad de acceso a la justicia, y la violencia contra la mujer sólo será eliminada, cuando se construya una mentalidad que las conciba como iguales y no como inferiores, pues ésta es la causa estructural de la violencia contra las mujeres”. En Reunión de Trabajo: Una Mirada al Acceso a la Justicia en los Países del Cono Sur, Buenos Aires, Argentina, 23-24 de septiembre 2005, auspiciada por la CIDH y organizada en colaboración con el Equipo Latinoamericano de Justicia y Género y el Centro de Estudios Legales y Sociales. Por su parte Marta Fontela, refiere “...las relaciones sociales de parentesco y dos instituciones muy importantes para la vida de las mujeres, la heterosexualidad obligatoria y el contrato sexual.

diferencias de sexos, en lo que a su anatomía se refiere, sino la dominación del hombre sobre la mujer por el hecho de ser mujer, la desigualdad y discriminación en este sentido que hace imposible su desarrollo personal, profesional y familiar en su medio social y laboral, producto de “... *una construcción cultural que rige las relaciones sociales entre los sexos y los códigos normativos y valores -filosóficos, políticos, religiosos-, a partir de los cuales se establecen los criterios que permiten hablar de lo masculino y femenino, y unas relaciones de poder asimétricas, subordinadas, aunque susceptibles de ser modificadas en el transcurso del tiempo...*”<sup>2</sup>

El concepto “violencia de género” se consolidó a finales de la década del siglo XX como aquella violencia infringida por el hombre hacia la mujer por el hecho de ser mujer.<sup>3</sup> Para nuestra investigación se adoptará la definición contenida en la Declaración de la ONU sobre la Eliminación de la Violencia contra las mujeres de 1993, conforme con su Artículo 1º, y la IV Conferencia Mundial sobre las Mujeres, auspiciada por la ONU en Pekín (1995), entendiendo por Violencia de género, como *el ejercicio de todo acto de violencia al sexo femenino y basado en el género que tenga o pueda tener como resultado un daño o sufrimiento físico, sexual, moral o psicológico para la mujer, así como las amenazas de tales actos, la coacción o la privación arbitraria de la libertad, tanto si se producen en la vida pública como en la privada.*

---

La institución de la heterosexualidad obligatoria es necesaria para la continuidad del patriarcado, ya que expresa la obligatoriedad de la convivencia entre varones y mujeres en tasas de masculinidad/feminidad numéricamente equilibradas. Junto con estas dos categorías se encuentra la política sexual o relaciones de poder que se han establecido entre varones y mujeres, sin más razón que el sexo y que regulan todas las relaciones...”. FONTELA, Marta. En Diccionario de Estudios de Género y Feminismos. Editorial Biblos, Buenos Aires, 2008, p. 2.

<sup>2</sup> María Dolores Ramos, en su artículo “Historia social: un espacio de encuentro entre género y clase”. En GÓMEZ-FERRER MORRANT, Guadalupe (ed): Las relaciones de género. Editor Marcial Pons nº 17, Madrid, 1995, p. 88. También puede verse un estudio conceptual de sexo y género en LISBOA FERREIRA DA COSTA, Elder: O Género no Direito Internacional. Discriminação, violência e proteção. Editora Paka Tatu, Belém, 2014, pp. 93-108.

<sup>3</sup> El concepto violencia de género presenta una bibliografía extensa. Véase por ejemplo, SOBRINO GONZÁLEZ, Genma M<sup>a</sup>: La protección laboral de la violencia de género: déficits y ventajas. Serie Monografía. Tirant Lo Blanch, Valencia, 2013, pp. 41-43; GARCÍA BENAVIDEZ, Marlene: “Aspectos psicológicos sobre la violencia de género”. En MARCHAL ESCALONA, Antonio Nicolás (coord.): Manual de lucha contra la violencia de género. Aranzadi, Primera edición, Navarra, 2010, pp. 479-497; MARRADES PUIG, Ana y SERRA YOLDI, Inmaculada: La violencia de género en la población inmigrante. Tirant Lo Blanch, Valencia, 2013, pp. 13-17; IBAÑEZ MARTÍNEZ, M<sup>a</sup> Luisa: “La violencia de género como máxima manifestación de la desigualdad entre mujeres y hombres: Retos para el siglo XXI”. En FIGUERUELO BURRIEZA, Ángela; DEL POZO PÉREZ, Marta; LEÓN ALONSO, Marta (Dir): ¿Por qué no hemos alcanzado la igualdad. Editores Andavira, Santiago de Compostela, 2012, pp. 175-202; TUR AUSINA, Rosario: “Menores y violencia de género. Reflexiones a propósito de la aprobación del plan de la infancia y adolescencia (2013-2016)”. En FIGUERUELO BURRIEZA, Ángela; DEL POZO PÉREZ, Marta; LEÓN ALONSO, Marta (Dir); GALLARDO RODRÍGUEZ, Almudena (Coord.): Violencia de Género e Igualdad. Una cuestión de Derechos Humanos. Editorial Comares S.L, Granada, 2013, pp. 278-281.

Es de advertir, sin embargo, que la Real Academia de la Lengua Española no recoge la definición de “violencia de género”<sup>4</sup> de las Conferencias Internacionales de las Mujeres reconocidas y auspiciadas por la ONU, y continúa con su visión conservadora y retrógrada, refiriéndose a ella sólo desde el punto de vista estrictamente jurídico penal. “... *La denominación violencia de género tiene, según Montalbán (2006: 98), la ventaja de que, por un lado, nos señala las causas estructurales de la violencia, imbricadas en la histórica posición inferior de las mujeres en el ámbito familiar, social, económico y cultural; y, por el otro, enlaza con el derecho y principio de igualdad, como regla social y proyecto de las sociedades democráticas. Además, la autora comenta que dicho concepto permite comprender la violencia como un mecanismo que persigue mantener el papel de dominio de los hombres y el papel de sumisión de las mujeres.*”<sup>5</sup>

Respecto al término “víctima”, esta investigación acoge a la definición jurídica europea de la Directiva 2012/29/UE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 25 de octubre de 2012, por la que se establecen normas mínimas sobre los derechos, el apoyo y la protección de las víctimas de delitos, y por la que se sustituye la Decisión marco 2001/220/JAI del Consejo, abordando ampliamente el concepto de víctima y que en su Artículo 2.1º la define: a) «víctima», i) *la persona física que haya sufrido un daño o perjuicio, en especial lesiones físicas o mentales, daños emocionales o un perjuicio económico, directamente causado por una infracción penal, ii) los familiares de una persona cuya muerte haya sido directamente causada por un delito y que haya sufrido un daño o perjuicio como consecuencia de la muerte de dicha persona;* b) «familiares», *el cónyuge, la persona que convive con la víctima y mantiene con ella una relación personal íntima y comprometida, en un hogar común y de manera estable y continua, los familiares en línea directa, los hermanos y hermanas, y las personas a cargo de la víctima;* c) «menor», *cualquier persona menor de 18 años...*<sup>6</sup>

Esta Directiva Europea con carácter vinculante para todos los Estados de la Unión Europea es incorporada a la ley nacional española con la aprobación por las Cortes Generales del Estatuto de la víctima del delito.<sup>7</sup>

<sup>4</sup> En el diccionario de la Real Academia de la Lengua Española no existe definición sobre “violencia de género”. No obstante, cuando el Gobierno del PSOE presentó su Proyecto de Ley Integral contra la violencia de género en las Cortes Generales, la Real Academia de la Lengua Española entró en consideraciones respecto al uso del sintagma lingüístico “violencia de género”.

<sup>5</sup> PERIS VIDAL, Manuel. “La despolitización de la violencia de género a través de la terminología. The despolitization of Gender- based Violence by Use of Terminology. En, ASPARKIA. Investigación Feminista. Número 24 Año 2013, Número 24. Dedicado a: Avances y retos actuales para combatir la violencia de género. p. 185. Disponible en web: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/368112> .

<sup>6</sup> DIARIO OFICIAL DE LA UNIÓN EUROPEA (14/11/2012): Directiva 2012/29/UE del Parlamento Europeo. <https://www.boe.es/doue/2012/315/L00057-00073.pdf>.

<sup>7</sup> La Ley 4/2015, de 27 de abril, del Estatuto de la víctima del delito y el Real Decreto 1109/2015, de 11 de diciembre, constituyen un marco jurídico garante de los derechos de las víctimas, creándose la Oficina de Asistencia a las Víctimas del Delito con el fin de proteger y asistir a las víctimas de forma individual.



## **1 PARTIDO SOCIALISTA OBRERO ESPAÑOL (PSOE) Y LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN ESPAÑA**

La realidad de la violencia de género en España se revela con datos oficiales alarmantes. Así tenemos que entre el año 2009 y el año 2021 se registraron 1.871.527 denuncias y el número de mujeres asesinadas por su cónyuge, pareja o ex pareja varón, que desde el 1 de enero de 2003 al mes de junio de 2022 ascienden a un total de 1.152 víctimas de esta lacra social.<sup>8</sup>

España como Estado miembro de la ONU desde 1955, del Consejo de Europa de Europa desde 1977 y de la Unión Europea desde 1986 tiene la obligación de respetar y garantizar los derechos humanos recogidos en los Convenios, Pactos, Tratados y Directivas aprobadas por tales organizaciones internacionales y ratificadas por ella, o aquellas recogidas en su Constitución de 1978 como derechos fundamentales, sin olvidar los derechos de las mujeres expuesto a su vulneración.

Los representantes de los partidos que asumen el Gobierno español, no pueden olvidar tal compromiso, que los obliga a tratar de erradicar la desigualdad de trato de mujeres y hombres, la discriminación de las mujeres y la violencia de género, aunque no todos los partidos estén, igualmente predispuestos a asumir los compromisos constitucionales e internacionales del país, como es el caso del partido político de la extrema derecha.

Durante el Primer y Segundo Gobierno del Partido Socialista Obrero Español (PSOE), con José Luis Rodríguez Zapatero (del 11 de abril de 2004 al 21 de diciembre de 2011) respondiendo a la demanda internacional global y Europea y en parte bajo la presión interna de las feministas del PSOE se aprobaron leyes de género pioneras tan importantes como Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género (LOPIVG) y la Ley Orgánica 3/2007, de 22 de marzo, para

---

lizada en los procesos judiciales y extrajudiciales, entre las que se encuentran las víctimas de violencia de género. En, BOE (28/04/2015): Ley 4/2015, de 27 de abril, del Estatuto de la víctima del delito. Disponible en web: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2015-4606>.

<sup>8</sup> Gobierno de España. Ministerio de Igualdad. Delegación del Gobierno contra la Violencia de Género. Portal Estadístico. <http://estadisticasviolenciagenero.igualdad.mpr.gob.es/>.

la Igualdad Efectiva de Mujeres y Hombres (LOIEMH), que siguen vigentes.

Es necesario remarcar que la LOPIVG es la primera norma legal a nivel nacional que se refiere literalmente a la “violencia de género” y que se aprobó por unanimidad de todos los parlamentarios como Ley Orgánica (320 votos)<sup>9</sup>. Vigente a los 30 días de su publicación, el 28 de enero de 2005, que reconoce en su exposición de motivos que la “violencia de género” es un problema público, precisado de un “*enfoque integral y multidisciplinar*”, y que compete al Estado la obligación de erradicar dicha violencia promoviendo “*la socialización y la educación*” y con la participación activa de los operadores jurídicos porque, tal como se afirma en su Exposición de Motivos, la violencia de género nacida de la desigualdad de mujeres y hombres, “*...se manifiesta como el símbolo más brutal de la desigualdad existente en nuestra sociedad.*” Reconociendo el problema central en la desigualdad existente entre mujeres y hombres. “*... La conquista de la igualdad y el respeto a la dignidad humana y la libertad de las personas tienen que ser un objetivo prioritario en todos los niveles de socialización.*”

La LOIEMH se aprueba como su propio nombre lo indica en defensa de la igualdad real y formal entre mujeres y hombres, la cual es reconocida como derecho fundamental en los Artículos 9º y 14º de la Constitución Española, haciendo extensivo este derecho a la integridad física y moral (Artículo 15º), y a la intimidad (Artículo 18º), asumiendo con ella los poderes públicos del Estado el compromiso de impulsar el derecho a la igualdad con el fin de dignificar a las mujeres de la discriminación y la desigualdad en la sociedad machista patriarcal, “*...aunque igualdad real e igualdad formal son conceptos diferentes, ubicados en preceptos constitucionales diversos, no cabe contraponerlos: la igualdad real (art. 9.2 CE en relación con los principios rectores del Capítulo Tercero del Título I de la Constitución) (...) la igualdad real, en el Estado social, se ubica dentro del esquema conceptual de la igualdad formal: la igualdad «real» es la misma igualdad «formal» cuando entre en juego algún criterio de diferenciación de trato jurídico*

<sup>9</sup> En, BOE (29/12/2004): Ley Orgánica 1/2004, aprobada el 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género (2004, 29 de diciembre). Disponible en web: <https://www.boe.es/buscar/pdf/2004/BOE-A-2004-21760-consolidado.pdf>

*en favor de grupos sociales en desventaja querido por el constituyente o el legislador...*<sup>10</sup> Es así que la doctrina constitucional asume, que “... la igualdad como valor constitucional o valor superior de ordenamiento jurídico posee una triple virtualidad: una dimensión fundamentadora del conjunto del ordenamiento jurídico, y en especial, de las disposiciones o instituciones constitucionales, una función orientadora del ordenamiento jurídico político hacia los fines enunciados en la norma de máximo rango jerárquico del sistema, y por último una tarea crítica, dado que la igualdad es un parámetro para evaluar el resto de las normas jurídicas (...), el enfoque transversal de género se ha incorporado al contenido de este valor.”<sup>11</sup> No obstante traspasando la barrera de la igualdad formal de la que se habla, lamentablemente no se ha tenido un resultado eficaz proyectado contra la discriminación imperante contra las mujeres, tal como se pone de manifiesto en la exposición de motivos de la Ley: “La violencia de género, la discriminación salarial, la discriminación en las pensiones de viudedad, el mayor desempleo femenino, la todavía escasa presencia de las mujeres en puestos de responsabilidad política, social, cultural y económica, o los problemas de conciliación entre la vida personal...”

La XIV Legislatura se constituye el 3 de diciembre de 2019 en el Parlamento Español y la Segunda Legislatura de Pedro Sánchez Pérez-Castejón, líder del PSOE, como Presidente del Gobierno, investido por el Congreso de los Diputados aprueba el 7 de enero de 2020.

En la vigente Legislatura del Gobierno del partido político del PSOE, quien gobierna con el partido de izquierda PODEMOS, el Parlamento español está compuesto por 9 partidos políticos, de los cuales la extrema derecha del partido de VOX representa el tercer partido más votado, después del PSOE y del Partido Popular (PP), con 59 miembros. Partido político de VOX que NO reconoce la lacra de la violencia de género, ni mucho menos, la desigualdad entre mujeres y hombres que se hace cada vez más insostenible, distorsionando con su visión retrógrada que la violencia de género es mentira y no

<sup>10</sup> REY MARTÍNEZ, Fernando: “Igualdad y prohibición de discriminación: De 1978 a 2018”. En, UNED: Revista de Derecho Político N.º 100, septiembre-diciembre 2017, p. 133. Disponible en web: <https://revistas.uned.es/index.php/derechopolitico/article/view/20685>

<sup>11</sup> DE LUCAS, Javier; RODRIGUEZ URIBES, José Manuel (Coord.): Derechos Humanos y Constitución. Tirant Lo Blanch, Valencia, 2018, p. 105.

existe, difundiendo que la sociedad machista y patriarcal es la mejor alternativa y que lucha por su continuidad.

- Con la crisis de la pandemia de la COVID-19 se recrudece la violencia de género con 150.084 denuncias en 2020 y 162.848 denuncias en 2021,<sup>12</sup> el PSOE en su lucha por la erradicación de la violencia de género conjuntamente con el Gobierno socialista juntos con PODEMOS impulsó:
- La Ley de mejora de la protección de las personas huérfanas víctimas de la violencia de género, que se aprobó como Ley Orgánica 2/2022 de 21 de marzo de 2022. Ley que mejora las condiciones de vida de los hijos huérfanos de las mujeres asesinadas por su cónyuge, pareja o ex pareja varón, aunque el padre no haya sido el asesino.
- La Ley de Garantías de la Libertad Sexual, conocida como ley **“de solo sí es sí”, en la que la mujer decide** y todo acto sexual contra su voluntad sea tipificado penalmente como “agresión sexual”, la misma que fue aprobada el 18 de mayo de 2022 por la Comisión de Igualdad del Congreso. La propuesta de Ley presenta un marco integral de atención a las víctimas de violencia sexual al estilo de la norma contra la violencia de género en el ámbito de la pareja o expareja que se aprobó en 2004. Establece una batería de medidas de prevención, sensibilización y reparación y reforma el código penal para acabar con la distinción entre agresión y abuso sexual.
- En los Presupuestos Generales del Estado para el año 2022 la cantidad de 20.319 millones de euros, para el Plan del Ministerio de Igualdad, que se distribuye hacia la garantía de vidas libres de violencia machista para las mujeres (972 millones de euros, 4,8 %); y un país con derechos efectivos para todas las mujeres (826 millones de euros, el 4,1 %). El presupuesto más alto hasta la fecha destinada para cumplir con la necesaria y urgente erradicación de la violencia de género.

---

<sup>12</sup> Gobierno de España. Delegación del Gobierno contra la Violencia de Género. Portal Estadístico, op.cit.

## 2 CONCLUSIONES

La violencia de género es un tema importante porque está sin resolverse, porque no cesa, a pesar que hay leyes que luchan contra la misma.

Con todos sus fallos la legislación de género tiene un impacto positivo, de ahí que no es verdad, que las leyes no sirven, las leyes si sirve y son fundamentales porque sin esas leyes no podíamos avanzar.

La desalentadora persistencia de la violencia de género hasta hoy no puede ser únicamente imputada a los fallos legislativos, ni siquiera a los recortes de las políticas de género y a ciertas restricciones de las leyes migratorias, ni, al menos únicamente, a los cambios políticos y recortes que siguieron al estallido de la crisis económicas y recesión y la llegada al poder de la derecha (PP) e ingreso de la extrema derecha (VOX) en el parlamento español, sino, el machismo patriarcal imperante hasta la fecha.

En esta lucha contra la violencia de género destaca el Partido Socialista Obrero Español (PSOE) en el Gobierno de España, con la propuesta y aprobación en el Congreso de la Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género (LOPIVG) y la Ley Orgánica 3/2007, de 22 de marzo, para la Igualdad Efectiva de Mujeres y Hombres (LOIEMH), que en la Segunda Legislatura (2020-2022) continúa con el derrotero por la erradicación de la violencia de género, proponiendo la Ley de Garantías de la Libertad Sexual y el más alto presupuesto destinada a la lucha contra la violencia de género, a pesar de la incursión del partido de ideología de extrema derecha en el parlamento español y en la política nacional, que niega la existencia de la violencia de género y la desigualdad entre mujeres y hombres.

El objetivo es la prevención, la protección y recuperación de la víctima y la persecución del delito.

## REFERENCIAS

ASPARKIA. Investigación Feminista. Número 24 Año 2013, Número 24. Disponible en web: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/368112> .

BOE (28/04/2015): Ley 4/2015, de 27 de abril, del Estatuto de la víctima del delito. Disponible en web: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2015-4606>.

BOE (29/12/2004): Ley Orgánica 1/2004, aprobada el 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género. Disponible en web: <https://www.boe.es/buscar/pdf/2004/BOE-A-2004-21760-consolidado.pdf> .

DE LUCAS, Javier; RODRIGUEZ URIBES, José Manuel (Coord.): Derechos Humanos y Constitución. Tirant Lo Blanch, Valencia, 2018.

DICCIONARIO DE ESTUDIOS DE GÉNERO Y FEMINISMOS. Editorial Biblos, Buenos Aires, 2008.

FIGUERUELO BURRIEZA, Ángela; DEL POZO PÉREZ, Marta; LEÓN ALONSO, Marta (Dir): ¿Por qué no hemos alcanzado la igualdad. Editores Andavira, Santiago de Compostela, 2012. FIGUERUELO BURRIEZA, Ángela; DEL POZO PÉREZ, Marta; LEÓN ALONSO, Marta (Dir); GALLARDO RODRÍGUEZ, Almudena (Coord.): Violencia de Género e Igualdad. Una cuestión de Derechos Humanos. Editorial Comares S.L, Granada, 2013.

GÓMEZ-FERRER MORRANT, Guadalupe (ed): Las relaciones de género. Editor Marcial Pons nº 17, Madrid, 1995.

LISBOA FERREIRA DA COSTA, Elder: O Género no Direito Internacional. Discriminação, violência e proteção. Editora Paka Tatu, Belém, 2014.

MARCHAL ESCALONA, Antonio Nicolás (coord.): Manual de lucha contra la violencia de género. Aranzadi, Primera edición, Navarra, 2010.

MARRADES PUIG, Ana y SERRA YOLDI, Inmaculada: La violencia de género en la población inmigrante. Tirant Lo Blanch, Valencia, 2013.

SOBRINO GONZÁLEZ, Genma M<sup>a</sup>: La protección laboral de la violencia de género: déficits y ventajas. Serie Monografía. Tirant Lo Blanch, Valencia, 2013.

UNED: Revista de Derecho Político N.º 100, septiembre-diciembre 2017. Disponible en web: <https://revistas.uned.es/index.php/derechopolitico/article/view/20685>

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PUBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# LA REPRESIÓN FRANQUISTA SOBRE LAS MUJERES: CÁRCELES Y TRIBUNALES DE RESPONSABILIDADES POLÍTICAS. BREVE REFERENCIA AL CASO VALENCIANO

*Aida Garrido Gómez*





# LA REPRESIÓN FRANQUISTA SOBRE LAS MUJERES: CÁRCELES Y TRIBUNALES DE RESPONSABILIDADES POLÍTICAS. BREVE REFERENCIA AL CASO VALENCIANO

*Aida Garrido Gómez*

**Resumo:** Este trabalho pretende contribuir para o desenvolvimento de uma memória histórica em que seja reconhecido o papel das mulheres na resistência ao franquismo e, por isso, analisar a violência e a repressão a que foram expostas em consequência dessa oposição e da sua condição. Além disso, enfatizaremos a violência e a subjugação que foram desencadeadas sobre a população valenciana. A razão da escolha desta área geográfica é que o País Valenciano tinha sido um lugar muito leal à República e com a chegada do regime ditatorial foi aplicada uma repressão direta a um grande número de mulheres valencianas, cuja contensão adquiriu características específicas de género.

**Palavras chave:** repressão franquista; mulheres encarceradas; prisões valencianas

**Resumen:** Este trabajo tiene como objetivo contribuir a desarrollar una memoria histórica en la que se reconozca el papel de las mujeres en la resistencia al franquismo y, por ende, analizar la violencia y represión a la que estuvieron expuestas como consecuencia de esta oposición y de su condición propia de mujeres. Además, haremos hincapié en la violencia y sometimiento que se desataron sobre la población valenciana. El motivo de la elección de este ámbito geográfico es que el País Valencià había sido un lugar muy leal a la República y con la llegada del régimen dictatorial se aplicó una represión directa a un gran número de mujeres valencianas, cuya contención adquirió unas características específicas de género.

**Palabras clave:** Represión franquista; mujeres encarceradas; cárceles valencianas;

**Abstract:** This work has the main objective of contributing to the development of a historical memory, in which the role of the women during the Franco's dictatorship resistance is recognised. Thus, we analyze the violence and repression that women suffered as a consequence of opposing to the dictatorship, as well as their intrinsic female condition. Also, we put emphasis in the violence and submission suffered by the Valencian population. This study is focused on Pais Valencia since this región was loyal to the Republic and, with the arrival of the dictatorship, a direct repression was applied to a large number of Valencian women, involving gender specific features.

**Keywords:** Franco's repression; jailed women; Valencian prisons;

## 1 INTRODUCCIÓN

Con el establecimiento de la dictadura franquista, se cerró a cal y canto la puerta de las mujeres hacia la emancipación, la igualdad y la ciudadanía. Mediante leyes, modelos educativos y la Sección Femenina, el régimen fascista expulsó a las mujeres de toda incursión en el ámbito público para reestablecerlas al lugar del que nunca se debieron haber movido: el hogar y la familia. El sistema las convirtió en seres subalternos, sin derechos y relegadas a la domesticidad forzada del hogar, obligadas a mantenerse siempre bajo la tutela permanente de una figura masculina, sin poder adquirir una identidad propia. Siendo los derechos políticos y las conquistas sociales alcanzados en la Segunda República automáticamente rechazados y vilipendiados (Nash, 2013).

Con la victoria franquista, se impuso un discurso de género basado en la ideología fascista y nacional católica dónde la dominación y la subordinación de las mujeres era uno de sus pilares. Acabada la guerra, no hubo para el bando republicano ni paz, ni piedad, ni perdón. De modo que, las mujeres que se habían comprometido con la legalidad y defensa de la República fueron brutalmente reprimidas, encarceladas o ejecutadas.

Estas mujeres, por tanto, sufrieron un doble proceso de exclusión social: tanto por ser republicanas como por ser mujeres, conformando en la historia un campo propio y específico que las sitúa en el centro de una problemática que tiene a la vez un carácter político y de género (Aguado, 2012).

La metodología utilizada para llevar a cabo este trabajo parte de diversos conceptos teóricos. En primer lugar, se tendrá en cuenta la noción de *historia contributiva desde la categoría analítica de género*, a la que hace referencia Joan W. Scott:

*La inclusión de las mujeres en la historia implica necesariamente la redefinición y ampliación de nociones tradicionales del significado histórico, de modo que abarque la experiencia personal y subjetiva, lo mismo que las actividades públicas y políticas. (...) Una metodología como ésta implica no sólo la historia de mujeres sino también una nueva historia* (Scott, 2002, p.12).

Será esencial la idea de *memoria histórica* aportada por Colmeiro al afirmar que, se caracteriza por su naturaleza auto-reflexiva sobre la función de la memoria. Este autor pone el acento en la conciencia crítica de los acontecimientos políticos e históricos del pasado y en la necesidad de mantener vivo su legado. La memoria histórica, por tanto, analiza críticamente los recuerdos compartidos, indagando su sentido, su instrumentalización y su necesidad de testimonio histórico (Colmeiro, J.F, 2005). Josefina Cuesta añade que el objetivo de la memoria histórica es rastrear una historia crítica que analice el mecanismo simbólico de legitimación del nuevo Estado y que reconstruya la historia de la elaboración, de la estructuración y del funcionamiento de esa legitimación (Cuesta, 2008).

## **2 DESAFECTAS Y REPRESALIADAS**

Durante el período franquista, cualquiera podía ser sospechosa de ser desafecta al Régimen, y por ende denunciada. El control judicial de la vida cotidiana se convirtió en una acción constante ejercida principalmente por los tribunales ordinarios. Estableciéndose todo un entramado legislativo que, mediante el sometimiento a la jurisdicción militar tenía como objetivo que las vencidas sufrieran represalias.

Como acabamos de mencionar, la represión adquirió un carácter específico de género, contando con un extenso catálogo de

prácticas y violencias represivas contra las vencidas. Como formas de vejación, humillación y deformación de los rasgos identitarios de las víctimas fueron utilizadas por los vencidos, prácticas como el rapado de pelo, la ingesta de aceite de ricino y la violencia sexual. Ser madre, esposa o hija de un hombre republicano, en muchas ocasiones, era razón suficiente para su encarcelamiento (Aguado, 2012).

De entre los delitos que constan en los expedientes penitenciarios podemos nombrar el de “auxilio a la rebelión”, “antecedentes izquierdistas” o de “exaltar la causa roja”. Es muy importante señalar que, en estos expedientes se añadían descalificaciones morales como el de “vivir amancebada” “organizar orgías”, “individua peligrosa” o “deslenguada”, pues los funcionarios de las instituciones querían despojar a las reclusas de su identidad de presas políticas (Aguado, 2012).

En definitiva, las mujeres eran calificadas como despreciables y transgresoras de las normas de género del Nuevo Estado por el discurso represivo franquista. El modelo de miliciana antifascista era utilizado para homogeneizar a las mujeres republicanas detenidas, de tal modo que, independientemente de su edad, origen, ocupación o implicación política todas al ser milicianas, eran rojas y por tanto culpables (Aguado, 2012).

### **3 LA REPRESIÓN CARCELARIA**

El universo carcelario femenino se configuró como un espacio represivo de redención moral, pues tanto las presas políticas como las comunes no sólo habían cometido un delito sino un pecado. A estas mujeres, por tanto, había que apartarlas de la sociedad para reeducarlas y que pudieran de esta forma, redimir sus pecados. El objetivo principal era instaurar el orden de género dictado por el Régimen; por eso, a la represión física y psicológica se añadía el adoctrinamiento en los valores tradicionales de la feminidad.

Para aplicar este dogma patriarcal, el régimen franquista usó la religión católica. Así, las presas para eximirse de sus pecados tenían que acudir regularmente a misa, bautizar a sus hijos e incluso tomar la comunión. Si alguna de las reclusas oponía alguna resistencia le esperaban severas consecuencias como pasar a estar incomunicadas,

no poder contactar con sus familiares ni recibir paquetes, el rapado del pelo o el traslado a otras prisiones. Se trataba de imponer el nacional-catolicismo a través del miedo a las represalias (Aguado, 2012).

Otro punto es que, a la indefensión, el hambre y el hacinamiento hay que añadirle el uso de la violencia como práctica habitual por parte de las autoridades militares, policiales y falangistas, llegando a torturar con tan brutalidad a las presas que a muchas las dejaban inmobilizadas o incapaces de tener descendencia (Aguado, 2012).

Además, las cárceles de mujeres estaban habitadas por las hijas e hijos de las presas, víctimas igualmente de la represión franquista. Algunos de estos infantes nacieron en prisión en condiciones infrahumanas, otros desaparecieron forzosamente otorgando la tutela de los mismo al Estado. De hecho, se promulgó una orden en 1940 que autorizaba al Régimen para separar a las hijas e hijos de las presas republicanas de sus madres a partir de los tres años, para trasladarlos a hospicios públicos o religiosos. Desde entonces, las presas perdían la patria potestad de las niñas y niños, que pasaban a ser adoctrinados con los principios del nacional catolicismo y en el odio a los “rojos” (Aguado, 2012). Toda esta situación nos proyecta la existencia de un entramado de tráfico infantil los beneficiarios de los cuales resultaron ser las familias acomodadas y por descontado, plenamente volcadas con el sistema franquista (Simó y Torres, 2016).

De tal modo, arrebatar a las niñas y niños de sus madres fue otra consecuencia específica de la represión hacia las mujeres, puesto que era una forma de controlar e incluso de doblegar la voluntad de las mismas a través del chantaje, de forma que la función maternal fue utilizada como forma específica de represión y de castigo de “género” sobre las mujeres presas (Aguado, 2012). Hay que hacer referencia a que la entrada de estos niños en los establecimientos penitenciarios no constaba documentalmente, impidiendo tal circunstancia conocer el alcance de tal esperpéntica situación. El modus operandi ejercido por las monjas encargadas de la vigilancia era llevarse a los recién nacidos después de que las mujeres dieran a luz, asegurándoles que el neonato había muerto. (di Febo, 1979).

Por otro lado, con el ingreso en prisión de estas mujeres se incoaba un largo expediente de responsabilidades políticas, en el que

además de sufrir las penas de cárcel, se añadía una imputación que podía conllevar, la inhabilitación para ejercer determinados cargos, el alejamiento del lugar de residencia habitual, la sanción económica y la pérdida de nacionalidad. Una vez abiertos los expedientes se iniciaba un procesamiento por el Tribunal de Responsabilidades Políticas y del Juzgado Instructor correspondiente que aumentaba la incerteza no sólo sobre el destino de la presa sino de toda su familia. De modo que, si la reclusa era asesinada, la multa de responsabilidades políticas tenía que pagarla sus familiares directos. En el caso de salir de prisión, la sanción continuaba como es el caso de Ana Bertomeu Tomás, militante de UGT, que tras salir de la prisión de Santa Clara de Valencia entre julio de 1939 y abril de 1941, el juez instructor le requirió información acerca de su situación económica, calificada por su viudedad, su trabajo de portera y su ausencia de bienes. En similares circunstancias se encontró María Arellano, militante de Mujeres Antifascistas, que, tras salir de la Cárcel Provincial de Mujeres de Valencia en 1941, aportó una declaración jurada sobre su coyuntura económica, caracterizada por ser viuda, tener una hija de 9 años, carecer de bienes y de trabajo y dormir en una casa prestada. Del mismo modo, Carmen García de Castro, de la Federación de Española de Trabajadores de la Enseñanza y profesora de la Escuela Normal de Valencia, alegaba en una declaración jurada en 1942 que por sentencia judicial estaba inhabilitada para ejercer su profesión, que ella y su marido carecían de bienes y que únicamente poseían ropas de uso. Otro de los tantísimos casos fue el de Carmen Blasco San Miguel, militante comunista, a quién le conmutaron la pena de muerte por 30 años de prisión, y que firmó una relación jurada en 1944 alegando que no tenía nada y que debía vestido, calzado y manutención durante los cinco años de su encarcelamiento (Aguado, 2012).

#### **4 EL CASO VALENCIANO**

En el caso del País Valenciano son todavía escasas las investigaciones específicas sobre la represión y cárceles femeninas y ha sido a partir de la revisión bibliográfica lo que nos ha permitido una

primera aproximación a la extrema violencia a la que estuvo expuesta Valencia en la etapa del primer franquismo.

El motivo de la elección de este ámbito geográfico para analizar la represión de las mujeres, es que el País Valencià había sido un lugar muy leal a la República y el último en ser ocupado por las milicias franquistas. De modo que, con la llegada del régimen dictatorial se aplicaría una represión directa a un gran número de ciudadanas valencianas.

En abril de 1939 la Cárcel Provincial de Mujeres de Valencia se encontraba colapsada. Pues, de abril a diciembre de este año ingresaron en esta prisión 1486 mujeres<sup>1</sup>. Esta situación obligó a las reclusas a tener que dormir por los pasillos, en las capillas, incluso en el hueco de debajo de la escalera. Celdas en principio concebidas para cinco personas llegaron a ser ocupadas por cuarenta y dos (Aguado, 2012).

Esto restringió muchísimo el acceso de las presas a la higiene, ya que a parte del amontonamiento tampoco tenían como calentarse, ni disponían de agua caliente en invierno. El establecimiento penitenciario consideraba que el jabón y la disponibilidad de productos de higiene no eran su responsabilidad, de modo que las presas sólo podían acceder a los mismos mediante los enlaces familiares del exterior. Sarna, piojos y epidemias eran una constante para las internas (Simó y Torres, 2016).

Ante el cúmulo de mujeres detenidas, se decidió habilitar el Convento de Santa Clara de Valencia como prisión femenina, que estuvo en funcionamiento desde el 29 de junio de 1939 hasta el 26 de abril de 1942. Fueron las religiosas capuchinas las encargadas de la custodia de las presas. De hecho, la intervención de la Iglesia en las prisiones se convirtió en el común denominador de todas las cárceles franquistas; órdenes religiosas como las Adoratrices, las Hijas de la Caridad o Mercedarias de la Caridad formaron parte de la comisión disciplinaria del nuevo régimen. Llegados a este punto, es necesario recordar que Victoria Kent en 1931 logró aprobar un decreto de reforma de prisiones en las que se excluía a las monjas de realizar estas funciones carcelarias. Sin embargo, el 30 de agosto de 1938 se anuló este decreto, y las nuevas funcionarias de prisiones pertenecían a la

---

<sup>1</sup> Libro de Filiaciones de Prisión Provincial de Mujeres de Valencia. ACCP.

Sección Femenina, y eran parientes de familiares afectos al Régimen. En el Convento de Santa Clara, las condiciones de las reclusas no sólo no mejoraron, sino que también debido al hacinamiento, vivieron unas condiciones penosas y degradantes (Aguado, 2012).

La enfermería, aunque existía, resultaba ser otra entelequia, ya que sus dolencias no eran debidamente atendidas o simplemente no se les asistía, teniendo las internas que afrontar en sus propias celdas los síntomas de sus enfermedades en compañía de otras reclusas o incluso de niñas y niños, con todo lo que esta situación pudiera comportar (Simó y Torres, 2016).

La comunicación con el exterior estaba supeditada a una firme censura en la que participaban los religiosos. Muchas veces las cartas no llegaban a sus destinatarias. La prensa estaba prohibida, excepto *Redención*<sup>2</sup> aunque al igual que en las prisiones masculinas siempre se infiltraba algún periódico. La lectura de los libros estaba permitida con importantes restricciones, pues algunos estaban permitidos y otros no. Incluso se daban casos de libros a los que los funcionarios de prisiones arrancaban algunas páginas por perniciosas, antes de librarlos a las reclusas (Simó y Torres, 2016)

Es importante añadir que, en las comunicaciones sólo se permitía el uso del castellano, ya que el uso de la lengua valenciana estaba absolutamente prohibido en el País Valencià; constituyendo éste, otro de los puntos represivos característicos de la región objeto de estudio.

## 5 CONCLUSIONES

La inclusión de la perspectiva de género en la historiografía nos ha permitido ampliar y complejizar la reflexión histórica general, con la finalidad de estudiar una violencia que conformó la vida de muchas mujeres silenciadas y que vivían en el exilio interior, siendo necesario recuperar para hacer justicia de lo que forma parte de la memoria histórica de nuestro país.

Es innegable que la dictadura persiguió políticamente a las mujeres con ideología antifascista y que fueron sometidas a una

---

<sup>2</sup> Periódico de 1939 con fines propagandísticos del Régimen.



específica represión, siendo el género un factor diferenciador, teniendo en consecuencia, las estrategias de supervivencia y resistencia también un carácter propio. Estas mujeres actuaron –sin saberlo- como enlace con las siguientes generaciones mediante la transmisión de las políticas igualitarias, republicanas y socialistas que las feministas de la transición desarrollaron con mayor rigor.

Es innegable la laguna de conocimiento ante la que nos encontramos cuando pretendemos estudiar la historia de las mujeres de un ámbito geográfico en concreto, padeciendo una invisibilización inaceptable en una sociedad como la actual sostenida por la democracia. Sería, por tanto, una cuestión de justicia social que estas mujeres fueran las protagonistas de las próximas investigaciones históricas.

## REFERENCIAS

Aguado, A. y Verdugo. (2012). Represión franquista sobre las mujeres. *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. N° 10. <http://hispanianova.rediris.es/10/index.htm>

Colmeiro, J.F (2005). *Memoria histórica e identidad cultural*. Editorial Anthropos.

Cuesta, J.F (2008). *La odisea de la memoria: la historia de la memoria en España, siglo XX*. Madrid: Alianza Editorial.

Di Febo, Giuliana. *Resistencia y movimiento de mujeres en España 1936-1976*. Editorial Icaria.

Nash, M. (2013). Represión, resistencias y memoria. Editorial Comares.

Scott, J. (2002). El género: Una categoría útil para el análisis. *Revista Del Centro De Investigaciones Históricas*, n.º 14 (diciembre):9-45. <https://revistas.upr.edu/index.php/opcit/article/view/16994>.

Simó, R. y Torres, R. (2016). *La violència política contra les dones (1936-1953). El cas de privació de llibertat a la província de València*. Institució Alfons el Magnànim. Centre Valencià d'Estudis i d'Investigació. Diputació de València.

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# EL ARTE TERAPIA Y EL CASO M. N., UNA VÍCTIMA DE VIOLENCIA DE GÉNERO

*Amalfy del Carmen Fuenmayor Noriega*



# EL ARTE TERAPIA Y EL CASO M. N., UNA VÍCTIMA DE VIOLENCIA DE GÉNERO

*Amalfy del Carmen Fuenmayor Noriega*

**Resumo:** A utilização de diversas categorias artísticas como meio de expressão no processo de recuperação de M. N., vítima de assédio físico, econômico e psicológico sistemático por parte do companheiro, que repercutiu em sua saúde. O referido processo pode ser dividido em duas fases: a primeira corresponde às formas de expressão artística que serviram ao autor deste artigo para denunciar a situação de violência sofrida por M.N. e a segunda fase refere-se aos meios de expressão artística que a vítima utilizou no seu processo de recuperação que terminou com a resolução do conflito e a sua posterior libertação.

**Palavras-chave:** violência de gênero; expressões artísticas; arte como denúncia; arte terapia.

**Resumen:** El uso de diversas categorías artísticas como medios de expresión en el proceso recuperación de M. N., víctima de un acoso sistemático físico, económico y psicológico, por parte de su pareja, que repercutió en su salud. Se puede dividir el mencionado proceso en dos fases: la primera corresponde a las formas de expresión artística que sirvieron a la autora de este artículo para denunciar la situación de violencia que padecía M.N. y la segunda fase se refiere a los medios de expresión artística que la víctima utilizó en su proceso de recuperación que concluyó con la resolución del conflicto y su posterior liberación.

**Palabras clave:** violencia de género; expresiones artísticas; arte denuncia; arte terapia.

**Abstract:** The use of various artistic categories as means of expression in the recovery process of M. N., victim of systematic physical, economic and psychological harassment by her partner, which had repercussions on her health. The aforementioned process can be divided into two phases: the first corresponds to the forms of artistic expression that served the author of this article to denounce the situation of violence suffered by M.N. and the second phase refers to the means of artistic expression that the victim used

in her recovery process that concluded with the resolution of the conflict and her subsequent release.

**Keywords:** gender violence; artistic expressions; denounce art; art therapy.

Basados en la premisa de que el arte ha sido siempre una herramienta de expresión y comunicación, expondremos en el presente artículo, como elemento de valor principal, el carácter terapéutico que posee la creación artística en el proceso de recuperación de una víctima de la violencia de género y de la integración de las experiencias vividas que le permitieron la toma de decisiones de una forma responsable. Paralelamente a este proceso la implementación de la investigación empírica por parte de la autora, de la circunstancia vital de la observada, que le sirvió de inspiración para elaborar un proyecto expositivo titulado “La Madonna Planchada”, obra que fue expuesta en la exposición individual titulada “Mariposas Cazadas”, en el Centro de Estudios Brasileños de la Universidad de Salamanca en mayo del 2012, en el marco del XIII Congreso Internacional de Historia de los Derechos Humanos de la Universidad de Salamanca: conocer, defender, regular, y que denunciaba la situación de desamparo sociocultural e institucional que sufren las mujeres víctimas de violencia de género.

Conceptualizando al arteterapia, en palabras de Pereira, es una disciplina especializada en acompañar, facilitar y posibilitar un cambio significativo en la persona mediante la utilización de diversos medios artísticos: atendiendo a su proceso creativo, a las imágenes que produce y a las preguntas y respuestas que éstas le suscitan. (Pereira, 2020)

Jennifer Stellar, investigadora de la Universidad de Toronto sostiene que “la ansiedad, el miedo o la tristeza son malas para la salud. Pero el arte, más que un lujo o una experiencia lúdica, es un camino para mantener la vitalidad física y mental”. (Stellar, 2020)

Para Alfred Adler, los escenarios que se crean en el arte no son reales y, por lo tanto, son un lugar, donde el individuo puede relajarse y estar más seguro, generando la capacidad de revelar aquellos aspectos, emociones y sentimientos que causan sus problemas y conflictos

internos, tratando al mismo tiempo de analizarlos y reflexionar sobre ellos. La función del terapeuta sería la de un orientador que guía al usuario con el objetivo de conseguir que se exprese con total libertad, trabajando su integración y adaptación en la sociedad. Conjuntamente Thomsen nos muestra como la Arteterapia permite expresar a través del arte o producción artística lo que no somos capaces de hacer con palabras. (Thomsen, 2011)

La historia de la arteterapia ha estado marcada e influenciada por el interés de los psiquiatras por la producción artística de las personas perturbadas y por el interés de los artistas por la producción artística de estos mismos perturbados motivados por el valor artístico de sus expresiones plásticas.

Haciendo un recorrido histórico de la arteterapia, basados en la anterior aseveración, notamos como en 1845, Pliny Earle publica "*poetry and insanity*" (poseía y locura), un ensayo sobre la creatividad de los perturbados. En 1864, Cesare Lombroso, criminólogo y médico italiano, publica el libro "*genio e follia*" (genio y locura). Lombroso comienza a juntar y dar sentido a una colección de pinturas y esculturas realizadas por pacientes psicóticos.

El psiquiatra y psicoterapeuta, Walter Morgenthaler, en 1921 publica "Un enfermo mental como artista: Adolf Wölfl", en Berna. Esta obra es la primera monografía consagrada a un paciente en la que, además, aparece su nombre como artista, y no como caso clínico. (López F.C., 2015). Adolf Wölfl (1864-1930) fue un prolífico dibujante considerado como uno de los máximos exponentes del llamado arte marginal o art brut.

En 1922, el psiquiatra Hans Prinzhorn publica "*expresiones de la locura*", donde destaca valores artísticos de las obras recopiladas, dejando a un lado cualquier relación de éstas con la utilidad del propio arte, para valoración del diagnóstico de sus autores.

El término "art therapy" surge de la mano del artista, escritor, arteterapeuta y educador Adrian Hill, quien utilizó el término para referirse al proceso que él mismo y sus compañeros de hospital habían experimentado, por el cual la actividad artística les propinó un notable incremento del bienestar emocional. Esta terapia ayudó a muchos pacientes a comunicar, por medio del dibujo y la pintura, los miedos y sufrimientos que habían vivido a lo largo de la Segunda Guerra

Mundial. En 1943, Hill publica su primera obra *“art as an aid to illness: an experiment in occupational therapy”* (el arte como una ayuda para la enfermedad: un experimento en terapia ocupacional), y en 1945, *“art versus illness”* (arte contra enfermedad).

Margaret Naumburg, psicóloga, educadora, artista y escritora, publica en 1947 *“free art expression of behaviour disturbed children as a means of diagnosis and therapy”* donde explica la utilización del proceso artístico de manera sistemática dentro de su trabajo como psicoanalista. Naumburg sostuvo que la arteterapia se basa en que todos los individuos, estén entrenados o no artísticamente, poseen una capacidad latente para proyectar sus conflictos internos bajo formas visuales. (Naumburg, 1978)

La artista Edith Kramer publica su libro *“terapia a través del arte en una comunidad infantil”* en 1958, en él describe sus experiencias en la escuela interracial para varones de 8 a 13 años Wiltwyck, Nueva York. Kramer cuenta cómo a través de talleres de arteterapia pudo ayudar a estos niños a mejorar su conducta y concentrar su energía en actividades más productivas. La inspiración de Kramer nació de la vida y la labor que Friedericke Diker *“Frield”*, su mentora, había realizado a lo largo de su cautividad en los campos de concentración durante la Segunda Guerra Mundial.

En 1964 Se funda la British association of art therapists (BAAT), la organización profesional de los terapeutas de arte en el Reino Unido. La asociación americana de arteterapia, que se crearía en 1969.

En 1991 nace ECARTE, Consorcio Europeo para la Educación del Arte Terapia, conformado por ocho países europeos: Alemania, Países Bajos, Bélgica, Francia, Irlanda, Finlandia, Suecia y Reino Unido.

En España, en 1999 todavía no existía una formación arteterapéutica y Carles Ramos, un “arteterapeuta graduado en Art Psychotherapy por el Goldsmiths’ College, University of London” (Metáfora, 2018), junto a otros compañeros se iniciaron en una formación este mismo año para que así, en el año 2003 se fundase la ATE (Asociación Profesional Española de arteterapeutas), siendo esta la primera asociación de arteterapeutas en España

(García-Reyna, 2017). No fue hasta el año 2016 que se acordó una convivencia para constituir una federación centrada en el arteterapia y que lograra tener una repercusión social y legal para conseguir el reconocimiento legal de la profesión de arte terapeuta (Curry, 2010). Así, en 2010, se crea La Federación Española de Asociaciones Profesionales de Arteterapia (FEAPA)

## 1 CASO DE M.N

Conocí a M. N. en el 2002, a mi regreso al hogar paterno después de un periplo de diez años en el extranjero. El matrimonio, con dos hijos se había mudado al lado de la casa de mis padres. M. N. era dependiente económicamente de su pareja y esta coyuntura mermaba su capacidad de emanciparse de la situación de violencia física, económica y psicológica que padecía. Su maltratador le *permitía* relacionarse con mi madre porque creía que las profundas creencias religiosas de ésta le ayudarían a corregir el carácter díscolo de la esposa y a tornarla, en sus propias palabras “más temerosa del poder de Dios y de sus leyes”. En aras de la armonía en la convivencia vecinal mi madre me prohibió emitir ninguna opinión contraria a las *buenas costumbres*, tradúzcase esto como la sumisión al orden patriarcal establecido.

Al no poder emitir mis opiniones frente a la situación de abuso que M. N. estaba padeciendo, comencé una compilación de dichos, canciones, extractos de conversaciones, adoptando el diseño de investigación empírica de tipo descriptivo, para configurar el marco sociocultural que sostenía al discurso patriarcal de relaciones asimétricas de poder entre hombres y mujeres, las legitimaba y las mostraba como el orden natural establecido. Recolecté hasta elementos con los que mi madre curó las heridas infringidas a M. N. por su maltratador. Titulé a esta especie de diario gráfico – libro de artista: “*libro de horas*” (fig. 1-2), emulando a las ediciones de diseño único que se facturaban en la edad media, y en el cual diseñé la instalación titulada “*La Madonna Planchada*” (fig. 3-4). La realización de este libro de artista me sirvió de canal de drenaje terapéutico, así como también de instrumento de protesta y denuncia ante la indefensión



de la mujer frente a su agresor y a la normalización de la violencia por parte del Estado y la sociedad.

M. N. denunció a su agresor ante las autoridades obteniendo una orden de alejamiento, pero las continuas súplicas de sus hijos la empujaron a aceptarle de nuevo. Luego de unos meses de aparente armonía, las manifestaciones de violencia se recrudecieron al punto de mantenerla confinada en una habitación de la que no podía salir. Esta especie de encarcelamiento, sin barrotes, fue haciendo mella en su salud.

Volví a ver a M.N. en el 2011, para mi asombro, presentaba todo el lado derecho del cuerpo paralizado, a manera de las secuelas que deja el haber padecido un ictus, no obstante, los médicos no pudieron realizar el diagnóstico de ictus por falta de pruebas que lo corroboraran. Comencé entonces a proporcionarle a M. N. una serie de herramientas artísticas, en un entorno seguro, para que pudiera expresar el miedo y la rabia acumulados. Trabajamos con arcilla, recordando a *“la destrucción del padre”*, de Louise Bourgeois, con expresión corporal, y con dibujos esquemáticos realizados con creyones de cera y lápices sobre papel, en los que recreaba escenas de castigo y exposición pública de su maltratador (fig. 3). Muchas de las primeras creaciones realizadas por M. N. fueron destruidas por ella, debido al temor que le producía el hecho de que éstas pudieran llegar a manos de su pareja, razón por la cual no poseo suficiente material gráfico para poder mostrar el desarrollo del proceso catártico que las expresiones artísticas suscitaron en M. N. Conuerdo con María del Río en que el espacio de creación (por ejemplo, el papel) es fundamentalmente un espacio relacional, emocional, sobre el que el sujeto actúa mientras se representa; su valor viene dado en función de aquellas cargas afectivas y estéticas que lo convierten en lugar para la experimentación, para el desarrollo del juego simbólico y proyectivo. (del Río y otros, 2012)

Basada en la premisa de Graham Hill, en la cual aseveraba que la guerra no solo era físicamente destructiva, sino que también dañaba *“mentes, cuerpos y esperanzas”* y que la necesidad de curación psicológica era aún más importante que la mera reparación física, la batalla consuetudinaria librada por M. N. le infringió profundas heridas psicológicas que se manifestaron físicamente. El carácter

catártico y terapéutico de actividades artísticas repercutieron en la salud y el ánimo de M. N. y en la toma de decisión de informar sobre la situación de maltrato a la que estaba siendo sometida por su pareja y pedir apoyo financiero a su familia a fin de separarse definitivamente de su maltratador y regresar a su país. Su futura liberación también quedó plasmada en un dibujo esquemático (fig. 4). Finalmente M. N. volvió a su país natal y allí vive con sus familiares, en un entorno seguro que le sirve para su desarrollo integral.

Para concluir recordaremos las palabras de Pérez Fariñas: se ha observado que el arte, en tanto parte de la cultura, sostiene al ser humano en los momentos de más dificultad; que hay una forma de estar en el mundo a través del arte, una posición específica que no solo no se abandona en situaciones de sufrimiento sino que se convierte en aliado para liberarlo; que la cultura protege y mantiene nuestra humanidad; que la esperanza es imprescindible para vivir y que la experiencia estética abre vías de esperanza; la creación y experiencia artística mantiene el deseo de vivir y que compartir dicha experiencia nos vincula a los otros, pues nos ayuda a reconocernos y ser reconocidos como parte de la comunidad humana; que la belleza posee valores que ayudan a mantener la búsqueda de sentido vital, y que facilita el encuentro con el yo real; que el arte es una forma de cuidado íntimo, valor terapéutico; y que el arte es un aliado en el mantenimiento de lo específicamente humano, de la memoria, de la identidad, y además, un aspecto de su trascendencia. (Pérez, 2015)

## REFERENCIAS

Bourgeois, Louise. *Destruction of the Father, Reconstruction of the Father. Writings and Interviews*. Editorial Violette. Londres, 2000.

Cury Abril, M. (2010). Constitución de la Federación Española de Asociaciones Profesionales de arteterapia (FEAPA). 28 de marzo de 2010. *arteterapia. Papeles De Arteterapia Y educación artística Para La inclusión Social*, 5, 225 - 226. R

Consultado en: (21/07/2022)

<https://repositorio.unican.es/xmlui/bitstream/handle/10902/21625/BustamanteAzcuenagaIvan.pdf?sequence=1#:~:text=14-,4.2.4%20El%20arteterapia%20en%20Espa%C3%B1a,pusieron%20en%20movimiento%20el%20arteterapia.>

Del Río, María, Sanz-Aránguez, Belén y Cury Mónica. Cuando el trabajo artístico no es separable del terapéutico. *Arteterapia* (18/01/2012)

Consultado en: (24/06/2022)

<http://www.martitarazona.com/2012/04/28/arteterapia/>

García-Reyna, N. (2017). Orígenes de Arteterapia en España. Entrevista a Carles Ramos. *La Revista de Arteterapia de Metáfora*.

Consultado en: (21/07/2022)

<https://repositorio.unican.es/xmlui/bitstream/handle/10902/21625/BustamanteAzcuenagaIvan.pdf?sequence=1#:~:text=14-,4.2.4%20El%20arteterapia%20en%20Espa%C3%B1a,pusieron%20en%20movimiento%20el%20arteterapia.>

López Fdez. Cao, Marian. *Para qué el arte. Reflexiones en torno al arte y su educación en tiempos de crisis*, Editorial Fundamentos, Madrid, 2015.

Metáfora (2018, 6 abril). Entrevista Carles Ramos. *Metáfora Arteterapia Barcelona*.

Consultado en: (25/07/22)

<https://metafora-arteterapia.org/entrevista-carles-ramos/>

Pérez Fariñas, Raquel. Tesis: Friedl Dicker-Brandeis: arte, dolor y terapia. Universidad Complutense. España 2015

Thomsen, E. Fundamentos de Arte terapia. En Mateos Hernández, Luis Alberto. (Coord.), Terapias artístico creativa: Musicoterapia, Arte terapia, Danza Movimiento, Terapia, Drama Terapia, Psicodrama. Ediciones Amarú. Salamanca. 2011

Consultado en : (21/07/2022)

<https://docplayer.es/amp/5879930-Eca-te-el-consorcio-europeo-para-la-educacion-en-arte-terapia.html>

Consultado el 27/07/2022

[https://extension.uned.es/archivos\\_publicos/webex\\_actividades/4786/02historiadelteterapia.pdf](https://extension.uned.es/archivos_publicos/webex_actividades/4786/02historiadelteterapia.pdf)

Consultado el 27/07/2022

[https://www.researchgate.net/publication/316086466\\_Origenes\\_de\\_la\\_Formacion\\_de\\_Arteterapia\\_en\\_Espana\\_Entrevista\\_a\\_Carles\\_Ramos](https://www.researchgate.net/publication/316086466_Origenes_de_la_Formacion_de_Arteterapia_en_Espana_Entrevista_a_Carles_Ramos)

Consultado el 25/07/2022

The British association of Art therapists. [http://www.baat.org/art\\_therapy.html](http://www.baat.org/art_therapy.html),

Consultado el 12/05/2022

[https://es.wikipedia.org/wiki/Adrian\\_Hill](https://es.wikipedia.org/wiki/Adrian_Hill)

[https://es.wikipedia.org/wiki/Friedl\\_Dicker-Brandeis](https://es.wikipedia.org/wiki/Friedl_Dicker-Brandeis)

<https://studylib.es/doc/7497519/mujer-y-arteterapia--una-avis%C3%B3n-sobre-la-violencia-de-g%C3%A9nero>

Figura 1

**EL CASO M. N., UNA VÍCTIMA DE VIOLENCIA DE GÉNERO**  
Notas registradas en el diario

Los Letanias  
Las Lejanas...

NR: ¿Tora qué me storo?  
NR: El quite mierda...  
Se queda desde el hecho, p...  
NR: Bájale de la cama, está  
podida, si para dos años!  
NR: ¿Cón como le temp  
con mis aborres, si yo abor-  
podida. In maná b...  
NR: No me plausa p...  
mierda...

Ya lo cabamos,  
maria b...  
Ya lo cabamos,  
así nos g...  
Ya lo cabamos,  
compatria no  
...  
Ya lo cabamos,  
no cambiamos...  
Ya lo cabamos  
de historias repetitivas

Extractos de las conversaciones entre N.M. y mi madre

Vagina

Letanias

Figura 2

**EL CASO M. N., UNA VÍCTIMA DE VIOLENCIA DE GÉNERO**  
Notas registradas en el diario

Los Letanias  
Las Lejanas...

NR: ¿Tora qué me storo?  
NR: El quite mierda...  
Se queda desde el hecho, p...  
NR: Bájale de la cama, está  
podida, si para dos años!  
NR: ¿Cón como le temp  
con mis aborres, si yo abor-  
podida. In maná b...  
NR: No me plausa p...  
mierda...

Ya lo cabamos,  
maria b...  
Ya lo cabamos,  
así nos g...  
Ya lo cabamos,  
compatria no  
...  
Ya lo cabamos,  
no cambiamos...  
Ya lo cabamos  
de historias repetitivas

Extractos de las conversaciones entre N.M. y mi madre

Vagina

Letanias

Figura 3



Figura 4



VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# LA IMPORTANCIA DE LA PERSPECTIVA DE GÉNERO EN LAS PERICIALES SOCIALES

*Anabí Rama Samperio*



# LA IMPORTANCIA DE LA PERSPECTIVA DE GÉNERO EN LAS PERICIALES SOCIALES

*Anabí Rama Samperio*

## **Resumo:**

Os perícias social são documentos de força probatória que são solicitados aos assistentes sociais que exercem a função de peritos sociais. Assim, estas podem ter lugar em qualquer assunto que seja objeto de litígio.

Esta comunicação pretende “colocar na mesa” a importância de os peritos sociais terem formação em gênero na avaliação de qualquer caso que lhes caia nas mãos. Especificamente, essa fala pode ser contrastada por meio da apresentação de um perito social em um caso de acidente de trânsito em que a perícia do perito não só permitiu a identificação das diversas formas de violência como também, foi possível defender a violência institucional como dano excepcional e, portanto, requerer indenização.

**Palavras Chave:** perícia social; perspectiva de gênero; violência institucional; dano social.

## **Resumen:**

Las periciales sociales son documentos de fuerza probatoria que se solicitan a las y los trabajadores sociales que ejercen como peritos sociales. Así, éstas pueden tener cabida en cualquier tema objeto de litigio.

En esta comunicación se pretende “poner sobre la mesa” la importancia de que las y los peritos sociales tengan formación en género a la hora de valorar cualquier caso que pueda llegar a sus manos. Concretamente, se podrá contrastar esta afirmación a través de la exposición de una pericial social en un caso de un accidente de tráfico en el que la experticia de la perito no sólo permitió identificar las diversas violencias sufridas por la mujer del peritado, sino que, además, se pudo defender la violencia institucional como perjuicio excepcional y, por tanto, requerir su indemnización.

**Palabras Clave:** peritaje social; perspectiva de género; violencia institucional; daño social.



**Abstract:** The social experts are documents of probative force that are requested to social workers who act as social experts.

Thus, it could be said that a social expert could take place in any litigation matters.

This communication aims to draw the attention to the importance of gender equality training for social experts when assessing any case that may come into their hands. More specifically, this statement could be certified through a social expert presentation in a case of a traffic accident. In this case, the expertise did not only allow to identify the various forms of violence suffered by the victim's wife, but also defended institutional violence as an exceptional injury, therefore, it was possible to require its compensation.

**Keywords:** social expertise; gender perspective; institucional violence; social damage.

## 1 INTRODUCCIÓN

La labor de una o un perito social forense en un accidente de tráfico consiste en determinar, según la Ley 35/2015, de 22 de septiembre, de reforma del sistema para la valoración de los daños y perjuicios causados a las personas en accidentes de circulación (en adelante, baremo):

- El perjuicio moral por pérdida de calidad de vida (art. 107).
- El grado de dicho perjuicio: muy grave, grave, moderado o leve (art. 108).
- En su caso, el perjuicio moral por pérdida de calidad de vida de familiares de grandes lesionados (art. 110).
- En su caso, los perjuicios excepcionales (art. 33).

Uno de los principios fundamentales del sistema de valoración expone que sólo se puede indemnizar conforme a las reglas y límites establecidos en el baremo. De ahí la importancia de los perjuicios excepcionales entendidos como “*perjuicios relevantes, ocasionados por circunstancias singulares y no contemplados conforme a las reglas y límites del sistema*” (art. 33) “*los cuales serán indemnizados con un límite máximo de incremento del 25% de la indemnización que corresponda por perjuicio personal básico*” (art. 112).

Así, las y los peritos sociales evalúan el daño social entendido como *“los efectos experimentados por una víctima en sus relaciones familiares y/o sociales como consecuencia de un evento traumático, donde tales efectos están asociados a la resonancia de dicho suceso en las nuevas condiciones sociales y posición en ella del afectado, respecto a su contexto y mapa relacional anterior. Esto, tanto en referencia a los aspectos vinculados con la construcción social del sujeto (dimensión subjetiva del daño), como al propio mapa relacional en que éste se encuentra inserto (dimensión objetiva)”*. AA.VV (2010).

La detección de los perjuicios excepcionales, están condicionados por la especialización de las y los peritos en materias relacionadas. En este caso, la especialización de la perito en género permitió detectar una violencia institucional sobre la mujer del peritado reclamando, así, una indemnización por ese daño social.

Las y los peritos sociales realizan una investigación social que se plasma en el peritaje social en dos partes principales: una descriptiva (volcado de datos) y otra, la interpretación diagnóstica (interrelación de variables para poder valorar y explicar).

## 2 ESTUDIO SOCIAL. ¡SALTAN LAS ALARMAS!

Aunque esta comunicación tiene por objeto exponer la violencia institucional como perjuicio excepcional muchos de los datos recogidos daban indicios de que la mujer estaba siendo víctima de múltiples violencias. A saber:

- Mujer de 28 años.
- Oriunda de Marruecos, concretamente, de una aldea.
- No sabe leer ni escribir. Tampoco sabe hablar francés (lengua colonial de esa zona de Marruecos).
- Contrae matrimonio en su país de origen por acuerdo entre las familias sin conocer personalmente a su prometido hasta el mismo día de la boda. Antes del accidente comparte unos pocos meses de convivencia con el peritado.
- Un año tras el accidente, se traslada a España con su hijo cuando su marido va a ser dado de alta en el hospital. Acude con visado que se le caduca y, por tanto, se encuentra en situación irregular. Lleva en España desde 2018.

- No conoce el idioma español.
- No tiene familia en España salvo la de su marido a la que no conoce cuando llega al país y su hermano con el que, tras algunas visitas, no mantiene contacto.

De su relato y del de otros testimonios, se describen las siguientes situaciones que se consideran relevantes:

- Debido al accidente, su marido presenta episodios de ira verbal llegando a romper objetos varias veces al día. Estos episodios son corroborados por la cuñada política y, también, por un abogado que expone que en una ocasión tuvo que personarse la policía en el domicilio, pero no se recogió atestado.
- En entrevista con un profesional manifiesta que estima que la familia tiene una gran desconfianza hacia la mujer del peritado ya que piensan que si “cogiera dinero” (indemnización), lo abandonaría.
- En entrevista con la cuñada política comenta que no sabe asumir sus responsabilidades como mujer y que es mejor que ella no maneje el dinero porque es mala administradora.
- Aun manifestando el marido su capacidad para mantener relaciones sexuales, la familia cuestiona la paternidad del segundo hijo del matrimonio.
- El padre del peritado maneja la economía familiar desde Marruecos. Si la mujer necesita algo, lo pide y se lo traen si lo consideran oportuno.
- En entrevista con la mujer, ejerciendo su cuñada de traductora, se observó que la mujer contestaba a las preguntas de forma evasiva, con monosílabos.
- En observación directa se detectan carencias a la hora de ejercer los cuidados de forma efectiva y lo menos lesiva.
- La única ayuda técnica que tienen en el domicilio es una silla de ruedas facilitada por un conocido.

### 3 INTERPRETACIÓN DIAGNÓSTICA.

#### 3.1 Identificación de violencias sobre la mujer

Cuando una o un perito realiza una valoración técnica, ésta debe ser sustentada de manera que no quepa duda de su experticia en la materia. Así, en base a la legislación, se identificaron distintas violencias:

- Quedaba totalmente acreditado que la mujer estaba siendo víctima de violencia de género según la Ley 1/2004, concretamente, de violencia psicológica según la Ley 7/2018 por parte del marido de una forma continuada desde hacía aproximadamente tres años. Posiblemente, esa violencia no se materializaba en agresiones físicas porque el marido estaba limitado en su movilidad.
- También se sustentaba la violencia económica, según la Ley 7/2018, que en este caso se estaba ejerciendo por parte de la familia del marido como instrumento coercitivo para evitar que pudiera tomar la decisión de abandonarlo.
- Además, se detectó que por parte de la familia se ejercía ya la descrita violencia psicológica a través de un aislamiento, casi total, de su familia de origen y, de la concepción de inutilidad que tenían de la mujer llegando a poner en cuestión la paternidad de su hijo menor.

No se puede obviar que la violencia de género es un delito tipificado por el Código Penal siendo obligatorio para las y los profesionales de las instituciones públicas la denuncia. Cabe destacar que, a lo largo de todo el tiempo que había transcurrido entre la llegada de la mujer a España hasta el momento en que se me reclama para actuar como perito (casi 3 años) habían intervenido las y los siguientes profesionales:

- Médicos, médicas, enfermeros, enfermeras tanto a nivel privado como a nivel público en la atención del hombre en calidad de lesionado en un accidente de tráfico.
- Equipo de valoración de la discapacidad de los Centros de Valoración y Orientación

- Equipo del Servicio de Valoración de la Dependencia.
- Policía local del municipio en donde estaba la vivienda.
- Trabajadora social de zona.
- Abogado de la familia.

La Ley 17/2020 define como violencia en el ámbito institucional como “*acciones y omisiones de las autoridades, el personal público y los agentes de cualquier organismo o institución pública que tengan por finalidad retrasar, obstaculizar o impedir el acceso a las políticas públicas y al ejercicio de los derechos...*”.

Además, el art. 43.2.c de la Ley 7/2018, establece que “*la Administración de la Junta de Andalucía favorecerá que la atención integral especializada y multidisciplinar y los medios de apoyo y recuperación sean accesibles a las víctimas de violencia de género, y particularmente a aquellas que por sus circunstancias personales, sociales o culturales se encuentren en una situación de especial vulnerabilidad, tales como personas con discapacidad, personas mayores, personas inmigrantes y personas que vivan en el medio rural, con especial atención a las personas menores de edad en situación de riesgo social.*”

Habiendo sido evaluado el caso por profesionales sanitarios, sociales y jurídicos nadie detectó y, por tanto, intervino en la situación de violencia de género sufrida por la mujer.

Como se puede ver, es un caso que sólo puede ser tildado de “todo un despropósito” en el que las actuaciones negligentes de quienes debieran proteger a la mujer la sume en una verdadera situación de exclusión social vulnerando todos sus derechos como ser humano.

### **3.2 Detección de violencia institucional**

El primer paso del estudio social consiste en realizar una aproximación al caso a partir de la observación indirecta de la documentación recibida. En un caso de la gravedad expuesta por el abogado y habiendo transcurrido cuatro años desde el accidente, se esperaba recibir, como mínimo:

- Informes médicos de distintas disciplinas (intensiva, rehabilitador, general, de lesionados, etc.) y a lo largo de todo el proceso (desde el accidente hasta la estabilización de

- las secuelas) tanto de centros públicos como privados.
- Informes de enfermería a lo largo de todo el proceso.
  - Informes psicológicos y psiquiátricos a lo largo de todo el proceso.
  - Informes de terapeutas ocupacionales, logopedas, etc. del centro o centros de rehabilitación a los que pudiera haber asistido tras el alta hospitalaria.
  - Resolución del grado de dependencia.
  - Resolución del grado de discapacidad.
  - Informes sociales de Servicios Sociales.

La documentación recabada se limitaba a los informes médicos y de enfermería realizados a lo largo de su estancia en las distintas unidades hospitalarias. Tras el alta, sólo había un informe de una clínica de rehabilitación (solicitado por la compañía aseguradora de la conductora que lo atropelló) en el que se realizaba una evaluación del estado del accidentado y un programa neurorehabilitador que nunca se llevó a cabo.

En el momento de la realización de las visitas domiciliarias, llamó poderosamente la atención la falta de recursos materiales y económicos obtenidos en estos cuatro años para la atención del lesionado en comparación con casos de la misma gravedad (cama articulada, adaptación de la vivienda, silla de ruedas, servicio de ayuda a domicilio, servicio de teleasistencia, prestación económica por cuidados, etc.) y la ausencia de atención sanitaria y social hacia el peritado y su familia.

De toda la bibliografía consultada, se destaca que la violencia institucional es un concepto que está muy vinculado al ámbito jurídico y al de victimización secundaria entendida como la que *“surge a partir de que la persona ha vivido una experiencia traumática, y al entrar en contacto con las autoridades o instituciones del estado, es receptora de tratos injustos e incluso puede ser criminalizada por el mismo acto del que fue receptora”* (Martorella, 2011) y muy ligado, además, a la violencia de género. De hecho, los dos países pioneros (Méjico y Argentina) en reconocer la violencia institucional a nivel legislativo, lo hacen dentro del marco de la violencia de género.

Tal y como apunta Laguna-Hernández (2007), la victimización secundaria se consolida como un factor cronificador de las secuelas

psicológicas y potencialmente dañino ya que es quien debe cuidar, proteger y restablecer quien deja nuevamente a la/s persona/s en una situación de fragilidad, vulnerabilidad y exclusión.

Siguiendo a Marta Simón (2014 y 2021) en la concepción del daño social, se puede concluir que la victimización secundaria y, por tanto, la violencia institucional, también, cronifican las lesiones sociales pudiendo contribuir a que se conviertan en secuelas sociales.

En definitiva, la violencia institucional es un concepto en permanente construcción teórico-práctica que va admitiendo diversidad de situaciones por acción u omisión y de agentes que la ejecutan. Así, por ejemplo, según Bezanilla, Miranda y González (2016) exponen que la *“victimización secundaria puede ser perpetrada por las personas (ya sean servidores públicos o miembros de ONG’s) que brindan algún tipo de atención a los agraviados, o por las instituciones encargadas de brindarla”*.

En base a lo relatado hasta el momento, se podía concluir que inequívocamente se estaba produciendo violencia institucional por diversos actores tanto públicos como privados que se concretaba en una pasividad a la hora de proveer de recursos emocionales, sanitarios, económicos, etc. En el caso de las administraciones públicas consistía en una flagrante negación de acceso a derechos que les eran propios como, por ejemplo, la valoración de la dependencia, atención sanitaria primaria, etc.

No se puede olvidar que el caso era conocido por muchos y muchas profesionales del ámbito público. Ninguna de estas personas intervino de forma consecuente a las necesidades de la familia infringiendo, por tanto, la cronificación de las secuelas individuales, psicológicas y sociales derivadas del accidente de tráfico situando a cada miembro en una posición de mayor vulnerabilidad social a la que ya tenían.

Como era de esperar, la violencia institucional detectada tenía un mayor impacto sobre la mujer del accidentado que, además, de estar siendo víctima de diversas violencias, se enfrentaba a las consecuencias de la violencia institucional por su rol de cuidadora principal.

La Ley 12/2007, de 26 de noviembre, para la promoción de la Igualdad de género en Andalucía (art. 49) defiende *“los poderes*

*públicos de Andalucía...velarán por el acceso ... a los servicios de las mujeres migrantes...*” teniendo en cuenta “*las singulares dificultades en que se encuentran las mujeres de colectivos de especial vulnerabilidad*” (art. 46.2.2). Por tanto, los sistemas públicos que tendrían que haber estado especialmente vigilantes para facilitar su acceso a todos los servicios públicos ante su especial vulnerabilidad, eludieron su responsabilidad.

Se ve que, además, esta Ley ha querido blindar el apoyo institucional a las personas cuidadoras de Andalucía ya que en su art. 41.5 expone que “*se impulsarán las medidas necesarias para apoyar a las personas cuidadoras de personas dependientes... y se proporcionará formación adecuada para mejorar el cuidado de las personas dependientes a su cargo*” y prosigue en su art. 45.2 “*...se proporcionará a las personas cuidadoras un acceso permanente a la información, la formación y el asesoramiento adecuado que les ayude a mejorar su calidad de vida*”.

Derechos que, tal y como hemos podido apreciar se le estaban siendo sistemáticamente negados.

#### **4 VIOLENCIA INSTITUCIONAL COMO PERJUICIO EXCEPCIONAL INDEMNIZABLE**

Como se expuso anteriormente, no todas las violencias detectadas pudieron tener la consideración de perjuicio excepcional ya que no se podía obviar que se estaba dentro del contexto de un accidente de tráfico y que se tenía que estar al servicio del objeto de pericia que en este caso consistía en la valoración del perjuicio excepcional; es decir, “*perjuicios relevantes, ocasionados por circunstancias singulares y no contemplados conforme a las reglas y límites del sistema*” (art. 33).

Hay que tener en cuenta que el asunto se dirime entre la persona perjudicada y la aseguradora de quien causara el accidente. Este aspecto limita la posibilidad de solicitar la indemnización por la violencia institucional ejercida por parte de las Administraciones Públicas pudiendo reclamar, únicamente, la violencia institucional ejercida por parte de la aseguradora.

Como se ha explicado anteriormente, se considera que la aseguradora ha desarrollado una omisión de sus funciones ya que



solicitó la valoración del perjudicado por parte de una clínica de neurorehabilitación en el que se prescribía un tratamiento a seguir que nunca se llevó a cabo. Esta desidia tuvo sus repercusiones en el daño social causado al lesionado que ha tenido especial impacto en su mujer en su rol de cuidadora y, por tanto, debe ser objeto de indemnización.

Esta perito es totalmente consciente de la dificultad, por no decir el temor, que supone incluir una violencia institucional ejercida por una aseguradora como perjuicio excepcional, pero, tal y como apuntaba Madame Curie,

*“Nada en este mundo debe ser temido...sólo entendido.  
Ahora es el momento de comprender más, para que podamos temer menos”*

Porque basándonos en Käes (1989), se puede apuntar que la violencia institucional se produce en organizaciones en las que lo instituido suplanta a lo instituyente conformándose como instituciones violentas y causantes de sufrimiento.

Por tanto, si se quiere progresar es del todo irremediable visibilizar estas realidades en las salas ya que, como expresaba María Zambrano,

*“La acción de preguntar supone la aparición de la conciencia”*

## 5 CONCLUSIONES

El Código Deontológico de Trabajo Social consiste en un acuerdo de la profesión sobre los mínimos que tienen que regir nuestro quehacer profesional. En cada caso, se aplicarán los distintos valores y principios que en él se recogen.

Desde mi punto de vista, ejerciendo nuestra profesión como peritos sociales, tenemos la gran oportunidad de lograr una mayor justicia social (principio ético) individualizando el daño social en los asuntos que se dirimen judicialmente. Es por ello, que esa

individualización (concerniente al valor ético de la igualdad) pasa por, entre otras cosas, superar las categorizaciones y juicios de valor (principio ético) y superar nuestras propias limitaciones luchando por la consecución real de los Derechos Humanos y sociales (principio ético).

Por tanto, es nuestro deber tener la experticia necesaria para poder explicar la vulneración de los Derechos Humanos y sociales que se lesionan en cada caso a las y los actores judiciales. Así, en esta pericial en concreto se pudo poner de manifiesto que:

- Se estaba ejerciendo una clara violencia institucional por parte de la aseguradora al interrumpir de forma infundada el tratamiento rehabilitador que necesitaba la víctima del accidente.
- También se estaba ejerciendo violencia institucional desde las administraciones públicas al no prestar servicios que caen por su propio peso a la hora de estar ante un lesionado de estas características.
- Toda esta violencia institucional generaba un gran impacto sobre la mujer del accidentado en su rol de cuidadora principal que, además, la legislación protegía especialmente.
- A pesar de todas las leyes que protegen a las víctimas de violencia de género y otras violencias sobre las mujeres y de que habían intervenido un sinnúmero de profesionales sanitarios, sociales, policiales, etc. nadie protegió a esa mujer y, por tanto, estaba siendo víctima, por si fuera poco, de violencia institucional directa por su condición de víctima de género.

Si bien, tal y como se ha argumentado, no todas las vulneraciones de estos derechos se pudieron reclamar como perjuicio excepcional, era importante su visibilización puesto que permitían hacerse una idea de la situación, no ya de vulnerabilidad, sino de exclusión social en la que se encontraban las víctimas, especialmente, la mujer.

Y, aunque las y los agentes judiciales no tengan costumbre de valorar todas estas circunstancias, no quiere decir, por ello, que no haya que trascender en pro de una mayor justicia social teniendo en cuenta que el propio baremo de accidentes de tráfico pretende el

justo resarcimiento de los perjuicios sufridos por las víctimas y sus familias.

*“Reconocer nuestra propia invisibilidad significa encontrar por fin el camino hacia la visibilidad”. Mitsuye Yamada*

## BIBLIOGRAFÍA

Nota importante: ante la obligación ética de incluir la perspectiva de género en la bibliografía, excediendo las normas APA esta autora considera apropiado escribir el nombre de pila de las autoras para visibilizarlas poniendo en valor la proliferación teórico-práctica de las mujeres.

AA.VV. (2010). *Guía para la evaluación pericial de daño en víctimas de delitos sexuales*. Documentos de Trabajo Interinstitucional, Santiago de Chile, Chile.

Bezanilla, J. M., Miranda, Amparo M<sup>a</sup>. y Fabiani, J. H. G. (2016). Violaciones graves a derechos humanos: violencia institucional y revictimización. *Cuadernos de crisis y emergencias*, 15(2).

Barrientos, P (2015). *Violencia Institucional: Hacia un nuevo enfoque*. Universidad Nacional de Córdoba. Colombia.

Bodelón, Encarna. (2014). Violencia institucional y violencia de género. In *Anales de la cátedra Francisco Suárez* (Vol. 48, pp. 131-155).

Kaës, R; Bleger, J; Enriquez, E; Fornari, F; Fuster, P; Rousillon, R y Vidal, JP. (1989). *La institución y las instituciones*. Estudios psicoanalíticos. Paidós, Buenos Aires.

Laguna Hernández, Susana (2007). *Manual de victimología*. Universidad de Salamanca, España.

Ley 39/2006, de 14 de diciembre, de Promoción de la Autonomía Personal y Atención a las personas en situación de dependencia

Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género.

Ley 13/2007, de 26 de noviembre, de medidas de prevención y protección integral contra la violencia de género.

Ley 12/2007, de 26 de noviembre, para la promoción de la Igualdad de género en Andalucía.

Ley 7/2018, de 30 de julio, por la que se modifica la Ley 13/2007, de 26 de noviembre, de medidas de prevención y protección integral contra la violencia de género,

Ley 17/2020, de 22 de diciembre, de modificación de la Ley 5/2008, del derecho de las mujeres a erradicar la violencia machista.

Martorella, Ana M<sup>a</sup> (2011). Martorella, A. M. (2011). *Abuso sexual infantil intrafamiliar: revictimización judicial*. 12º Congreso Virtual de Psiquiatría. Febrero-Marzo 2011. Argentina.

Perelman, Marcela., & Tufro, M. (2017). *Violencia institucional. Tensiones actuales de una categoría política central*.

Pita, M<sup>a</sup> Victoria (2017). *Pensar la Violencia Institucional: vox populi y categoría política local*.

Simón Gil, Marta (2014). *Bases Teóricas y Metodológicas del Trabajo Social Forneses para la Evaluación de Lesiones y Secuelas Sociales del Abuso Sexual a Menores*. Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco. Vitoria-Gasteiz.

Simón Gil, Marta (2021). *El daño social: secuelas y lesiones sociales, la evaluación del trabajo social forense en víctimas de violencia de género*. Servicios Sociales y Política Social (Diciembre-2020). XXXVII (124), 11-27.

Tornero Moreno, Sandra y Rama Samperio, Anahí (2015). *Peritaje Social. Medio de prueba en casos de VG*. Diario La Ley.

Tornero Moreno, Sandra y Rama Samperio, Anahí (2015). *Ejercicio libre de la profesión: el trabajador social como perito social forense*. TSDifusión, nº 110.

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# COVID-19 E SEUS REFLEXOS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

*João Luiz Barboza*



# COVID-19 E SEUS REFLEXOS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

*João Luiz Barboza*

**Resumen:** El tema de este trabajo es la influencia de la pandemia de Covid-19 en la violencia contra la mujer en la sociedad brasileña, considerando los roles sociales en los que la mujer está involucrada. El objetivo es mostrar que los estratos sociales más bajos son los más expuestos al virus Covid-19, aumentando así el estrés y los riesgos de contagiar a los familiares en el hogar. En este contexto, las mujeres se sienten más susceptibles a la violencia doméstica. Este trabajo se basa en la investigación bibliográfica sobre la evidencia del rol social de la mujer, así como en la investigación de fuentes de información estadística de las autoridades oficiales para concluir si la pandemia del Covid-19 tuvo una gran influencia en la violencia contra la mujer.

**Palabras llave:** Ser mujer; La violencia doméstica; Covid-19.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui tema de relevância internacional que tem sido objeto de preocupações das várias instâncias de defesa dos direitos humanos. Por mais que se possa atribuir essa violência a circunstâncias atuais, não se pode perder de vista que fatores históricos continuam a exercer influência sobre comportamentos machistas e até mesmo misóginos, muitas vezes associados a pré-conceitos e problemas sociais de fundo estrutural.

Entende-se que a produção legislativa é o caminho para o combate dessa violência e seus efeitos, sendo certo que a participação feminina nas Casas congressuais é de singular importância. E no Brasil essa participação é muito reduzida.

Avaliar os efeitos da pandemia do Covi-19 sobre a violência contra a mulher é o que se busca neste estudo, o que se fará compulsando dados estatísticos oficiais.

## 2 NASCER MULHER

Todo ser humano representa a frutificação da união entre um homem e uma mulher. E a esse futuro indivíduo não é dada, por óbvio, a oportunidade ou o direito de decidir ou opinar sobre onde, quando, como nem em que circunstâncias virá ao mundo. Aliás, não tem nem mesmo a chance de decidir se quer ou não nascer. E uma vez nascido também não lhe é reconhecido o direito de pôr fim à própria vida.

Do ponto de vista do nascituro, o momento da concepção representa a essência do brocardo *alea jacta est*<sup>1</sup>. Sua existência estará subordinada às condições gestacionais e às circunstâncias em que vem à luz: se saudável ou doente; se fisicamente íntegro ou com alguma deficiência; se branco, negro ou amarelo; se rico ou pobre; a sociedade e o ambiente cultural em que estará inserido; se a sociedade é preconceituosa; se o país prestigia a liberdade, ou o regime de poder é autoritário; a orientação religiosa; o ambiente familiar... São infinitas as influências que pesarão sobre esse indivíduo, e sua vida será moldada em função de todas elas.

Existe ainda uma inescapável condição binária que se define na concepção: será do sexo masculino, ou do sexo feminino<sup>2</sup>? Sabe-se hoje que esta condição binária decorre de características biológicas transmitidas pelo homem, ainda que, reconheça-se, independentemente da sua vontade. Os cromossomos X-Y, como cediço, estão presentes no espermatozoide, e o sexo do futuro ser estará na dependência de qual deles se unirá a um dos cromossomos X-X presentes no óvulo a ser fecundado. Os cromossomos masculinos definirão, então, se nascerá um indivíduo do sexo masculino, no caso de o óvulo ser fecundado pelo cromossomo Y, ou do sexo feminino se fecundado pelo cromossomo X<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Do Latim: A sorte está lançada!

<sup>2</sup> E aqui, por óbvio, não se levam em conta as possíveis influências endógenas ou exógenas que irão interferir na sexualidade do indivíduo.

<sup>3</sup> Frise-se que abusos podem ocorrer na manipulação genética, como observa HOLLAND (2008, p



O conhecimento desta decorrência da característica biológica masculina veio a lume por volta de 1900. Anteriormente, era comum a mulher ser responsabilizada pela definição do sexo dos filhos, sendo muitos relacionamentos abalados ou mesmo dissolvidos por conta dessa “crença”, inclusive no âmbito da nobreza<sup>4</sup>. Muitas mulheres tinham de suportar essa atribuição de culpa, sem que pudessem opor qualquer defesa.

A condição humana da mulher a diferenciará do homem, em maior ou menor grau a depender da sociedade em que está inserida. No Brasil, essa diferença teve reflexos importantes, principalmente nos aspectos morais, como na questão da maternidade da mulher que não estivesse vinculada por um casamento formal<sup>5</sup>. E quando casadas, eram privadas do sobrenome, o que não ocorria somente no Brasil<sup>6</sup>. Nascer mulher é fato que traz em si a possibilidade se tornar submissa ao sexo oposto. Não é difícil encontrar evidências de que a mulher pode estar destinada a ser totalmente submissa ao homem<sup>7</sup>. Aponta-se como possibilidade, vez que comportamentos masculinos condenáveis não podem ser generalizados. Os lamentos de Medéia, por sinal vertidos da pena de um homem, são exemplares de como a mulher, já na Grécia antiga, se enxergava frente ao homem:

De todos os seres que respiram e que pensam, nós outras, as mulheres, somos as mais miseráveis. Precisamos primeiro comprar

---

158): “Vale fazer a observação geral de que a maioria das preocupações éticas sobre a medicina genética parece ser gerada pela perspectiva de abusos da biotecnologia e não por algo que diga respeito diretamente à genética em si. Por exemplo, temos a preocupação de que possa haver abuso do conhecimento genético – do conhecimento sobre a espécie adquirido no Projeto Genoma Humano e do conhecimento sobre a constituição genética dos indivíduos, adquiridos por meio de programas de testes e exames” (grifamos).

<sup>4</sup> A este respeito, consulte-se o trabalho de RAMOS (2014, passim).

<sup>5</sup> “Ficava claro, contudo, que a maternidade só estaria isenta de reprovações se ocorresse no âmbito de um casamento legítimo, ‘em condições que permitam à criança o ambiente natural de uma família normalmente constituída’. Os filhos ilegítimos e os de pais separados eram estigmatizados. A mãe solteira, mesmo que fosse reconhecida por sua coragem em *arcar sozinha com as responsabilidades de um erro sem ter procurado uma solução mais fácil e imediata – o aborto -, ainda que monstruosa do ponto de vista moral, sofria discriminações*. Sua redenção poderia vir se passasse a viver respeitavelmente e em função do filho, tentando, com isso, minimizar seu *erro grave*”. PINSKY (2017, p. 634).

<sup>6</sup> “Pelo casamento, as mulheres perdiam seu sobrenome, o que ocorria na França, mas não somente aí. É bastante difícil, e mesmo impossível, reconstituir linhagens femininas” PERROT (2017, p. 21).

<sup>7</sup> Vale observar que em tempos antigos, a geração de um filho varão representava a única possibilidade de continuação dos propósitos do casamento e tradições, inclusive do culto da família. “Com efeito, a filha não podia continuar com o culto, porque no dia em que se casasse renunciaria à família e ao culto de seu pai, passando a pertencer à família e à religião do marido”. FUSTEL DE COULANGES (2004, p. 48).

muito caro um marido, para depois termos nele um senhor absoluto da nossa pessoa, segundo flagelo ainda pior que o primeiro. É então que se joga uma grande cartada! Será ele ruim? Será bom? Para uma mulher abandonar o marido é escandaloso, repudiá-lo impossível. EURÍPEDES (2004, p. 25).

Passagens bíblicas também aludem à submissão da mulher ao marido, deixando claro que ela estará sujeita à vontade daquele que a desposou.<sup>8</sup> Como se vê, a posição subalterna da mulher em relação ao homem não representa criação da história recente. É certo que nada disto tem o condão de justificar qualquer tolerância a comportamentos machistas ou misóginos na atualidade. Entretanto, comportamentos inadequados frutos da cultura milenar de reconhecimento de dominação não se desfaz facilmente, e em muito dependerá do abrigo de normas do Direito positivo.

Vale destacar que os ordenamentos jurídicos dos diversos países passam a dar maior atenção às questões de direitos humanos (mas não somente) na medida em que tratados internacionais se ocupam do tema, quando então ganham maior relevância no âmbito da produção legislativa interna de cada Estado.

Os direitos humanos despontam como preocupação universal em meados do século XX, trazendo novos ares também para a consideração da igualdade entre homens e mulheres, consubstanciado no que dispõem os art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, firmada pela Organização das Nações Unidas - ONU<sup>9</sup>.

Ainda assim, somente em 1989 é instituída a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, na sigla em inglês), promulgado no Brasil pelo Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. É curioso observar que a CEDAW foi instituída dois séculos após a Declaração dos Direitos

---

<sup>8</sup> É o que se verifica em Efésios 5:22-24: “As mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, seu corpo do qual ele é o Salvador. Ora, assim como a Igreja é submissa a Cristo, assim também o sejam em tudo as mulheres a seus maridos”.

<sup>9</sup> Artigo 1º - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangI-D=por>> Acesso em 26 de junho de 2022.

do Homem e do Cidadão, de 1789, fruto dos ideais da Revolução Francesa, mas que não reconhecia qualquer direito às mulheres. Tal Declaração causou indignação a uma mulher que ousou escrever a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã<sup>10</sup>. A igualdade da mulher não pode permanecer como um postulado ineficaz, pois como no dizer de D'AGOSTINO (2006, p. 23),

Postular um direito humano não significa apenas afirmar a existência de uma obrigação devida a cada um, mas manter aberta a questão a respeito de *como* essa obrigação precisa ser sempre compreendida de novo, sempre garantida de novo para cada indivíduo, pela sua irreproduzível unicidade.

Ocorre que embora não tenham faltado iniciativas de conquista da igualdade entre homem e mulher, os resultados traduzidos em normas do dever-ser jurídico ainda estão distantes de uma adequada regulação<sup>11</sup>. Isto pode ser atribuído a fatores diversos, merecendo destaque o fato de as mulheres representarem significativa minoria dentre os legisladores brasileiros dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

A título de exemplo, no plano federal, na eleição de 2018, para as 513 cadeiras que compõem a Câmara dos Deputados foram eleitas 77 mulheres; para o Senado Federal, para a renovação de 2/3 das 81 cadeiras (54 vagas), foram eleitas 7 mulheres<sup>12</sup>. A representação feminina no Legislativo brasileiro é muito baixa. Tendo em conta o percentual de mulheres em 192 Parlamentos, o Brasil ocupa o 142º lugar, com 15,2% de mulheres no Congresso; Ruanda ocupa o 1º lugar, com 61,3% de legisladoras na câmara baixa e 38,5% na

---

<sup>10</sup> “Em 1791, a escritora e artista dramática Olympe de Gouges redigiu e publicou uma *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, calcada sobre a Declaração de 1789. Fez constar ousadamente do artigo X que ‘a mulher tem o direito de subir ao cadafalso assim como o ‘direito de subir à tribuna’. Efetivamente, havendo tomado em público a defesa de Luís XVI, após a sua detenção em Varennes quando tentava fugir da França, Olympe de Gouges pôde exercer seu direito de subir ao cadafalso”. COMPARATO (2005, p. 133).

<sup>11</sup> Não se ignora que algumas leis têm demonstrado eficácia na redução da violência contra a mulher, como a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”, que se tornou popularmente conhecida como lei Maria da Penha, numa referência à vítima de violência que ensinou a propositura de referida lei. Os resultados colhidos com a produção desse diploma legal reforçam a afirmação de que a redução da desigualdade e da violência contra a mulher passa necessariamente pelo abrigo do ordenamento jurídico.

<sup>12</sup> Dados disponíveis em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>> Acesso em 13 de maio de 2022.

câmara alta<sup>13</sup>. A melhora do percentual da participação da mulher brasileira no Legislativo é fundamental para a produção de normas que visem a redução da violência e da sua desigualdade em relação ao homem.

### **3 COVID-19 E A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO BRASIL**

O meio que praticamente todos os países encontraram para reagir à pandemia do Covid-19, quando ainda não existia vacina ou qualquer tratamento para combater esse vírus de alto grau de letalidade, foi o confinamento (*lockdown*). Algumas cidades ou países o adotaram de forma radical; outros de forma parcial, como fez o Brasil. No confinamento parcial é preciso observar que parte das atividades continua em funcionamento. E isto demanda serviços que são prestados predominantemente por trabalhadores que exercem as mais humildes atividades: coleta de lixo; limpeza; serviços gerais, dentre tantos outros. Esses trabalhadores não têm como permanecer em casa no chamado *home office*.

São pessoas que, em regra, dependem de transporte público, e grande parte vive ou sobrevive em locais precários como favelas, muitas vezes referidas eufemisticamente como comunidades. E sabe-se que isto não ocorre apenas no Brasil.

É evidente que para as pessoas que vivem em tais condições o isolamento em casa se traduz, na maioria das vezes, numa forma de inevitável aglomeração, dada a pluralidade de pessoas que vivem num mesmo ambiente. Consequentemente, as camadas mais carentes da sociedade são as que ficam mais expostas ao vírus, muitas vezes se expondo ao risco de trazê-lo de fora para o seio da família.

Exemplo típico é a sujeição ao uso do transporte público superlotado, onde mesmo o uso de máscaras de proteção parece de eficácia duvidosa, como tem sido amplamente exibido pelos meios de comunicação. É de se concluir que tais situações tendem a agravar os níveis de insegurança e instabilidade emocional das pessoas. Isto

<sup>13</sup> Dados disponíveis em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743972>> Acesso em 29 de junho de 2022 (dados de março de 2021).

importa, pois é predominantemente no ambiente familiar que ocorre a violência contra a mulher.

#### 4 COVID-19: OS EFEITOS DE UMA PANDEMIA SOBRE OUTRA PANDEMIA

Como se procurou demonstrar, a violência contra a mulher é tema a ser visto de uma perspectiva histórico-cultural de abrangência internacional global<sup>14</sup>. É inegável que essa violência encontra supedâneo numa desigualdade de papéis construída, mas também numa desigualdade de poder do mais forte – do homem em face da mulher – sendo esta a face mais complicada de se combater, pois que não fica somente na dependência de mudanças culturais, mas também e fundamentalmente do abrigo do arcabouço jurídico-protetivo que mesmo quando se verifica não conta com a esperada efetividade<sup>15</sup>.

O secretário-geral da ONU, Antônio Guterres, já ponderou que a violência contra mulheres e meninas pode ser a “pandemia mais longa e mortal do mundo” além de advertir que “Os homens criaram esse flagelo. Os homens devem acabar com isso”<sup>16</sup>.

No mesmo sentido, o diretor geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus observa que “A violência contra as mulheres é endêmica em todos os países e culturas, causando danos a milhões de mulheres e suas famílias, e foi agravada pela pandemia do Covid-19”. Dessa perspectiva, não será exagero considerar a violência contra a mulher uma “pandemia” sob influência de outra pandemia – a da Covid-19.

---

<sup>14</sup> Em <<https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>> pode ser observado o que a OMS – Organização Mundial da Saúde classifica como *devastadoramente generalizada* apresentando dados percentuais referentes a 181 países. Acesso em 08 de maio de 2022.

<sup>15</sup> A Constituição brasileira (art. 7º, XVIII) assegura às mulheres (trabalhadoras) o direito fundamental à licença maternidade, sem prejuízo do emprego e salário. Entretanto, como amplamente noticiado na imprensa brasileira, a Prefeita da Cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins, teve de improvisar espaço na Prefeitura para abrigar e amamentar seu filho, nascido em 15 de novembro de 2021, porque a Lei Orgânica do Município não previu tal licença. Em que pese a função de prefeita não constituir relação empregatícia, não seria lógico interpretar extensivamente aquele direito fundamental?

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/175711-violencia-contra-mulheres-e-pandemia-mais-longa-e-mortal-do-mundo-diz-secretario-geral-da>> Acesso em 25 de junho de 2022.

Saliente-se que em 09 de março de 2022, o total de casos de contaminados pelo Covid-19 ultrapassava 446 milhões<sup>17</sup>. E considere-se que, de acordo com a OMS, “ao longo da vida, uma em cada três mulheres, cerca de 736 milhões, é submetida à violência física ou sexual por parte de seu parceiro ou violência sexual por parte de um não parceiro - um número que permaneceu praticamente inalterado na última década”<sup>18</sup>. Como se vê, são números que situam a violência contra as mulheres na dimensão de uma pandemia, submetida a influências de outra pandemia - a do Covid-19.

Os dados oficiais mais recentes<sup>19</sup> demonstram que os efeitos da pandemia do Covid-19 parecem não ter incidido de forma importante nos índices de violência contra a mulher. As evidências estatísticas merecem análise cuidadosa. Vejam-se alguns dados apontados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021:

1- Registros de lesão corporal em decorrência de violência Doméstica: caíram 7,4%, passando de 229,7 crimes por grupo de 100 mil mulheres para 212,7 crimes por grupo de 100 mil mulheres. (p. 93).

2- Um total de 230.160 mulheres fizeram denúncia de violência doméstica, uma média de 630 por dia, em 26 UF (Ceará não informou). (p.93).

3- Registros de ameaça caíram (-11,8%), e de estupro e estupro de vulnerável (-14,1%) (p. 93).

4- Frente a essas reduções, observou-se aumento no total de Medidas Protetivas de Urgência concedidas pelos TJ's, que cresceu 4,4%, passando de 281.941 em 2019 para 294.440 em 2020 (p. 94).

5- Também os chamados por violência doméstica às Polícias Militares, para número 190, indicam crescimento de 16,3%. Foram ao menos 694.131 ligações ou 1,3 a cada minuto de 2020 (p. 93).

6- Em 2020 o país teve 3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como feminicídios, média de 34,5%

<sup>17</sup> Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/03/1782282> Acesso em 08 de maio de 2022.

<sup>18</sup> Dados disponíveis em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>> Acesso em 08 de maio de 2022.

<sup>19</sup> Para este estudo, foram colhidos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021. Importa observar que referido Anuário traz os números coletados até dezembro de 2021, tendo como fonte os boletins de ocorrência das Polícias Civis das 27 Unidades da Federação. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>> Acesso em 28 de junho de 2022.

do total de assassinatos. A taxa de homicídios de mulheres caiu 2,1%, passando de 3,7 mulheres mortas por grupo de 100 mil mulheres em 2019 para 3,6 mortes por 100 mil em 2020 (p. 94).

Diante desses dados, o próprio Anuário alerta que:

1- Neste contexto, ainda é cedo para avaliar se estamos diante da redução dos níveis de violência doméstica e sexual ou se a queda seria apenas dos registros em um período em que a pandemia começava a se espalhar, as medidas de isolamento social foram mais respeitadas pela população e muitos serviços públicos estavam ainda se adequando para garantir o atendimento não-presencial (p 94).

2- Apesar do número elevado de casos no país, a pandemia parece ter contribuído para a redução dos registros de violência sexual, o que não necessariamente significa a redução da incidência. (p. 110).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher demanda atenção e ações que visem a sua erradicação. A pandemia do Covid-19 ocasionou a necessidade de isolamento social com conseqüente interferência nas relações sociais e familiares. Com base em dados apontados em estatísticas da Segurança Pública é possível apontar algumas conclusões sobre a influência da pandemia da Covid-19 nos dados da violência contra a mulher:

- De uma análise inicial infere-se que não houve recrudescimento da violência contra as mulheres decorrente da pandemia do Covid-19;
- O isolamento (*lockdown*) imposto de forma parcial afeta muito mais as camadas menos favorecidas da sociedade, com possibilidade de agravamento da contaminação viral e estresse no ambiente doméstico;
- Não se pode descartar que os resultados tenham sido mascarados pelas próprias condições impostas pelo isolamento;
- Com o isolamento, a proximidade do potencial agressor pode ter exercido influência negativa na apuração de dados relativos à violência doméstica contra a mulher;

- Há que se considerar ainda o fator inibitório que em muitos casos, principalmente de estupro, leva as vítimas a evitar exposição social ou mesmo frente às autoridades judiciárias;
- Por último, há de se ponderar que os dados disponíveis são ainda incipientes, esperando-se evidências futuras mais precisas de como e quanto a pandemia do Covid-19 realmente refletiu nesta chaga social que é a violência contra a mulher.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2005.

D'AGOSTINO, Francesco. **Bioética segundo o enfoque da Filosofia do Direito**. Tradução de Luisa Raboline. Editora Unisinos: São Leopoldo, RS-Brasil, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados (607-639). *In* DEL PRIORE, Mary. (org.); PINSKY, Carla Bassane. (coord de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

EURÍPEDES. **Medeia**. Tradução Miroel Silveira e Junia Silveira Gonçalves. São Paulo: Martin Claret, 2004.

FUSTEL DE COULANGES, Numas Denis. **Cidade Antiga**. Tradução Fernando de Aguiar. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HOLLAND, Stephen. **Bioética: enfoque filosófico**. Tradução de Luciana Pudenzi. Edições Loyola: São Paulo, 2008.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Córrea. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

RAMOS, Joyce de Freitas Ramos. A obrigação de gerar herdeiros e a infertilidade das rainhas na longa duração do imaginário popular ocidental: os exemplos do rei Arthur e de Henrique VIII (97-112) *In*. **Revista Cadernos de Clio**, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n.º 5, 2014.

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# MULHERES SEM ROSTO: CONFLITO ARMADO E (DES)PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE DA MULHER

*Judite Gonçalves de Freitas*  
*João Casqueira Cardoso*



# MULHERES SEM ROSTO: CONFLITO ARMADO E (DES)PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE DA MULHER

*Judite Gonçalves de Freitas*  
*João Casqueira Cardoso*

“a razão [...] condena absolutamente a guerra como procedimento de direito e torna, ao contrário, o estado de paz um dever imediato, que, porém, não pode ser instituído ou assegurado sem um contrato dos povos entre si [...]”  
Immanuel Kant, *À paz perpétua*, pp. 40-41.

“A guerra é (...) um ato de violência para obrigar o adversário a cumprir a nossa vontade”.  
Clauswitz, *Da Guerra*, p. 51.

**Resumo** O nosso estudo tem por objeto analisar a condição da mulher em contexto de conflito armado, tomando com referente metodológico uma abordagem qualitativa e o procedimento de análise descritivo e exploratório. A guerra é um fenómeno transversal ao quotidiano de grupos humanos ou de Estados desde tempos imemoriais. A violência na guerra surge como fenómeno inerente à natureza humana, tendo como fundamento a afirmação de poder, a conquista territorial, o saque, a submissão ou a obtenção de hegemonia e/ou a destruição. A guerra e a história da guerra pertencem ao mundo dos homens. A guerra é uma das atividades onde melhor se exprime a diferença entre os sexos, e respetivos papéis. Na guerra todas as feminilidades significam fraquezas. No Ocidente, o reconhecimento da necessidade de proteção da mulher em contexto de conflito militar é tardio, surge timidamente no primeiro quartel do século XX com as Convenções de Genebra e o desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário.

**Palavras-chave:** Guerra, violência contra a mulher, discriminação de género, direito internacional, proteção legal da mulher.

**Abstract**L The study aims to analyze the condition of women in the context of armed conflict, taking as a qualitative approach and a descriptive and exploratory methodological analysis. War has been a phenomenon that cuts across the daily lives of human groups or States since time immemorial. Violence in war emerges as a phenomenon inherent to human nature, based on the assertion of power, territorial conquest, looting, submission or the attainment of hegemony and/or destruction. War and the history of war belong to the world of men. War is one of the activities that best expresses the difference between the sexes and their respective roles. In war all femininities signify weaknesses. In the West, the recognition of the need to protect women in the context of conflict is late, it appears timidly in the 1st quarter of the 20th century with the Geneva Conventions and the development of International Humanitarian Law.

**Key-words:** War, violence against women, gender discrimination, international humanitarian law, legal protection of women.

**Introdução:** A violência contra as mulheres em conflito armado tem raízes muito longínquas e fontes igualmente arcaicas. Com efeito, um trilho histórico já antigo aponta para a objetificação da mulher, sob a forma de espólio de guerra, prêmio ao vencedor ou instrumento de vingança. Em contexto de conflito armado, a mulher, quando atacada, é tratada com a maior desumanidade, sendo frequentemente despojada da sua personalidade e usada como um meio de desmoralização dos combatentes que são, na sua grande maioria, homens. Este panorama é proporcionado por dois fatores: em primeiro lugar, a menor capacidade defensiva da mulher, pelo menos com os meios clássicos de combate; e em segundo, a menor mobilidade da mulher, devido ao facto de ficar com o encargo de cuidar das crianças ou dos idosos, enquanto os homens partem para os palcos da guerra. Em situação de superior fragilidade, sem armas e defesa militar, as mulheres sofrem o rude tratamento infligido pelo inimigo que, não raro, lhes aplica constrangimentos desumanos (atos de violação, rapto, tortura, saque). A história da mulher e da violência de que foi objeto ao longo da História é complexa. Em primeiro lugar, pelas parcas fontes literárias e arqueológicas existentes. É reconhecido o domínio da escrita da história pelo homem ao longo do tempo e a representação quase exclusiva da participação masculina na guerra, circunstâncias que remeteram, uma maioria das mulheres, ao esquecimento e ao silêncio das fontes que retratam a guerra. E isto não obstante, as exceções que fazem a regra da história da guerra, v.g. Joana d'Arc, a heroína francesa que combateu os ingleses na Guerra dos Cem Anos; ou da portuguesa Deuladeu Martins que assumiu o comando do

exército português frente aos castelhanos, na segunda metade do séc. XIV, ou a Antónia Rodrigues que, no século XVI, o “terror dos mouros” na praça portuguesa de Mazagão, atual El Jadida.

Em segundo lugar, as diferenças culturais e civilizacionais existentes, sincrónica e diacronicamente, são propícias a atribuir diferentes papéis às mulheres. Escrever sobre as pequenas e originais populações da África ou as grandes cidades do Mediterrâneo ocidental na Antiguidade greco-romana ou na Idade Média e Renascimento não é o mesmo que escrever sobre o estatuto da mulher na era contemporânea. A necessidade de conhecer as formas de organização social fundadas na família (e respetivo conceito), no parentesco, na sexualidade, no amor, na relação entre mães e filhos, esposas e maridos, no casamento, entre outras, não é matéria que se alcance no imediato. Daí que fundar a violência de género na discriminação (segregação) contra as mulheres ao longo da História, revela-se uma leitura simplista da questão.

O nosso estudo principia por lembrar a linha histórica mais próxima acima referida (I.), complementada por uma análise de política internacional sobre o contexto evolutivos dos conflitos armados modernos (II.), culminando com a análise da criação do direito humanitário internacional e a prática social atual, que possibilitam prevenir a violência e proteger a integridade da mulher em caso de conflito armado. A metodologia quanto ao objeto é qualitativa e quanto à forma de abordagem expositiva combinada com o método exploratório.

## **1 OS SILÊNCIOS DA HISTÓRIA: A MULHER EM CONTEXTO DE CONFLITO**

Apesar das mutações históricas, civilizacionais e culturais da função da mulher em contexto de conflito e fora dele, e das modalidades de que se revestem (algumas das quais na sua especificidade poderão parecer exclusivas de determinada época) e do que tem sido alterado através do tempo, as suas constantes permanecem similares entre si, ainda que sob diferentes configurações, podendo ser também discutidas consoante perspetivas diversas. Devemos pois, neste ponto, principiar por sublinhar a conceção e o papel da mulher nos conflitos civis ou entre povos, tribos ou fações políticas no período *ante quo* à era moderna.

Na Antiguidade Clássica grega, o homem era considerado como o único ser político. A mulher era detentora de diferente

estatuto social. A construção de limites colocados à mulher derivam da sua função, deveres e capacidades sociais – o cuidado do lar, dar à luz -, bem assim como aos riscos que qualquer desobediência poderia acarretar. Para Platão, a mulher era um ser intelectualmente inferior ao homem, por isso devia-lhe obediência, precisando de cultivar a moderação, a discrição, a temperança, não dispondo de direitos políticos e cívicos. A mulher encontrava-se assim, de uma forma geral,

duplamente afastada da realidade masculina: num primeiro plano vivia separada dos homens da mesma casa; num segundo plano, mais largo, via-se completamente privada das actividades da pólis, não podendo de modo algum exercer nela qualquer função política. (...) No enquadramento da pólis nada ligava a mulher à política, à cidadania, ao palco público (Alves-Jesus, 2015, p. 239 e p. 240).

Da Antiguidade Clássica até à atualidade, por costume, norma ou práticas tradicionais, são várias as formas de violência exercidas contra a mulher, nomeadamente em contexto de conflito armado. Com efeito, a guerra constitui, desde longa data, uma das principais atividades propiciadoras da violação de direitos das mulheres. Na ausência normas que acautelassem os direitos cívicos e a proteção das mulheres, a violência exercida contra as mulheres envolvia uma panóplia de experiências em contexto de guerra - escravatura sexual, infanticídio feminino, violações de guerra, rapto, tráfico, coerção reprodutiva, entre muitas outras - repetidamente usadas como um instrumento de coação psicológica contra o adversário.

Na Idade Média, a recuperação do direito romano (*Corpus Juris Civilis*, séc. VI) e da figura do *pater familias* (chefe da casa), com responsabilidade sobre as ações da mulher e dos filhos, conduziu a uma restrição da liberdade e afirmação femininas. No século XVI, o Parlamento Francês, em 1593, decreta o afastamento da participação da mulher das funções públicas. Deste modo, o papel da mulher foi-se restringindo ao lar e à educação dos filhos (Duby e Perrot, III, 1994).

No processo de apropriação criativa das formas e valores clássicos no novo contexto renascentista do século XVI, o processo

de adoção e superação das formas e valores clássicos traduziu-se na manutenção da representação da mulher como mãe e esposa (domínio privado). O homem novo, o homem moderno, era um homem que se ia construindo, na proporção ideal/áurea da forma humana (v.g. o homem vitrubiano de Leonardo da Vinci).

No século XVII, as sociedades ocidentais só reconheciam um modelo de sexo, o masculino. A mulher era entendida como um homem invertido, um ser inferior, e por conseguinte um sujeito menos desenvolvido na escala da perfeição especulativa, daí a continuidade do seu afastamento das atividades de responsabilidade política e militar ('públicas').

As teorias da natureza e da capacidade jurídica da mulher começam a concretizar-se nos séculos finais da Idade Moderna, mormente nos escritos de Jean-Jacques Rousseau.

Jean-Jacques Rousseau, filósofo iluminista e escritor de um dos maiores tratados de pedagogia – *O Emílio* –, é claro quando afirma:

*“Toda a educação das mulheres deve fazer-se em função do homem. Agradar-lhe, ser-lhe útil, fazer-se amar e honrar por ele, educá-lo em jovem, aconselhá-lo, consolá-lo, tornar-lhe a vida agradável e doce: aí estão os deveres das mulheres em todos os tempos e aquilo que se lhes deve ensinar desde a infância”*, como Rousseau, 2004, p. 426.

Em paralelo, devido ao papel que tradicional e socialmente é reservado à mulher (tarefas familiares) as mulheres detêm uma cidadania fraca; não podem defender os seus direitos nem imiscuir-se nos assuntos políticos. Por tal motivo não lhes compete fazer a guerra de acordo com a crença de que são naturalmente frágeis (Barbosa, 2009, p. 63).

De outro lado, as atividades bélicas, até finais do século XIX e inícios do século XX, assumiam um carácter de luta essencialmente corporal e individual, e como tal a diferenciação da capacidade física entre o homem e a mulher sustentava a distinção de género.

## 2 CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DOS CONFLITOS ARMADOS MODERNOS

Muito embora assumindo um protagonismo crescente em novas esferas sociais, nomeadamente no mundo do trabalho industrializado, as mulheres, na era contemporânea (desde o século XIX), continuam ser as principais responsáveis pelas tarefas domésticas (cuidar de crianças, dos idosos e lidar com demais assuntos familiares). Além disso, as mulheres também continuam a ser especificamente visadas no caso dos conflitos armados, submetidas a velhos e novos tipos de ofensas e ultrajes.

Importa contextualizar melhor essas questões, mormente quanto à própria evolução da conceção de conflito armado. Paralelamente às ideias políticas sobre um Estado-Nação provedor de bem-estar social (*Welfare State*), aparecem por finais do século XIX novos tipos de conflitos armados, com armas mais mortíferas, com engenhos explosivos, e paralelamente surgiram novos princípios éticos e disciplinares nos exércitos, notabilizando-se as iniciativas da Rússia com Czar Alexandre III, para humanizar os combates (Crawford & Pert, 2020, p. 10). Talvez seja hoje difícil de compreender que a Rússia dos anos 2020 (e de anos ainda anteriores) que nos tem habituado a praticar uma série de investidas de cariz bélico de modo abusivo, tenha tido no passado tamanha preocupação. Contudo, histórica e juridicamente a Rússia e o diplomata Friedrich Martens foram pioneiros no estabelecimento de regras para humanizar a guerra moderna. Na Rússia de finais do século XIX, uma nova ou renovada ideia *chevaleresque* associada a uma “visão civilizadora” que, em bom rigor, não deixava de ser enganosa em relação ao papel social das mulheres. Os conflitos armados continuam a ser *coisa de homem*, e por isso às mulheres era pedido uma exemplar capacidade para acarinhar ou curar os combatentes, para além das tradicionais lides domésticas.

Nos Estados Unidos, o “Código Lieber” (Ordens Gerais nº 100, Gabinete do Ajudante Geral, Instruções do Governo para os Exércitos dos Estados Unidos da América no campo de batalha), de 1863, menciona apenas, no seu artigo 44.º, a sanção severa das violações sexuais cometidas por soldados do Exército dos Estados Unidos (ICRC, s/d):



Toda a violência gratuita cometida contra pessoas no país invadido, toda a destruição de bens não comandada pelo oficial autorizado, todo o roubo, toda a pilhagem ou saque, mesmo depois de ter acontecido depois de tomar posse do território pela força, qualquer violação, ferimento, mutilação, ou morte de tais habitantes, são proibidos sob pena de morte, ou outra sanção severa adequada à gravidade da ofensa.

Um soldado, um oficial ou um particular, que comete tal violência, e que desobedece a uma ordem superior que o obrigue a abster-se da mesma, pode ser legalmente executado no próprio local por tal superior (Código Lieber, art. 44.º).

O Presidente dos EUA Abraham Lincoln, antes da *Convenção de Genebra* de 1864, garante uma sanção disciplinar de cariz militar dos atos cometidos contra mulheres em situação de conflito armado. No entanto, as mulheres continuavam na maioria dos países a ser consideradas como os “despojos de guerra”, e pessoas das quais os vencedores da guerra podiam dispor livremente. A própria Convenção de Genebra, de 1864 não fará, por seu lado, qualquer menção à mulher. Não era o seu propósito. Contudo, menciona no seu artigo 5.º que “os habitantes do país, os quais socorrem os feridos, serão respeitados e permanecerão livres”. A mulher, nos campos de batalha, dedica-se sobretudo os serviços médicos ou improvisa socorro, como as várias mulheres que acompanharam o próprio Henry Dunant nos longos dias que seguiram a Batalha de Solferino, a famosa batalha (ou carnificina) que inspirou o seu autor a propor a Convenção de Genebra e a criar o comité que irá tornar-se a Cruz Vermelha<sup>1</sup>.

A Primeira Guerra Mundial constitui um ponto de viragem decisivo, em termos políticos. É sem dúvida o momento do fim da ideia de nobreza ou de *chevalerie* militar, já bem beliscada por conflitos armados do final do século XIX, com destaque para, na

---

1 Dunant lembra recorrentemente essas mulheres no seu livro *Lembrança de Solferino*: “moças de Castiglione! Serenas, infatigáveis, determinadas, o seu silencioso autossacrifício fez pouco da fadiga e dos horrores” (Dunant, 2016, p. 71).

Europa, a *Commune de Paris* (1871) ou, na China, os massacres da Guerra dos Boxers (1900). De forma nova, as mulheres participaram em um conflito armado de forma mais sistemática, sobretudo na retaguarda, na logística, nos serviços médicos. Esse envolvimento obriga o clássico direito da guerra, feito por homens para homens, a prestar uma atenção mais uma vez *mínima* à situação da mulher, enquanto combatente. Assim, uma década após o fim do conflito, o artigo 3.º da Convenção de Genebra de 1929 sobre os Prisioneiros de Guerra afirmará: “Os prisioneiros de guerra têm direito ao respeito pelas suas pessoas e à honra. **As mulheres devem ser tratadas com toda a consideração devido ao seu sexo** [sublinhado nosso]”<sup>2</sup>. Contudo, pouco ou nada mudará e a influência das *suffragettes* no campo humanitário ou dos conflitos armados será tão limitado quanto na sociedade política. Recordar-se que um país como a França só concederá o direito de voto às mulheres em 1944. No caso da Suíça, será só em 1959, e de forma limitativa<sup>3</sup>.

A Segunda Guerra Mundial representará uma mudança de perspectiva do impacto dos conflitos armados nas mulheres, e por isso o passo mais importante nesta evolução do contexto político. Três aspetos concorrem para que tal tenha acontecido. Primeiro, o envolvimento de mulheres nos exércitos torna-se mais sistémico, nomeadamente no Exército da União Soviética, mas também no Exército da Alemanha, muito embora em menor medida e por razões diferentes (Alexievitch, 2017). Segundo, há uma maior mediatização das situações sociais vividas, e uma sensibilização às questões humanitárias. Recordar-se a atenção dada à vitimização especial das mulheres na Guerra no Pacífico. As mulheres coreanas (na sua maioria) foram particularmente visadas pelas tropas japonesas, tratadas como “mulheres de conforto”, escravizadas e exploradas sexualmente de forma gritante. Mesmo assim, essa situação de sensibilização foi longe de suscitar um élan normativo. O mesmo se poderá afirmar dos vários milhões de mulheres vítimas da *shoah*, torturadas e mortas pelas mãos

<sup>2</sup> Outro contributo indireto da Primeira Guerra mundial é a difusão dos valores do movimento da Cruz Vermelha, e do Crescente Vermelho no Império Otomano e, precisamente, a Convenção de 1929 faz-se o eco desta importância.

<sup>3</sup> Existe contudo uma desconexão entre esse aspeto e a liberdade política. A Rússia concede o direito de voto às mulheres em 1917; a Confederação Helvética em 1971, para as eleições de nível federal; nos outros níveis não antes de 1959.

dos soldados do Exército alemão. Terceiro, e imediatamente após a Segunda Guerra Mundial surge a questão dos refugiados, sendo eles sobretudo mulheres e crianças. Contudo, as normas sobre refugiadas terão um efeito limitado e, ainda hoje, são consideradas como insuficientes para proteger as mulheres.

A Segunda Guerra Mundial constitui por isso, simultaneamente, um momento de tomada de consciência, mas igualmente experimentação dos limites frente ao poderio bélico e ao respetivo impacto nas populações civis, em especial para as mulheres. Por meados do século XX, em contexto de guerra, aumenta a brutalidade contra a mulher. Ácidos e químicos introduzidos nas entranhas ou na vagina, gases, choques elétricos. O vencedor dispõe do corpo do vencido! A tecnologia parece satisfazer esse fundo de animalidade presente em cada um, aquele que Vladimir Jankélévitch descreve tão bem como *o mal* (Jankélévitch, 1947). A tecnologia, sempre ela, mais do que servir a humanidade, encobre ou justifica mais crueldade e todo o tipo de ações violentas.

Dos novos conflitos armados podem destacar-se três novos factores que tendem a piorar o tratamento de que são vítimas as mulheres:

Em primeiro lugar, a multiplicação dos conflitos armados de cariz interno ou guerras civis. Os exemplos do Ruanda e da Serra Leoa, nos anos 1990, são paradigmáticos da selvajaria e violência perpetrada contra mulheres e crianças. Os conflitos civis são associados a aspetos étnicos que conduzem, precisamente, à vontade de exterminar o grupo social rival (o caso paradigmático do conflito na Ex-Jugoslávia). A questão “étnica” implica um grau mais elevado de risco, mormente para as mulheres.

Em segundo lugar, os conflitos armados atuais têm um superior raio de ação que coloca em causa as populações não combatentes. A tecnologia militar atual, ou a tecnologia *tout court*, possibilita formas de ação à distância. Os bombardeamentos relâmpago, se não são uma absoluta novidade. Recordar-se, a esse propósito, os apelos desesperados do Presidente da Ucrânia, para o fecho do espaço aéreo sob o território deste país, desde março 2022, no âmbito do conflito armado internacional com a Rússia. O uso da tecnologia moderna tem um impacto desproporcionado nas mulheres; em muitos casos, tende a forçar as migrações.

Em terceiro lugar, os conflitos armados contemporâneos tendem a não ser mais do que, na realidade, *não* conflitos armados. Não podem ser qualificados juridicamente como tais. São cada vez mais atos de não combate, no âmbito da política internacional, e no sentido jurídico e estrito do termo. São muitas vezes atos de puro *terrorismo*, com uma total ausência de disciplina militar, de hierarquia organizada, assim como uma ausência de sinalização dos combatentes que, em bom rigor, não podem ser considerados como tais.

Ao abrigo de normas internacionais sobre o direito da guerra, os conflitos não armados contemporâneos podem encerrar crimes especiais, e.g. genocídio.

### 3 DO JURÍDICO AO SOCIAL

A revolução normativa em material de proteção da integridade da mulher nos conflitos armados acontece verdadeiramente com as Convenções de Genebra, em 1949. Essas convenções internacionais introduzem a novidade: uma atenção mais específica às populações civis afetadas pelo conflito armado (Convenção IV). Para além disso, o julgamento de Nuremberga (e o de Tóquio) introduziram o conceito de “crimes contra a humanidade”, o qual terá um futuro importante para a questão da sanção dos atropelos à integridade da mulher durante um conflito armado, nomeadamente via a qualificação da violação como crime contra a humanidade (só nos anos 1990, contudo, com os Tribunais Internacionais para a Ex-Jugoslávia e para o Ruanda). Cabe referir igualmente a conceção do crime de genocídio que, contudo, não terá qualquer aplicação internacional antes do genocídio do Ruanda, em 1994. O conflito armado na Ucrânia demonstra a saciedade que pouco foi aprendido das crises na Ex-Jugoslávia e no Ruanda.

De um modo mais geral, as quatro Convenções de Genebra (I, II, III, e IV), contêm um artigo comum (artigo 3.º) que assegura uma proteção, por defeito, dos não combatentes, mesmo em caso de conflito civil (não internacional), incidindo sobre ofensas à dignidade da pessoa, genericamente.

Para além dessa proteção genérica e minimalista, dois princípios atravessam todas as Convenções de Genebra, relativamente à mulher em situações de conflito armado (Deyra, 2001; Vale Pereira, 2014).

Primeiro, o princípio da “não-distinção”. A não-distinção, ou não-discriminação, é um princípio geral bem conhecido no direito internacional humanitário, que inclui sempre ou quase sempre a questão do sexo como fator potencial de discriminação. Segundo, o princípio do “tratamento específico” reservado às mulheres, sendo esse último princípio uma espécie de *discriminação positiva*. O princípio do “tratamento específico” garante às mulheres não apenas um nível de proteção igual aos homens, mas também de tratar as mulheres de forma diferente dos homens, em circunstâncias específicas de vulnerabilidade. O artigo 12.º, relativo aos feridos e enfermos, cujas disposições são comuns nas Convenções de Genebra I (que protege os soldados feridos e enfermos durante a guerra terrestre) e II (que protege os militares feridos, enfermos e náufragos durante a guerra marítima), agrega os dois princípios acima referidos:

Este tratamento específico da mulher leva em conta, em particular, a situação factual da gravidez, ou condição de puérpero. Por seu turno, os artigos 14.º e 25.º da Convenção de Genebra III (sobre prisioneiros de guerra) e também o artigo 110.º da Convenção de Genebra III (sobre possibilidade de acordos sobre o repatriamento de mulheres que sejam prisioneiras e que estejam grávidas ou com filhos pequenos) confirmam esses aspetos.

Será que destacar as mulheres através deste tratamento específico indicia um preconceito de género nas normas do direito internacional humanitário? A interpretação das Convenções de Genebra de 2016, publicada em 2020 (*cf.* igualmente: ICRC, 2021) nega esta possibilidade de interpretação, indicando no ponto 1681 do comentário que esse tratamento “(...) de forma alguma implica que elas tenham menos resistência, agência ou capacidade no seio das forças armadas ou como civis, mas sim reconhecer que as mulheres têm um conjunto distinto de necessidades e podem enfrentar riscos físicos e psicológicos particulares.” (ICRC, 2020). Essas “necessidades específicas” das mulheres são precisamente sublinhadas pelo artigo 12.º nas Convenções de Genebra I e II, permitindo uma *distinção*

*favorável* baseada nas necessidades específicas que podem surgir do sexo do combatente ferido ou doente (é a conclusão de uma interpretação a contrário da proibição de “distinção de carácter desfavorável” baseada, entre outros aspetos, no sexo) (ICRC, 2020).

Para além desses aspetos, o destaque normativo mais relevante vai, indiscutivelmente, para o artigo 27.º da Convenção de Genebra IV, o qual abre a secção sobre as “Disposições comuns aos territórios das Partes no conflito e aos territórios ocupados”, e visa expressamente as mulheres:

As mulheres serão especialmente protegidas contra qualquer ataque à sua honra, e particularmente contra violação, prostituição forçada ou qualquer forma de atentado ao seu pudor.

Apesar das declarações do Comité Internacional a Cruz Vermelha, as considerações ligadas à noção de “honra” evocadas no artigo 27.º da IV Convenção de Genebra não deixam de colocar o problema dos estereótipos de género, reconduzindo ao estabelecimento de uma relação entre a sexualidade da mulher e a sua “honra”.

No caso dos conflitos armados internacionais, o Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra reitera esse dispositivo de proteção, num artigo que foca especificamente a proteção das mulheres.

Para além do direito convencional, o Direito Internacional Humanitário também inclui regras consuetudinárias ou costumeiras. As regras foram recolhidas nos anos 1990, e foram publicadas pelo Comité Internacional a Cruz Vermelha. As regras consuetudinárias (atualmente 161 “normas”) são uma fonte de direito relativamente segura, uma vez que consubstanciam um consenso entre um número significativo dos Estados no mundo, e, mais especificamente, um acordo entre os códigos ou manuais militares desses países.

A Norma 93 proíbe “as violações e outras formas de violência sexual”; a Norma 119 dispõe que “As mulheres que forem privadas de liberdade deverão ser mantidas em alojamentos separados dos homens, salvo quando as famílias forem alojadas em unidades familiares, devendo estar sob a vigilância imediata de mulheres”.

Por fim, a Norma 134 manda: “Devem-se respeitar as necessidades de proteção especial, saúde e assistência das mulheres afetadas pelos conflitos armados”.

### 3 CONCLUSÃO

Desde a Antiguidade Clássica que as mulheres e as crianças constituem o elo mais fraco em caso de conflito civil ou entre países. Com um papel social circunscrito ao lar e sem personalidade jurídica, a vida da mulher encontrava-se muito exposta a todos os riscos, e na guerra por maioria de razão. No século XIX, surgiram as primeiras medidas sancionatórias das violações sexuais *Código Lieber e o Direito de Haia*, manifestamente insuficientes quanto à proteção da mulher em contexto de guerra. O direito internacional humanitário, com a Convenção de Genebra de 1864, era igualmente insuficiente para cobrir todos os contextos de abuso e violações da integridade das mulheres, mas lançou alicerces essenciais. No século XX, dão-se os primeiros passos no sentido prescrever normas específicas e incisivas a respeito da violência sexual, ocorrida durante os conflitos armados, ainda que de forma algo tímida. Só recentemente, a violação passou a ser considerada como um crime internacional, integrado no *jus cogens* (ou direito imperativo). A pressão internacional contínua e o reconhecimento internacional da necessidade de salvaguardar a dignidade da mulher constituí um fator decisivo na crescente defesa dos direitos da mulher em situação de conflito armados, considerando os atos de violência sexual, moral ou física praticados como crime de guerra, crime contra a humanidade ou crime de genocídio.

## REFERÊNCIAS

ALEXIEVITCH, S. (2017). *A Guerra não Tem Rosto de Mulher*, S. Paulo: Companhia das Letras.

COLLIN, F., PISIER, E. E VARIKAS, E. (2000), *Les Femmes de Platon à Derrida, Anthologie critique*, Paris, Plon.

ALVES-JESUS, S. M. (2015). O papel das mulheres em A República de Platão (livro V): utopia no feminino ou tópicos para uma reflexão propedêutica sobre Direitos Humanos, *Broteria*, 180, pp. 237-250.

BARBOSA, J. (2009). “O discurso filosófico sobre as mulheres e o amor Kant, Schopenhauer e Nietzsche”, *Natureza Humana* 11(1): jan.-jun., pp. 59-74. [Em linha] Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v11n1/v11n1a03.pdf>.

CLAUSWITZ, C. (2020). *Da Guerra*, Lisboa: Clássica Editora.

CRAWFORD, E. e PERT. A. (2020). *International Humanitarian Law*, Cambridge: Cambridge University Press.

CROWE, A. (2016). “All the regard due to their sex”: Women in the Geneva Conventions of 1949”, *Research Working Paper Series*, Harvard: HRP 16-001, December. Disponível em: [https://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2016/12/Anna-Crowe\\_HRP-16\\_001.pdf](https://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2016/12/Anna-Crowe_HRP-16_001.pdf)

DEYRA, M. (2001). *Direito Internacional Humanitário*, Lisboa: GDDC.

DUBY, G. e PERROT, M. (1994). *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, vol. III, Porto: Edições Afrontamento.

DUNANT, H. (2016). *Lembrança de Soferino*, Genebra: CICV.



HADDAD, H. N. (2011). Mobilizing the Will to Prosecute: Crimes of Rape at the Yugoslav and Rwandan Tribunals, *Human Rights Review*, volume 12, pp. 109–132.

ICRC (International Committee of the Red Cross) (2020). Convention (III) relative to the Treatment of Prisoners of War. Geneva, 12 August 1949. *Treaties, States Parties and Commentaries*. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/Comment.xsp?action=openDocument&documentId=1B9A4ABF10E7EAD2C1258585004E7F19>

ICRC (International Committee of the Red Cross) (2021). *Commentary on the Third Geneva Convention, Convention (III) relative to the Treatment of Prisoners of War*. Cambridge: Cambridge University Press.

ICRC (International Committee of the Red Cross) (s/d). “Instructions for the Government of Armies of the United States in the Field (Lieber Code). 24 April 1863”. *Treaties, States Parties and Commentaries*. [Em linha]. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/ihl/INTRO/110>

JANKÉLÉVITCH, Vladimir (1947). *Le mal*, Paris: Arthaud.

KANT, I. (2008). *À paz perpétua. Um projecto filosófico*, Universidade da Beira Interior: LosoSofia Press.

PHANG, S. E. (2001). The Marriage of Roman Soldiers (13 B.C.–A.D. 235): Law and Family in the Imperial Army, *The Journal of Roman Studies*, Volume 95 , pp. 265 – 266.

RÖMER, Th. (2009). *Dieu obscur: Cruauté, sexe et violence dans l'Ancien Testament*, Paris: Labor et Fides.

ROUSSEAU, J.J. (2004), *Emílio ou da Educação*, 3ª ed., S. Paulo: Martins Fontes.

VALE PEREIRA, M.A. (2014). *Noções Fundamentais De Direito Internacional Humanitário*, Coimbra: Coimbra Editora.

VAZ, A. S. (2002). “A imagem de um Deus violento na Bíblia”, *DIDASKALIA*, XXXII, pp. 61-109.

ZIRBEL, I. (2011), O lugar da mulher na antropologia pragmática de kant, *Kant e-Prints*. Campinas, Série 2, v. 6, n. 1 (jan.- jun.), pp. 50 - 68.

file:///C:/Users/Judite%20Freitas/Downloads/Administrador,+Gere  
nte+da+revista,+Zirbel+-+O+lugar+da+mulher+na+antropologia+pr  
agm%C3%A1tica+de+Kant.pdf

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# LA PERFORMANCE DE AUTOLESIÓN O DE LESIÓN CONSENTIDA, UNA EXPRESIÓN DE GÉNERO

*Leticia Izquierdo Diaz*



# LA PERFORMANCE DE AUTOLESIÓN O DE LESIÓN CONSENTIDA, UNA EXPRESIÓN DE GÉNERO

*Leticia Izquierdo Diaz*

Resumen: Los movimientos de género emergentes de los años 70 generan el paradigma del cuerpo humano como significativo referente de identidad. Un sector del colectivo artístico vio la performance, en la que el cuerpo es el soporte y el instrumento creativo central, una herramienta idónea para escapar a la censura, útil para la protesta política, religiosa, social o cultural. Así, es utilizada por las *performers* como herramienta de expresión, y manifestación de la disconformidad personal con el entorno en que les toca vivir y/o como catarsis.

Al mismo tiempo, dado que las performances interactivas generan contra-performances espontáneas del público, proporcionan una oportunidad para evidenciar prejuicios y estereotipos de género, y un rico material para su evaluación y su crítica, pudiendo ser útiles para la defensa de los derechos humanos, permeados por la perspectiva de género, aunque también pueden contravenirlos. Esta actividad logró la atención de artículos, revistas o museos.

**Palabras clave:** performance; género; arte

**Abstract::** Los movimientos de género emergentes de los años 70 generan el paradigma del cuerpo humano como significativo referente de identidad. Un sector del colectivo artístico vio la performance, en la que el cuerpo es el soporte y el instrumento creativo central, una herramienta idónea para escapar a la censura, útil para la protesta política, religiosa, social o cultural. Así, es utilizado por los performers como herramienta de expresión, y manifestación de la disconformidad personal con el entorno en que les toca vivir y/o como catarsis.

Al mismo tiempo, dado que las performances interactivas generan contra-performances espontáneos del público, tienen una oportunidad para evidenciar prejuicios y estereotipos de género, y un rico material para su evaluación y su crítica, pudiendo ser útiles para la defensa de los derechos humanos, permeados

por la perspectiva de género, aunque también pueden contravenirlos. Esta actividad aumentó la atención de artículos, revistas o museos.

**Key words:** performance; gender; art.

## 1 ¿QUÉ ES PERFORMANCE?

La performance nace como representación, antagónica de la practicada por las artes escénicas convencionales, basadas en la ficción.

Según Roselee Goldberg, “La historia de la performance comienza en 1909 en el futurismo y llega hasta nuestros días, pero aún sigue resistiéndose a ser encasillada o definida como disciplina” (Goldberg 2009). El profesor Juan Vicente Aliaga, indica lo trabajoso que es analizarla por su naturaleza resbaladiza y en constante transformación, siendo reinterpretada por los artistas, generando una variedad amplísima de tipologías y una falta de consenso teórico-conceptual (Aliaga 2006).

Ejemplificar puede facilitar la comprensión del significado y formato de este tipo de representaciones. Recordamos a tal fin la obra *Rhythm 0*, de Abramovic (la abuela de la performance), donde los espectadores se encontraban un texto que decía: “En la mesa hay 72 utensilios que pueden usarse sobre mí”. Y, en efecto, sobre una mesa había objetos como un látigo, un libro, tijeras... Abramović permitió que las personas en la sala los usaran con ella.

Las tres primeras horas las y los espectadores fueron cordiales, pero a medida que transcurrió la performance la audiencia comenzó a ser violenta, un hombre cargó el revólver y se lo colocó en la mano dirigiéndola a su cuello. Esta última acción provocó una disputa, enfrentando a quienes optaban por protegerla, y a los que no consideraban procedente hacerlo. Finalmente, los guardas de seguridad, presentes en el espectáculo echaron al hombre de la sala y tiraron el arma por una ventana.

Marina, en su biografía, explica cómo mientras una mujer intervino para secar sus lágrimas, otras incitaban a sus esposos a actuar contra ella. Comportándose unas de acuerdo con los estereotipos de género del momento, asumiendo la función de cuidado, y dejando

otras al varón asumir protagonismo en la performance (TED Talks 2015).

Después de horas de vejaciones, Marina abandonó su quietud y se acercó al público, pasando de objeto pasivo a activo, lo que provocó que los espectadores huyeran.



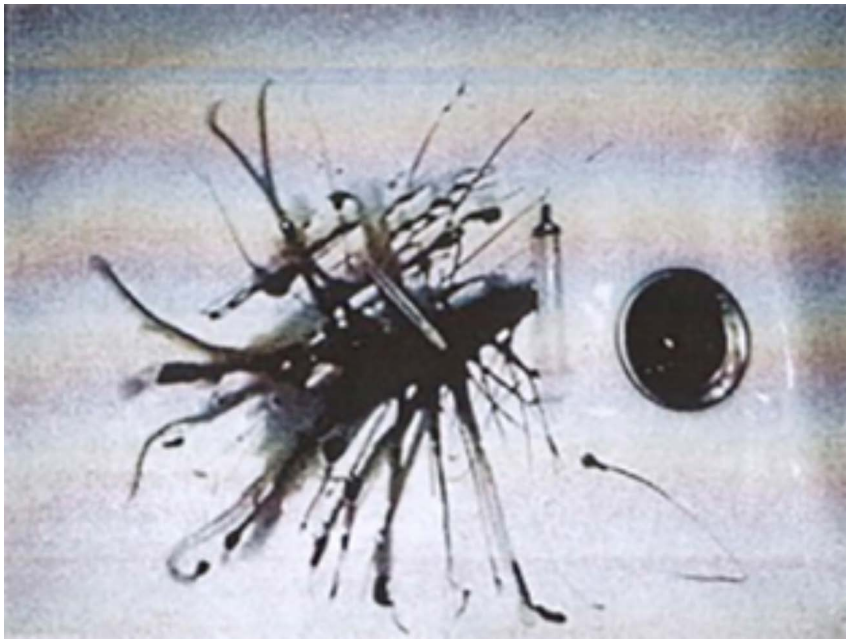
*Ilustración 1: Marina Abramovich, Rhythm 0, 1974*

## 2 ¿QUÉ ES AUTOLESIÓN Y LESIÓN A TERCEROS?

¿Cómo definir, y evaluar, desde el punto de vista de los derechos humanos las actividades que en la performance comportan violencia y producen lesiones reales a las mujeres u hombres que la ejecutan, siempre con su consentimiento? Son muchos los que piensan que este consentimiento no autoriza moral o legalmente a terceros/as a lesionar, aunque tal cosa ocurre a menudo en la performance y forme parte del espectáculo, pues el derecho a la propia vida, la salud y la integridad física es inalienable, no puede ser cedido a terceros. Pero ¿impide la apelación al derecho humano a la vida y a la integridad del propio cuerpo la práctica de la “autolesión”? No existe unanimidad ni en la forma de denominar este tipo de actividad ni en las respuestas sobre la legitimidad de la misma, aunque se acepta por lo general que los derechos humanos no son incompatibles con un espectáculo en el que el actor o actriz practican, libremente y por su voluntad, lo

que algunos prefieren llamar “autolesión deliberada”, “autoagresión”, “autodaño” o “violencia autoinflingida”, sin llegarse al consenso sobre cuál sea la denominación más oportuna (Zetterqvist 2015).

Nos hemos decantado por la denominación de “autolesión”, ya que es esta una de las terminologías más recurrentes, utilizada en los artículos de los psiquiatras de prestigio, como Taboada, Mendoza y Pellicer, o más recientemente por la psicóloga Mosquera autora de un exhaustivo trabajo sobre (Mendoza y Pellicer 2002; Mosquera 2008; Taboada 2007; Casado Marín 2011a).



*Ilustración 2: Mosquera, Dolores. En La autolesión:  
El lenguaje del dolor, 28, 2008.*

### **3 ¿QUÉ ES PERFORMANCE DE AUTOLESIÓN?**

Si definir performance y autolesión, es complejo, establecer una teoría omnicomprendensiva sobre la etiología y la función de la performance en que la o el artífice utiliza espectáculos cruentos para autoexpresarse o conmover al público, se convierte en un reto mayor, ya que tal teoría no existe.

Existen definiciones diferentes que no acaban de ser específicas, como performances extremas, cuerpos extremos, o performances rituales, pero dentro de estas categorías podemos encontrar actividades diversas como es el caso de las practicadas por Nitsch, cuya performance que no involucra lesión (Kuppers 2008; Marsh 2014; O'Dell 1998; Rodgers 2011; Stanley 2016; Wojcik 2016), pero si utiliza animales sacrificados, cuya sangre vierte sobre los asistentes. Haciendo énfasis en su simbología, Nitsch organizó celebraciones de ese tipo con la pretensión de volver a la catarsis primitiva. Cabría discutir su compatibilidad con las normas, cada vez más extendidas, que prohíben el maltrato animal, pero si nos limitamos a plantear la congruencia de la performance extrema con los derechos humanos vemos necesario generar una reflexión teórica más específica sobre la performance de autolesión (humana).



*Ilustración 3: (Aktion). 1974. Munich Modernes Theater»*

#### **4 DE LA HISTERIA A LA NUEVA “ANOREXIA FEMENINA”: LA AUTOLESIÓN**

Si hablamos de “autolesión”, practicada mayoritariamente por mujeres, desde una perspectiva de género, vemos cómo, en general, el



límite percibido entre lo normal y lo patológico depende de la época y el contexto.

El sexo femenino para Freud “no existe”, pues la mujer es definida como un “varón castrado”, “perdiendo la libertad de su cuerpo” (Casilda Rodríguez, 2005). Pese a que el deseo sexual reprimido de las mujeres fue considerado en el siglo XIX como causante de una enfermedad y, diagnosticada como “paroxismo histérico”, se censura la sexualidad de las mujeres y, con ella, la autodisponibilidad de su cuerpo, condenando el ejercicio libre de la sexualidad de las féminas como “lujuria”, algo que observamos en figuras mitológicas como la de la Lilith hebraica (supuesta primera mujer rebelde de Adán que se negó a acceder a yacer bajo él en la cópula, por considerarse su igual, abandonándolo y huyendo del Edén para entregarse a relaciones promiscuas en las orillas del Mar Rojo con los demonios, concibiendo *lilims* con ellos). La mujer libre sexualmente es en la mayor parte de las culturas denigrada, una amenaza, como la *femme fatal* (Eetessam 2015) que en diversas mitologías usa su capacidad de seducción para atrapar al hombre y causar su desgracia, entre cuyas derivas más extremas se encuentran las legendarias poseedoras de “vagina dentada”, encarnación del peligro femenino, que castran a aquel que con ellas yace.

Escenificando los temores causados entre los hombres por la potente movilización de las sufragistas anglosajonas en el tránsito del siglo XIX al XX, grandes literatos y conocidos pintores, en la senda anticipada en la década de los 60 y 70 del siglo XIX por el prerrafaelista Dante Gabriel Rossetti, ponen de moda la referencia a la *femme fatale*. Lo es la perturbadora “Salomé” de Oscar Wilde (1894), o las protagonistas de las pinturas expresionistas de Edvard Munch (1863-1944) al que inspiró la representación de la primigenia pelirroja de “Amor y dolor”, bautizada como “Vampiro”, en 1895. Igualmente, perturbadoras son las mujeres retratadas por simbolistas como Gustav Klimt (1862-1918), al que el viejo mito bíblico de Judith y Holofernes (en el que la mujer decapita) inspiran su *Judit I* de 1901 y su *Judit II* de 1909. Derivaciones del mito del potencial destructivo de la mujer seductora darán lugar a los súcubos<sup>1</sup> del cine

---

<sup>1</sup> La palabra súcubo proviene de la palabra succuba, del prefijo sub: ‘debajo de’, y del sufijo cubo, proveniente del verbo *cubare*, que significa «yacer», alguien que yace debajo de otra persona, mientras que un íncubo, su opuesto masculino, deriva del prefijo in: «encima de», un demonio de la mitología

expresionista alemán de los años 30 o del cine negro de los 40, y subyace el recordatorio de la *femme fatal* en la imagen arquetípica de la dominatrix.



*Ilustración 4: Edvard Munch, Vampire II, 1895/1902*

Pero, aunque la *femme fatale* sea vista como un riesgo, y su apelación, artística pueda producirse con fines “instructivos”, no representa en el imaginario colectivo a la mayoría del colectivo femenino.

Hacia 1960 el psicoanálisis contraponen la figura fetichista de la “acuchilladora de muñecas”, que nos recuerda a la *femme fatal* o a los súcubos dominadores, a la mujer que se autolesiona, diagnosticada como histérica, considerando la autolesión como síntoma de su feminidad (exceso emocional), pues, no faltando casos de autolesión masculina, “la mayoría de estudios sugieren que un 95% de las personas son féminas” (Doctors, Shelley. 2007), según algunas fuentes, el número de aquellas que se autolesionan triplica al de los hombres, siendo “denominada esta práctica como la nueva anorexia”.

---

popular que copula situándose encima de otra persona de la Edad Media, que se posa sobre la víctima durmiente, para tener relaciones sexuales con ella.

En Reino Unido en el año 2006, la autolesión es denominada “la epidemia silenciosa” al considerarse tabú, cuando, sin embargo, uno de cada quince jóvenes se autolesiona (Mental Health Foundation 2006) from schools through to hospital accident and emergency departments. Levels of self-harm are one indicator of the mental health and mental well-being of young people in our society in general. Recently there has been a shift in government strategies, across the UK, towards recognising and promoting better mental health and emotional well-being for all children and young people. These initiatives may eventually do a great deal to reduce self-harm among young people but the Inquiry found that implementation to date is patchy and there is not yet an adequate evidence base specific to self-harm. This”, author”: [{"dropping-particle”:””, “family”:”Mental Health Foundation”, “given”:””, “non-dropping-particle”:””, “parse-names”:false, “suffix”:””}], “container-title”:”Social Epistemology”, “id”:”ITEM-1”, “issue”:”2-3”, “issued”: {“date-parts”: [ [“2006”] ] }, “page”:”165-179”, “publisher-place”:”Londres”, “title”:”Truth hurts: Report of the national inquiry into self-harm among young people”, “type”:”article-journal”, “volume”:”18”}, “uris”: [ [“http://www.mendeley.com/documents/?uuid=25c2a885-a9ae-4200-adcf-226d9a8cec00”] ] }, “mendeley”: {“formattedCitation”:”(Mental Health Foundation 2006.

El primer caso documentado, data del año 1913, y fue registrado por el psicólogo E. Emerson, que describe el caso de una joven a la que denomina “Miss A’s” en el hospital psicopático de Boston (Cardyn 2001) a thirty-year-old seamstress was admitted to an eminent New York asylum in what her physicians termed an “acutely maniacal condition.” She had suffered terribly during the weeks prior to her commitment – emotionally erratic, unable to eat or sleep properly, she had grown increasingly weak and disconsolate. Moreover, her caretakers reported that she “was destructive of clothing, pulled her hair out, was noisy, incoherent, and violent; opposed care, wandered about, and was with difficulty controlled.” Having exhibited a certain nervous debility throughout her adult life, the young woman’s affliction was, if not entirely explicable, at least familiar in its basic contours. Or so it seemed. On further examination, the asylum physicians discovered scarring and discoloration that extended over much of her body, the result, they

soon learned, of habitual injections of morphine. Consistent with established practices, her doctors prescribed a daily dose of chloral to allay her addiction and placed her on an exacting program of bedrest and overfeeding devised to hasten her recovery. Observing this regimen, the woman grew stronger and seemingly more contented in the weeks and months that followed. By August, her menstrual cycle had resumed after a lengthy cessation, a sure sign of health from her physicians' point of view. Accompanying her period, however, was a swelling of the right breast so severe that adhesive straps were required to provide support and elevation.”,”author”:[{“dropping-particle”：“”,”family”：“Cardyn”,”given”：“Lisa”,”non-dropping-particle”：“”,”parse-names”：false,”suffix”：“”}],”container-title”：“Traumatic pasts history, psychiatry and trauma in the modern age (1870-1930).

La paciente explica cómo las acciones lesivas se desatan tras el rechazo de un amante que la insulta, por lo que procede a grabarse una “W” de Whore (puta) en la pantorrilla, y a atravesar un seno con una cuchilla. Emerson descubre que sufrió abusos por parte de su tío y de su padre y concluye que la paciente no soporta el supuesto de que eso la inhabilita para el matrimonio procediendo a autolesionarse para evitar pensar. Al contrario que los científicos de la época, Emerson defendía que las mujeres definidas como “trastornadas” con tendencias autolesivas, no padecían locura, pasando así a investigar experiencias vivenciales de las mismas como desencadenantes de esta conducta (Casado Marin 2011c).

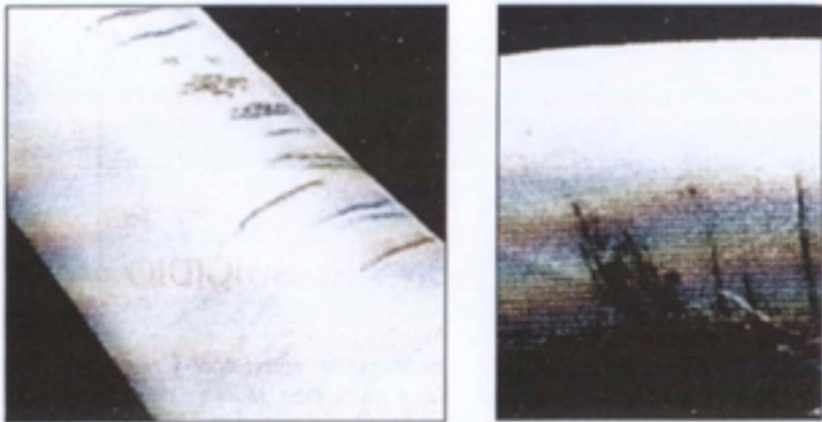
## 5 EL SISTEMA PATRIARCAL COMO INCENTIVADOR DE LA AUTOLESIÓN FEMENINA

Anna Berga analiza la autolesión en centros juveniles, y llega a la conclusión de que el aprendizaje de las emociones es diferencial, educándose en el ejercicio de la ternura a las mujeres y a los varones en mostrar virilidad, lo que explicaría que la autolesión se dé mayoritariamente en mujeres (Craigén y Foster 2009; Gómez 2021; Madge et al. 2008; Ross y Heath 2002)”title”：“La autolesión desde la perspectiva de género: Una revisión documental”,”type”：“thesis”},”uris”：“[116](http://www.mendeley.com/documents/?uuiid=673cfc62-e4c3-</a></p></div><div data-bbox=)

48d6-9161-9f4933a7562a”]],”mendeley”:{“formattedCitation”：“(Craigen y Foster 2009; Gómez 2021; Madge et al. 2008; Ross y Heath 2002. La diferencia autolesiva reside en que los hombres canalizan hacia fuera, y las mujeres contra sí mismas. En su mayoría las mujeres se autolesionan cuando están solas, en privado, con métodos que implican ver sangre. Sin embargo, los hombres acordes con la sociedad patriarcal, son más proclives a realizar la autolesión, como una prueba de fuerza, con métodos más violentos que los usados por las mujeres, como golpearse o quemarse (Casado Marin 2011b; Froeschle y Moyer 2004).

El estigma social padecido por colectivos sexuales minoritarios explica que los jóvenes LGTBIQ+ tengan un mayor índice autolesivo, ya que en estos grupos aumenta la insatisfacción con su cuerpo y su sexualidad, al sufrir el rechazo de una sociedad que no abraza la diversidad.

Existen, por tanto, conexiones entre la sexualidad, la identidad y la conducta autolesiva (Scourfield J 2010), como vimos no exclusivamente, pero sí prioritariamente femenina.



*Ilustración 5: MOSQUERA, Dolores. La autolesión: El lenguaje del dolor. Madrid: Pléyades, 2008, p. 26*

## 6 LOS DISCURSOS DE GÉNERO PRESENTES EN LA PERFORMANCE

Tras la primera ola del feminismo sufragista de finales del siglo XIX, surge en los años 60 una “segunda ola”. Proliferan los discursos en torno al cuerpo, a partir de los 80 comienzan los discursos feministas posmodernistas, desarrollándose ya en los 90 el feminismo postestructuralista que reflexionan sobre la importancia del lenguaje en la construcción del género y el sexo (Aizpuru 2017a, 2017b).

En este contexto ciertas artistas ven idóneo para expresar su identidad el uso de la performance por basarse en la utilización real del cuerpo como herramienta y la no vinculación de esta manifestación artística con el patriarcado (al tratarse de un arte emergente), explorando lo que significa el cuerpo de la mujer y convirtiéndolo en instrumento al servicio de la causa feminista. Como el caso de la artista Françoise Janicot, que en su obra *L'Encoconnage*, ve a la larva del insecto atrapado en un capullo como una metáfora de la mujer, ser aislado, al que la sociedad patriarcal recluía en el espacio doméstico. Donde pone a prueba su cuerpo, atando su cara hasta casi asfixiarse, antes de cortar el cordón que le impide respirar, simbolizando su liberación de la trampa patriarcal.



*Ilustración 6: Françoise Janicot, L'Encoconnage, 1972*

## 7 DIFERENCIAS DE GÉNERO EN LA PERFORMANCE DE AUTOLESIÓN

Podemos observar una evolución histórica de la performance de autolesión. Como explica Pilar Montero Vilar, hay dos corrientes: artistas que se enfrentan a los límites del cuerpo, experimentando dolor o violencia como una forma de autoconocimiento, y, por otro lado, los y las artistas que dan a la performance un carácter ritual, de sacrificio, que ahonda en las consideraciones sociales del cuerpo, vivenciando la violencia sufrida o parodiándola con el objetivo de denunciarla, (Pilar Montero Vilar 2000).

En el primer caso encontramos al artista Chris Burden, que en la obra *Shoot*, se quedó quieto mientras un amigo le disparaba en el brazo. Después de recibir un disparo, se agarró el brazo, mostrándose atónito.



*Ilustración 7: Chris Burden, Shoot, 1971.*

En *Dog House*, la obra del ruso Oleg Kulik, este desarrolla su personaje del perro-hombre. Con el fin de reflexionar sobre la incomunicación del mundo contemporáneo y de criticar, el antropocentrismo (Centre Pompidou 2000), el artista fue invitado para quedarse en una casa y se advirtió a la audiencia de que nadie debía traspasar las fronteras de su territorio, no dudando Kulik en morder a un transeúnte que había desatendido la advertencia, por lo que acabó arrestado por la policía. Esta actuación despertó la respuesta escandalizada de los medios.



*Ilustración 8: Oleg Kulik, Dog House, 1996.*

## **8 MANIFESTACIÓN FEMINISTA A TRAVÉS DE LA PERFORMANCE**

En cuanto a manifestaciones feministas de autolesión en performance encontramos múltiples artistas como es el trabajo de la brasileña Leticia Parente que en su obra marca registrada se cose durante 10 minutos en la planta de un pie *Made in Brasil* con aguja e hilo, una relación del cuerpo con en el espacio tecnológico, simboliza la dictadura militar, marcando el cuerpo de la mujer en su identidad represiva (Fernanda Fatureto 2011).





*Ilustración 9: Leticia Parente, Marca Registrada, 1975*

La artista inglesa Kira O'Reilly, en su obra *Wet Cup*, inspirada en la antigua técnica médica de las ventosas húmedas para el tratamiento de mujeres histéricas, coloca copas de vidrio calentadas sobre pequeños cortes en el cuerpo, que chupan su sangre a modo de sanguijuelas, creando un vacío que extrae lentamente la sangre.

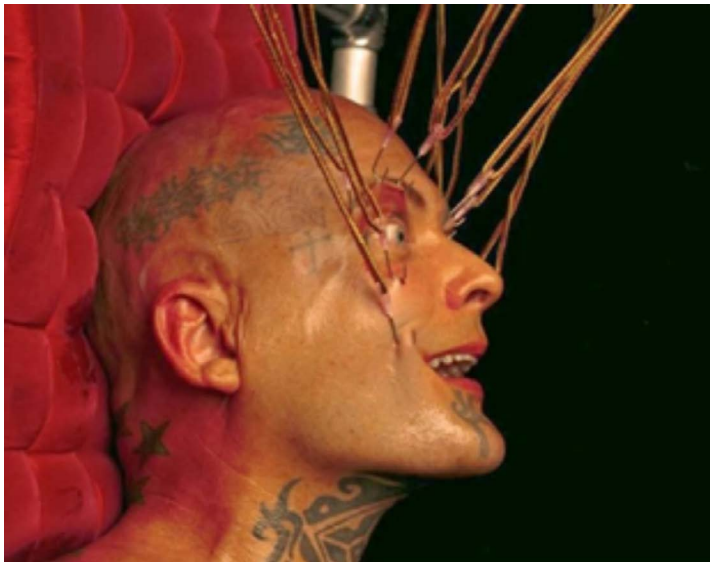


*Ilustración 10: Kira O'Reilly, Wet Cup, 2000.*

## 9 DENUNCIA DE LA REPRESIÓN DE LA IDENTIDAD DE GÉNERO

El artista norteamericano Ron Athey, enfermo de sida desde 1986, denuncia la represión de los homosexuales a través de su obra (Reilly 2015). En *Martyrs and Saints*, efectuada por strippers masculinos, drag queens y toxicómanos, que reprodujeron su sufrimiento no visible, los performers montaron un espectáculo de autoflagelaciones que causó desmayos entre los espectadores (Achy Obejas 1993; SAIC Digital Collections s. f.).

En 1994, Athey se convirtió en un icono de resistencia cultural, enfrentándose a los fundamentalistas religiosos y políticos conservadores que intentaron impedir que el arte gay y feminista recibiera fondos públicos. Las críticas lanzadas contra él y la acusación falsa de que había salpicado con sangre infectada de SIDA a sus espectadores, logró el efecto inverso: ya que lo hizo famoso (Ron Athey 2020).



*Ilustración 13: Martyrs and Saints, 1993, Ron Athey*

Es también el trabajo de Catherine Opie, un ejemplo de protesta LGTB, en la obra *Self Portrait/Pervert*, donde una modificadora corporal talla la palabra “Pervert” en el pecho de la

artista como símbolo de vuelta a la subcultura leather, y como crítica sobre el estigma de “pervertidos” que se asocia a la comunidad LGTB, alegando que no tienen valores familiares (Amelia Abraham 2020).



*Ilustración 14: Catherine Opie, Self Portrait / Pervert, 1994*

## 10 CONCLUSIONES

La autolesión encarna un universo emocional de sufrimiento corporal utilizada en la performance y fuera de ella por un número de mujeres mucho mayor que de hombres, si bien también recurren a ella personas LGTBIQ+, que experimentan situaciones invisibles, como desahogo o crítica a la represión del cuerpo o de la identidad

sexual, pudiendo funcionar como protesta contra la discriminación, y/o como herramienta de cambio social o denuncia de la violencia de género.

La performance de autolesión, de carácter marginal en origen por su crudeza, va ganando reconocimiento, genera una creciente perlocución del discurso textual que la acompaña y una variable “recreación apreciativa” del espectáculo, produciendo dos reacciones: repugnancia y rechazo, o admiración e inflación de atención, logrando un gran impacto.

En cuanto a los derechos humanos, la performance de autolesión es congruente con la libertad de expresión, sin embargo, en su caso, al margen de la finalidad emancipadora que puedan contener, el fin no justifica los medios y las lesiones por terceros, aún consentidas o promovidas por él/la performer, parecen incongruentes con la inalienabilidad de los derechos a la integridad física y a la salud de la persona, y, aunque de facto se permiten, y raramente son denunciadas, son un reto para la justicia, por la carencia de condena o de clara tipificación penal.

## BIBLIOGRAFÍA

Abraham, Amelia. 2020. «Catherine Opie on why her work is about more than just her queer identity». Recuperado 21 de marzo de 2022 (<https://www.dazeddigital.com/art-photography/article/48089/1/photographer-catherine-opie-her-work-is-about-more-than-just-her-queer-identity>).

Achy Obejas. 1993. «Martyrs and Saints». Recuperado 14 de marzo de 2022 (<https://chicagoreader.com/arts-culture/martyrs-and-saints/>).

Aizpuru, Margarita. 2017a. *Seminario 'Videoarte genero y feminismo. Recherchez les femmes'. (Parte 2)*. Tenerife Espacio de las Artes (TEA).

Aizpuru, Margarita. 2017b. *Seminario 'Videoarte genero y feminismo Recherchez les femmes'. (Parte 1)*. Tenerife Espacio de las Artes (TEA).

Aliaga, Juan Vicente. 2006. «La elocuencia política del cuerpo». *Exit Book: revista de libros de arte y cultura visual* (5):60-75.

Athey, Ron. 2020. «He had become influenced by extreme performance». Recuperado 14 de marzo de 2022 ([https://twitter.com/ron\\_athey\\_2/status/1314967470730485762](https://twitter.com/ron_athey_2/status/1314967470730485762)).

Cardyn, Lisa. 2001. «The Construction of Female Sexual Trauma in Turn-of-the-Century American Mental Medicine». Pp. 172-202 en *Traumatic pasts history, psychiatry and trauma in the modern age (1870-1930)*. Cambridge: Cambridge University Press.

Casado Marin, Lina Cristina. 2011a. «La Autolesión corporal y la construcción biomédica del término». Pp. 80-86 en *Los discursos del cuerpo y la experiencia del padecimiento. Acciones autolesivas corporales en jóvenes*. Tarragona: Universitat Rovira i Virgili.

Casado Marin, Lina Cristina. 2011b. «La autolesión en centros penitenciarios: biopoder y resistencia». Pp. 29-46 en *Los discursos del*

*cuerpo y la experiencia del padecimiento. Acciones autolesivas corporales en jóvenes.* Tarragona: Universitat Rovira i Virgili.

Casado Marin, Lina Cristina. 2011c. «Precedentes: Eugene Emerson (1913) y Karl Menninger (1935)». Pp. 74-76 en *Los discursos del cuerpo y la experiencia del padecimiento. Acciones autolesivas corporales en jóvenes.* Tarragona: Universitat Rovira i Virgili.

Centre Pompidou. 2000. «Mad Dog». Recuperado 15 de marzo de 2022 (<https://www.centrepompidou.fr/es/ressources/oeuvre/c4rjpyA>).

Centro de Arte Contemporáneo de Málaga (CAC). 2014. *Rueda de prensa de Marina Abramovic.* España: Youtube.

Craigen, Laurie, y Foster, Victoria. 2009. «It was like a partnership of the two of us against cutting: investigating the counselling experience of young adult women who self-injure». *Journal of Mental health Counselling* 31:76-94.

Eetessam, Golrokh. 2015. «Lilith y sus descendientes: trayectoria del mito de la “femme fatale” en las literaturas europeas». 318.

Fatureto, Fernanda. 2011. «Ficção e realidade: videografias em letícia parente». Recuperado 18 de marzo de 2022 ([http://artcontexto.com.br/artigo-edicao02\\_ficcao\\_realidade.html](http://artcontexto.com.br/artigo-edicao02_ficcao_realidade.html)).

Froeschle, Janet G., y Mike Moyer. 2004. «Just cut it out: legal and ethical challenges in counseling students who self-mutilate». *Professional School Counseling* (7):231-35.

Goldberg, Roselee. 2009. «A arte das idéias e a geração da mídia, 1968 a 1986». P. 177 en *A Arte da Performance do futurismo ao presente.* Lisboa: Orfeu Negro.

Gómez, Paola Andrea Mejía. 2021. «La autolesión desde la perspectiva de género: Una revisión documental». Bogotá.

Kuppers, Petra. 2008. *The Scar of Visibility: Medical Performances and Contemporary Art*. Vol. 41. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Madge, Nicola, Anthea Hewitt, Keith Hawton, Erik Jan de Wilde, Paul Corcoran, Sandor Fekete, Kees van Heeringen, Diego De Leo, y Mette Ystgaard. 2008. «Deliberate self-harm within an international community sample of young people: comparative findings from the Child & Adolescent Self-harm in Europe (CASE) study». *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 49:667-77.

Marsh, Anne. 2014. *Performance ritual document*. Melbourne: Macmillan Art Publishing.

Mendoza, Yazmín, y Francisco Pellicer. 2002. «Percepción del dolor en el síndrome de comportamiento autolesivo». *Salud Mental* 25(4):10-16.

Mental Health Foundation. 2006. «Truth hurts: Report of the national inquiry into self-harm among young people». *Social Epistemology* 18(2-3):165-79.

Mosquera, Dolores. 2008. *La Autolesión: El lenguaje del dolor*. Madrid: Pléyades.

O'Dell, Kathy. 1998. *Contract with the skin : masochism, performance art, and the 1970s*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Omayam. 2008. «Rocio Boliver etiquetas 2008». Recuperado 4 de noviembre de 2020 (<https://www.youtube.com/watch?v=126aVwL8Kqo>).

Reilly, Maura. 2015. «Taking the Measure of Sexism: Facts, Figures, and Fixes ». *ARTnews*.

Rodgers, Charlotte. 2011. *The Bloody Sacrifice : a personal experience of contemporary blood rites*. Oxford: Mandrake.

Rodrigañez, Casilda. 2005. «Recuperando a la Mujer prohibida». Recuperado 2 de diciembre de 2021 (<https://www.nodo50.org/xarxafeministapv/?Recuperando-a-la-Mujer-prohibida>).

Ross, Shana, y Nancy Heath. 2002. «A study of the frequency of self-mutilation in a community sample of adolescents». *Journal of Youth and Adolescence* (31):67-77.

SAIC Digital Collections. s. f. «Martyrs & Saints». Recuperado 14 de marzo de 2022 ([https://digitalcollections.saic.edu/islandora/object/islandora%3Aarsga\\_6240](https://digitalcollections.saic.edu/islandora/object/islandora%3Aarsga_6240)).

Scourfield J. 2010. «¿Cómo perciben los jóvenes gays, lesbianas, bisexuales y transexuales el suicidio y, cuál es la conexión entre la identidad de género, la sexualidad y la conducta auto destructiva?» *16(3):329-36*.

Stanley, Courtney. 2016. «14 Of The Most Extreme Performance Art Pieces». *Culture Trip*. Recuperado 6 de junio de 2020 (<https://theculturetrip.com/north-america/usa/articles/14-of-the-most-extreme-performance-art-pieces/>).

Taboada, Eduardo. 2007. «Autolesión por Taboada publicado en AAP y en Psiquiatría Forense, Sexología y Praxis». Recuperado 22 de junio de 2021 (<https://www.autolesion.com/2010/06/26/autolesion-por-taboada-publicado-en-aap-asociacion-argentina-de-psiquiatria-y-en-la-revista-psiquiatria-forense-sexologia-y-praxis2007/>).

TED Talks. 2015. *An Art Made of Trust, Vulnerability and Connection*.

Vilar, Pilar Montero. 2000. «El cuerpo en peligro». Recuperado 11 de marzo de 2022 ([https://www.researchgate.net/publication/27573520\\_El\\_cuerpo\\_en\\_peligro](https://www.researchgate.net/publication/27573520_El_cuerpo_en_peligro)).

Wojcik, Nadine. 2016. «Blood and pain: Extreme performance artist Marina Abramovic turns 70». *Made for Minds (DW)*. Recuperado 6



de junio de 2020 (<https://www.dw.com/en/blood-and-pain-extreme-performance-artist-marina-abramovic-turns-70/a-36583787>).

Zetterqvist, Maria. 2015. «The DSM-5 diagnosis of nonsuicidal self-injury disorder: a review of the empirical literature». *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health* 2015 9:1 9(1):1-13.

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# BALANCE SOBRE LA DEBIDA DILIGENCIA EN LAS POLÍTICAS CONTRA LA VIOLENCIA HACIA LAS MUJERES EN EL PERÚ (2015-2022).

*Lilian Susan Rueda Curimanea*



# **BALANCE SOBRE LA DEBIDA DILIGENCIA EN LAS POLÍTICAS CONTRA LA VIOLENCIA HACIA LAS MUJERES EN EL PERÚ (2015-2022).**

*Lilian Susan Rueda Curimanea*

La debida diligencia en las políticas contra la violencia hacia las mujeres parte del reconocimiento del derecho a una vida libre de violencia como derecho fundamental. Es deber y obligación de los Estados garantizar el cumplimiento de la misma. El primer paso de este reconocimiento se dio en el año de 1979, cuando la Asamblea General de las Naciones Unidas aprobó la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW).

En los casos “Gonzales y otras (Campo Algodonero) vs. México” y “Rosendo Cantú vs. México”, la Corte IDH reconoce la responsabilidad de los Estados Parte al no adoptar las medidas integrales en cumplimiento del deber de debida diligencia para garantizar el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia. Esto implica contar con un adecuado marco jurídico de protección, aplicado de manera efectiva, y con políticas de prevención y prácticas que permitan que los funcionarios y funcionarias públicos puedan desplegar una actuación eficaz ante las posibles denuncias.

La Defensoría del Pueblo en Perú, es un organismo encargado de defender los derechos constitucionales y fundamentales de la persona y de la comunidad, así como de supervisar el cumplimiento de los deberes de la administración pública y la prestación de los servicios públicos. Esta importante institución, se reafirma en su Balance sobre la política pública contra la violencia hacia las mujeres en el Perú del 2015 al 2020, señalando que la violencia contra las mujeres constituye un álgido problema público en el Perú, y que bajo la dirección del Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables (MIMP), se han desarrollado diversos instrumentos

de gestión multisectorial, con compromisos de implementación de servicios, productos y acciones orientados a lograr su erradicación o disminución, destinándose recursos para el cumplimiento de metas dentro de determinados plazos.

Es así que en el ámbito funcional se cuenta con:

- 1 El “Sistema Nacional para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres y los integrantes del Grupo Familiar”, creado mediante la Ley N°30364 (2015), hoy Texto Único Ordenado, cuya finalidad se orienta a asegurar el cumplimiento de las políticas públicas que requieren la participación de todas o varias entidades del Estado.
- 2 El sub sistema de justicia especializado denominado “Sistema Nacional Especializado de Justicia para la Protección y Sanción de la Violencia contra las Mujeres e Integrantes del Grupo Familiar” (SNEJ) (2018).
- 3 El Plan Nacional contra la Violencia de Género 2016-2021(2016).
- 4 El Plan de Acción Conjunta para prevenir la violencia contra las mujeres, así como brindar protección y atención a las víctimas de violencia, con énfasis en los casos de alto riesgo (2018).
- 5 La Política Nacional de Igualdad de Género (2019).
- 6 El Programa Presupuestal orientado a Resultados de Reducción de la Violencia contra la Mujer (2019).

Instrumentos de gestión multisectorial que han reconocido a la violencia que afecta a las mujeres por razones de género, la cual debe prevenirse, atenderse y sancionarse.

## **1 CONFIGURACIÓN DE LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES COMO UN PROBLEMA PÚBLICO: TRATAMIENTO NORMATIVO HISTÓRICO EN PERÚ**

La violencia contra las mujeres constituye un problema histórico de violación de derechos humanos y un problema de salud pública y durante los últimos 29 años se han ido adoptando normas, acciones y estrategias para enfrentarla.

## **2 LEY N° 26260**

Fue la primera norma en abordar la violencia contra las mujeres en nuestro país, aunque de forma limitada al ámbito de la relación de pareja. Se expidió en el año 1993 y establecía la política del Estado frente a la violencia familiar. Esta norma fue la segunda a nivel latinoamericano, que en concordancia con lo que pasaba en la región, optó por abordar la “violencia familiar” y no “la violencia contra la mujer”, lo que permitió invisibilizar las relaciones de poder existentes dentro de la familia, especialmente en las relaciones de pareja, estableciendo originalmente la conciliación como una forma de resolución del conflicto, situación que ahora está prohibido, toda vez que no se puede conciliar ante una agresión física, psicológica o sexual por tratarse de una afectación de derechos fundamentales.

Esta ley establecía un nuevo proceso jurídico para la protección de las víctimas, de naturaleza civil, en la cual había una demanda, contestación, audiencia única y sentencia.

## **3 MINISTERIO DE LA MUJER**

El Ministerio de la Mujer fue creado el 25 de octubre de 1996 bajo el nombre de Ministerio de la Mujer y Desarrollo Humano (PROMUDEH), poco después, en el año 1998, se creó el primer Centro Emergencia Mujer (CEM), contando a la fecha con más de 430 Centros Emergencia Mujer a nivel nacional. A partir del año 2001, que empiezan a generarse mecanismos institucionales para crear e implementar las políticas contra la violencia. Es así que, en julio de ese año, el PROMUDEH impulsó la aprobación del Plan nacional contra la violencia hacia la mujer 2002-2007, el que “constituyó el primer documento de política pública que reconocía la responsabilidad de los diferentes sectores del Poder Ejecutivo en la prevención, sanción y erradicación de la violencia contra la mujer”. En él se comprometía el trabajo articulado de cinco sectores (Promudeh, Minjusdh, Minedu, Minsa, Mininter), lo que se constituyó en la primera política integral contra la violencia. El referido plan tenía 4 objetivos estratégicos: 1) Promover cambios en patrones socioculturales que toleran, legitiman

o exacerbaban la violencia contra las mujeres; 2) Instituir mecanismos, instrumentos y procedimientos de prevención, protección, atención, recuperación y reparación oportunas y eficaces para las mujeres víctimas de violencia; 3) Establecer un sistema que brinde información sobre las causas, consecuencias y frecuencia de la violencia contra la mujer, y 4) Brindar atención preferente a mujeres que se encuentran en particular situación de vulnerabilidad, sea en razón a su condición socio económica, edad, condición étnica, discapacidad o de estatus de migrante o desplazada. Posteriormente, como Ministerio de la Mujer y Desarrollo Social (MIMDES), se aprobó el Plan Nacional contra la Violencia hacia la Mujer 2009-2015. Desde el 20 de enero de 2012, mediante Decreto Legislativo N° 1098, se adopta la denominación de Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables, como ente rector de las políticas nacionales y sectoriales sobre derechos de las mujeres y poblaciones vulnerables como son los niños, niñas y adolescentes, personas adultas mayores, personas con discapacidad, desplazados y migrantes internos.

#### **4 LEY N° 30364**

El abordaje estatal de la violencia contra las mujeres tiene un quiebre en el año 2015, cuando se aprobó esta ley, Ley para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres y los integrantes del grupo familiar, con la cual se penaliza la violencia (antes era tratado sólo como un tema civil); sumando al Estado peruano a la lista de países de la región que habían adoptado leyes Integrales contra esta grave violación de derechos humanos (Argentina, Bolivia, Colombia, Venezuela, entre otras). Esta norma constituye un hito normativo en el abordaje de la violencia contra las mujeres por tres razones:

- Aborda la violencia de género contra las mujeres, reconociendo el contexto de discriminación histórica en la que se desarrolla. Ello es evidente en la definición recogida en el artículo 5 de la Ley N.º30364 la que es muy similar a la definición recogida por la Convención para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres De Belém Do Pará.

- Regula un Proceso Especial en el que se pretende asegurar la protección de las víctimas y la sanción del agresor. Proceso que tiene dos ámbitos: a) tutelar, cuyo objetivo principal es que el Poder Judicial ordene medidas de protección para garantizar la seguridad de la víctima y evitar que la violencia se repita; y b) penal, cuya finalidad es establecer la responsabilidad y sanción para la persona agresora, así como la reparación para la víctima.
- Crea el “Sistema nacional para prevenir, sancionar y erradicar la Violencia contra las mujeres y los integrantes del grupo familiar”, el que tiene como fin “coordinar, planificar, organizar y ejecutar acciones articuladas, integradas y complementarias para la acción del Estado en la prevención, atención, protección y reparación de la víctima, la sanción y reeducación del agresor, a efectos de lograr la erradicación de la violencia contra las mujeres y los integrantes del grupo familiar”. Disponiendo la creación de Juzgados y Fiscalías Especializadas en Delitos de Violencia contra las Mujeres y los integrantes del grupo familiar.

## **5 CASO EYVI AGREDA Y EL ENDURECIMIENTO DE LA NORMATIVA**

Un hecho político que tuvo impacto directo en la implementación de la Ley N.º30364 y las medidas a adoptarse para enfrentar la violencia contra las mujeres se dio en el año 2018, cuando el presidente de la República se pronunció frente a un caso de feminicidio relevado en el debate público. El día que falleció la joven Eyvi Agreda Marchena (22), luego de meses de agonía, el expresidente Martín Vizcarra declaró que la “lucha contra la violencia hacia las mujeres” es de interés nacional y prioridad del Estado.

¿Quién era Eyvi Agreda? Una muchacha de la provincia de Cajamarca en Perú, que migró a la ciudad de Lima para estudiar administración y a la vez trabajaba como empleada en una empresa de servicios para ayudar a sus padres, campesinos en una comunidad de Cajamarca, en la sierra del norte de Perú. Cuando tenía 22 años,

en abril de 2018, fue atacada por un excompañero de trabajo que la acosó durante meses porque quería una relación con ella. Un día, al terminar su jornada laboral, la joven subió a un autobús y Carlos Hualpa la siguió sin que ella lo notara. Él llevaba combustible en una botella de yogurt, contó esa noche uno de los bomberos que atendió la emergencia, “si no eres mía, no eres de nadie, arderás”, le dijo el agresor y le prendió fuego cuando el autobús recorría Miraflores, un distrito de clase media-alta de Lima. El 60% del cuerpo de Ágreda sufrió quemaduras y otros siete pasajeros lesionados tuvieron que ser evacuados a hospitales. Mientras los médicos reportaban sucesivas cirugías para salvarla, la indignación pública contra el agresor crecía. La joven falleció cinco semanas después del ataque a causa de una infección generalizada.

La noche de su muerte, el 1 de junio, hubo una vigilia y luego una gran movilización juvenil en el centro de Lima, desde el Palacio de Justicia hasta el Congreso, con carteles que decían #NiUnaMenos y #NosEstánMatando. Tres meses después del fallecimiento de la joven, se publicó el Decreto Legislativo 1410 que incorpora los delitos de acoso, acoso sexual, chantaje sexual y difusión de imágenes, materiales audiovisuales o audios con contenido sexual al Código Penal, y también modifica el procedimiento de sanción del hostigamiento sexual, buscando acabar con la impunidad de los actos de acoso.

Antes del Decreto Legislativo 1410, el acoso sólo era tramitado como Hostigamiento laboral o sexual y de manera administrativa. El caso de Eyvi Agreda empezó con un acoso y terminó en feminicidio, que de haber tenido una norma que tipificaba el acoso como delito quizás otro hubiera sido el destino de la joven Eyvi.

A raíz de ello, se crean a partir del 2018 las Fiscalías Especializadas en Violencia contra la Mujer y los Integrantes del Grupo Familiar a nivel nacional, en varios Departamentos del Perú de manera progresiva, debiendo precisarse, según cifras de la Defensoría del Pueblo, que estas fiscalías especializadas en el año 2019 registraron a nivel nacional 185,836 casos y en el año 2020 la carga se elevó a 278,865 casos, constituyéndose en el tipo de fiscalía con mayor cantidad de ingresos a nivel nacional y la menos impactada en términos de demanda por el contexto de pandemia del COVID 19.



El 10 de julio de 2021, mediante Decreto Supremo N°011-2011-MIMP, se aprueba la “Estrategia Nacional de Implementación del Sistema Nacional Especializado de Justicia para la protección y sanción de la violencia contra las mujeres e integrantes del grupo familiar 2021-2026”.

La aprobación del Programa Presupuestal orientado a resultados de reducción de la Violencia contra la Mujer, en diciembre de 2019. Su implementación está prevista hasta el año 2030, donde deberá evaluarse si alcanzó o no sus metas.

Como puede verse, a partir de la emisión de la Ley N°30364, se han aprobado diversas normas vinculadas a mejorar la atención de las mujeres que han vivido violencia de género. Bajo el marco conceptual establecido por el delito de Femicidio y en la Ley N°30364, en el Perú se han creado tipos penales en los que se sancionan con una pena mayor la violencia contra las mujeres si esta se da “por su condición de tal”, es decir por discriminación por género. Desde el año 2017, se cuenta con el delito de “lesiones graves por violencia contra las mujeres e integrantes del grupo familiar”, el delito de “lesiones leves” con el agravante si la víctima es una mujer o el delito de “agresiones en contra de las mujeres o integrantes del grupo familiar”, entre otras normas similares, a ello se suma lo señalado líneas arriba, la incorporación el 2018 en el Código Penal de los tipos penales de acoso sexual y chantaje sexual, así como el delito de “difusión imágenes, materiales audiovisuales o audios con contenido sexual”.

## **6 A MODO DE REFLEXIÓN**

Con la dación de la Ley N° 30364 (hoy Texto Único Ordenado), y más aún, desde la declaración de la violencia como un problema de interés nacional y prioridad del Estado, se han generado diversos procesos y normas que buscan dar una respuesta integral a la violencia contra las mujeres.

Se cuenta con un marco normativo, así como un presupuesto para el abordaje de esta temática; sin embargo, dicha especialización y recursos aún no llegan a todas las instituciones, y, sobre todo, a aquellas ubicadas en las zonas rurales en donde aún existe un marcado machismo.

Falta trabajar mucho en el enfoque de género, no sólo con los agresores, sino también, con quienes administran justicia y quienes ejercen la defensa técnica.

Hace tres semanas estuvimos como Fiscales, en la lectura del fallo de la sentencia, en un caso de Delito contra la Libertad Sexual en su modalidad de Tocamientos Indebidos; la víctima, una mujer adulta, indigente, sin familia, con esquizofrenia paranoide quien hacía mucho tiempo andaba deambulando por las calles de la ciudad de Cajamarca y fue víctima de esta agresión sexual.

El abogado de la parte acusada en sus alegatos de clausura dijo estas lamentables frases: “Acaso se iba a despertar la libido de su patrocinado con una mujer que no era deseable, no era una mujer bonita y que, además, como ya había quedado evidenciado al momento de los hechos olía feo”. Frente a ello, nos hacemos la siguiente pregunta: ¿Entonces, sólo las mujeres bonitas pueden ser víctimas de agresiones sexuales?

Este episodio nos hizo recordar el conocido caso del “Calzón Rojo” en Perú, en la cual, Giancarlo Miguel Espinoza Ramos, de 22 años, fue acusado de violar a una joven el 30 de enero de 2019. Casi dos años después, los jueces fallaron y su decisión generó polémica: absolvieron a Espinoza debido a que la víctima llevaba una **“trusa femenina de color rojo con encaje en zona delantera, blondas en contorno de pierna”**, lo que, según los funcionarios, “conlleva a inferir que la agraviada se había preparado o estaba dispuesta a mantener relaciones sexuales”.

Frente a este contexto de la violencia contra la mujer, ¿cuál es la respuesta de los Jueces y Fiscales? El Tribunal Constitucional Peruano, en la sentencia recaída en el Exp. N° 01479-2018-PA/TC, y publicada coincidentemente en su portal web, el 8 de marzo de 2019, Día Internacional de la Mujer, **señala la necesidad de incorporar la perspectiva de igualdad de género en la administración de justicia.**

Y es cierto, más que la dación de normas que flexibilicen los procedimientos y prácticas rígidas”; **ES NECESARIA LA INTERNALIZACIÓN QUE DEBE HACER EL MAGISTRADO, JUEZ O FISCAL, DEL ENFOQUE O PERSPECTIVA DE IGUALDAD DE GÉNERO.**

En este sentido, el Tribunal Constitucional, en la sentencia citada líneas arriba, sostiene que cuando un juez o fiscal manifiesta una conducta insensible ante la discriminación en contra de las mujeres y ante los distintos tipos de violencia de la que éstas pueden ser objeto, “también impide el acceso a la justicia y la reparación del daño a la víctima, generando impunidad, y convirtiendo a la autoridad y a la sociedad en cómplices de la violencia”

**Si no queremos ser cómplices de la violencia, sigamos trabajando para seguir sensibilizándonos y sensibilizando en el tema.**

**Y ¿qué debemos entender por Enfoque de Género?** Tema tan satanizado por diversos colectivos en el país, Herramienta analítica y metodológica que nos permite examinar la realidad y las relaciones sociales teniendo en cuenta los roles, espacios y atributos socialmente asignados a mujeres y a hombres. Además, permite explicar las asimetrías y relaciones de poder e inequidad que se producen entre ambos en la sociedad

## 7 ESTEREOTIPOS

Son ideas, creencias o representaciones rígidas y preconcebidas que relacionan a hombres y mujeres con modelos determinados que no corresponden necesariamente a la realidad y variedad de las formas de ser y sentir de las personas. Estos estereotipos conllevan a la formación de prejuicios y en la práctica a la discriminación.

## 8 CASO CALZON ROJO

Giancarlo Miguel Espinoza Ramos, de 22 años, fue acusado de violar a una joven, en hechos ocurridos el 30 de enero de 2019.

Casi dos años después, los jueces fallaron y su decisión generó polémica: absolvieron a Espinoza debido a que la víctima llevaba ropa interior de color rojo, lo que, según los funcionarios, “conlleva a inferir que la agraviada se había preparado o estaba dispuesta a mantener relaciones sexuales”.

La mujer llevaba una **“trusa femenina de color rojo con encaje en zona delantera, blondas en contorno de pierna”**. Para el colegiado penal este tipo de atuendos suelen usarse en ocasiones especiales para momentos de intimidad. Sobre esa base, los jueces penales coligen que **“la agraviada se había preparado o estaba dispuesta a mantener relaciones sexuales con el imputado”**

En nuestro país, la doctora María del Rocío Villanueva Flores, en su artículo del año 2018 **La muerte de mujeres a manos de las parejas o ex parejas: Hasta cuando las reformas legales cuya aplicación no se evalúa seriamente? Señala que, aunque en América Latina existen diversas normas que aluden de manera expresa a derechos fundamentales de las mujeres, aún persisten normas abiertamente discriminatorias, siendo que algunas que podrían ser ventajosas al ser aplicadas terminan discriminando, es por ello que, sostiene la autora, resulta necesario identificar los obstáculos del sistema jurídico y proponer soluciones, pues de esa manera se evidenciaría que la eficacia de los derechos de las mujeres no depende tanto del reconocimiento legal sino de la aplicación de las normas jurídicas.**

La Doctora Villanueva (Doctorado en la Universidad de Castilla-La Mancha), considera pues, que la perspectiva de género es útil para explicar porqué aunque los derechos de las mujeres han ido reconociéndose de manera progresiva, los operadores del Derecho aún continúan expidiendo resoluciones que parecerían desconocer tales derechos, considerando que las mujeres deben observar determinados comportamientos, aunque formalmente la norma no los exija, esto se ve, por ejemplo en las investigaciones de los delitos contra la libertad sexual, cuando a raíz de las preguntas que se le formulan a la víctima, los aplicadores del Derecho esperan que ellas hayan tenido una conducta sexual irreprochable antes de la comisión del delito (prenda íntima de color rojo con encaje delantero), para ser merecedoras de la protección del Estado.

En este sentido, el Tribunal Constitucional, en la sentencia citada líneas arriba, sostiene que cuando un juez o fiscal manifiesta una conducta insensible ante la discriminación en contra de las mujeres y ante los distintos tipos de violencia de la que éstas pueden

**ser objeto, “también impide el acceso a la justicia y la reparación del daño a la víctima, generando impunidad, y convirtiendo a la autoridad y a la sociedad en cómplices de la violencia”**

En la publicación de la Agencia Peruana de Noticias Andina del 11 de mayo del 2019, se informa que la Defensoría del Pueblo consideró que los jueces del país requieren una mayor capacitación para ver casos de violencia contra la mujer, con la finalidad de atender mejor denuncias por feminicidio y delitos sexuales, siendo que “esta falta de capacitación sería una de las causas de la escasa respuesta judicial al contexto de violencia que viven las mujeres desde niñas en el país, justamente por su condición de mujeres”, señala la Adjunta para los Derechos de la Mujer de la Defensoría del Pueblo, Eliana Revollar, que a las víctimas se le **“suele cuestionar su declaración, su comportamiento, justifican a los agresores o la excesiva carga procesal para dedicarse a asuntos domésticos”**, yo diría que más que capacitación se necesita **SENSIBILIZACIÓN DE LOS OPERADORES, TANTO JUEZ COMO FISCAL**.

Prueba de ello tenemos los escandalosos casos de a) **Arlette Contreras**, en donde se vieron innumerables estereotipos de género, b) **Milagros Rumiche**, c) el caso de **la víctima del cilindro, la cajamarquina Marisol Estela Alva**, siendo que en este último caso, la familia de la víctima indicó que **“recibieron un trato indolente por parte de la Fiscal Provincial de Villa El Salvador quien les dijo que SU CASO NO ERA EL ÚNICO Y QUE SI GUSTABAN PODÍAN REGRESARSE A CAJAMARCA Y SE PUEDE DEJAR AQUI A SU ABOGADO QUE SE ENCARGUE DE TODO”**. Frases como ésta no hacen más que generar la sensación de impunidad en la colectividad y el justificado reclamo hacia nosotros como magistrados.

La incorrecta aplicación del enfoque de género por parte de los operadores (fiscales, jueces, policía) impide que se pueda realizar una buena investigación y sobre todo dictar una medida de protección eficaz para la víctima. Desde hace un año ya se vienen dando sentencias en las diferentes instancias tomando en cuenta la perspectiva de género, máxime que se ha establecido como obligatorio por parte de la Junta Nacional de Justicia para la ratificación y nombramiento de jueces y fiscales llevar un curso de esta materia.

## 9 ESCUCHA Y CREE EN LA VÍCTIMA

Cuando una mujer comparte su historia de violencia, está dando el primer paso para romper el ciclo de maltrato. Debemos garantizarle el espacio seguro que necesita para hablar y ser escuchada. Caso Miss Laura, si de pronto escucha sermones como: “tanto usted como el agresor tienen derechos, y él tiene otras denuncias pero no contra usted”.

Conviene recordar que al tratar casos de violencia sexual, la sobriedad, la vestimenta y la sexualidad de la víctima son irrelevantes. El autor es el único responsable de la agresión y debe asumir la responsabilidad por sí solo. Protesta contra la culpabilización de la víctima y haz frente a la idea de que las mujeres deben evitar situaciones que se perciban como “peligrosas” según los estándares tradicionales.

## 10 EXIGE RESPUESTAS Y SERVICIOS ADECUADOS PARA SU PROPÓSITO

Los servicios para las sobrevivientes son servicios esenciales. Esto significa que para las sobrevivientes de la violencia de género debe haber refugios, líneas de atención telefónica, asesoramiento y todo el apoyo que necesiten, incluso durante la pandemia del coronavirus

**Sino queremos ser cómplices de la violencia, sigamos trabajando para seguir sensibilizándonos y sensibilizando en el tema.**

**Muchas gracias.**

- De esta manera vemos que resulta necesario que toda medida adoptada por el Gobierno tenga en cuenta dos elementos importantes. En primer lugar la perspectiva de género, atendiendo a la desigualdad que pre existe entre mujeres y hombres, así como sus particularidades. Dado que las disposiciones que se aborden durante el Estado de Emergencia les afectan de distinta manera, como ya lo hemos visto en la situación de una mayor exposición de las mujeres frente a la violencia, así como el acceso más limitado a los

canales de ayuda, de modo que las disposiciones se articulen para un mismo fin sin provocar una mayor desigualdad o acentúen la discriminación. Así también se debe atender a la interseccionalidad, es decir que se tomen en cuenta las diferentes categorías de discriminación que recaen sobre las mujeres, tales como su condición socioeconómica, su condición de mujer con discapacidad, su raza o etnia, su condición de indígena o rural, su condición de migrante, entre otros, y que en razón de ello no todas las mujeres presentan las mismas estructuras que originan la desigualdad, por lo que se debe atender no solo el efecto de la discriminación sino también a los factores que están en la base de las desigualdades . De ahí la necesidad de coordinar diferentes canales de prevención y atención de la violencia dadas las circunstancias específicas de cada grupo, porque no todas las mujeres viven bajo las mismas condiciones en el Perú.

**VIOLENCIA DE GÉNERO** No debe soslayarse que el GÉNERO es una categoría social como la clase, la raza, la edad, etc. que es atravesada por todas las demás categorías sociales que tienen su origen en el sexo. Entonces, en el contexto cultural, la expresión GÉNERO alude a características, roles, jerarquías, actitudes, valores y símbolos que cada cultura atribuye e impone a cada sexo como su “deber ser”, denotando que la expresión GÉNERO “es una construcción social, que varía con el tiempo y las manifestaciones culturales de cada sociedad, y que resulta útil para diferenciar las creencias, los valores y las distintas expectativas de los hombres y de las mujeres dentro de las estructuras de poder.

**VIOLENCIA DE GÉNERO** No debe soslayarse que el GÉNERO es una categoría social como la clase, la raza, la edad, etc. que es atravesada por todas las demás categorías sociales que tienen su origen en el sexo. Entonces, en el contexto cultural, la expresión GÉNERO alude a características, roles, jerarquías, actitudes, valores y símbolos que cada cultura atribuye e impone a cada sexo como su “deber ser”, denotando que la expresión GÉNERO “es una construcción social, que varía con el tiempo y las manifestaciones culturales de cada sociedad, y que resulta útil para diferenciar las

creencias, los valores y las distintas expectativas de los hombres y de las mujeres dentro de las estructuras de poder.

#### ASPECTOS PARA IDENTIFICAR UNA VÍCTIMA

Agresión sexual: • Violación sexual o actos sexuales forzados, pueden ser cometidos por un conocido (familia, pareja, amigo, etc.) o desconocido. Violencia de pareja: • Maltrato pasado o presente cometido por la pareja actual o anterior. Se refiere a la violencia física, maltrato emocional o psicológico, comportamientos controladores y agresiones sexuales. Maltrato emocional y psicológico: – Críticas reiteradas – Insultos, burlas y ridiculización – Amenazas con agresión hacia ella o sus hijos – Amenazas con destruir pertenencias importantes para ella – Desprecio y humillación pública o privada Comportamientos controladores: – Aislamiento y prohibición de socialización – Insistencia en locación exacta de la víctima – Sospecha constante de infidelidad – Impedir que acuda a servicios médicos inpermisos – Privar el uso de dinero para los gatos de la casa.

#### ASPECTOS PARA IDENTIFICAR UNA VÍCTIMA •

Las mujeres que sufren violencia suelen acudir a servicios de salud por problemas relacionados u originados en la violencia. • Problemas actuales o recurrentes de salud emocional • psicológica (estrés, ansiedad, depresión) • Consumo excesivo de alcohol o drogas • Pensamientos, planes, actos autolesivos o suicidas • Lesiones físicas recurrentes sin explicación clara • Infecciones de transmisión sexual recurrentes • Embarazos no deseados • Dolores o trastornos crónicos sin explicación (dolores • pélvicos, afecciones al sistema reproductivo, trastornos • gastrointestinales, infecciones en las vías urinarias, dolores • de cabeza, etc.) • Consultas médicas reiteradas sin un



VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE A COVID-19 NA AMÉRICA LATINA: AGRAVAMENTO DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

*Maria Adriana Torres*



# **A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE A COVID-19 NA AMÉRICA LATINA: AGRAVAMENTO DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS**

*Maria Adriana Torres*

## **1 INTRODUÇÃO**

A violência de gênero é um fenômeno sociocultural, transgeracional e multifatorial. Funda-se no sexismo e no patriarcado, integrando o sistema de dominação estrutural que está presente em todas as sociedades humanas. É recrudescente na sociedade contemporânea devido a vários fatores que potencializam a violação de direitos humanos.

Evidenciam-se suas peculiaridades em países onde há maior desigualdade social e reiteradas violações de direitos às mulheres desde a sua infância, mediante um conjunto de práticas, valores e comportamentos sociais e culturais que expressam a submissão feminina, a exemplo da privação da educação, da desigualdade de acesso a recursos econômicos e do poder político. A violência de gênero é uma violação ao direito humano feminino porque afeta a existência feminina e sua subjetividade.

A violência contra a mulher é uma problemática que decorre de tempos longínquos da história mundial, fortemente potencializada em regiões como a América Latina. Acentuou-se no decorrer da pandemia de Covid-19, agravando-se no período da quarentena, isolamento social prolongado e restrições de mobilidade social, porquanto as mulheres são violentadas por seus agressores dentro de suas próprias casas, na maioria dos casos.

Há mais de uma década, os países da América Latina vivenciam o recrudescimento da violência de gênero. Essa violência, que tem fortes vínculos com o patriarcado e o machismo estrutural, também

está imbricada com a crise do emprego e a instabilidade econômica no contexto da Covid-19.

A violência contra a mulher é divulgada em vários veículos de informação, de forma a mapear as principais regiões e os países que mais incorreram em práticas de violência, incluído o feminicídio, especialmente na América Latina. Os direitos humanos dirigidos à mulher, internacional e nacionalmente, são instrumentos essenciais para mobilizar esforços em prol da igualdade de gênero e de uma justiça humanitária que afaste o sujeito feminino de danos objetivos e subjetivos, aguçados em tempos de crise sanitária.

## **2 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS MULHERES: MARCOS FUNDAMENTAIS DE DIREITOS HUMANOS**

A violência de gênero pode ser compreendida como um fenômeno que atravessa o tempo histórico, apresentando-se de diversas formas, com características que remetem a agressão física, relações sexuais forçadas, coerção sexual, maus-tratos psicológicos, controle do comportamento e do patrimônio, resultantes de danos físicos, morais e psicológicos que evidenciam as relações de dominação entre os gêneros, seja entre parceiros do mesmo sexo ou de sexos opostos, no âmbito da casa, do trabalho e dos demais espaços da sociedade, sobretudo no âmbito matrimonial.

A história da violência contra a mulher está diretamente relacionada com as relações de dominação construídas pelo patriarcado de subserviência de gênero, marcadas pelas desigualdades de gênero no âmbito da produção<sup>1</sup> e da reprodução social, reservando à mulher uma condição de inferioridade, perpetrada pelo desenvolvimento da sociedade, o que levou à continuidade de uma teia de relações violentas que se traduz nas expressões mais atuais e letais de abusos e recorrentes crimes contra a mulher.

A cultura da violência contra a mulher é um fenômeno mundial, com marcas mais deletérias em regiões onde os costumes e tradições

---

<sup>1</sup> A desigualdade de gênero está imbricada com o aprofundamento da divisão sexual do trabalho, que muito contribui para a violência a que as mulheres estão expostas no cotidiano de sua vida.

culturais reforçam o lugar da mulher reservado à casa e à reprodução social, a exemplo da Ásia, da África e do Oriente Médio. Ou mesmo onde a formação social, política e econômica foi mediada por relações servis, coloniais, de dependência e dominação econômica, como é o caso da América Latina. E não somente nessas regiões, porque se pode afirmar que a violência contra a mulher é um fenômeno mundial e histórico que tem continuidade nos tempos atuais.

A continuidade dessas relações de opressão implica a violência contra a mulher como elemento diretamente relacionado às relações conservadoras, que imputam ao sujeito feminino um lugar de “vítima”. O reconhecimento da mulher como um sujeito de direito data dos séculos XX<sup>2</sup> e XXI, especialmente desde a década de 1980, com as normativas internacionais para coibir as formas variadas de violências, ao reconhecê-las como nocivas à saúde e, portanto, violadoras de direitos humanos fundamentais. A violência de gênero foi reconhecida como um dos problemas centrais que alicerçam o conjunto de direitos internacionais protetivos à mulher.

Integra esse conjunto a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979<sup>3</sup>, que reconhece expressamente os direitos das mulheres, ratificada por 188 estados, incluindo países da América Latina, como o Brasil. Esse documento, define a “discriminação contra a mulher”, no art. 1º:

Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado preju-

---

<sup>2</sup> É importante lembrar que em 1928, foi criada a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), durante a VI Conferência Internacional Americana, realizada em Havana/Cuba, sendo o primeiro organismo intergovernamental para tratar dos direitos da mulher, incorporado à OEA em 1948. Dessa forma, a CIM, é “[...] o primeiro órgão intergovernamental criado para garantir o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres e é o único fórum político hemisférico para os direitos humanos das mulheres e a igualdade de gênero.” (ORGANIZAÇÃO DOS EATADOS AMERICANOS, 2023, p. 1).

<sup>3</sup> A referida Convenção: “Adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 18.12.1979, entrou em vigor em 03.09.1981. Assinada pelo Brasil, com reservas, em 31.03.1981 e ratificada, com reservas, em 01.02.1984, entrou em vigor em nosso país em 02.03.1984. Em 22.06.1994 foi ratificada, sem reservas. Texto publicado no Diário do Congresso Nacional em 23.06.1994” (ONUMULHERES, 2023).

dicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (ONUMULHERES, 2023, p. 2).

Essa convenção recupera os princípios da Carta das Nações Unidas, de 1945, no tocante ao reconhecimento da igualdade de direitos dos homens e das mulheres, uma vez que todos nascem iguais em dignidade e direitos, sem distinção de sexo. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2023).

Outro documento é a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, de 1993<sup>4</sup> da ONU, que define o que significa “violência contra a mulher” e tipifica a violência:

Artigo 1.º Para os fins da presente Declaração, a expressão “violência contra as mulheres” significa qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada.

Artigo 2.º A violência contra as mulheres abranje os seguintes atos, embora não se limite a eles: a) violência física, sexual e psicológica ocorrida no seio da família, incluindo os maus-tratos, o abuso sexual das crianças do sexo feminino no lar, a violência relacionada com o dote, a violação conjugal, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas para as mulheres, os atos de violência praticados por outros membros da família e a violência relacionada com a exploração; b) violência física, sexual e psicológica praticada na comunidade em geral, incluindo a violação, o abuso sexual, o assédio e a intimidação sexuais no local de trabalho,

---

<sup>4</sup> Conforme a Resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993, da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU).

nas instituições educativas e em outros locais, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada; c) violência física, sexual e psicológica praticada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993, p. 2).

Outros documentos da ONU, são a Recomendação Geral nº 19, de 1992 do Comitê para a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres, em seu artigo 1º, define expressamente o que é discriminação contra a mulher:

A definição de discriminação inclui a violência de gênero, ou seja, manifestações de violência dirigidas contra as mulheres enquanto mulheres ou que afetam desproporcionalmente as mulheres. Estas manifestações incluem atos que infligem danos ou sofrimento físico, mental ou sexual, ameaças de tais atos, coerção e outras formas de limitação da liberdade. A violência de gênero pode infringir disposições específicas da Convenção, mesmo se tais disposições não mencionam a violência de forma expressa.

A violência de gênero, que dificulta ou impede o gozo, por parte das mulheres, dos direitos humanos e liberdades fundamentais previstos no direito internacional geral ou nas convenções sobre direitos humanos, constitui uma forma de discriminação, no sentido que o artigo 1 da Convenção dá a este termo. Estes direitos e liberdades incluem: a. O direito à vida; b. O direito a não ser objeto de tortura ou de tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante; c. O direito a proteção em condições de igualdade, nos termos das normas humanitárias, em períodos de conflito armado interno ou internacional; d. O direito à liberdade e à segurança pessoal; e. O direito à igualdade de tratamento perante a lei; f. O direito à igualdade na família; g. O direito a usufruir do mais alto nível possível de saúde física e mental; h. O direito a condições de trabalho justas e favoráveis. (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2023, p. 1-2).

E a Recomendação Geral nº 35, do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) que:

considera que a violência de gênero contra as mulheres está enraizada em fatores relacionados ao gênero, como a ideologia do direito e privilégio dos homens sobre as mulheres, as normas sociais em relação à masculinidade, a necessidade de afirmar o controle ou poder masculino, o reforço dos papéis de gênero ou a prevenção, o desencorajamento ou a punição do que é considerado comportamento inaceitável para as mulheres. Esses fatores também contribuem para a aceitação social explícita ou implícita da violência de gênero contra as mulheres, muitas vezes ainda considerada como uma questão privada, e para a impunidade generalizada quanto a ela. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019, p. 22).

Dessa forma, a violência de gênero é objeto de diversos instrumentos jurídicos internacionais. Na América Latina, a Convenção Interamericana para Punir, Prevenir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará, 1994), ratificada por muitos países da região, inclusive pelo Brasil, expressa em seus primeiros artigos o que configura a conduta “violência contra a mulher” e a sua abrangência:

Artigo 1.º - Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Artigo 2.º - Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica: a. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b. ocorrida na comunidade

e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. (CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, “CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ”, 1994, p.1).

Os danos causados, sejam físicos, psicológicos, morais e/ou patrimoniais, muitas vezes são irreversíveis, sobretudo quando são letais. Sabe-se que a violência contra a mulher é mais marcante e recrudescer em regiões onde as desigualdades sociais e entre os sexos são mais predominantes e as mulheres são o principal alvo, pelo simples fato de serem mulher.

### **3 O RECRUDESCIMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE A COVID-19**

A violência contra a mulher pode ser praticada por indivíduos, geralmente homens, mas também inclui as formas de violência do Estado. As violências mais frequentes praticadas por indivíduos contra a mulher são estupro, violência doméstica, agressão física e psicológica, assédio, importunação, feminicídio e coação. Outras formas são o tráfico de mulheres para fins de prostituição forçada, realizada por organizações criminosas, ou quando o Estado é omissor e não provê as condições funcionais e institucionais para a proteção à mulher.

A ONU Mulheres instituiu diretrizes em 2021, reconhecendo os “fatores estruturais”, entre eles a “desigualdade social”, a “divisão sexual do trabalho” e a “interseccionalidade de gênero, raça e classe”; “fatores circunstanciais” como “a dependência de álcool e outras drogas”; o “desemprego”; conflitos em relação à educação e ao patrimônio familiar; e fatores agravados pela Covid-19, como desemprego e conflitos domésticos. Esses fatores, aguçados no

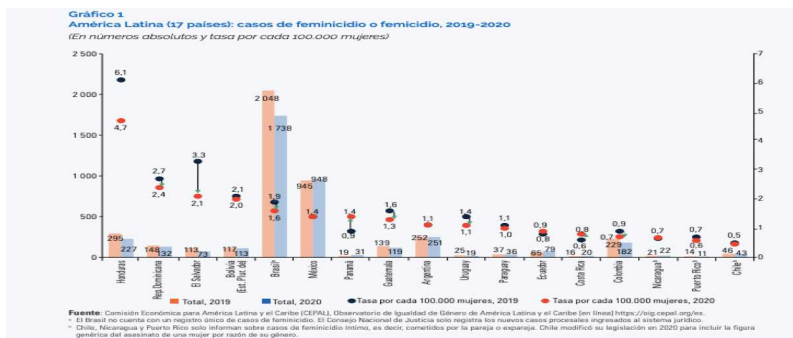


contexto da crise pandêmica da Covid-19, provocaram o aumento dos índices de estupro, inclusive marital, cárcere privado, violência patrimonial e psicológica (ONU MULHERES, 2021, p. 7-9).

A forma mais letal de violência de gênero contra mulheres compreende uma conduta misógina que expressa a continuação do femicídio e feminicídio, culminando com a violação de direitos humanos. O feminicídio relaciona-se à omissão do Estado e de suas instituições, porque não é garantista de direitos fundamentais às mulheres (LAGARDE, 2008). No âmbito jurídico, entende-se que “[...] Femicídio é gênero e feminicídio é espécie; o feminicídio é uma qualificadora do crime de homicídio e não um crime autônomo; femicídio é homicídio que tem vítima mulher; o feminicídio é o homicídio contra a mulher em razão do seu gênero feminino ou quando ocorrer violência doméstica ou familiar”. (HUBINGER, [2019?], p. 3).

Na América Latina, o avanço na tipificação do feminicídio tem provocado reformas nos códigos penais e processuais penais. Os avanços formais da tipificação dos crimes contra as mulheres evidencia que houve nas últimas duas décadas um aumento preocupante de crimes de violência de gênero contra mulheres, uma problemática que tomou proporções latentes durante os anos de pandemia e consequente isolamento social. “En América Latina se ha ido avanzando también en la tipificación del feminicidio o femicidio, y actualmente hay 17 países que han aprobado leyes o reformas a los códigos penales en esa dirección (Argentina, Bolivia (Estado Plurinacional de), Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela”. (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2020, p. 2).

No que se refere aos casos de feminicídio e femicídio, no período de 2019-2020, Brasil e México são os dois países da região com maior índice, conforme gráfico a seguir:



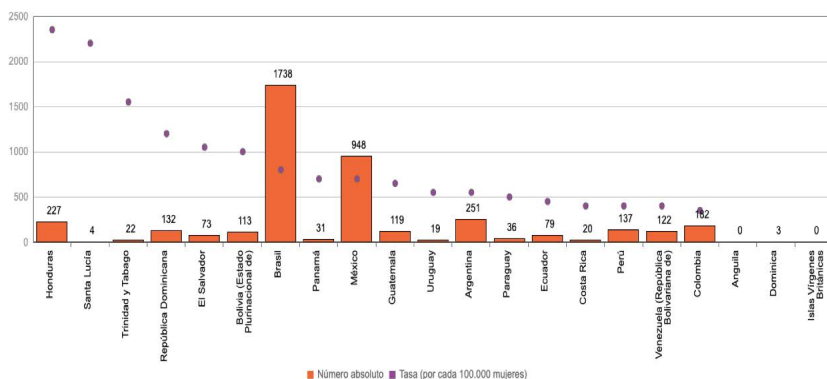
Fonte: “La pandemia en la sombra: femicidios o feminicidios ocurridos en 2020 en América Latina y el Caribe” (ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2021, p. 3).

Segundo dados do Cepal (2021), “em 2021, ao menos 4.473 mulheres foram vítimas de femicídio ou feminicídio em 29 países e territórios da região. Isto representa ao menos 12 mortes violentas de mulheres por razão de gênero a cada dia na região” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2022, p. 1).

Em números absolutos, o Brasil é o país da América Latina com maior número de feminicídios:

### Femicídio

América Latina, el Caribe (21 países): Femicidio o femicidio, último año disponible (En números absolutos y tasas por cada 100.000 mujeres)



Fonte: Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2022.

O aumento da violência de gênero no contexto da Covid-19, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), revela que a violência doméstica triplicou durante a Covid-19, pois incidiu em mais de 243 milhões de mulheres entre 15 e 49 anos no último ano. Desde o *lockdown* em março de 2020, os casos aumentaram, de forma que os múltiplos impactos da COVID-19 desencadearam uma “pandemia na sombra”, ou seja, no confinamento doméstico (NAÇÕES UNIDAS, 2021, p. 1).

Há, com a Covid-19, tipos agravados de violência que podem ser observados em alguns países da América Latina, como:

Aumento de la tasa de femicidios/feminicidios en cuarentena por parte de parejas y exparejas. En Argentina, observatorios de la sociedad civil dan cuenta de que el 25% de los casos en el 2020 sucedieron en el marco de las restricciones de circulación preventiva del contagio de coronavirus. La mayoría ocurrieron en la vivienda de la víctima o la compartida con el agresor.

- En Chile y Uruguay se ha registrado una disminución de denuncias por parte de mujeres víctimas de violencia, pero al mismo tiempo un aumento en casos de femicidio, lo que podría indicar las limitaciones para efectuar una denuncia.

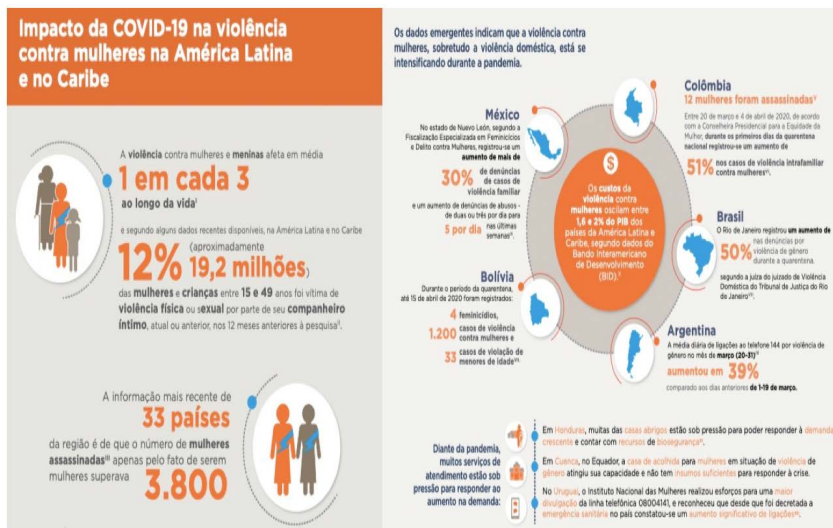
- Aumento de casos de violencia física y psicológica en el ámbito privado perpetrada por pareja, exparejas y familiares.

- En Bolivia, muchos agresores que contaban con prisión preventiva por violencia de género fueron liberados. Esta medida no tuvo en cuenta el efecto o la protección debida a las víctimas de estos delitos. (COMISIÓN INTERAMERICANA DE MUJERES, 2021, p. 10).

O agravamento desses “novos padrões” de violência contra a mulher ocorrem, em sua maioria, em ambiente privados, uma vez que as mulheres, devido às medidas para a contenção da Covid-19, passaram a conviver por mais tempo com seus agressores e se viram afastadas de espaços coletivos como a escola, o trabalho extradomiciliar e de outros centros e instituições onde poderiam obter informações

sobre as medidas de proteção e os meios de denúncia, o que as colocou num maior grau de vulnerabilidade e risco.

O recrudescimento da violência de gênero contra a mulher na América Latina e no Caribe tem expressões geracionais, uma vez que as meninas também são vítimas de violência sexual e física. A intensificação da violência doméstica durante a pandemia foi potencialmente mais aguçada na Colômbia e no Brasil, e de forma mais reduzida na Argentina e no México, como se verifica na figura abaixo:



Fonte: ONU MULHERES, 2020, p. 4.

Dados evidenciam que as “maiores taxas de femicídio ou feminicídio na América Latina foram registradas em Honduras (4,6 casos por 100.000 mulheres), República Dominicana (2,7 casos por 100.000 mulheres), El Salvador (2,4 casos por 100.000 mulheres), Bolívia (1,8 caso por 100.000 mulheres) e Brasil (1,7 caso por 100.000 mulheres)” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2022, p. 1). E ainda: “As mulheres entre 15 e 29 anos compõem o grupo etário em que se concentra a maior proporção de casos de femicídio ou feminicídio, de acordo com dados de 16 países e territórios da região referentes ao período entre 2019 e 2021. Mais de 4% do total desses crimes correspondem a meninas menores de 14 anos” (COMISSÃO

ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2022, p. 2). Dessa forma,

o feminicídio é somente a expressão extrema da desigualdade, discriminação e múltiplas formas de violência contra as mulheres e meninas. De acordo com pesquisas nacionais especializadas da região, entre 60% e 76% das mulheres (cerca de 2 de cada 3) foram vítimas de violência por razões de gênero em diversos âmbitos de sua vida. Além disso, em média, 1 de cada 4 mulheres foi vítima ou sofre violência física e/ou sexual por um perpetrador que era ou é seu companheiro, o que implica o risco de violência letal. (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2022, p. 3).

Entre as violências, “O feminicídio – assassinato de mulheres por causa de gênero – aumentou 65% na Venezuela em abril, e em trinta vezes em El Salvador e Honduras, de acordo com estudo divulgado pelo Comitê Internacional de Resgate (IRC), ONG sem fins lucrativos dos EUA.” (O GLOBO, 2020, p. 1). Ainda segundo o mesmo jornal: “No México, as chamadas de emergência que relatam ataques a mulheres aumentaram mais de 50% nos primeiros quatro meses do ano em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo dados do governo. O presidente do país negou a crescente violência.” (O GLOBO, 2020, p. 2).

Os dados escancaram que o recrudescimento da violência contra a mulher foi potencialmente mais forte durante as medidas de distanciamento social.

O confinamento, as chamadas para linhas de apoio à violência doméstica aumentaram, entre outros, 91% na Colômbia, 48% no Peru, 32% na Argentina, 50% no Panamá e 25% na Costa Rica e Equador. No Brasil, a probabilidade de feminicídios mais que dobrou durante o período de isolamento mais pronunciado da pandemia; ao longo de 2020, foram registrados 1.350 casos de feminicídio no país. (THE WORLD BANK, 2022, p. 1).

Todavía, o recrudescimento da violência de gênero antecede a crise pandêmica. Segundo o relatório do Banco Mundial:

Dados pré-Covid-19 mostram que no Brasil a taxa de desemprego entre as mulheres é desproporcionalmente mais alta (13,1% para as mulheres e 9,2% para os homens), ao passo que são sub-representadas no mercado de trabalho (a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho era de 53,1%, em comparação a 71,6% para os homens) [...]. Segundo dados de antes do início da pandemia da Covid-19, mais de 500 mulheres sofrem algum tipo de violência a cada hora no Brasil, e pelo menos uma mulher é assassinada a cada duas horas. (BANCO MUNDIAL, [2021?], p. 2-3).

**Figura 1 - Panorama da violência contra a mulher no Brasil durante a COVID-19 (março-abril de 2019/2020)**



Fonte: Banco Mundial, [2021?], p. 3.

No Brasil, “O ano de 2021 marca a retomada do crescimento de registros de estupros e estupros de vulnerável contra meninas e mulheres no Brasil, [...]. Foram registrados 56.098 boletins de ocorrência de estupros, incluindo vulneráveis, apenas do gênero feminino.” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 7). Constata-se que a Covid-19 produziu um cenário pandêmico de crimes cometidos em decorrência das questões de

gênero, de forma expressivamente mais aguda, porque “se entre 2019 e 2020 houve uma queda de 12,1% nos registros de estupro de mulheres no país, entre 2020 e 2021 verificou-se crescimento de 3,7% no número de casos” (IDEM). Apenas entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de covid-19 no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino (IBIDEM, p. 2).

Durante a Covid-19, dadas as dificuldades para fazer denúncias ou mesmo para acionar as instituições do Estado, civis e familiares em busca de socorro, os registros de casos em delegacias foram alarmantes. “Considerando o início da pandemia de Covid-19 em março de 2020 e os dados disponíveis até dezembro de 2021, ao menos 100.398 meninas e mulheres registraram casos de estupro e estupro de vulnerável em delegacias de polícia de todo o país.” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 2).

Nos países latino-americanos, há legislações que abordam a violência contra a mulher, no marco jurídico internacional e nacional. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2020, p. 2): “Actualmente, 13 países de América Latina han promulgado leyes integrales de protección contra las violencias, identificando sus diversos tipos y los ámbitos donde estas se producen (Argentina, Bolivia, Colombia, Ecuador, El Salvador, Guatemala, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela [...]). Registra ainda que entre os países que contam com legislações específicas sobre a violência doméstica, “[...] 6 de América Latina (Brasil, Chile, Costa Rica, Honduras, Puerto Rico y República Dominicana) cuentan con legislación sobre violencia doméstica o intrafamiliar.” (Idem).

Todavia, somente o aparato legal não resolve a violência contra a mulher, porque ela se expressa de diversas formas, incluindo a desigualdade estrutural. Mesmo assim, cumpre lutar por igualdade de direitos, ainda que haja limites à sua real efetividade universal.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Covid-19 reforçou as injustiças, as exclusões sociais e as violências de gênero, violando um conjunto de direitos internacionais e nacionais. Os direitos das mulheres têm se configurado como conquistas jurídico-legais, internacional e nacionalmente, mas há uma significativa distância entre os direitos formais e a materialização desses direitos no contexto latino-americano.

Os avanços nas normas protetivas à mulher são essenciais para retirar a violência contra a mulher da invisibilidade. Os indicadores sociais produzidos por instituições internacionais e nacionais corroboram para a visibilidade da problemática e chamam a atenção para o descompasso que há entre um conjunto de direitos humanos e a recorrente violência aos direitos fundamentais. Não basta uma base legal mais punitiva aos agressores; é preciso romper com as diversas formas de violência em que a sociedade se desenvolveu e que persistem.

A violência de gênero e sua versão mais letal, o feminicídio, integram a onda expansiva atual do recrudescimento da violência, da qual as mulheres em idade reprodutiva e aptas ao trabalho são as mais afetadas. A violência que viola os direitos do sujeito feminino é também uma violência que atenta contra a natureza humana e todas as possibilidades emancipatórias do gênero humano na atualidade. A visibilidade dos dados evidencia o quanto a humanidade está distante de sanar as variadas formas de violação dos direitos das mulheres.



## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. O Combate à Violência contra a Mulher (VCM) no Brasil em época de Covid-19. [2021?]. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/807641597919037665/pdf/Addressing-Violence-against-Women-VAW-under-COVID-19-in-Brazil.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. CEPAL: Ao menos 4.473 mulheres foram vítimas de feminicídio na América Latina e no Caribe em 2021 [2022]. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-menos-4473-mulheres-foram-vitimas-femicidio-america-latina-caribe-2021>.

\_\_\_\_\_. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Feminicidio [2022]. Disponível em: <https://oig.cepal.org/es>. Acesso em: 18 jan. 2022.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE MUJERES (CIM). Covid-19 en la vida de las mujeres: hacia un nuevo pacto de género. [Documentos oficiales]. OEA, 2021. Disponível em: [https://www.oas.org/es/cim/docs/Compendio\\_Covid\\_ESP.pdf](https://www.oas.org/es/cim/docs/Compendio_Covid_ESP.pdf). Acesso em: 2 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. La violencia contra las mujeres frente a las medidas dirigidas a disminuir el contagio del COVID-19. OEA, 2020. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cim/docs/COVID-19-RespuestasViolencia-ES.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2023.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, “CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ”, 1994. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-61.htm>. Acesso em: 2 jan. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Recomendação Geral N. 35 do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação

Contra a Mulher (CEDAW). Tradução de Neri Accioly. Série Tratados Internacionais de Direitos Humanos. CNJ: Brasília, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência contra mulheres em 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf> Acesso em: 4 jan. 2023.

HUBINGER, Leonardo. **Femicídio e Feminicídio são diferentes? [2019?]. Disponível em:** <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/femicidio-e-feminicidio-sao-diferentes/734671683>. Acesso em: 2 jan. 2023.

LAGARDE, Marcela. “Del femicidio al feminicidio”. Desde el Jardín de Freud, n.6, p.216-225, 2006. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343>. Acesso em: 13 fev. 2021. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343>

MINISTÉRIO PÚBLICO. Recomendação Geral N.º 19: Violência contra as mulheres. Disponível em: [https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/rec\\_geral\\_19\\_violencia\\_contra\\_as\\_mulheres.pdf](https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/rec_geral_19_violencia_contra_as_mulheres.pdf). Acesso em: 2 nov. 2022.

NAÇÕES UNIDAS [2021]. OMS: uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-viol%C3%Aancia>. Acesso em: 6 jan. 2023.

ONUMULHERES. Prevenção da violência contra mulheres diante da covid-19 na América Latina e no Caribe. [BRIEF v 1.1. 23.04.2020]. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/05/BRIEF-PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres 1993. Disponível em: <https://popdesenvolvimento.org/publicacoes/temas/descarregar>

ficheiro.html?path=4%29+Direitos+Humanos%2Fc%29+G%C3%A9nero%2FDeclarac%3%A7%C3%A3o+Sobre+A+Elimina%C3%A7%C3%A3o+Da+Viol%C3%Aancia+Contra+As+Mulheres.pdf. Acesso em: 8 jan. 2023.

ORGANIZACAO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Comissão Interamericana de Mulher de 1928. Disponível em: <https://www.oas.org/en/cim/default.asp>. Acesso em: 1 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. Carta das Nações Unidas de 1948. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2023.

ONUMULHERES. Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw1.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf). Acesso em: 2 jan. 2023.

O GLOBO. Novo epicentro da Covid-19, América Latina vê números de violência doméstica e feminicídios dispararem. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/novo-epicentro-da-pandemia-de-covid-19-america-latina-ve-numeros-de-violencia-domestica-femicidios-dispararem-24472846>.

THE WORD BANK. Covid-19 e violência contra a mulher – O impacto das medidas de distanciamento social, restrições financeiras e políticas de mitigação em países de baixa e média renda, em particular na América Latina e no Brasil. [publicação 30 de março de 2022]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/covid-19-and-femicides-in-brazil>.

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# LA DIVULGACIÓN CIENTÍFICA EN LAS REDES SOCIALES DIGITALES: ¿UNA OPORTUNIDAD PARA SUPERAR LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EN LA CIENCIA?

*Nelcy Yoly Valencia Olivero*



# LA DIVULGACIÓN CIENTÍFICA EN LAS REDES SOCIALES DIGITALES: ¿UNA OPORTUNIDAD PARA SUPERAR LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EN LA CIENCIA?

*Nelcy Yoly Valencia Olivero*

**Resumen:** Las mujeres científicas se enfrentan a múltiples barreras en su trayectoria académica y profesional, lo que se traduce en violencia simbólica que se materializa en precariedad, inestabilidad laboral, infrarrepresentación en puestos de dirección y movilidad laboral retenida. Esta es una realidad que se ve replicada en las RRSS a la hora de pretender diseminar y difundir la ciencia hecha por mujeres. Paradójicamente el uso de las RRSS se presenta también como una oportunidad para aminorar la brecha de género y mejorar la visibilidad ante el sistema de acreditaciones de la carrera científica y de transferencia de conocimientos. Los resultados preliminares de esta investigación permiten afirmar que las mujeres científicas del área de educación, en España, utilizan las RRSS digitales para dar a conocer los resultados parciales o totales de la investigación, pero tienen más confianza que sus homólogos hombres en el uso de Redes Sociales de corte académico como Researchgate, Academia.edu e incluso se prefiere la divulgación a través de los blogs o webs propias. En cuanto a las RRSS no académicas Twitter y LinkedIn son menos utilizadas por las mujeres, quienes prefieren difundir a través de Facebook e Instagram. En este artículo presentamos algunos avances preliminares del perfil de las científicas que no utilizan las redes sociales para difundir ciencia en materia educativa.

**Palabras clave:** Redes Sociales. Divulgación científica. Violencia.

**Abstrac:** Women scientists face multiple barriers in their academic and professional careers, which translates into symbolic violence that materializes in precariousness, job instability, underrepresentation in management positions and retained labor mobility. This is a reality that is replicated in

SSNRs when trying to disseminate and disseminate science done by women. Paradoxically, the use of SSNRs is also presented as an opportunity to reduce the gender gap and improve visibility in the system of scientific career accreditation and knowledge transfer. The preliminary results of this research allow us to affirm that women scientists in the area of education in Spain use digital social networks to publicize the partial or total results of research, but they are more confident than their male counterparts in the use of academic social networks such as Researchgate, Academia.edu and even prefer dissemination through blogs or their own websites. As for non-academic SSNs, Twitter and LinkedIn are less used by women, who prefer to disseminate through Facebook and Instagram. In this article we present some preliminary advances on the profile of women scientists who do not use social networks to disseminate science in education.

**Keywords:** social networks; women and science; violence; gender gap; scientific dissemination.

**Resumo:** As mulheres cientistas enfrentam múltiplas barreiras em suas carreiras acadêmicas e profissionais, o que se traduz em violência simbólica que assume a forma de precariedade, instabilidade no emprego, subrepresentação em cargos de gerência e mobilidade profissional retida. Esta é uma realidade que é replicada nas mídias sociais quando se trata de disseminar e difundir a ciência feita pelas mulheres. Paradoxalmente, o uso de SSNRs também apresenta uma oportunidade para reduzir a lacuna de gênero e melhorar a visibilidade no sistema de credenciamento de carreira científica e transferência de conhecimento. Os resultados preliminares desta pesquisa mostram que as mulheres cientistas no campo da educação na Espanha usam redes sociais digitais para disseminar resultados parciais ou totais de pesquisa, mas elas estão mais confiantes que seus pares masculinos no uso de redes sociais acadêmicas como Researchgate, Academia.edu e até mesmo preferem disseminar através de seus próprios blogs ou websites. Quanto aos SSNs não acadêmicos, Twitter e LinkedIn são menos utilizados pelas mulheres, que preferem disseminar via Facebook e Instagram. Neste artigo apresentamos algumas idéias preliminares sobre o perfil das mulheres cientistas que não utilizam as mídias sociais para divulgar a ciência na educação.

**Palavras-chave:** redes sociais; mulheres e ciência; violência; diferença de gênero; divulgação científica.

El estudio de la brecha de género y de las estrategias para la eliminación y disminución de las desigualdades en la ciencia y la tecnología es una línea de investigación compleja que analiza múltiples dimensiones, centrándose en aquellas que tienen mayor poder explicativo como son la permanencia de los estereotipos de género, las dinámicas y los procesos que pretenden o que permiten superarlos, la socialización y la construcción social de la ciencia, y la necesidad de diseñar estudios teóricos y empíricos innovadores que respondan a estos problemas (Vázquez-Cupeiro, 2013, 2015).

En este artículo se quiere analizar el papel que desempeñan las Redes Sociales (en adelante, RRSS) en la comunicación y diseminación de la ciencia elaborada por mujeres.

En este sentido se sostiene que, aunque las múltiples barreras a las que se enfrentan las mujeres científicas a lo largo de toda su trayectoria -que se concretan en una clara infrarrepresentación, inestabilidad y/o precariedad laboral, ausencia de liderazgo, falta de visibilidad, etc.- se ven en cierto modo replicadas por las RRSS, paradójicamente, (estas) pueden resultar decisivas en el manejo y en la resolución de dichos problemas.

En efecto, entre los distintos problemas a los que se enfrentan las mujeres para mantenerse en la carrera científica, hay algunos indicadores relacionados con la medición de su productividad y su visibilidad que pueden ayudar a comprender otros factores que inciden en su promoción, retención o incluso abandono. Se trata fundamentalmente de dos: el sistema de acreditaciones de la carrera científica existente y la denominada transferencia de conocimiento.

Como es sabido, la acreditación de la carrera científica está vinculada a la posibilidad de publicar en revistas de impacto, bajo el supuesto de que un mayor número de citas se traduce en mayor calidad, prestigio y visibilidad (Díez-Gutiérrez, 2020). El problema está en que se utiliza un modelo mercantilizado que prioriza determinados contenidos y áreas de conocimiento (Romero y Morales, 2018) en detrimento de otros. En este sentido, Van den Besselaar y Sandström (2017) analizaron la productividad académica y el impacto que tuvieron las publicaciones de hombres y mujeres entre 2008 y 2015, concluyendo que, en las redes sociales con mayor productividad, los hombres han sido mayoría.

Por otro lado, las redes de apoyo son decisivas, de modo que la falta de estas determina la presencia o no de mujeres científicas en grupos de investigación, el papel que cumplen dentro de ellos cuando son admitidas, el acceso a convocatorias como Investigadoras Principales, o el lugar que ocupan en las publicaciones (Centeno-Leguía et al. 2020; Nguyen, 2022), entre otros factores. En este sentido el trabajo de Araújo et al. (2017), demuestra que los hombres son más proclives a colaborar con sus pares, mientras que las mujeres cultivan relaciones más igualitarias.

Por otro lado, de acuerdo con la encuesta aplicada por López-Navarrete et al. (2021) y el informe presentado por la Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación (ANECA), las mujeres en España se hallan infrarrepresentadas en lo que se refiere a las tareas correspondientes a la transferencia de conocimiento. Los resultados de la convocatoria de Sexenios realizada en el año 2018, donde por primera vez se valoró específicamente esta variable, no dejan lugar a dudas. Sólo el 34,5% de las solicitudes presentadas correspondía a mujeres (en término absolutos, 5.798 de un total de 16.791) (ANECA, 2021). Y de estas, sólo el 34% obtuvieron una evaluación positiva (la tasa de éxito de los hombres fue del 47%). Además, resulta reseñable la ausencia en la convocatoria de la perspectiva de género en lo que se refiere a su diseño e implementación, además de un marcado sesgo económico, lo que se tradujo por ejemplo en una sobrevaloración del ítem “Transferencia generadora de valor económico”, en el que los hombres aportan más méritos, frente a la variable “Transferencia generadora de valor social”, donde las mujeres se muestran más productivas.

Pues bien, ambos indicadores tienen una conexión clara con las RRSS y su papel en la difusión y la puesta en valor de la ciencia hecha por mujeres. En relación con el primero, resulta claro, por un lado, que la diseminación de la investigación en las RRSS influye de manera directa en la promoción de las investigadoras dentro de su escenario profesional (Segovia-Saiz et al., 2021). Por otro lado, es indudable que, en los contextos académicos, la colaboración científica es el predictor más fuerte del uso de las RRSS (Tom et al., 2021); es decir, gracias a ellas se potencia el trabajo colaborativo, pero no solo disciplinar, sino también interdisciplinar.



En relación con el segundo indicador, una serie de estudios producidos en los últimos años han puesto su interés en estudiar el empleo de las RRSS con fines específicos, como son la colaboración científica (Mandiá-Rubal et al., 2019; Salinas et al., 2019) o su difusión (Gertrudix y Rajas, 2020), destacando todos ellos las ventajas que tienen los medios sociales para difundir nuevos conocimientos entre especialistas, pero también en la sociedad en general.

De otra parte también se quiere destacar que ciertas investigaciones han desvelado la existencia de barreras para las mujeres en los denominados entornos virtuales (Regueira et al., 2020). En esta línea de discusión, recuperan su vigencia los planteamientos de Peñaranda-Veizaga (2019) y Wajcman (2006, 2010), quienes se preguntan si la tecnología tiene sexo.

Específicamente, algunas investigaciones avalan el hecho de que las mujeres se hallan infrarrepresentadas en las redes profesionales y de que sus publicaciones en estas son menos leídas que las de los investigadores. Existen más lecturas en *ResearchGate* de los perfiles masculinos que de los femeninos. Además, las investigadoras tienen a compartir contenido estrictamente científico (artículos, libros, comunicaciones, etc.), mientras que los investigadores comparten más información científica de eventos a los que asisten o en los que participan (Montesi et al., 2019). Concretamente, el contenido compartido por hombres es leído casi nueve veces más que el de las mujeres (Francescutti, 2018). Sin embargo, cabe destacar que, a pesar de esta diferenciación, los artículos se citan de manera similar para ambos géneros. Esto podría ser debido, sin embargo, a que, en muchas ocasiones, las citas en otros trabajos se realizan sin conocer la autoría masculina o femenina de las investigaciones (Raffaghelli y Manca (2022).

Por otro lado, por lo que se refiere a las RRSS no académicas, la mayoría de las mujeres científicas no tiene perfiles activos, a pesar de los beneficios corroborados tras la comunicación de los resultados de las investigaciones (Montesi et al., 2019).

Finalmente queremos destacar que el hecho de que las redes sociales constituyan barreras para la promoción y el desarrollo de la carrera científica de las mujeres no significa, sin embargo, su valoración

negativa *en cualquier caso*. Volviendo a los planteamientos iniciales, estas pueden resultar determinantes en el manejo y la resolución de buena parte de los problemas aquí apuntados.

Así, para empezar, se entiende que la diseminación de la producción científica en las RRSS influye en la promoción, la visibilidad y el valor que finalmente se atribuya a su trabajo profesional. Además, la denominada “red de redes”, que se encuentra en su base, propicia un territorio de experimentación digital desvinculado de los tradicionales ámbitos de poder y de influencia.

Abundando en la idea, gracias a las RRSS se potencia el trabajo colaborativo -no sólo disciplinar sino también interdisciplinar-, se amplían las posibles líneas de investigación, se optimizan los recursos, se consigue una mayor difusión de las investigaciones en el ámbito internacional, o se desarrollan proyectos de investigación conjuntos; simultáneamente, se refuerza la dimensión ética de su trabajo como divulgadoras.

Algunos resultados preliminares del análisis realizado para esta investigación<sup>1</sup> que busca estimar la importancia y utilidad que le dan las personas que investigan temas relativos a la educación, en España, a la divulgación de resultados científicos a través de las Redes Sociales Digitales, hemos extraído algunos resultados preliminares que permiten dilucidar el perfil de las científicas que no divulgan ciencia a través de las RRSS:

El 18.4% de las mujeres encuestadas no difunden ciencia a través de las RRSS, cuando obtiene resultados de investigación. El 29.8% de ellas se encuentra en un rango de edad de entre 31 y 40 años, el 34% entre 41 y 50 años y el 23.4% entre 51 y 60.

La mayoría tiene alguna vinculación con universidades públicas (el 91.5%). La principal rama de conocimiento asociado al título es en Ciencias Sociales y Jurídicas (el 66%) y en Artes y Humanidades (14.9%). Han obtenido el título de carrera profesional hace más de 15 años el 66% y entre 11 y 15 años el 25.6%. El 97.9 tiene doctorado, el 54.3% con un antigüedad de más de 10 años. El

---

<sup>1</sup> Este documento forma parte de la investigación realizada con la colaboración de la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología - Ministerio de Ciencia e Innovación, que financió el proyecto FCT-20-15761. IP del proyecto Elías Said Hung, Facultad de Educación de la Universidad Internacional de la Rioja.

93.6% pertenece a un grupo de investigación adscrito a universidades españolas. El 84.4% cuanta con alguna acreditación de agencia de la calidad, en concreto el 43.6% pertenece a la categoría de Contratado Doctor de ANECA España, el 33.3% es titular, el 2.6% es Ayudante Doctor, el 5.1% para universidad privada y el 15.4% Catedrática. El 44.7% no cuenta con un sexenio de investigación reconocido por el CNAI.

Pese a que este grupo seleccionado no hacen uso de las RRSS para difundir información, el nivel de importancia que le otorga al uso de las redes sociales es muy bajo para el 31.9%, bajo para el 17%, ni alto ni bajo para el 23.4%, alto para el 25.5%, muy alto para el 2.1%. Sin embargo, sí hacen uso de ellas para conocer resultados de investigación a través de redes académicas como ResearchGate (el 59.6%) o Academia.edu (34%). Y con menor interés por las no académicas como Twitter (6.4%), LinkedIn (el 4.3%), Instagram (8.5%) o los blogs especializados (el 10.6%).

Para concluir podemos afirmar que se requiere de estudios e investigaciones que incidan en las estrategias necesarias para impulsar la difusión a través de las RRSS de la ciencia elaborada por mujeres. En este sentido, la construcción de una identidad científica digital resulta un desafío acuciante el que las universidades y organismos de investigación deben hacer frente. Así, resulta necesario revisar la planificación de la comunicación científica, formar a las investigadoras, y seleccionar las RRSS adecuadas, entre otras medidas a implementar.

## BIBLIOGRAFÍA

Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación - ANECA (2021). Análisis de la convocatoria piloto del sexenio de transferencia e innovación 2018 desde una perspectiva de género. Ministerio de Universidades. Disponible en: <http://www.aneca.es/Documentos-y-publicaciones/Informes-de-resultados>.

Centeno-Leguía, D., Morales-Concha, L., Lopez, C. E., y Mejía, C. R. (2020). Mujeres científicas: características y factores asociados a la primera autoría y corresponsalía en revistas peruanas indizadas a SciELO, 2010-2015. *Educación Médica*, 21(1), 17-23. <https://doi.org/10.1016/j.edumed.2018.04.010>

Díez-Gutiérrez, E. J. (2020). Hacia una Investigación Educativa abierta y social: más allá del modelo ANECA. *Márgenes, Revista de Educación de la Universidad de Málaga*, 1(2), 3-18. <https://doi.org/10.24310/mgnmar.v1i2.7185>

Gertrudix, M., y Rajas, M. (2020). Gestión de la comunicación científica de los proyectos de investigación en H2020. Funciones, modelos y estrategias. *Profesional de la información*, 29(4). <https://doi.org/10.3145/epi.2020.jul.24>

López-Navarrete, A. J., Cabrera-Méndez, M., Díez-Somavilla, R., y Calduch-Losa, Á. (2021). Fórmula para medir el engagement del espectador en YouTube: investigación exploratoria sobre los principales youtubers españoles. *Revista Mediterránea de Comunicación*, 12(1), 143-156. <https://doi.org/10.14198/MEDCOM000013>

Mandiá-Rubal, S., López-Ornelas, M., y Túñez-López, J. M. (2019). La implantación de internet en la gestión de perfiles profesionales en investigación científica. *Texto Livre*, 12(3), 144–167. <https://doi.org/10.17851/1983-3652.12.3.144-167>

Montesi, M., Villaseñor Rodríguez, I., y Bittencourt dos Santos, F. (2019). Presencia, actividad, visibilidad e interdisciplinariedad del

profesorado universitario de Documentación en los medios sociales: una perspectiva de género. *Revista Española De Documentación Científica*, 42(4), e246. <https://doi.org/10.3989/redc.2019.4.1640>

Peñaranda-Veizaga, I. (2019). Ciberfeminismo: sobre el uso de la tecnología para la acción política de las mujeres. *Punto Cero*, 24(39), 39-50. <https://bit.ly/35WZTkT>

Raffaghelli, J. E., y Manca, S. (2022). Exploring the social activity of open research data on ResearchGate: implications for the data literacy of researchers. *Online Information Review*. <https://doi.org/10.1108/OIR-05-2021-0255>

Regueira, U., Alonso-Ferreiro, A., y Da-Vila, S. (2020). La mujer en YouTube: Representación y participación a través de la técnica Web Scraping. *Comunicar*, 28(63), 31-40. <https://doi.org/10.3916/C63-2020-03>

Segovia-Saiz, C., Briones-Vozmediano, E., Pastells-Peiró, R., González-María, E., y Gea-Sánchez, M. (2021). Techo de cristal y desigualdades de género en la carrera profesional de las mujeres académicas e investigadoras en ciencias biomédicas. *Gaceta Sanitaria*, 34, 403-410. <https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2018.10.008>

Tom, J. W., Green, R. A., Cherney, E. C., Huang, M., y Lott, J. (2021). Empowering Women in Chemical Sciences and Engineering through Outreach: A Platform to Explore Careers in the Pharmaceutical Industry. *Journal of Chemical Education*, 99(1), 154-161. <https://doi.org/10.1021/acs.jchemed.1c00335>

Van den Besselaar, P., y Sandström, U. (2017). Vicious circles of gender bias, lower positions, and lower performance: Gender differences in scholarly productivity and impact. *PLoS One*, 12(8), e0183301. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0183301>

Vázquez-Cupeiro, S. (2013). Socialization agents and the gendered choice of educational paths: perpetuation or fragility of gender

stereotypes?, en F. Sagebiel (Ed.), *Motivation. Gender, image and choice of science and engineering* (pp. 29-444). Budrich UniPress Ltd.

Vázquez-Cupeiro, S. (2015). Ciencia, estereotipos y género: una revisión de los marcos explicativos. *Convergencia*, 22(68), 177-202. <https://bit.ly/3i6CoZ3>

Wajcman, J. (2006). *El tecnofeminismo*. Ediciones Cátedra e Instituto de la Mujer.

Wajcman, J. (2010). Feminist theories of technology. *Cambridge Journal of Economics*, 34(1), 143-152. <https://doi.org/10.1093/cje/ben057>

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# OS OBSERVATÓRIOS COMO INSTRUMENTOS DE GARANTIA AOS DIREITOS HUMANOS E AO ENFRENTAMENTO AO CRIME DE VIOLENCIA CONTRA A MULHER

*Roberta Seben*



# OS OBSERVATÓRIOS COMO INSTRUMENTOS DE GARANTIA AOS DIREITOS HUMANOS E AO ENFRENTAMENTO AO CRIME DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

*Roberta Seben*

**Resumo:** O trabalho aborda a necessidade de aprimoramento da educação informal para a divulgação de informações e de conhecimento como instrumento de combate da discriminação e da violência contra as mulheres e garantia de seus direitos humanos. A relevância do estudo se dá pelo fato de, não obstante haja convenções internacionais, há um número elevado de discriminação e violência pelo simples fato de ser do sexo feminino. O estudo teve como objetivo investigar se a educação informal por meio de observatórios criado em rede social seria meio efetivo de difusão de conhecimento para o combate a discriminação e a violência contra a mulher, bem como para o empoderamento do sexo feminino, especificando, como estudo de caso, o trabalho feito no observatório radiofônico *La gota que horada La Roca*. Como metodologia, o estudo realizou uma pesquisa qualitativa-descritiva com levantamento bibliográfico e documental a respeito dos conceitos e da contextualização normativa do tema internacional (sistema global, regional americano e Mercosul) e no Brasil. Por fim, pode-se observar a necessidade de aprofundamento na mensuração ante a dificuldade de apuração do alcance destes observatórios e a crescente preocupação no incremento da educação formal e informal pelas normas internacionais.

**Resumen:** El trabajo aborda la necesidad de mejorar la educación informal para la difusión de la información y el conocimiento como instrumento para combatir la discriminación y la violencia contra las mujeres y garantizar sus derechos humanos. La relevancia del estudio se debe a que, a pesar de las convenciones internacionales, existe un alto número de discriminaciones y violencias por el simple hecho de ser mujer. El estudio tuvo como objetivo investigar si la educación informal a través de observatorios creados en una



red social sería un medio eficaz de difusión de conocimientos para combatir la discriminación y la violencia contra las mujeres, así como para empoderar a las mujeres, concretando, como estudio a modo de caso, el trabajo realizado en el radio observatorio La gota que horada La Roca. Como metodología, el estudio realizó una investigación cualitativa-descriptiva con levantamiento bibliográfico y documental sobre los conceptos y contextualización normativa del tema internacional (sistema global, regional americano y Mercosur) y en Brasil. Finalmente, se puede observar la necesidad de profundizar en la medición dada la dificultad para determinar el alcance de estos observatorios y la creciente preocupación por elevar la educación formal e informal a estándares internacionales.

**Abstract:** The work addresses the need to improve informal education for the dissemination of information and knowledge as an instrument to combat discrimination and violence against women and guarantee their human rights. The relevance of the study is due to the fact that, despite international conventions, there is a high number of discrimination and violence for the simple fact of being female. The study aimed to investigate whether informal education through observatories created in a social network would be an effective means of disseminating knowledge to combat discrimination and violence against women, as well as to empower women, specifying, as a study as a case in point, the work done at the radio observatory *La gota que horada La Roca*. As a methodology, the study carried out a qualitative-descriptive research with a bibliographical and documentary survey regarding the concepts and normative contextualization of the international theme (global, regional American system and Mercosur) and in Brazil. Finally, one can observe the need for deepening the measurement given the difficulty in determining the scope of these observatories and the growing concern in increasing formal and informal education by international standards.

**Palavra-Chave:** direitos humanos; gênero; educação informal.

**Palabra Clave:** derechos humanos; género; educación informal.

**Keyword:** human rights; gender; informal education.

O presente resumo expandido foi elaborado a partir do trabalho de dissertação e discorre sobre a importância dos observatórios como

instrumentos de garantia de direitos humanos e fundamentais das mulheres e meninas a partir da divulgação de informações e de conhecimento por intermédio da rede de computadores e redes sociais, bem como ao combate à discriminação e a violência contra as mulheres<sup>1</sup>.

Embora desde a Revolução Francesa os direitos humanos sejam pensados no masculino<sup>2</sup>, como se observa da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>3</sup>, as mulheres, como reconhecido e recordado em diversos tratados internacionais, são detentoras de subjetividade jurídica e, portanto, possuidoras dos mesmos direitos humanos que protegem os homens, com igualdade de direitos, de oportunidades e de acesso a recursos fundamentais para a promoção de seu bem-estar e consolidação da democracia, não podendo sofrer déficit de proteção meramente em razão de sua condição de ser mulher.

A violência contra a mulher é um dos conflitos emblemáticos com incidência em grande escala em todas as sociedades ao redor do mundo, daí a preocupação mundial por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), sujeitando as mulheres a diversas formas de discriminação e crueldade de todos os tipos que ultrapassa a distinção de classe social e fronteiras (SAFFIOTI, 2011, p. 75).

Segundo a ONU MULHERES (s.d., p. 5), a disponibilidade de dados sobre a violência tem aumentado de maneira significativa nos últimos anos, registrando a violência a cada 15 segundos em uma mulher no Brasil, realidade desta que não se restringe aos países

---

<sup>1</sup> Neste resumo é utilizado o termo “violência contra a mulher” por entender que a terminologia “violência de gênero”, embora seja a mais utilizada, é mais ampla e não retrata a violência que se quer abordar neste trabalho que é aquela praticada pelos homens em face das mulheres pelo simples fato de ser do sexo feminino. A literalidade de “violência de gênero” representa igualmente a violência da mulher contra o homem, o que não será considerado neste trabalho. É importante também salutar que o termo “mulher(es)” está sendo utilizado como aquela do sexo feminino (biológico), não ampliando o debate para as transformações que a medicina e o direito possibilitam, mesmo sabendo se tratar de tema delicado que necessitaria de maiores aprofundamentos.

<sup>2</sup> Como mencionado por Saffioti (2011, p. 68), “é ainda muito incipiente a consideração dos direitos humanos como também femininos. Tudo, ou quase tudo, ainda é feito sob medida para o homem”. Não obstante sua fala date de 2011, ainda nos dias atuais a realidade não é muito diferente, sendo necessária a presença de mulheres no campo da política para intentar a igualdade substantiva entre o homem e a mulher.

<sup>3</sup> Como forma de se contrapor a esta realidade, Olympe de Gouges escreve a Declaração dos Direitos da Mulher e da cidadã em 1791.

subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, isto porque pelo menos 106 países registram violência física ou sexual e, a cada dia, 137 mulheres seriam assassinadas<sup>4</sup>.

Sem embargo da gravidade do crime de violência contra a mulher, o crescente número de agressões, em qualquer de suas modalidades, demonstra que apenas medidas públicas e punitivas até então adotadas, embora indispensáveis, não se revelam suficientes para a erradicação da discriminação e dos crimes praticados, o que induz à necessidade de implementação de novas propostas, além do aprimoramento das já existentes, para dar efetividade aos direitos humanos das mulheres, que se faz por meios preventivos, o que inclui a educação em seus diversos aspectos (formal e informal).

Para tal desiderato, deve-se buscar a divulgação de conhecimento a toda sociedade e ao empoderamento da mulher que é obtido não apenas com a educação formal, mas igualmente (ou em maior amplitude) com a educação informal por meio da rede de computadores (internet).

Observou-se a essencialidade de divulgação de conceitos, definições e causas da violência contra a mulher para que se evitem impropriedades e possibilite a eficácia de sua erradicação, pois a confusão terminológica dificulta o combate a esta discriminação e a educação informal permite a alteração comportamental e cultural, sendo certo que essa estratégia melhor será obtida pelos meios de comunicação.

A educação, portanto, deve ser utilizada para o fortalecer e combater a discriminação, seja formalmente nas escolas e universidades, como também por meios informais, utilizando-se dos diversos meios de comunicação, tais como rádio e *internet* - por

---

<sup>4</sup> Segundo Saffioti (2011, p. 39), embora pesquisas revelem que 43% das investigadas sofreram algum tipo de violência, não significa que os 57% restante não teriam, de alguma forma, vivenciado alguma situação de violência por desconhecimento de não se limita a violência física. A autora exemplifica a situação de uma mulher, feliz, após esperar por quatro horas na fila de um hospital, estando dois minutos na presença de um médico e “ganho” uma receita de medicamento que seu poder aquisitivo permite adquirir, desconhecendo que este fato pode ser considerado uma verdadeira violência. Uma outra que retrata a violência desconhecida por muitas seria a relação sexual não consentida na constância do matrimônio, entendendo como “normal” em razão da “obrigação conjugal”. Ou seja, o mesmo fato pode ser considerado normal para uma pessoa e agressivo para outra. Ademais, a violência não se restringe à física e a sexual, englobando outras que, culturalmente, não são consideradas como tais. Dentre estas pode-se abordar: violência vicária, política, institucional, psicológica, moral, doméstica, familiar, patrimonial.

meio de redes sociais -, para transmitir conhecimento a uma enorme parcela da sociedade, tendo por resultado o fortalecimento de direitos humanos das mulheres.

A educação formal, não obstante seja um forte instrumento de garantia dos direitos humanos, como reconhecido pela ONU, não tem o mesmo alcance e impacto da educação informal, obtendo maior relevância a criação de instrumentos informais, como a criação de observatórios para a divulgação de conhecimento e informações à sociedade, principalmente em rede sociais pela *internet*, mormente em momentos como o presente, em que a pandemia de Covid-19 ampliou consideravelmente a necessidade (e o uso) desses ambientes virtuais.

Diversas são as medidas educativas informais que podem (e devem) ser adotadas pelos países, organismos internacionais, governamentais e não governamentais, bem como pela sociedade em geral (instituições públicas e privadas) para enfrentar as adversidades, bem como combater à discriminação e à violência contra a mulher e a criação de observatórios é uma das ferramentas de baixo custo que pode ser incrementada pelos países<sup>5</sup>.

O presente estudo teve por objetivo investigar se a educação, em especial aquela de caráter informal, por meio de observatórios criados nas redes sociais na *internet*, com a divulgação de conhecimento e informações, seria um meio de garantia de direitos humanos e combate à discriminação e à violência contra a mulher, bem como de fortalecimento do sexo feminino. Ainda, foi realizado um estudo de caso do observatório radiofônico *La Gota que horada La Roca*, projeto criado na Espanha que visa divulgar informações sobre a violência de gênero, facilitando o acesso às rádios, com programas produzidos quinzenalmente pelo observatório e disponibilizado em *podcast* pela Rádio USAL.

Para analisar a relevância e a abrangência da educação informal para o combate a discriminação e violência contra a mulher, foi realizada uma pesquisa com o estudo das normas internacionais que buscam erradicar tais condutas, utilizando-se metodologia

---

<sup>5</sup> Diversos são os observatórios criados no Brasil com o intuito de fortalecimento e combate à violência contra a mulher, podendo ser citado como exemplos: Observatório sobre violência contra a mulher (UFMS), Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário, Observatório Municipal de Direitos Humanos, além de outros.

qualitativa-descritiva, com enfoque nos direitos humanos, bem como foi apresentado um levantamento bibliográfico a respeito dos conceitos e da contextualização de tais normas, observando dados estatísticos apurados no Brasil por meio de pesquisa documental. Foi, ainda, feito um levantamento dos observatórios de direitos humanos criados no Brasil, bem como uma análise do *Observatorio Radiofónico de La Violência de Género “La gota que horada La Roca”*, criado em 2016, na cidade de Salamanca-Madri, com o propósito de fortalecer as mulheres para a transformação da sociedade, abordando informações a respeito da temática em nível nacional e mundial.

Pela análise das normas internacionais (ONU e regional do Sistema Americano) a respeito desta temática, pode-se afirmar que o ensino, a formação e a informação à sociedade em matéria de Direitos Humanos<sup>6</sup> foram considerados essenciais para a promoção e a obtenção de relações estáveis e harmoniosas entre as comunidades, bem como para o favorecimento da compreensão mútua, da tolerância e da paz (Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos, item 78, Parte II), inclusive com a educação não formal (item 79).

Embora seja difícil apurar os reflexos diretos da educação informal em uma sociedade, pode-se verificar que o Brasil realizou diversas medidas para implementação dos Direitos Humanos no âmbito interno para contribuir com o Plano Internacional de Implementação da Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável e os objetivos da Agenda 2030 criando a Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos; aprovando a estrutura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ministério que tem competência com políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos das minorias, bem como combate a violência, preconceito, discriminação e intolerância; criando o Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos; estabeleceu o Concurso Nacional Sistema Interamericano de Direitos Humanos com a finalidade de fortalecimento de medidas educativas; implementou o Plano

---

<sup>6</sup> No âmbito interno brasileiro, foi estabelecido o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), como determinado pelas Nações Unidas, tendo como objetivos gerais o papel estratégico da educação em Direitos Humanos que vai além da educação formal, abordando a necessidade de interação da comunidade local voltada para o respeito e valorização da diversidade (BRASIL, 2018, p. 18).

Nacional de Educação em Direitos Humanos que estabelece ações programáticas da educação não-formal.

Por fim, pode-se concluir a necessidade de medidas preventivas para o combate a violência e a discriminação da mulher, sendo a criação de observatórios com divulgação na rede mundial de computadores uma das medidas de baixo custo e de amplo âmbito de extensão com a finalidade de empoderamento e fortalecimento do sexo feminino, isto porque somente com a capacitação da sociedade em geral será possível a criação de uma sociedade livre, justa e favorecendo a compreensão.

Não obstante a criação de legislação e de algumas políticas públicas observa-se que persiste uma elevada incidência de condutas discriminatórias e violentas contra as mulheres, constituindo isso, inclusive, um obstáculo para que se alcançar a igualdade, o desenvolvimento e a paz mundial, fato que levou as Nações Unidas a estabelecer, no ano 2000, como uma das metas do milênio (ODM nº 3), a promoção e a igualdade entre os sexos, bem como a autonomia das mulheres. Posteriormente, em 2015, tal comando foi alçado ao grau de objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS nº 5) para se alcançar a efetiva igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Considerando que os números da desigualdade e da violência contra a mulher continuam em ascensão, mesmo com legislações estabelecendo medidas punitivas, é possível certificar a a necessidade de atuação preventiva com medidas educativas para modificação comportamental e cultural da sociedade, conjuntamente com o agressor, para educar e, em consequência, fortalecer e efetivar os direitos humanos das mulheres que melhor pode ser obtida pela educação informal.

## REFERENCIAS:

BRASIL. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 2 nov. 2021

BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=4>. Acesso em 30.12.2021

BRASIL. Plataforma Agenda 2030. Acelerando as transformações para Agenda 2030 no Brasil. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 29 abr. 2021

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2018). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/plano-nacional-de-educacao-em-direitos-humanos>. Acesso em: 13 mai. 2021

DECLARAÇÃO dos direitos do homem e do cidadão. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 20 mai. 2021

DECLARAÇÃO dos direitos da Mulher e da cidadã. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-158-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acesso em: 20 mai. 2021

OBSERVATÓRIO Radiofónico de La Violencia de Género “Lagota que horada La Roca”. Disponível em: <https://observatorioradiofonicovg.blogspot.com>. Acesso em: 29 abr. 2021

OBSERVATÓRIO Radiofónico de La Violencia de Género (rádio). Disponível em: <https://radio.usal.es/programa/observatorio-radiofonico-de-la-violencia-de-genero/>. Acesso em: 27 mai. 2021

ONU. Declaração e Programa de Ação de Viena: Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021

ONU. Plano de ação. Programa Mundial para educação em direitos humanos. Primeira etapa. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/plano\\_acao\\_programa\\_mundial\\_edh\\_pt.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/plano_acao_programa_mundial_edh_pt.pdf). Acesso em: 13 mai. 2021

ONU MULHERES. Cartilha Direitos da Mulher – Prevenção à violência e ao HIV/AIDS. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha\\_direitos\\_mulher.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_direitos_mulher.pdf). Acesso em: 29 abr. 2021

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcardo e violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2011



VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PUBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# VIOLENCIA CONTRA A MULHER: O PERFIL DA VÍTIMA E O PARADOXO DA IMAGEM

*Sílvia Pérola*



# VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O PERFIL DA VÍTIMA E O PARADOXO DA IMAGEM

*Sílvia Pérola*

**Resumo:** O estudo tem como objetivo investigar como a imagem que uma mulher projeta tem efeito na sua caracterização como vítima de violência de gênero a partir de casos específicos, como o de Mariana Ferrer, no Brasil, que gerou a Lei 14.245/2021, para resguardar a dignidade da vítima de violência sexual, no âmbito judicial, e da jornalista peruana Lorena Álvarez<sup>1</sup>, que, ao denunciar a violência doméstica, foi desacreditada em razão da sua “boa aparência”. Para tanto, alinhamos aspectos epistemológicos, empíricos-sociais e linguísticos, nos quais, a análise da cultura do patriarcado, esse sistema cultural, político e econômico, que valora desigualmente os sexos, demonstra a violência por que passa uma mulher, por uma percepção sexualizada e objetificada, impondo-se o desafio de caracterizá-la como vítima e, portanto, merecedora da devida proteção legal. Utilizam-se, como marcos teórico, além de outros o profundo estudo das “Imagens da Mulher no Ocidente Moderno” (3 volumes), de Isabele Anchieta, as obras de Mary Del Priore, que captam a história da mulher no Brasil e no mundo e a tese de doutorado da Professora Madalena Soares, obras referenciadas neste estudo.

**Palavras-chave:** perfil da vítima; imagem; violência.

**Resumen:** El estudio tiene como objetivo investigar cómo la imagen que proyecta una mujer incide en su caracterización como víctima de violencia de género a partir de casos específicos, como el de Mariana Ferrer, en Brasil, que generó la Ley 14.245/2021, para salvaguardar la dignidad de la víctima de violencia sexual, en el ámbito judicial, y de la periodista peruana Lorena Álvarez, quien al denunciar la violencia intrafamiliar fue desacreditada por

---

<sup>1</sup> A jornalista Lima Lorena Álvarez denunciou seu companheiro, o economista Juan Mendoza, por agressão física e violência psicológica em uma delegacia da cidade de Lima. Disponível em: <https://elcomercio.pe/lima/judiciales/lorena-alvarez-poder-judicial-inicia-juicio-contra-juan-mendoza-por-agresion-a-periodista-noticia/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

su “buena pinta”. Para ello, alineamos aspectos epistemológicos, empírico-sociales y lingüísticos, en los cuales, el análisis de la cultura del patriarcado, este sistema cultural, político y económico, que valora desigualmente a los sexos, evidencia la violencia que atraviesa una mujer. , a través de una percepción sexualizada y objetivada, imponiéndole el reto de caracterizarla como víctima y, por tanto, merecedora de la debida protección jurídica. Como marcos teóricos, además de otros, la profundización de “Imágenes de Mujeres en el Occidente Moderno” (3 volúmenes), de Isabele Anchieta, las obras de Mary Del Priore, que capturan la historia de la mujer en Brasil y en el mundo, se utilizan y la tesis doctoral de la profesora Madalena Soares, obras referenciadas en este estudio.

**Palabras clave:** perfil de víctima; imagen; violencia.

### **Summary**

The study aims to investigate how the image that a woman projects has an effect on her characterization as a victim of gender violence based on specific cases, such as that of Mariana Ferrer, in Brazil, which generated Law 14.245/2021, to safeguard the dignity of the victim of sexual violence, in the judicial sphere, and of the Peruvian journalist Lorena Álvarez , who, when denouncing domestic violence, was discredited because of her “good looks”. To do so, we align epistemological, empirical-social and linguistic aspects, in which, the analysis of the culture of patriarchy, this cultural, political and economic system, which unequally values the sexes, demonstrates the violence that a woman goes through, through a sexualized perception and objectified, imposing the challenge of characterizing her as a victim and, therefore, deserving of due legal protection. As theoretical frameworks, in addition to others, the in-depth study of “Images of Women in the Modern West” (3 volumes), by Isabele Anchieta, the works of Mary Del Priore, which capture the history of women in Brazil and in the world, are used. and Professor Madalena Soares’ doctoral thesis, works referenced in this study.

**Keywords:** victim profile; image; violence.

Desde os primórdios da humanidade, a imagem da mulher provoca debates, desejos, julgamentos, condenações, sofrimento e morte, tornando-se, tanto para elas mesmas quanto para os homens e gerações de todos os tempos, uma obsessão. Até hoje,

inacreditavelmente, a imagem que uma mulher projeta é alvo de críticas e, muitas vezes, tortura, no ambiente familiar, por seus abusadores, na rua, no trabalho, e, até no ambiente judicial, quando lá se encontra para denunciar uma violência a sua integridade física ou psíquica, onde deveria ser, portanto, protegida. Pode-se afirmar, sem medo do exagero, que a mulher não tem o direito de andar na rua, ou seja, não lhe alcança o sagrado direito humano e fundamental de “ir-e-vir”<sup>2</sup>.

O uso, por parte da mulher, de adereços, maquiagem e de decotes era associado ao pecado na igreja de outrora e, em muitas tradições religiosas atuais, haja vista os casos de violência e morte por causa do uso “inadequado” do *hijab* no Irã<sup>3</sup>. Com efeito, entre os séculos XII e XVIII, para a Igreja, as mulheres encarnavam uma das formas do mal sobre a terra.

Também para a filosofia, para a moral e para a ética desse período, a mulher era tida como um ninho de pecados. É interessante observar, da leitura de Mary de Priore (Histórias Íntimas), como “os mistérios da fisiologia feminina, ligados aos ciclos da Lua, ao mesmo tempo em que seduziam os homens, os repugnavam. O fluxo menstrual, os odores, o líquido amniótico, as expulsões do parto e as secreções de sua parceira os repeliam” (PRIORE, 2017, p. 35). E conclui a autora: “o corpo feminino era considerado impuro”.

Por mais que seja difícil de acreditar, houve um tempo em que a mulher *era vista!* Sim, porque, hoje, as mulheres são invisibilizadas, por isso, descartadas e mortas. Parece uma contradição com o texto em que se destaca a projeção da imagem da mulher como objeto de desejo e tortura, mas, não é. O que se quer dizer é que a mulher era vista em sua dignidade como mulher, nada para além dela, mas, apenas, uma mulher em sua condição de mulher. Uma cultura masculina domina a humanidade há milênios. Esse é o desafio dos movimentos feministas, das diversas ondas dos feminismos, passando

<sup>2</sup> Constituição Federal brasileira (artigo 5º, XV) e Constituição espanhola (artigo 19); e Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 13).

<sup>3</sup> No dia 13 de setembro, a jovem de 22 anos Jina “Mahsa” Amini foi presa pela polícia moral do Irã por usar seu *hijab* incorretamente e, de acordo com a sua família e as mídias locais, foi torturada severamente. Ela morreu três dias depois enquanto ainda estava sob custódia da polícia. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2022/12/a-iraniana-que-morreu-sem-descobrir-sua-forca/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

pela humanização da mulher até a sua individualização, como sujeito de direitos: encontrar um espaço de existência para a mulher. E, nesse tempo de que se fala, a mulher era vista como uma figura de poder, de beleza, de fecundidade.

Em sua obra, “O Fim da Guerra dos Sexos”<sup>4</sup>, Pierre Weill faz remissão a uma análise de Paule Salomon, em seu livro sobre a Mulher Solar, na qual procura demonstrar que, antes da existência de uma cultura masculinista propriamente dita, houve um nítido predomínio feminino, reconhecido por grande parte dos sociólogos e antropólogos. O tempo desse período é calculado, aproximadamente, em 25 mil anos e termina na época bíblica, com um Deus masculino todo-poderoso e um patriarca familiar também todo-poderoso.

Essa fase, portanto, do predomínio feminino, é chamada de período da Grande Mãe ou da Grande Deusa. Nela dominava a feminilidade, ligada à fertilidade e à criação.

Extraímos da obra referida a constatação de várias evidências acerca dessa primeira fase conhecida da evolução humana: “A primeira é de natureza iconográfica. As estátuas daquela época, que ainda povoam os nossos museus, são todas as divindades femininas, em geral bastante gordas ou, mais ainda, grávidas” (WEILL, 2002, p. 36).

O segundo argumento acerca do aspecto secundário do masculino naquela época é o fato de que havia uma ignorância completa sobre o papel do homem na procriação. Por essa razão, a figura da mãe capaz de gerar filhos e filhas, isto é, seres masculinos e femininos do seu próprio ventre, fez dela uma criatura divina toda-poderosa, com o direito de dar vida e morte aos que ela gerava. Isso explica que, como tudo indica, a mulher estava ligada ao Sol e o homem à Lua. Assim, a Grande Mãe é uma mulher solar (WEILL, 2002, p. 36-37).

Segundo Paule Salomon, o estágio da Grande Mãe, que também se denomina de estágio do Cálice, veio a ser substituído

---

<sup>4</sup> WEILL, Pierre. **O fim da guerra dos sexos**. Brasília: Letrativa, 2002.

pelo estágio da Espada, o Masculino Patriarcal. Essa transição teria ocorrido com a descoberta do papel do homem na fecundação da mulher, cuja herança só podia ser destinada a filhos do seu próprio sangue. Isto teria obrigado a mulher a tornar-se monogâmica (a Grande Mãe e as mulheres da sua época não eram). “De matrilinear, a filiação se tornou patrilinear” (WEILL, 2002, p. 38).

E aí vieram os grandes ícones do patriarcado, como Abraão, Isaac e Jacó. A Grande Mãe foi definitivamente substituída pelo Deus Todo-Poderoso masculino, criador do Céu e da Terra.

Na narração bíblica da criação, no capítulo 1, versículos 1 a 3, no livro do Gênesis, temos uma citação que, longe de submeter a mulher, a coloca, tal como ao homem, na transcendental condição de criatura criada “à imagem e semelhança de Deus”.

Com o evoluir da humanidade, outras percepções foram surgindo acerca da imagem do feminino. O Cinema americano teve grande influência nessas alterações ao impor um padrão de beleza quase inalcançável a partir dos estúdios de Hollywood. A aparência tornou-se relevante na projeção da imagem de uma mulher, cujo corpo se tonou objeto de um desejo feticista. Dessa forma, é relevante destacar que o envelhecimento e a obesidade passaram a ser associados ao afastamento social, ao desprestígio na sociedade. Com efeito, até o século XIX, “matronas pesadas e vestidas de negro enfeitavam álbuns de família e retratos a óleo, nas salas de jantar” (PRIORE, 2017, p. 115). No século XX, a obesidade e a velhice vieram à tona em discursos preconceituosos no debate público sustentado por publicações preconceituosas.<sup>5</sup> Reforça-se, nesse período, a tal exigência da “boa aparência”, tão relacionada à contratação de mulheres para os espaços de trabalho, o que pode ser considerado, flagrantemente, inconstitucional.

Hans Kelsen tentou elaborar “uma Teoria Pura do Direito, isto é depurada de toda ideologia política e de todo elemento científico-cultural, teoria jurídica presa a sua especificidade em razão da legalidade inerente a seu objeto” (KELSEN, 2011, sem paginação). A despeito das reflexões que essa teoria evoca, a verdade

---

<sup>5</sup> “É feio, é triste mesmo ver-se uma pessoa obesa, principalmente se trata-se de uma senhora; toca às vezes as raíais da repugnância” em Revista Feminina de 1923 (PRIORE, 2017, p. 115).

é que, o direito, como postulado normativo advindo do Estado, deve se pautar pela igualdade de interpretação e aplicação a todos os seus destinatários, que são titulares de deveres e direitos. Dessa forma, o sexo biológico e/ou gênero, dentro outros aspectos identitários, as questões socioeconômico-culturais, ou aparência da vítima não deveriam influir no acesso à proteção constitucional, ainda menos, quando se trata do Estado-juiz (entre outras variáveis identitárias). Contudo, não se identifica essa neutralidade nem nos espaços diversos da sociedade, como o trabalho, a escola, as redes sociais e o próprio lar, e, ainda, no âmbito policial e judicial, muitas vezes, quando uma vítima de violência sexual é julgada a partir de sua aparência. As teorias feministas, firmadas, a partir de uma militância feminista, há muito, denunciam que o Estado que diz aplicar o direito, apesar de se declarar neutro, está constituído e também elabora normatividades sociojurídicas de gênero, identificando os sujeitos “homem” e mulher” a partir de repercussões culturais e sociais que influenciam na instrução processual e na sentença a ser proferida.

A Professora Madalena Soares, em um dos seus artigos sobre o tema, afirma que “um claro exemplo de que esta neutralidade é uma ficção é a crítica feminista do “homem médio” enquanto referência jurídica sobre o comportamento comum numa dada situação” (DUARTE, 2022, p. 32). E, invocando Teresa Beleza (2001, p. 64), diz que,

[...] apesar de a lei não definir exatamente o que é um homem ou uma mulher, [p]ressupõe a existência de homens e de mulheres, [e] pressupõe um certo tipo de relacionamento dito normal ou natural, normativamente ‘desejável’ entre estas entidades<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> “Esta é uma discussão mais ampla, uma vez que à constituição do sujeito legal antecede a definição do sujeito dos próprios feminismos. Embora não pretenda ignorar as potencialidades desta discussão, neste artigo procuro somente compreender qual tem sido o reconhecimento e produção do sujeito legal “mulher” no direito para poder reconhecer limites e apontar trilhos emancipatórios”.

E conclui:

[...] que alguns estudos têm vindo a demonstrar que, apesar da consagração legal do princípio da igualdade perante a lei, as mulheres são, enquanto grupo social, mais severamente afetadas por mitos, preconceitos e estereótipos sexistas, contidos quer nas leis, quer nas mentes dos/as magistrados/as (DUARTE 2013, 2022, p. 66).

Portanto, a iniciativa de se traçar um perfil da vítima, nesta proposta, passa pela tentativa de se investigar que imagem cumpriria bem o papel da vítima. Isso para concluir que toda tentativa de se traçar um perfil de vítima não é eficaz porque vai deixar de fora um sem-número de mulheres que, exatamente, por uma cultura machista e misógina não são consideradas vítimas.

Quando buscamos invocar *a imagem* para traçar o perfil da vítima, precisamos traçar essa imagem a partir dos seguintes contextos:

- a) Visual: a imagem visual, que inclui, tom de pele, adereços, indumentária. A tal aparência seria relevante para se fixar o espectro da vítima?
- b) Sensorial: o que se pode perceber a partir dos sentidos, e, aí, até o odor conta, como a essência de um perfume caro.
- c) Comportamental: como essa mulher se comporta no seu meio social, nas suas redes sociais.
- d) Vulnerabilidade: se ela fala ou existe a partir de algum lugar de vulnerabilidade, como mulheres negras, pobres, indígenas, sendo certo que, na sociedade contemporânea, só o fato de ser mulher já é um espaço de vulnerabilidade.

A grande questão que se quer incluir nessa pesquisa é o que esta imagem comunica, passa uma informação relevante para que se possa considerar essa mulher como uma vítima de violência de gênero ou não? O que se quer concluir é que a resposta a essa indagação vem de um lugar particularizado, a partir da interpretação que cada um confere aos diferentes aspectos desses contextos; ou seja, se trata de uma mulher alta, bem nutrida, arrumada, com uma linguagem assertiva, dificilmente, a sociedade e o Estado policial e judiciário irão vê-la como vítima: dentre muitas, cite-se, a história de Lorena



Álvares, jornalista peruana, que denunciou a violência doméstica sofrida. Em um TEDx Talks em que falou sobre o assunto, começa fazendo algumas indagações:

Como deve ser uma mulher maltratada? [...] Traga em sua mente a imagem dessa vítima como visual, como é. Não tem autoestima, não sabe pôr limites, não tem um posto de poder, não é líder, muitas vezes não tem estudo, ganha muito pouco dinheiro ou depende totalmente do seu companheiro; não diz o que pensa, é calada, tímida, sua mãe, de todas as maneiras, viveu a violência, por isso aprendeu, necessita que a protejam, que a salvem, que a resgatem. Toda vez que a vemos, não podemos nada mais que sentir compaixão (TEDxTalks no youtube: “Como son las víctimas de violencia de género? (ÁLVARES, 2021).

Lorena prossegue sua fala, destacando esse estereótipo da vítima e alertando que depois de ter sofrido violência de gênero, descobriu que nele não se encaixava. Ela ressalta que não se parece em nada com essas mulheres que aparecem na televisão como vítimas de violência doméstica, destacando sua insegurança de se reconhecer vítima numa sociedade que assim não a enxerga. Não teria mesmo o perfil da vítima. E por isso foi desacreditada pela sociedade, que negava o que ela estava denunciando. E ela destaca falas muito intrigantes e desafiadoras: “Estamos à espera de uma vítima perfeita. [...] Sabem qual é a única mulher de quem nunca duvidam? A morta” (ÁLVARES, 2021).

Na verdade, não há como não concluir que a mulher que se apresenta como vítima perante a polícia e o judiciário, acaba sofrendo o processo que se chama de revitimização. Com efeito, frequentemente recorrem a sua história para justificar que mereciam a violência sofrida e, portanto, não são vítimas. Foi o que aconteceu no Brasil em um caso emblemático que redundou no advento de uma legislação<sup>7</sup> para resguardar a dignidade da

<sup>7</sup> BRASIL. Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021. Altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal),

vítima de violência sexual no ambiente judicial. Em 2018, Mariana Ferrer acusou o empresário André Camargo Aranha de estupro. A audiência de instrução e julgamento foi realizada nos dias 20 e 27 de julho de 2020, sendo que, no segundo dia, teve a duração de 3 horas e 11 segundos. Desse tempo, 45 minutos foram destinados à oitiva da vítima. O que aconteceu ali foi um show de terror diante de um tribunal maciçamente masculino: o advogado de defesa, o promotor e o juiz. O advogado de defesa mostrou cópias de fotos sensuais produzidas pela jovem, como modelo, antes do crime, a sinalizar que a imagem que ela projetava era autorizativa do ato de violência (defendia a tese de relação consensual). Esse advogado, Cláudio Gastão da Rosa Filho, cunhou essas imagens como “ginecológicas” e não foi questionado pelo juiz, como deveria, acerca da correlação com o caso. Afirmou que “jamais teria uma filha do nível de Mariana”. Quando ela começou a chorar, intensificou a tortura: “não adianta vir com esse teu choro dissimulado, falso e essa lábia de crocodilo”. Tanto a virgindade dela quanto a sua manifestação nas redes sociais foram usadas pelo advogado de defesa sob o argumento de que ela teria manipulado os fatos. E o show de horrores por parte desse advogado continua com falas altamente ofensivas associando a imagem da vítima à culpabilidade: “tu vives disso? Esse é teu criadouro, né, Marian, a verdade é essa, né? É teu ganha-pão a desgraça dos outros? Manipular essa história de virgem?”.

A autora suplicou por respeito ao magistrado conivente com essa tortura: “Excelentíssimo, eu tô implorando por respeito, nem os acusados são tratados do jeito que que estou sendo tratada, pelo amor Deus, gente. O que é isso?”.

André Camargo Aranha foi considerado inocente. O promotor defendeu a tese do “estupro culposo”, quando não existe a intenção de estupro. Essa expressão não foi citada nas alegações finais subscritas pelo promotor Thiago Carriço de Oliveira nem como

---

e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14245&ano=2021&ato=1d2cXVE9UMZpWTdfc#:-:text=Alterar%20os%20Decretos%2DLeis%20n%C2%BA,e%20de%20testemunhas%20e%20para>. Acesso em: 13 abr. 2023.

fundamento da sentença criminal do juiz Rudson Marcos na ação penal nº 0004733-33.2019.8.24.0023.

Se há uma vítima, precisa ser protegida; para tanto, é necessário traçar o perfil da vítima, missão quase impossível diante de tantas interpretações que se extraem a partir da imagem da mulher, interpretações essas sempre cimentadas no sistema patriarcal. Esse sistema cultural, político e econômico, que valora desigualmente os sexos.

## REFERÊNCIA

ÁLVAREZ, Lorena. ¿Como son las víctimas de violência de gênero? 2021. 1 vídeo (22 min 07 s). Publicado no **Canal TEDx Talks**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VV-i6nzylJs>. Acesso em: 14 abril 2023.

ANCHIETA, Isabele, **Imagens da mulher no ocidente moderno**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. (3 vol.).

BEATTIE, Melody. **Co-dependência nunca mais**. 10. ed. Rio de Janeiro: Nova Era, 2007.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. ISBN 978-85-352-1561-8.

BRASIL. Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021. Altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14245&ano=2021&ato=1d2cXVE9UMZpWTdfc#:~:text=Altera%20os%20Decretos%2DLeis%20n%C2%BAs,e%20de%20testemunhas%20e%20para>. Acesso em: 13 abr. 2023.

DUARTE, Madalena. **Para um direito sem margens**: representações sobre o Direito e a violência contra as mulheres. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Economia Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

DUARTE, Madalena. **Uma boa mulher é difícil de encontrar?** reflexões sobre a “vítima ideal” no direito penal, ex aequi, n. 45, p.31-43. DOI: [HTTPS://DOI,ORG/10.22355/exaequo](https://doi.org/10.22355/exaequo), 2022.

ESTÉS, Clarissa Pinkole. **Mulheres que correm com os lobos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2018. ISBN: 978-85-325-2978-7.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, Ltda., 2017

PRIORE, Mary Del. **Sobreviventes e guerreiras**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, Ltda., 2020

RISO, Walter. **Amar ou depender**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

SANFORD, John A. **Os parceiros invisíveis**. São Paulo: Paulinas, 1987.

WEILL, Pierre. **O fim da guerra dos sexos**. Brasília: Letrativa, 2002.

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# CIBERPATRIARCADO: DISCURSO DE ODIO CONTRA LAS MUJERES EN *FACEBOOK*.

*Danielly Thays Campos*  
*Cássius Guimarães Chai*  
*María Esther Martínez Quinteiro*



# CIBERPATRIARCADO: DISCURSO DE ODIO CONTRA LAS MUJERES EN *FACEBOOK*.

*Danielly Thays Campos*  
*Cássius Guimarães Chai*  
*María Esther Martínez Quintero*

**Resumen:** Las redes sociales han ganado una gran popularidad en la Sociedad de la Información, que se caracteriza por el uso rutinario de medios y tecnologías que han mejorado la experiencia de comunicación y el intercambio de contenidos, con énfasis en la expansión del uso de Internet. La facilidad derivada de la gran conectividad del mundo virtual trajo consigo la posibilidad de un intenso acercamiento entre las personas, con imágenes, vídeos y contenidos en general, siendo compartidos y accedidos en tiempo real, reduciendo la distancia, con sus usuarios interconectados por una red online de acción rápida. Se busca mostrar a través de la investigación bibliográfica y el análisis del discurso, que la experticia de internet en la difusión de contenidos, principalmente a través de la red social de *Facebook*, además de ser utilizada productivamente, ha llegado a ser vista como un instrumento útil para la comisión de delitos, debido a su gran destreza en el campo de la información y la comunicación y la falsa idea de anonimato y consecuente impunidad que terminan pasando sus personajes virtuales. con el objetivo de aprehender cómo el Crimen de Odio, con sus motivaciones discriminatorias, ataca a sus víctimas, marginándolas, identificando también cómo esta práctica trata de apoyar el derecho a la Libertad de Expresión, identificando el Discurso de Odio en Facebook que afecta vehementemente a las mujeres y propaga el apartamiento y la segregación de esta minoría en el campo social patriarcal, bajo la égida de normas opresivas y distintivas, que buscan mantener al sexo femenino en una posición de desprecio y desigualdad en el campo social androcéntrico.

**Palabras clave:** Internet. Crimen. Odiar. Mujer. Red. Facebook.

## 1 INTRODUCCIÓN

La sociedad contemporánea también puede llamarse perfectamente sociedad de la información, ya que la comunicación en el mundo actual ha alcanzado un nivel de desarrollo muy mejorado, que no deja de especializarse y profundizar en la tarea de posibilitar mejor el contacto entre las personas y la emisión de mensajes que llegan a los espacios más lejanos del planeta a una velocidad asombrosa. Todo ello a través de la World Wide Web, que es una herramienta sumamente eficaz para la emisión, el diálogo y la transmisión de contenidos.

El uso de internet se ha popularizado y se expande cada vez más, siendo accesible a una gama muy amplia de usuarios, que pueden hacer uso rápidamente de su gran aplicabilidad y tener acceso a eventos en lugares muy distantes, así como también pueden convertirse en transmisores de temas e ideas, capaces de llegar a diferentes personas y lugares. La flexibilización de la comunicación por el uso elástico de internet, además de ser utilizada por un sesgo positivo, para romper barreras geográficas y hacer un mundo más unido y globalizado, donde todo y todos están literalmente conectados por una red, también puede aplicarse por un sesgo negativo, ya que su uso a gran escala lo ha convertido en un canal para la realización de diversos delitos. Tanto las que ya eran conocidas por el ordenamiento jurídico, como provocaron el nacimiento de nuevas tipificaciones, que perjudican los bienes naturales del mundo virtual.

El problema que sirve de válvula de escape para esta investigación se basa precisamente en el uso desenfrenado de internet como instrumento para la propagación del patriarcado, oprimiendo a las mujeres y perpetuando un escenario de connivencia con dicha violación. El objetivo general se basa en el análisis de la instrumentalización de internet para la comisión de delitos contra las mujeres, y para el logro de este fin, los objetivos específicos son investigar la estructuración del discurso de odio en las redes sociales, evaluar su confrontación con la libertad de expresión e interpretar este lenguaje de odio en la red social Facebook victimizando al público de mujeres.

Como expresión de las formas de especialización comunicativa desarrolladas a través de internet, también se diseñaron las redes



sociales, que son plataformas digitales surgidas del contexto cibernético y permiten la creación de perfiles para cada usuario, con el intercambio de fotos, videos y mensajes con otros usuarios de las mismas plataformas, quienes tendrán acceso en tiempo real a todos los contenidos emitidos. la cual es percibida diariamente, de manera muy robusta por los canales *de Instagram, Twitter y Facebook, y cabe destacar que la presente investigación centrará su elaboración en esta última.*

Entre los delitos que se han comenzado a realizar utilizando las tecnologías de la información, cobran gran protagonismo los delitos de odio, ya que se caracterizan por la motivación discriminatoria y prejuiciosa que mueve a sus perpetradores, quienes actúan con una clara intención de marginar e menoscabar a sus objetivos, a través de posturas, contenidos y mensajes, y de una manera más canalizada, Los delitos de odio pueden tomar la cara del discurso de odio, que a su vez es el mensaje de discriminación que recorre el camino entre el emisor y el receptor, consumado con la conexión entre estos dos puntos, con el objetivo de victimizar a grupos minoritarios, como las mujeres, que serán el foco de esta elaboración científica.

No es raro observar que la práctica del mencionado acto ilícito trata de protegerse bajo el velo de la Libertad de Expresión, ya que es un elemento esencial del Estado Democrático de Derecho y tiene un gran valor en el contexto social frente a cualquier forma de opresión y extremismo, sin embargo, al no existir derechos o principios absolutos o intocables, el uso de la Libertad de Expresión se ve limitado precisamente cuando comienza a lesionar otros derechos igualmente importantes, que es lo que sucede cuando se transmiten mensajes jocosos con intención opresiva para llegar a víctimas históricamente desfavorecidas, y esto ha venido ocurriendo de manera recurrente, en un entorno virtual, donde dichos mensajes tienen una rápida proliferación y alcance. En este contexto, se viola la dignidad de la persona humana y la igualdad de todos, principios básicos de una sociedad justa, democrática e igualitaria, y ampliamente defendidos y preservados tanto en la legislación nacional como en la internacional.

A continuación, se busca aprehender cómo el uso de internet se ha expandido y popularizado, posibilitando un mayor dinamismo en la información y la comunicación, analizando la delgada línea entre el derecho a la Libertad de Expresión y el Discurso de Odio, en todos

sus matices y aplicaciones, además de identificar el Discurso de Odio contra las mujeres en Facebook en el contexto de la criminalización de la misoginia en internet. Luego, se utiliza una investigación bibliográfica, buscando la mejor teorización sobre los temas centrales y fundamentales para la construcción del pensamiento sobre el tema propuesto, y también se realiza el análisis del discurso, ya que se analiza un caso ejemplificador sobre la difusión de discursos de odio contra las mujeres en internet, realizando el análisis del significado lingüístico-discursivo de la posición de los emisores de este mismo discurso.

## **2 LA DINÁMICA DE LA INFORMACIÓN A TRAVÉS DE LA RED: LA INSTRUMENTALIZACIÓN DE INTERNET PARA EL CRIMEN.**

La percepción de que el uso de internet se ha extendido de manera vertiginosa, siendo ampliamente utilizado en los más variados rincones del mundo, no es reciente, dado que, desde su creación, las posibilidades de accesibilidad respecto a la red en cuestión no han hecho más que aumentar, extendiendo las numerosas actividades que se pueden realizar a través de ella a un gran flujo de usuarios. Dentro de este mismo abanico de actividades, la que tiene un protagonismo único en la sociedad actual es la comunicación y todos sus matices, desde un sesgo más particularizado, en un ámbito privado, hasta un sesgo más amplio, como, por ejemplo, el acceso a la información periodística.

Los puntos positivos de amplificar el uso de internet se pueden percibir en diversas situaciones, como la posibilidad de saber qué está pasando en una ubicación geográfica alejada de aquella en la que se encuentra una persona en particular. El uso de este instrumento tuvo un alcance extremo, como se puede ver en el Informe Digital en 2018 (ESCOBAR, 2019, p.23) que afirma que más de cuatro mil millones de personas ya eran usuarios de internet, lo que significa que, teniendo en cuenta los cinco continentes, más de la mitad de la población ya tiene acceso a la red mundial. Y ahora, aquellos que solo eran receptores de información, también comienzan a producirla

y difundirla, ya que el canal de acceso y distribución de datos se ha vuelto accesible y extenso.

Este uso de la red caracteriza a la sociedad de la información, que cuenta con una amplia gama de tecnologías orientadas a la comunicación, que implican tanto la adquisición y el almacenamiento, como la distribución de datos por medios electrónicos, tecnologías que, según Gouveia (2004) tienen un gran poder para llevar a cabo transformaciones sociales y son utilizadas por las personas en diversos contextos. así como económica, política y socialmente, siendo terreno fértil para el desarrollo de una sociedad globalizada, que es la base del mundo contemporáneo.

La facilidad, velocidad y alcance de la World Wide Web es una herramienta sumamente útil para la difusión y el acceso a la información, sin embargo, de la misma manera que el internet puede ser utilizado para obtener beneficios, también termina siendo un medio para cometer delitos por parte de individuos malintencionados, que creen erróneamente en el anonimato detrás de la red. De Jesús y Milagre (ESCOBAR, 2019, p.24) afirman que la sociedad de la información también podría denominarse perfectamente Sociedad del Riesgo, ya que una gran cantidad de delitos comenzaron a realizarse a través de internet, haciendo uso de la facilidad tecnológica y el gran alcance que brinda esta herramienta.

Según el informe Norton Cyber Security (ESCOBAR, 2019, p.24), a partir de 2017, los ciberdelitos (como se denominan las prácticas delictivas que se realizan a través de la red) se practicaron en Brasil de una manera tan intensa que la nación terminó ocupando el segundo lugar entre los países que más sufrieron económicamente debido a la práctica de estos delitos específicos. lo que provocó una pérdida de unos 22 millones de dólares, habiendo afectado a algo alrededor de 62 millones de personas. Estos datos son alarmantes, ya que muestran cómo los seres humanos pueden hacer uso de las facilidades tecnológicas para llevar a cabo delitos de grandes proporciones, haciendo consecuentemente que la Ley, que es reguladora de la vida en sociedad, no se olvide de atender estas situaciones que perjudican a millones de personas a través de conductas delictivas que se rigen por una falsa sensación de impunidad.

La práctica penal en cuestión trae en su núcleo el hecho de que normalmente las situaciones típicas que se desarrollan a través de ella

tienen un carácter transnacional, lo que genera varios interrogantes respecto a aspectos de competencia y jurisdicción, teniendo en cuenta que por el principio de territorialidad los delitos que se cometen dentro de la frontera de un país se rigen por la legislación de este último. Sin embargo, el hecho de que los delitos derivados de la sociedad de la información afecten a menudo a más de una jurisdicción ha dado lugar a ciertas dificultades en la investigación de los hechos y en la identificación de los delincuentes, de ahí la falsa idea de impunidad de los delitos cometidos a través de Internet.

Rossini (2004, p.110) afirma que los delitos cometidos en la red se caracterizan por conductas típicas e ilícitas, intencionales o culposas, tanto en el sentido omisivo como comisivo, y pueden tener como agentes, tanto a personas físicas como jurídicas, y ocurrir dentro o fuera del entorno de la red, y que pueden atentar contra la seguridad informática, directa o indirectamente. De esta manera, se aprehende que los delitos cibernéticos son aquellos que se llevan a cabo a través de la tecnología de la información, o en contra de esta misma tecnología, cabe destacar que no ocurren solo a través de la red mundial, sino también por cualquier medio electrónico, siempre y cuando este último sea utilizado como propósito de consumir un determinado delito. (ESCOBAR, 2019, p.24).

Con las conductas delictivas por y contra las tecnologías de la información desarrollándose de manera intensa, alcanzando una dinámica diferenciada, se puede concluir que el escenario delictivo ya no fue diseñado solo en el sentido de hacer uso de las tecnologías para su consumación, sino que la tecnología misma se convirtió en el objeto de estos delitos, alcanzando y lesionando bienes jurídicos del mundo virtual. En este sentido, la Doctrina de la Patria comenzó a diferenciar entre delitos informáticos propios e impropios, siendo los primeros aquellos que tienen como bien jurídico a la propia tecnología de la información, y los segundos, aquellos en los que la tecnología de la información es un medio para lograr un fin delictivo.

En este contexto, De Jesús y Milagre (2016 ESCOBAR, 2019, p.25) manifiestan que la legislación penal nacional es insuficiente en lo que respecta a los delitos informáticos, ya que no existe una regulación que contemple las situaciones que pueden darse en este

mundo penal, y dado que por el principio de reserva legal, una conducta solo constituye delito o falta siempre y cuando exista una ley que lo determine como tal, De hecho, muchos actos nocivos en el ámbito de la tecnología de la información quedarían impunes, y también vale la pena señalar que esta idea de impunidad sirve de fermento para nuevas prácticas delictivas.

Siguiendo esta línea de razonamiento, en el contexto de una sociedad extremadamente globalizada, donde el uso de la World Wide Web se acentúa y expande de manera vertiginosa y sus características más llamativas, como la velocidad y el alcance, son utilizadas como instrumentos para fines que van más allá de su intención original y primaria de mejorar la comunicación, Al ser un instrumento para las prácticas de diversas conductas delictivas, que pretenden afectar no solo a bienes ajenos al ámbito tecnológico, sino también a los que se encuentran típicamente en el mundo virtual, surge la inminente necesidad de que el Derecho se ocupe con vehemencia de esta nueva modalidad de cometer ilegalidades, que hace uso de la fuerza y el alcance de internet y las tecnologías para lesionar derechos en diversas magnitudes.

En este contexto, el legislador brasileño incluyó el artículo 154-A en el Código Penal brasileño, a través de la Ley N.º 12.737/2012 creada para tratar específicamente los delitos informáticos, también conocida como Ley Carolina Dieckmann, que es una actriz brasileña a la que se le filtraron fotos íntimas en internet después de haber enviado su computadora personal para su reparación, un caso que cobró relevancia nacional y refleja muy bien el daño que la conducta delictiva en el ámbito de la red y las tecnologías pueden causar.

**Artículo 154-A.** Invadir el dispositivo informático de otra persona, esté o no conectado a la red informática, mediante violación indebida de un mecanismo de seguridad y con el propósito de obtener, manipular o destruir datos o información sin la autorización expresa o tácita del titular del dispositivo o instalar vulnerabilidades para obtener una ventaja ilícita: (Incluido por la Ley N° 12.737, de 2012) Plazo Pena - detención, de 3 (tres) meses a 1 (un) año, y multa. (Incluido por la Ley N° 12.737 de 2012) (...).

La ley 12.735 también prevé la práctica de delitos en el entorno virtual y establece que la policía judicial puede determinar secciones y equipos especializados en la lucha contra los delitos cometidos en redes informáticas, sistemas informáticos o dispositivos de comunicación, lo que expresa la notoriedad que estos delitos han adquirido con el uso de las tecnologías y la necesidad de una disposición legal que regule y sancione estos actos. dada la gran nocividad que son capaces de causar.

También en este contexto, un paso legislativo importante hacia un mejor apoyo jurídico a las conductas delictivas realizadas por medios tecnológicos o contra sus elementos típicos fue la sanción de la Ley N.º 12.965 de 2014, que instituyó el Marco de Derechos Civiles para Internet y trajo una regulación más firme y necesaria para hacer frente a todos los matices de la sociedad de la información. De manera que trajo principios, garantías, deberes y derechos a los usuarios y proveedores de servicios y conexiones de internet, tratando temas emblemáticos como la privacidad de los datos de los usuarios, así como la libertad de expresión, que está muy extendida en el ámbito de gran acceso y alcance de la red, y que será objeto de discusión más adelante.

Con el marco civil llega la posibilidad de encontrar a los ciberdelincuentes de una manera mucho más rápida, ya que antes de su vigencia, los proveedores no tenían la obligación de registrar los accesos realizados por sus respectivos usuarios, lo que imposibilitaba descubrir el origen de actos dañinos y delictivos a través de las redes, sin embargo, Con la nueva regulación legal, esta posibilidad se hizo real, creando la posibilidad de cooperación entre proveedores, servidores y la policía en la actividad investigativa, después de todo, con un escenario en el que no había requisitos estrictos en cuanto a la identificación de los usuarios, era muy difícil rastrear a los autores de conductas delictivas y muchos terminaban yéndose sin la debida sanción.

Llevando la discusión al ámbito internacional, se puede observar que esta preocupación por las prácticas ilícitas practicadas por el sesgo tecnológico está presente en las más variadas naciones, y esto también se ve reflejado en la normatividad legal de cada país, en este contexto, cabe mencionar que la Convención de Budapest sobre

Delitos Cibernéticos, buscó enumerar puntos regulatorios respecto al uso de internet en cada Estado, estableciendo los criterios y directrices para su respectivo uso, colocando las posibilidades de equilibrio entre las legislaciones, en un intento de hacer una armonización general entre las normas de los países, sin embargo, Brasil no se convirtió en signatario de esta convención.

Las conductas delictivas que se llevan a cabo por las tecnologías de la información, haciendo uso de todo el dinamismo que esta herramienta brinda, terminan desarrollándose y creando matices variados, tomando características aún no previstas y tipificadas por la Ley, aparte de eso, aún existen aquellos delitos que más se ejecutan en el ámbito cibernético y que también son objeto de gran atención por parte de los operadores de la Ley, en un intento por promover el mejor sustento legal, entre ellos, se destacan los Crímenes de Odio y, posteriormente, su reducción al Discurso de Odio con las mujeres como víctimas, objeto principal de esta elaboración científica.

### **3 DISCURSOS DE ODIO CONTRA LAS MUJERES EN *FACEBOOK*: LA CRIMINALIZACIÓN DEL ANDROCENTRISMO VIRTUAL.**

Por repugnante que sea, las mujeres siguen siendo vistas como seres inferiores a los hombres en la sociedad, siendo colocadas en una situación de marginación y menosprecio, tratadas de una manera que les impide alcanzar una posición prominente en la comunidad, todo esto ocurre como resultado directo de la semilla del patriarcado, plantada hace años en la historia de la humanidad y que hace que la sociedad gire en torno a reglas morales y de convivencia que oprimen mujeres, y no toleran que su desempeño en el entorno colectivo esté fuera de los patrones premoldeados de manera que les quite cualquier autonomía o protagonismo en el entorno donde se insertan.

Bourdieu (1998, p.91) dice que existe una verdadera dominación social sobre las formas sexuales de hombres y mujeres, es decir, la máquina social ejerce un control total sobre los roles que el sexo masculino y femenino desempeñan dentro de ella, y esta dominación se da en una perspectiva androcéntrica, que se caracteriza

por atributos y actos sexuales que se determinan antropológica y cosmológicamente. con el hombre como centro de su análisis.

Esta visión androcéntrica está enraizada en la socialización del cuerpo, es decir, en la visión social de ese cuerpo, y también está incrustada en el espacio social del cuerpo, en la posición que el sexo, masculino o femenino, ejercerá en la comunidad. Se puede concluir que el movimiento del cuerpo en la sociedad está determinado por una visión social de la sexualidad, por la perspectiva que la colectividad tiene sobre cada sexo, en el sentido de que de hecho existe una dominación social sobre la forma sexual del ser humano. Las perspectivas androcéntricas del dominio social sobre las formas sexuales de hombres y mujeres y la violencia simbólica que subyace a la dominación de los hombres conforman un verdadero orden social masculino, que tiene su fuerza basada en la neutralidad y legitimidad que se otorga a sí mismo.

En este contexto de ataques dirigidos a las mujeres, con el objetivo de disminuirlos y así cosechar cualquier posibilidad de que el sexo femenino comience a actuar en la comunidad de manera incisiva, el internet, y todo su aparato comunicativo definido principalmente por la amplia posibilidad de alcance y velocidad extrema, con su canalización para su uso en las redes sociales, mejorando y especializando el contacto y la comunicación entre las personas, se convierte en un canal para la difusión del ideal androcéntrico de disminución y opresión del sexo femenino, convirtiéndose en un terreno fértil para la proliferación de la ideología patriarcal, materializada en mensajes plagados de discursos de odio, propagados en la red, por plataformas digitales como *Facebook*, motivados por el ideal de marginar a las mujeres y la falsa idea de impunidad, ampliamente discutido en este trabajo.

Lo que se puede notar en el Discurso de Odio, como una de las expresiones del Crimen de Odio, en el entorno típico de la sociedad de la información, dirigido a las mujeres, es que tiene la mayor intención de llegar al género, y no solo al individuo femenino, sin embargo, en esta línea de razonamiento, aunque se tratara de un discurso enfocado a llegar solo a una parte del grupo referido, aun así, según Escobar (2019, p.41), se trataría de Discursos de Odio, pues se caracteriza vehementemente por su intención de disminuir y discriminar, en este caso específico, el género femenino.



De acuerdo con Rebs y Ernest (2017, p.35) la intención mayoritaria del Discurso de Odio es provocar conflicto social, de esta manera, cuando se produce, expresa un pensamiento del entorno colectivo, el cual se canaliza a un grupo específico, en este caso, las mujeres. El pensamiento sobre la forma correcta en que las mujeres deben comportarse en la sociedad actual proviene de los moldes patriarcales de las sociedades más antiguas, habiendo arraigado un marco normativo en cuanto a la forma concebida como aceptable que las mujeres deben vestirse y actuar, por lo tanto, cada vez que un individuo femenino terminaba teniendo actitudes que no encajaban en tales normas, Esto abriría un amplio abanico de posibilidades de sanciones para ellas, en un escenario en el que todos y cada uno de los actos de violencia parecen justos si se trata de colocar a una mujer en su lugar histórico de sumisión.

Con el predominio de este pensamiento androcéntrico y misógino y las posibilidades dinámicas de comunicación y emisión de mensajes en la sociedad de la información, las mujeres se han convertido en uno de los grupos más atacados en el entorno virtual, y esto se percibe muy claramente en *Facebook*, una plataforma digital para la difusión rápida y efectiva de contenidos, donde el pensamiento patriarcal cobra aún más fuerza y adeptos. Muchos motivados por la aparente posibilidad del anonimato y la impunidad, y por el deseo de silenciar a quienes consideran fuera de los estándares misógino-normativos de comportamiento social.

El odio a las mujeres propagado por las redes sociales, y de manera más detallada, por Facebook, ayuda y favorece la perpetuación del patriarcado y la intolerancia por su alcance y velocidad, sin embargo, la falsa idea de impunidad parece ser el fertilizante para el crecimiento y mantenimiento de este tipo de conductas jocosas contra las mujeres en el ámbito de la red. En primer lugar, es importante tener en cuenta que el funcionamiento de internet involucra servidores y proveedores que almacenan la identidad de sus respectivos usuarios, la cual puede ser determinada por el número de IP, el cual está registrado con el proveedor, además de que toda la información es almacenada por el servidor, de esta manera, queda claro que el anonimato detrás de las cuentas creadas en Facebook, Por mucho que pueda dar una idea de ocultar a sus dueños, es una imagen que es solo momentánea, ya

que es perfectamente posible identificar quién escribe cada contenido emitido en la red.

La posibilidad de identificar a usuarios reales, que hacen uso de perfiles y cuentas en *Facebook*, con nombres y fotos falsas, para tratar de ocultar y así propagar el odio misógino en el entorno virtual, ha llevado a la expansión del uso de foros anónimos en internet, también conocidos como *Deep Web*, que se caracteriza por ser un sistema que forma parte de la world wide web. pero no es fácilmente rastreable por un número de identificación por parte de los proveedores (ESCOBAR, 2019, p.44), garantizando el anonimato tan deseado por quienes intentan utilizar las múltiples posibilidades de internet para cometer delitos, entre ellos, el ataque a las mujeres, por el simple hecho de que no aceptan su protagonismo social ni su lucha por cambiar el *statu quo* de inferioridad, injustamente impuestas por la historia de la humanidad.

La lucha feminista que rompe las barreras patriarcales construidas por el ideal de dominación eterna de las mujeres y los efectos positivos que ha ido acumulando en la construcción de la representatividad y la recopilación normativa de Derechos provoca una sensación de reducción del espacio masculino, donde los hombres estaban acostumbrados a dominar sin interferencia alguna, esta sensación de que están siendo usurpadas de su “poder natural” sumado a la posibilidad de transmitir su rabia e indignación por sus actitudes Las mujeres subversivas a través de internet, hacen de Facebook un terreno fértil para el discurso de odio contra las mujeres.

La intención principal de los discursos de odio misóginos es silenciar las voces de las mujeres que tienden a no tolerar los dictados de comportamiento patriarcal, rechazando con vehemencia la normatividad androcéntrica sobre el rol social femenino, lesionando directamente las disposiciones de la Carta Constitucional de 1988 sobre la igualdad de todos, que permanece solo en el campo formal, ya que si bien es uno de los objetivos imputados a la República Federativa de Brasil, La promoción del bien de todos, sin que las diferencias y distinciones puedan impedir la realización de este orden, las mujeres siguen siendo objeto de grandes prejuicios, que, en el deseo de ver cumplida su intención nuclear de exterminar la independencia

femenina, se transforman en diversas formas de violencia, como la física, la sexual y la psicológica.

Este discurso de odio dirigido a las mujeres es una forma de violencia psicológica, un recurso utilizado abundantemente para evitar el protagonismo del género femenino, y para mantener la organización social del poder de los hombres sobre las mujeres, y su uso generalizado en las redes sociales llevó a la legislatura nacional a redactar la Ley N° 13.642 de 2018, que asigna a la Policía Federal la competencia investigativa sobre los delitos cometidos en la red mundial con contenido misógino, que se llamó Lei Lola, en alusión a Dolores Aronovich Arguero, conocida como Lola Aronovich, quien tiene un blog con contenido activista a favor de las mujeres, con una fuerte acción contra el odio y la misoginia.

Lola, por su posición como defensora de las mujeres, ya ha sido blanco de múltiples ataques por parte de grupos que buscan silenciar su voz, y con ello, la de miles de otras, representadas por ella, habiendo registrado ya más de 10 denuncias policiales, donde solo una de ellas pasó a la fase inquisitiva en la Comisaría de la Mujer de Fortaleza (ESCOBAR, 2019, p.50), luego de largas presiones de grupos de apoyo por la misma causa que la docente, hecho que demuestra que las amenazas, agresiones y violencias contra las mujeres no retroceden ni siquiera con una norma legal expresa que las sancione y condene, expresando que la lucha por los derechos de las mujeres, por muy elaborada que ya sea, aún tiene un largo camino por recorrer y conquistar. Esto es lo que también se puede notar en la imagen de abajo.



*Imagen 1- Publicación en Facebook de un video en el que el esposo agrade a su esposa por no desbloquear su celular.*

El número de comentarios en esta publicación fue muy alto, y muchos de ellos, como se puede apreciar en la imagen, intentaron de alguna manera legitimar la humillación y violencia que sufría la mujer por parte de su marido, demostrando cómo los moldes patriarcales se insertan en la mentalidad colectiva, en sus más mínimos detalles, Al punto de que una mujer que ha sido agredida de una manera tan baja, tiene poco, incluso de otras mujeres, porque la comunidad en general considera válida la postura del hombre, ya que es el esposo de la mujer agredida y esto le da un poder total sobre ella.

Las declaraciones sexistas y patriarcales son comunes en Facebook y en las redes sociales en general, expresando la indignación de los usuarios (independientemente del género, ya que la opresión se sedimenta en el pensamiento social de manera amplia y universal,

encontrando aún pocos opositores) al notar que las mujeres ganan espacio y notoriedad, ocupan posiciones destacadas, tienen éxito profesional y rechazan por completo el lugar marginal donde fueron arrojadas, despertando así, más que la rabia, el miedo a la frágil masculinidad patriarcal.

## 4 CONCLUSIÓN

El desarrollo de la sociedad de la información se expresa principalmente por el perfeccionamiento de sus aparatos y tecnologías, que culminó en una gran especialización de la world wide web y la amplificación de las posibilidades de comunicación a través de este canal virtual, hecho que ha sido diseñado en la época contemporánea como un elemento muy positivo, ya que reduce la distancia entre lugares y personas. Que ahora, con la expansión y popularización de Internet, pueden tanto recibir como enviar mensajes y contenidos que serán accesibles a una amplia gama de individuos, en tiempo real, haciendo que el acceso a la información, noticias, conocimientos y novedades sea mucho más rápido y efectivo.

De la misma manera que este desarrollo de internet trajo resultados positivos, también terminó desencadenando una pluralidad de actos ilícitos, donde los agentes criminales comenzaron a hacer uso de las facilidades del entorno virtual para cometer delitos, tanto los ya conocidos por la legislación penal, como nuevas conductas ilegales que lesionan y lesionan derechos que surgen directamente del ámbito cibernético y son propios. En este contexto, la facilidad de difusión de mensajes y contenidos en la red se ha convertido en un campo fértil para las prácticas del delito de Discurso de Odio, que es una de las formas en que se ejecuta el Delito de Odio, y tiene como elemento central el tránsito de un mensaje entre el emisor y el receptor, con la intención de marginar e menoscabar a este último.

La misma sociedad que desarrolla medios de comunicación de última generación y perfecciona los métodos de intercambio de información, volviéndose así innovadora, tiene características muy retrógradas en cuanto a los elementos normativos de comportamiento del entorno social, como el hecho de que los dictados de la ideología

patriarcal, que oprime y disminuye a las mujeres, siguen vigentes en el seno colectivo. Con la intención incesante de ir en contra de sus aspiraciones de igualdad, de mayor participación sociopolítica y, sobre todo, de respeto, como seres humanos dignos y plenamente capaces.

En este escenario, donde la mujer es víctima de una recopilación de actos que buscan mantenerla *en el locus social* de un individuo envilecido, con pocas funciones en la comunidad, atendiendo mayoritariamente a los roles de madre, esposa y ama de casa, con la forma de comportarse ya definida previamente, cualquier acto que se salga de línea con estas imposiciones es visto como algo negativo y que debe ser sancionado en favor de la moral y costumbres construidas en la comunidad. Así, en esta línea de razonamiento, existe incluso la validación de la violencia contra las mujeres, en sus diversas formas de ocurrencia, todo ello, a favor de atenuar lo que la sociedad patriarcal considera subversivo.

Con estos personajes como telón de fondo, vale la pena mencionar que aún en medio de tales intentos de opresión, muchos derechos fueron conquistados por las mujeres en el afán de vivir en una colectividad donde sus voces no sean silenciadas y sus necesidades sean efectivamente satisfechas, sin embargo, ninguno de estos avances se consumó pacíficamente, encontrándose las representantes femeninas una gran resistencia en el clamor androcéntrico del ego masculino resentido. Una de las formas encontradas para tratar de mantener a las mujeres en el mismo lugar marginal donde habían sido arrojadas desde los tiempos más primitivos fue internet y su capacidad para difundir contenidos de una manera amplia y rápida, donde los discursos de odio dirigidos a las mujeres llegan a su objetivo sin muchos obstáculos, propagando la discriminación y la intolerancia a favor de la reducción del género en cuestión.

La plataforma digital de *Facebook* es un elemento que conforman la estructura virtual de la sociedad de la comunicación, diseñándose como un canal para la circulación de contenidos en la red y precisamente por ello se ha convertido en un instrumento para la comisión de delitos de odio contra las mujeres, canalizados en la emanación de discursos de odio contra esta misma víctima, donde cobran una fuerza tremenda los mensajes que incitan al prejuicio y

la discriminación, ya que no solo golpean a la víctima, sino que también propagan el ideal patriarcal de la sumisión femenina a una gama casi infinita de personas. La intención de silenciar la lucha de las mujeres es bien conocida por las aspiraciones patriarcales, que se valen de la capacidad de la red para difundir contenidos a una innumerable pluralidad de personas y lugares, para atacar la imagen femenina, distorsionar sus objetivos y tratar de mantener a las mujeres en un rincón de la sala frente a cualquier participación plagada de protagonismo social. Sin embargo, las mujeres se mantienen firmes en las trincheras de las luchas feministas, sin retroceder ante los intentos de silenciar la moral masculina inflada.

## REFERENCIAS

AGÜERO, Dolores. **Tres noticias sobre la violación**. Escribe, Lola, escribe, 2016. Disponible en: <<https://escrevalolaescreva.blogspot.com/search?q=tio+astolfo>>. Fecha de acceso: 23 de diciembre. Año 2019.

BARROS, Yago Costa Gomes; MELO, Gustavo José Cavalcanti. **Discursos de odio en Brasil: ¿libertad de expresión o intolerancia?** Disponible en: < file:///C:/Users/Nogueira%20e%20Campos/Downloads/374-946-1-PB%20(1).pdf > Fecha de consulta: 26 nov.2019.

BEAUVOIR, Simone de. **El Segundo Sexo: La Experiencia Viva**. Traducido por Sérgio Milliet. Río de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Dominación masculina**. Río de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_ Traducido por Fernando Tomaz, 2ed. Río de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Cámara de Diputados. **PL 7582/2014**. Disponible en: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=616270>>. Fecha de acceso: 18 de diciembre de 2019.

\_\_\_\_. Cámara de Diputados. **La aplicabilidad de la Ley N° 13.642/2018 – Ley Lola, que asigna a la Policía Federal la investigación de delitos cometidos en internet que difundan contenido misógino**. Disponible en: <<https://edemocracia.camara.leg.br/audiencias/sala/732>> Fecha de acceso: 14.dic. Año 2019.

\_\_\_\_ **Constituição de la República Federativa del Brasil en 1988**. Disponible en: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm)>. Consultado el: 14.dez. Año 2019.



\_\_\_\_\_. **Ley N° 12.735, de 30 de noviembre de 2012.** Disponible en: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12735.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12735.htm)>. Fecha de consulta: 12 mar. 2019. \_\_\_\_\_. Ley N° 12.737, de 30 de noviembre de 2012. Disponible en: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12737.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12737.htm)>. Consultado en: 15.dez. Año 2019.

CRAMER, Elizabeth. **Leyes de Crímenes de Odio y Orientación Sexual.** Revista de Sociología y Bienestar Social. Facultad de Trabajo Social de la Universidad de Virginia Commonwealth. Disponivel em: <<https://scholarworks.wmich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2586&context=jssw>>. Consultado el 23.Dic.2019

ESCOBAR, Patricia Elena Santos. **MISOGINIA E INTERNET La manifestación del odio contra las mujeres en el entorno virtual y las posibles implicaciones de la Ley N° 13.642/2018.** 2019. Trabajo de Finalización del Curso (Licenciatura en Derecho) – Universidad Federal de Paraíba. Disponible el < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14671>> Fecha de acceso: 12 nov. Año 2019.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Derechos Humanos de las Mujeres.** El equipo de las Naciones Unidas en Brasil, 2018. Disponible en: <<https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2018/08/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>>. Fecha de acceso: 21 de diciembre de 2019.

REBS, R. R.; ERNST, A. **Haters and Hate Speech: Understanding Violence on Social Networking Sites (Odiadores y discursos de odio: Comprender la violencia en los sitios de redes sociales).** Diálogo das letras, Pau dos Ferros, v. 6, n. 2, p. 24-44, jul./dez. Año 2017.

SAFFIOTI, Heleith. **Género, patriarcado y violencia.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PUBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# IDENTIDADE DE GÊNERO E OS DESENHOS INSTITUCIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL: ENTRE ESTIGMAS SOCIAIS E IDENTIDADE SUBJETIVA NA ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA

*Leandro Mendes de Melo*  
*Cássius Guimarães Chai*  
*María Esther Martínez Quinteiro*



# **IDENTIDADE DE GÊNERO E OS DESENHOS INSTITUCIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL: ENTRE ESTIGMAS SOCIAIS E IDENTIDADE SUBJETIVA NA ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA**

*Leandro Mendes de Melo  
Cássius Guimarães Chai  
María Esther Martínez Quintero*

## **1 INTRODUÇÃO**

O Direito Penitenciário é notadamente um dos ramos do direito mais impopulares na opinião pública, sobretudo no que se refere à garantia de direitos fundamentais aos privados de liberdade. Tratando-se do direito penitenciário voltado à efetivação de direitos das pessoas transexuais e travestis, o ostracismo social é ainda mais evidente e resulta de um duplice processo. O primeiro é aquele que diz respeito à impopularidade do direito penitenciário em si mesmo e, acrescido a este, têm-se este segundo que se revela na resistência de alguns setores sociais em assimilarem que assistem às pessoas trans o direito à dignidade que lhes é inerente enquanto pessoa humana. Por vezes, ignora-se que a efetivação de direitos a essa população não é mera faculdade, tampouco benesse, é, antes de tudo, um mandamento constitucional inafastável.

O reconhecimento do direito à identidade de gênero como direito de personalidade cria para o Poder Público e para os particulares - haja vista a eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais - a obrigação de considerar o fator de gênero em toda e qualquer política pública ou privada em que sua omissão possa gerar impactos negativos. Esta é, pois, uma das dimensões necessariamente decorrentes do direito à identidade de gênero, já que não se trata apenas de um

dado que deve constar nos documentos particulares e nas certidões públicas, mas, também, um fator a ser considerado em todos os atos da vida pública e privada. O direito à identidade de gênero é, nesse cenário, o direito de ser tratado por todos de maneira compatível com a identidade de gênero, em respeito à sua dignidade e personalidade jurídica.

Nesse contexto, a investigação realizada para elaboração do trabalho monográfico que deu origem ao presente capítulo visava questionar se estão sendo respeitados os ditames constitucionais, mais precisamente, os direitos fundamentais atinentes ao respeito ao ser humano em sua integralidade, subjetividade e autoafirmação quando da alocação de pessoas trans nas unidades prisionais. Os critérios de alocação nas unidades prisionais devem ser adequados as especificidades do sujeito concretamente considerado, sob pena de resultar em odiosa discriminação, ainda que indireta.

Constituiu objetivo geral desta pesquisa analisar o direito à identidade de gênero e a alocação de pessoas trans a partir do gênero nas unidades prisionais brasileiras como decorrência deste direito fundamental de personalidade. Os objetivos específicos foram:

- a) Averiguar e identificar a proteção jurídica destinada às pessoas trans no Brasil contemporâneo, em especial, analisando o direito à identidade de gênero;
- b) Verificar quais são os critérios adotados para a alocação de pessoas trans privadas de liberdade pelos Estados-membros, discutindo sua correspondência ou não, com a Resolução Conjunta n° 01, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD/LGBT) e;
- c) Discutir a compatibilidade dos critérios de alocação com o ordenamento jurídico-constitucional vigente.

No decorrer da pesquisa, percebeu-se que seria necessário reformular o objetivo específico “b”, centralizando a análise apenas nos atos normativos do Estado do Maranhão. Tal reformulação teve em conta dois aspectos primordiais: 1) os critérios atualmente adotados pelo Estado do Maranhão representam um padrão normativo observável nos demais Estados-membros e, também, em outros países da América Latino e 2) analisar os critérios de alocação de todos os

Estados-membros representa uma atividade dispendiosa, sobretudo em um cenário em que analisar os critérios adotados pelo Maranhão é, em última análise, compreender a lógica de alocação que tem como base a realidade biológica – sendo esta uma constante observável nos demais Estados-membros.

O trabalho adotou o termo “trans”, compreendendo que este abarca as pessoas travestis e transexuais. Tal escolha tem em conta que, apesar da distinção no campo social e político de travestis e transexuais. Trans é um termo guarda-chuva utilizado pela literatura especializada e pelos movimentos sociais para designar todas as pessoas que não se reconhecem enquanto cisgênero, isto é, que reivindicam para si uma identidade de gênero diferente daquela que lhe foi atribuída ao nascer. Ressalte-se, contudo, que o termo “trans” é aqui empregado se referindo unicamente aos segmentos de travestis e transexuais.

## **2 O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DO DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE DE GÊNERO DE PESSOAS TRANS NO ORDENAMENTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL BRASILEIRO**

Em 2008, o Ministério da Saúde editou a Portaria n° 457, de 19 de agosto de 2008, que regulamentou o processo transexualizador, isto é, os processos de hormonioterapia e cirurgia de adequação sexual de mulheres trans e travestis. A democratização desses serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das primeiras conquistas de direitos da população de transexuais e travestis no Brasil, tendo resultado no reconhecimento de outros direitos.

Recém-operadas, diversas mulheres trans e travestis começaram a ingressar com ações judiciais nos tribunais brasileiros, pleiteando modificações do prenome civil e do sexo constante no registro civil, em razão da cirurgia de adequação sexual realizada. Como não havia lei regulamentando a matéria, decisões contraditórias começaram a ser proferidas pelos juízos de primeiro grau e pelos seus respectivos tribunais.

A matéria chegou ao STJ através do RESP 737.993/MG, no qual o ministro relator João Otávio de Noronha proferiu o voto que foi seguido pelos demais membros da Quarta Turma do Tribunal.

Decidiu-se, pois, que a interpretação conjunta dos arts. 55 e 58 da Lei nº 6.015/1973 era o amparo legal para que pessoas transexuais e travestis operadas pudessem obter autorização judicial para modificar o prenome, substituindo-o por apelido público notório pelo qual a pessoa trans é conhecida no meio em que vive. Ademais, estabeleceu-se que não entender o pedido como juridicamente possível, resultaria em adiar o exercício do direito à identidade pessoal e subtrairia do indivíduo a prerrogativa de adequar o registro à sua nova condição física, impedindo sua integração social (BRASIL, 2009, p. 4).

Conforme a decisão, a pessoa trans operada, convicta de pertencer a outro gênero que não o que lhe foi atribuído ao nascimento, é exposta a situações vexatórias quando chamada pelo nome do registro de nascimento. A intervenção cirúrgica, nesse contexto, não tem o condão de evitar tais constrangimentos, de sorte que a solução adequada reside em compreender a manutenção de prenome incompatível com o gênero a qual a pessoa trans reivindica para si como um ato vexatório, razão pela qual a exceção ao princípio da imutabilidade do nome - nomes vexatórios -, deve ser aplicada a estes casos (BRASIL, 2009, p. 7).

Quanto à retificação do sexo, estabeleceu-se que esta é decorrência daquela, também sendo a resposta judicial mais adequada, haja vista que a codificação generalista e padronizada não é apta a dirimir a controvérsia de modo satisfatório e justo. Assim sendo, deve o julgador recorrer aos processos de integração normativa, como forma de suprir a lacuna legal, de modo a melhor realizar os valores maiores do ordenamento jurídico, como a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 2009, p. 7).

A decisão criativa do STJ eliminou a dúvida quanto à possibilidade de retificação do prenome e do sexo no registro civil por parte de pessoas trans operadas. Havia, no entanto, questionamentos quanto aos critérios estabelecidos para o reconhecimento de tal direito pela via judicial.

Conforme problematiza Gerassi e Brasil (2014, p. 6) os direitos de personalidade dessas pessoas, nos termos da jurisprudência do STJ, ficavam condicionados à confirmação pericial de um quadro patológico, isto porque se exigia, para o reconhecimento do direito à retificação do prenome e do sexo, a realização de cirurgia de adequa-

ção sexual ou a apresentação de laudos comprobatórios de que o jurisdicionado era portador do transtorno de identidade de gênero. Por esta razão, em que pese a referida decisão ser um importante marco no reconhecimento do direito à retificação do registro civil, a necessidade de judicializar, individualmente, cada caso, bem como a exigência probatória da condição de portador do transtorno de identidade de gênero, restringia demasiadamente o exercício de tal direito, além de ter evidente cunho patologizante.

As autoras chegam a mencionar que as autorizações judiciais para retificação de documentos tinham como fundamentos o direito à saúde e não a liberdade de autodeterminação. Segundo elas, tal fundamentação resultava na chancela, por parte do Poder Judiciário, das pessoas trans enquanto pacientes/objetos e não como sujeitos de direitos. Nesse contexto, o direito, enquanto ciência autônoma, deveria afastar-se de discursos científico universalizantes da medicina e ater-se e fazer prevalecer sua moldura constitucional para respaldar os direitos e valores fundamentais à sociedade, ainda que, para isso, precisasse se divorciar da medicina tradicional (GERASSI E BRASIL, 2014, p. 6).

É importante mencionar o advento da Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, que redefiniu e ampliou o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde. Para além de ampliar a cobertura de atendimento clínico e ambulatorial, passou-se a oferecer, em caráter experimental, cirurgias de adequação sexual de homens trans - vaginectomia, neofaloplastia, mastectomia e outros procedimentos -, direito este conquistado a partir do ajuizamento de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, em face da União, pleiteando a ampliação do então denominado processo transexualizador que apenas contemplava cirurgias de adequação sexual de mulheres trans e travestis.

As críticas da comunidade científica e por parte dos movimentos sociais, no entanto, não foram capazes de infirmar a jurisprudência do STJ que permaneceu como paradigma decisório por nove anos até que o Tribunal reconhecesse a necessidade de modificar a sua jurisprudência até então majoritária. O STJ evolui a sua jurisprudência no ano de 2017, atendo-se, finalmente, à necessidade de reconhecer direitos específicos da população T, tendo em conta as

sucessivas críticas à sua jurisprudência dominante acerca do direito à retificação do registro civil.

O RESP 1626.739/RS, sob a relatoria do ministro Luís Felipe Salomão, da Quarta Turma do STJ, foi o responsável pela virada jurisprudencial. Em seu voto, o ministro relator asseverou que era preciso dar a máxima efetividade ao princípio constitucional da promoção da dignidade da pessoa humana, de modo que era vital reconhecer o direito das pessoas trans à retificação do prenome e do sexo no registro civil independentemente da realização de cirurgias de adequação sexual (BRASIL, 2017, p. 3).

O acórdão em comento traz contribuições importantes acerca do direito à identidade de gênero e o tratamento que dele deve logicamente decorrer à luz dos direitos fundamentais e humanos. Isso porque se pode compreendê-lo como o primeiro provimento jurisprudencial brasileiro que reconhece e constitui, na via interpretativa, o direito à identidade de gênero a partir de uma análise sistemática dos direitos fundamentais e humanos atinentes à dimensão existencial da subjetividade humana - também denominados de direitos de personalidade.

Neste provimento, firmou-se o entendimento, segundo de que deve se assegurar às pessoas trans os direitos fundamentais à identidade, que impõe o tratamento social e jurídico de acordo com a identidade de gênero, à liberdade de desenvolvimento e expressão da personalidade humana, ao reconhecimento perante a lei - o que independe de realização de procedimentos médicos -, à intimidade e à privacidade, à igualdade e à não discriminação, à saúde - também compreendida em seu caráter biopsicossocial -, e à felicidade (BRASIL, 2017, p. 2). Esses direitos, como corolários da dignidade da pessoa humana - daí sua posituação enquanto direitos fundamentais e humanos -, informam e constituem o direito à identidade de gênero.

Reconheceu-se, pois, que a definição do sexo jurídico (civil) deveria levar em conta a identidade de gênero a qual o indivíduo reclama para si e se apresenta como tal em sociedade, o que, segundo o ministro Antônio Carlos, seria a realidade psicológica-social, desde que assim atestada por laudo pericial (BRASIL, 2017, p. 59). Nota-se, portanto, que há uma evolução jurisprudencial, no sentido de se firmar a desnecessidade de operações de adequação sexual para retificação de



documentos civis, o que enfraquece a noção de determinismo biológico e, portanto, resulta na dissociação jurídica de identidade de gênero e sexo biológico, privilegiando este primeiro para fins de estabelecimento do sexo jurídico.

Como se pode observar, como forma de demarcar a disruptiva do gênero como decorrência do sexo biológico - visão cisnormativa -, construiu-se, o denominado sexo jurídico. Este conceito tem o fito de produzir no ordenamento jurídico uma categoria própria acerca da dimensão jurídica do gênero. Conforme se demonstrará em seguida, a jurisprudência tratou de estabelecer que o sexo jurídico - aquele constante no registro civil atribuído na infância a partir da dimensão morfológica -, deve levar em conta, em verdade, a identidade de gênero reivindicada por cada sujeito que pode ou não coincidir com a dimensão biológica.

Conforme já defendia Gerassi e Brasil (2014, p. 6), o direito se constitui ciência autônoma, com necessária prevalência de seu sistema axiológico sobre o discurso das ciências da saúde, devendo se ater à sua moldura constitucional para assegurar os direitos e valores fundamentais à sociedade, concretizando-os, ainda que para tal precise romper com diagnósticos médicos e conceitos tradicionais estabelecidos como leis universais. O sexo jurídico é expressão da ciência jurídica enquanto ciência autônoma que cria suas próprias categorias de compreensão da realidade, como forma de regular adequadamente no mundo jurídico a subjetividade humana, fazendo surgir direitos e deveres.

É verdade que o acórdão em questão, no entanto, continuou a exigir a apresentação de laudos médicos que comprovem que a pessoa trans não possui a identidade de gênero a qual lhe foi atribuída ao nascer. Se se pode pensar, em um primeiro momento, que tal exigência acaba por, injustificadamente, condicionar a identidade de gênero a chancela de terceiros, uma análise mais apurada leva a crer, todavia, que em verdade, tal exigência é uma decorrência do modelo de estabelecimento da verdade fática típica de processos judiciais em que não basta alegar, é preciso que haja provas que corroborem as alegações.

A Procuradoria Geral da República ajuizou, em julho de 2009, a ADI 4275. Na inicial, pedia-se interpretação conforme à

constituição ao art. 58 da Lei 6.015/1973, para se reconhecer o direito das pessoas trans à substituição do prenome e a retificação do sexo no registro civil, independentemente da realização de cirurgias.

Na ação do controle concentrado, que só veio a ser julgada em março de 2018, os ministros do STF julgaram procedente a ação para dar interpretação conforme à constituição e ao Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/13, de modo a considerar o direito à identidade ou expressão de gênero como desdobramento do direito fundamental à igualdade sem discriminação, assentando a identidade de gênero enquanto aspecto da personalidade humana da qual o Estado apenas tem o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la. Ademais, assegurou-se às pessoas que comprovarem sua identidade de gênero dissonante daquela atribuída ao nascer, o direito fundamental subjetivo de alterar o prenome e a classificação de gênero do registro civil pela via judicial ou administrativa, não sendo necessário a realização de procedimento cirúrgico ou apresentação de laudos médicos (BRASIL, 2018, p. 2).

Conforme ensina Teixeira (2009, p. 120) as questões autorreferentes, que versam sobre a sua intimidade e privacidade, ninguém pode impor qualquer decisão, pois cabe apenas ao indivíduo a deliberação acerca do destino que dará a si mesmo, ao seu corpo e à sua saúde. A identidade de gênero, enquanto questão autorreferente, justifica a inexigibilidade de provas para o exercício do direito à identidade ou expressão de gênero.

A decisão do STF, que se lastreou na legislação estrangeira e na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, delineou com precisão a função do Estado na tutela de questões autorreferentes, notadamente no reconhecimento do gênero. Além de constituir significativo avanço em relação ao precedente do STJ, avançou ao possibilitar a retificação do registro civil pela via administrativa e sem que se faça necessário a apresentação de laudos médicos. Ademais, por ser tomada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, vincula os órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados-membros e dos Municípios.

O RE 670422/RS, por sua vez, reafirmou a alteração do gênero nos assentos do registro público como decorrente unicamente

da livre manifestação de vontade da pessoa que visa expressar sua identidade de gênero. Por outro lado, o direito à promoção destas alterações passou a ser tratado enquanto direito fundamental subjetivo, devendo tal alteração ser averbada à margem do assento de nascimento, proibindo-se o emprego do termo “transsexual” e garantindo-se o sigilo sobre a origem do ato (BRASIL, 2018, p. 3).

Ao longo da jurisprudência analisada é perceptível a mudança ao longo dos anos acerca do direito à identidade de gênero que, como se demonstrou, pode ser compreendido enquanto direito fundamental decorrente de outros direitos expressamente previstos na Constituição Federal e, ainda, nas normas convencionais sobre direitos humanos. É de rigor concluir que o direito à identidade de gênero, em que pese não estar expressamente positivado no ordenamento jurídico brasileiro, pode ser inferido do direito fundamental à igualdade sem discriminação e de outros direitos ligados à dimensão existencial humana, comumente denominados de direitos de personalidade.

## **2.1 A questão da identificação social de gênero e os desenhos institucionais do sistema penitenciário**

Nas diretrizes e medidas de cumprimento da pena do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária 2020-2023, reconhece-se a necessidade premente de reorganizar a política de execução penal. Os projetos de lei em tramitação perante o Congresso Nacional, as decisões do Supremo Tribunal Federal e as legislações e decisões no âmbito do direito internacional são apenas alguns indicadores da necessidade de se compatibilizar a execução penal com valores inegociáveis em qualquer Estado Democrático de Direito.

Dentre os diversos desafios reconhecidos na execução penal pelo PNPCP, chama atenção o relativo à identidade de gênero e a necessidade de repensar os desenhos institucionais do sistema penitenciário:

A reorganização do sistema prisional é imperativa e urgente, passando por medidas básicas, como a readequação das unidades pri-

sionais, com a inexorável observância de suas capacidades físicas instaladas, a separação dos presos – previsão expressa na Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), com o implemento de outras e atuais distinções pela natureza dos 81 delitos, pertencimento à organização criminosa, gêneros sexuais (por exemplo, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros-LGBT) etc. – e culminando com o controle e o exercício do poder estatal (BRASIL, 2019, p. 81).

As Notas Técnicas do Departamento Penitenciário Nacional nº 60/2019 e 07/2020 se inserem nesse conjunto de iniciativas que visam reorganizar o sistema penitenciário, de modo que este se aproxime de sua feição constitucional e deixe de violar, duplamente, as pessoas LGBTI+ em situação de cárcere. É preciso considerar a orientação sexual e a identidade de gênero enquanto aspectos que devem, necessariamente, serem adotados enquanto critérios para alocação e gestão prisional. É dizer que, por ocasião do cárcere, as pessoas LGBTI+ devem receber, tanto no que se refere às assistências previstas na Lei de Execução Penal (LEP), como no atinente a organização prisional, tratamento penitenciário digno e correspondente à identidade subjetiva, sob pena de odiosa discriminação.

Conforme ensina Cinque e Dorigon (2020, p. 9), as pessoas LGBTI+ por ocasião do cárcere sobrem: “uma dupla penalização, tendo em vista que além de perder a sua liberdade em razão da pena, o detento perde a autonomia de exercer sua verdadeira identidade”. O exercício da autonomia da identidade a qual se refere os autores, diz respeito a impossibilidade, por exemplo, de pessoas trans manterem, no cárcere, caracteres secundários - uso de vestimentas, comprimento do cabelo e afins -, além do uso do nome social e da alocação em local adequado. É nessa perspectiva que este trabalho se insere, problematizando os atuais critérios de alocação de pessoas trans e asseverando a imperatividade de se repensar os desenhos penitenciários.

### **3 A RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 01, DE 15 DE ABRIL DE 2014, DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA E DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE LGBT**

É visando dar tratamento adequado às demandas das pessoas LGBT em situação de cárcere que foi editado, em 2014, a Resolução conjunta nº 01, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT. No ordenamento jurídico brasileiro, as resoluções possuem a função de detalhar e complementar disposições legais de modo que os serviços públicos cumpram sua função social.

Prepondera, assim, o papel das resoluções como forma de dar efetividade às políticas públicas previstas em lei. Poderia se questionar, ante a natureza jurídica das resoluções, qual lei a Resolução Conjunta nº 01 tratou de detalhar, na medida em que, conforme já se mencionou no capítulo anterior, não há legislação específica sobre os direitos da população trans, tampouco destinada aos direitos deste grupo em situação de cárcere.

O fundamento legal da Resolução Conjunta é a Lei de Execução Penal que, em seu art. 64, I, atribui ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, enquanto órgão nacional da execução penal, a incumbência de propor, em âmbito federal ou estadual, diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da justiça criminal e execução das penas e das medidas de segurança (BRASIL, 1984, *não paginado*). No que concerne ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação, o Decreto nº 7.388, de 09 de dezembro de 2010, estabeleceu, em seu art. 6º, III, a atribuição do comitê de emitir suas respectivas resoluções (BRASIL, 2010, *não paginado*).

Outrossim, o art. 5º, incisos III, XLI, XLVII, XLVIII e XLIX, da Constituição Federal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Americana de Direitos Humanos, a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e seu Protocolo Facultativo, as Regras de Bangkok, os Princípios de Yogyakarta e outras legislações constitucionais e con-

vencionais são utilizadas como fundamento normativo da Resolução Conjunta nº 01, conforme consta na parte inicial da norma. A menção a esses diplomas internos e internacionais é importante porque se insere nessa busca pela positivação de direitos destinados à população trans no Brasil, em um contexto de completa letargia legislativa.

Construiu-se, pois, a Resolução a partir de diversos dispositivos normativos internos e internacionais, constituindo-se uma verdadeira colcha de retalhos que, tentando cobrir o vácuo normativo, valeu-se de diversos atos normativos com o intuito de validar, no plano positivo, o reconhecimento a determinados direitos a população de pessoas LGBTI+ em privação de liberdade. Ressalta-se que a Resolução Conjunta retira primordialmente seu fundamento de validade da Constituição Federal, criando direitos e deveres não previstos em lei, ultrapassando os limites de normatividade reservados às resoluções. Conforme se verá posteriormente (*item 4*), a Resolução Conjunta nº 01 está mais próxima de um decreto autônomo do que de um ato meramente regulamentar.

O advento da Resolução marca na história recente deste país o estabelecimento dos parâmetros de acolhimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em privação de liberdade no Brasil, garantindo-lhes direitos específicos (BRASIL, 2014, p. 2). A resolução é um ato normativo importante porque incorpora, no direito penitenciário, direitos reconhecidos pela via jurisprudencial, a exemplo do direito ao uso do nome social, não limitando-se a este, expande-se reconhecendo o direito à identidade de gênero como um direito que impõe, por parte do Poder Público, o reconhecimento de outros direitos que dele decorrem, a exemplo do direito ao uso de vestimentas e manutenção de caracteres secundários compatíveis com a identidade de gênero.

Pode-se afirmar, sem maiores dificuldades, que a Resolução Conjunta nº 01 representa, apesar de suas atuais inadequações terminológicas e conceituais, o direito à identidade de gênero em seus múltiplos desdobramentos que é, ao fim, o objetivo que se tentará demonstrar nesta pesquisa. Embora não fosse este seu objetivo primário, a resolução acabou por evidenciar o fracasso do Estado brasileiro na garantia de direitos humanos e fundamentais da comunidade trans em situação de cárcere. Isso porque a ausência de políticas

públicas carcerárias próprias, capazes de atender questões primeiras e que levassem em conta a sociabilidade e as especificidades deste grupo no cárcere, gera uma situação de discriminação de fato, aumentando o grau de vulnerabilidade e fazendo com que o cumprimento da pena ultrapasse os limites constitucionalmente estabelecidos, retirando a dignidade que é inerente a toda pessoa humana.

A discriminação de fato resulta da indiferença, do desdém das autoridades públicas para com o destino dos grupos sociais marginalizados, para com a sua dignidade humana (GOMES, 2001, p. 29). Esta parece-nos, pois, a modalidade de discriminação a qual transexuais e travestis vêm historicamente sendo submetidas e que o advento da Resolução Conjunta nº 01 escancarou.

A ausência de políticas públicas emancipatórias e centradas na realização da dignidade da pessoa humana, sobretudo de grupos já vulneráveis, não pode ser compreendida como uma simples omissão ou ausência normativa. É, em verdade, produto de uma sociedade que centrou seus valores em uma lógica cisnormativa, despidendo de proteção jurídica todas as demais manifestações de gênero e sexualidade não socialmente estabelecidas, marcando-lhes com a pecha do imoral e do reprovável. É uma pena moral que se soma a pena privativa de liberdade que, no fim e ao cabo, não priva apenas a liberdade.

Como sintetiza Otero (2016, p. 656), o sentido da História pode ser resumido em uma permanente disputa contra a intolerância, ou seja, a luta pela tolerância no reconhecimento do outro e da integração de suas diferenças podem sintetizar a evolução do processo histórico. Este é também o sentido da história do Direito e das Políticas Públicas que devem ser instrumentos de efetivação de direitos e garantias fundamentais e, com isso, a expansão dos próprios círculos morais de humanidade.

Para além daqueles importantes direitos consagrados já mencionados, a Resolução Conjunta nº 01 definiu, em seu art. 3º, a alocação de travestis e gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, oferecendo-lhes espaços de vivência específicos. Ademais, em seu art. 4º, destinou-se às pessoas transexuais masculinas e femininas às unidades prisionais femininas (BRASIL, 2014, p. 2).

Aqui cabe destacar que estabelecer a destinação de travestis a partir de critérios distintos do utilizado para a alocação de mulheres trans é um equívoco. A rigor, a única distinção entre mulheres trans e travestis está situada no campo político, em que travestis são associadas à prostituição, marginalização, estigmatização e anormalidade, e a transexualidade é compreendida enquanto uma identidade transgênero que se afasta, em certa medida, desse estigma lançado na compreensão das travestis.

Conforme explicita Sousa (2015, p. 69):

[..] no Brasil, o termo transexualidade se popularizou na mídia com o fenômeno Roberta Close, nos anos 80. Roberta, que era bonita, de classe abastada, e aparecia constantemente nos programas de TV, nas rádios, nos jornais e revistas voltados para o público de maior poder aquisitivo, não se parecia em nada com a figura considerada grotesca dos homens vestidos de mulheres que normalmente estampavam as capas dos jornais policiais em situações ligadas à prostituição, violência e drogas. Pelo contrário, a modelo exortava valores morais e estéticos da “verdadeira mulher burguesa” e, por isso, não poderia ser associada às travestis (SOUSA, 2015, p. 69).

A luta histórica dos movimentos sociais tratou de ressignificar politicamente a identidade travesti enquanto algo positivo, em especial, por ativistas da América do Sul. Nesse contexto, não há distinção objetiva entre travestis e mulheres trans, senão esta do ponto de vista sociopolítico, o que, contudo, não pode ser utilizado para fins de distinção de tratamento penitenciário. Ora, se o objetivo da Resolução Conjunta n° 01 era reconhecer as repercussões do direito à identidade de gênero no contexto prisional, esta não poderia reproduzir os estigmas cristalizados na opinião pública e negar que as travestis também pertencem ao grupo de transgêneros que se reconhecem enquanto identidades femininas ou ligadas ao feminino.

O problema se deu em razão da inadequada conceituação de travestis. Conforme consta na Resolução Conjunta, o segmento travesti foi conceituada como sendo “a pessoa que pertence ao sexo mas-



culino na dimensão fisiológicas, mas que socialmente se apresenta no gênero feminino, sem rejeitar o sexo biológico” (BRASIL, 2014, p. 2). Tal definição possui diversas imprecisões, pois considera o fator biológico como critério capaz de orientar a definição da identidade de gênero de um sujeito, negligenciando, nesses termos, a subjetividade que é elemento sem o qual não se pode falar de identidade de gênero, além de atribuir a identidade de gênero travesti ao espectro masculino, fato não consensual entre os teóricos da área que, em sua maioria, preferem entendê-la como uma identidade autônoma<sup>1</sup> ou ligada ao gênero feminino.

As pessoas transexuais são igualmente conceituadas de modo inapropriado. Nos termos da resolução, transexuais são “as pessoas que são psicologicamente de um sexo e anatomicamente de outro, rejeitando o próprio órgão sexual biológico” (BRASIL, 2014, p. 2). A inadequação, neste caso, reside na afirmação de que pessoas transexuais rejeitam o próprio órgão sexual biológico, crença equivocada em que se considera a identidade de gênero como definível a partir da realidade morfológica.

Como já se demonstrou no capítulo anterior, a identidade de gênero é um processo subjetivo que nada tem a ver com as condições fisiológicas do sujeito, antes, é a manifestação consciente de um ato de vontade, que o torna capaz de exercer os direitos inerentes a condição que reivindica para si, ou seja, a condição de pessoa transexual, seja homem transexual ou mulher transexual, e assim deve ser entendido e tratado na esfera social, o que se aplica sem ressalvas ao ambiente das unidades prisionais.

A resolução também estabelece que os espaços para essa população não devem se destinar à aplicação de medida disciplinar ou de qualquer método coercitivo, sendo a transferência da pessoa LGBT presa para o espaço de vivência específico condicionado à sua mani-

---

<sup>1</sup> A Nota Técnica n° 60/2020 que, apesar de não ser conclusiva e ainda está em fase de consulta pública, traz as terminologias mais atuais na designação de pessoas LGBTs. Segundo a nota técnica, pessoas travestis podem ser compreendidas enquanto “identidade de gênero autônoma”, fora do binarismo de gêneros (masculino e feminino), que não se identifica propriamente com o gênero oposto ao que lhe foi atribuído no nascimento. Não se entende propriamente como ‘homem’ ou como ‘mulher’, mas como travesti. Não reivindica a identidade “mulher”, apesar de apresentar expressão (performance) de gênero predominantemente feminina, devendo ser tratada como pertencente ao gênero feminino”. (BRASIL, 2019, p. 3).

festação de vontade. A existência destes parágrafos no art. 3º da resolução revela, ainda que inconscientemente, uma preocupação com a eventual, porém provável, discriminação na aplicação do direito.

Conforme elucidada Gomes (2001, p. 27), esta modalidade de discriminação se singulariza pelo impacto desproporcional, seria o caso de, inexistindo a vedação dos espaços específicos de vivência não se confundirem com espaços destinados ao cumprimento de punições disciplinares, os estabelecimentos prisionais fazendo cumprir a determinação da resolução de alocação de travestis e gays em espaços de vivências específicos, alocarem estas pessoas em espaços destinados à aplicação de sanções disciplinares. Nesse contexto, a aplicação de uma norma aparentemente positiva, estaria em verdade se revestindo de uma alocação odiosa e discriminatória.

O texto da resolução, que a seu tempo foi um importante marco na afirmação de direitos próprios da comunidade LGBTI+, dando soluções adequadas a questões centrais como a definição clara e objetiva de como alocar pessoas transexuais e travestis. Hoje, entretanto, já apresenta esta série de imprecisões terminológicas, bem como critérios de alocação inapropriados, em especial o relativo ao segmento de travestis. O relatório “LGBTQIA+ em pauta”, no entanto, adverte que é preciso circunscrever a Resolução Conjunta nº 01 dentro de seus limites normativos de eficácia, de modo que se consiga inferir as reais modificações que a resolução foi capaz de engendrar nos regramentos já estabelecidos pelos Estados-membros e pelos demais órgãos da execução penal, haja vista que no Brasil as resoluções não possuem força de lei (SÃO PAULO, 2021, p. 109).

Apesar de não possuir força de lei, a Resolução Conjunta nº 01 oferecia razões institucionais e jurídicas para que os direitos ali estabelecidos fossem reconhecidos e garantidos pelos Estados-membros, Distrito Federal e pela União - na administração dos presídios federais. O que se observou, no entanto, foi a inobservância da resolução em razão da aplicação de atos normativos regionais que adotam modelos de alocação diversos, sem justificativas institucionais ou jurídicas adequadas, deixando de reconhecer em seus atos normativos regionais direitos fundamentais da população de travestis e transexuais em situação de cárcere, violando a cláusula de proteção mínima à dignidade da pessoa humana, conforme já estabelecido na jurisprudência.

### **3.1 A Instrução Normativa n° 05, de 19 de janeiro de 2018, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária: a utilização de aspectos morfo-biológicos como critério de alocação**

No Estado do Maranhão foi editado pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária a Instrução Normativa n° 05, de 19 de janeiro de 2018, que determina os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão. Em um primeiro momento, parece que o Maranhão reproduziu, em sua totalidade, o conteúdo da Resolução Conjunta n° 01. Uma leitura mais apurada, no entanto, traz a constatação de que o sistema penitenciário maranhense positivou uma compreensão que prestigia a dimensão biológica em detrimento da identidade de gênero, em completo descompasso com a ciência e a jurisprudência.

Em seu art. 3°, a instrução normativa estabelece a destinação de travestis e gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, sendo-lhes oferecidos espaços de convivência específicos, nos moldes da Resolução Conjunta n° 01. No que se refere a destinação de pessoas transexuais, contudo, optou-se por alocar transexuais femininas e masculinas nas unidades prisionais de acordo com a dimensão morfológica (MARANHÃO, 2018, p. 222).

A utilização da dimensão biológica como critério de alocação de pessoas nos sistemas prisionais não é uma realidade apenas do Estado do Maranhão, tampouco dos Brasil. De modo geral, é um fenômeno observável em, pelo menos, 11 (onze) países da América Latina e do Caribe (ASSOCIATION FOR THE PREVENTION OF TORTURE, 2018). Via de regra, utiliza-se argumentos ligados à segurança como forma de justificar a adoção desses critérios, aduzindo-se que a alocação em unidades distintas da dimensão biológica, pode resultar em perigo para as funcionárias e funcionários, bem como para as próprias pessoas trans que ficam sujeitas a ataques violentos por parte das outras pessoas custodiadas.

Malgrado a importância de a segurança nas unidades prisionais ser um elemento a ser considerado quando da eleição dos critérios de alocação no sistema penitenciário, este não pode ser considerado sozinho, tampouco tem o condão de justificar juridicamente a restrição ao exercício de direitos fundamentais. O descompasso da

instrução normativa com a ciência e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores encontra nos argumentos ligados à segurança pública a blindagem necessária para justificar a adoção de critérios de alocação discriminatórios.

A Instrução Normativa nº 05, de 19 de janeiro de 2018, na sua Seção II, estabelece que as pessoas transexuais privadas de liberdade serão destinadas conforme disposto abaixo:

Art. 4º As pessoas presas transexuais que ainda não realizaram a cirurgia de transgenitalização de sexo, serão encaminhadas as unidades prisionais conforme o sexo biológico, considerando a sua segurança e situação de vulnerabilidade.

Parágrafo único. No caso descrito no caput deste artigo, devem ser oferecidos espaços de vivências específicos, onde houver, de modo a assegurar sua dignidade, individualidade e adequado alojamento.

Art. 5º As pessoas presas transexuais femininas e masculinas que já realizaram a cirurgia de transgenitalização devem ser encaminhadas para as unidades prisionais de acordo com o sexo pós cirurgia.

Parágrafo único. Às pessoas presas transexuais deverá ser garantido tratamento isonômico aos demais em privação de liberdade. (MARANHÃO, 2018, p. 222).

O dispositivo encontra clara contrariedade com o estatuído na Resolução Conjunta nº 01 e com a jurisprudência do STF e do STJ que já definiram o direito à identidade de gênero, que compreende, dentre outros direitos, a retificação do registro civil independentemente da realização de quaisquer intervenções cirúrgicas ou clínicas. Ora, se os Tribunais Superiores não impuseram este ônus para o livre exercício do direito à personalidade jurídica, seguindo a mesma linha de raciocínio, tampouco pode-se admitir que se imponha a pessoas transexuais e travestis privadas de liberdade o ônus de terem que passar por processos cirúrgicos ou hormonais para só então poderem exercer direitos fundamentais como a proteção à honra e a liberdade pessoal.

Em que pese a Instrução Normativa n° 05 ter sido elaborada quatro anos depois da edição da Resolução Conjunta n° 01, ela incorre nos mesmos erros quanto a definição de travestis e transexuais. É que o Estado do Maranhão, a despeito de criar um critério de alocação distinto para pessoas trans, fez uma xilogravura do teor da Resolução Conjunta, sem se preocupar com as transformações sociais, políticas, científicas e jurisprudenciais que os conceitos sofreram.

Assim sendo, a pessoa transexual ou travesti não precisa de nenhuma modificação fisiológica para exercer direitos constitucionalmente assegurados, devendo ser-lhe garantido o reconhecimento da personalidade jurídica a partir de sua identidade de gênero, em respeito à liberdade pessoal, à honra e a dignidade que é inerente a toda e qualquer pessoa humana. É nesse sentido que o STJ decidiu nos *Habeas Corpus* n° 497.226 e o STF definiu no *Habeas Corpus* n° 152.491.

O *Habeas Corpus* n° 497.226/RS foi impetrado pela Defensoria Pública em favor de uma pessoa travesti que alegava se encontrar sofrendo coação ilegal em razão de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que não lhe deferiu, no cumprimento de pena em regime semiaberto, o pernoite em cela feminina. Na inicial, a impetrante aduziu que era evidente a violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, na medida a separação das penitenciárias entre homens e mulheres desconsidera as identificações de gênero para pessoas que não se compreendem nem como homens, nem como mulheres cisgênero, por conta das especificidades da transgeneridade que não se adequa aos limites da heteronormatividade (BRASIL, 2019, p. 1).

Alegou-se também que a ausência de cirurgia de transgenitalização e o risco à integridade física e sexual das mulheres cisgênero não podem lastrear a negativa de alocação de travestis e mulheres transexuais em presídios femininos, sob pena de violar o direito à identidade de gênero das pessoas trans. O ministro relator Rogerio Schietti, em um analítico voto, deferiu o pedido liminar, determinando que a paciente fosse colocada em espaço próprio, compatível com sua identidade de gênero, devendo ser separada dos homens e mulheres da unidade prisional. Não sendo, contudo, possível o atendimento da determinação de imediato, que fosse colocada

na ala feminina do presídio, preferencialmente em cela individual (BRASIL, 2019, p. 8).

A decisão que se lastreou nos Princípios de Yogyakarta reafirmou a orientação sexual e a identidade de gênero como essenciais à dignidade e humanidade de cada pessoa, não sendo compatível com o Estado Democrático de Direito quaisquer discriminações ou abuso em razão destas. Fundamentou-se ainda nos termos da Resolução Conjunta nº 01 que já estabelecia a destinação de travestis para unidades prisionais masculinas, porém, em espaços de vivência própria.

No *Habeas Corpus* nº 152.491/SP, sob a relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, pleiteou-se a fixação de regime inicial mais brando, argumentando a ausência de fundamentação idônea para a manutenção da custódia cautelar e, por fim, destacou-se que a paciente era travesti e estava presa em penitenciário masculina, vindo a sofrer influências corporais e psicológicas. Em que pese o processo ter sido extinto sem resolução de mérito em razão do manejo inadequado do *habeas corpus* em substituição ao recurso ordinário, o ministro relator, ante a notícia de que a paciente e a corréu se identificam enquanto travestis, determinou, de ofício, nos termos da Resolução Conjunta nº 01 e da Resolução SAP nº 11, a alocação destas em unidades prisionais compatíveis com as respectivas orientações sexuais (BRASIL, 2018, p. 5).

A Resolução SAP nº 11, de 30 de janeiro de 2014, é um dos atos normativos regionais que melhor trata as questões relativas às especificidades da população de transexuais e travestis em privação de liberdade. Logo em seu primeiro artigo, reconhece o direito à orientação sexual e a identidade de gênero das pessoas privadas de liberdade e de seus visitantes, estabelecendo, ainda, o direito a população trans de utilizar peças íntimas de acordo com o seu gênero, sendo-lhes facultado a manutenção do cabelo na altura dos ombros.

Contudo, no que tange à alocação destas pessoas, limita-se a estabelecer a possibilidade de as unidades prisionais implantarem, após análise de viabilidade, cela ou ala específica para a população trans. Ademais, reconhece o direito à alocação das pessoas trans compatível com a identidade de gênero apenas para aquelas pessoas que realizaram procedimento cirúrgico de transgenitalização (SÃO PAULO, 2014, p. 1).

Constata-se, nestes termos, uma contradição a termo, pois, em um mesmo ato normativo, reconhece-se o direito à identidade de gênero, à orientação sexual e, inclusive, reconhece seus desdobramentos, no caso do primeiro, para garantir a manutenção de caracteres secundários - uso de roupas íntimas de acordo com o gênero, direito ao nome social e manutenção de cabelos compridos -, no entanto, no que se refere a colocação nos estabelecimentos prisionais, que historicamente adota apenas conceitos de “homem” e “mulher” em uma perspectiva cisgênero, define-se o sexo biológico como critério, em detrimento da identidade de gênero a qual, supostamente, a resolução reconheceu enquanto direito em seu artigo primeiro.

Em outro sentido, o Distrito Federal, a seu turno, assim trouxe a matéria na Resolução nº 01/2018, de 23 de março de 2018:

Art. 3º Aos homens gays e bissexuais privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.

§ 1º Os espaços para essa população não devem se destinar à aplicação de medida disciplinar ou de qualquer método coercitivo para os outros detentos.

§ 2º A transferência da pessoa presa para o espaço de vivência específico ficará condicionada a sua expressa manifestação de vontade.

Art. 4º Às mulheres lésbicas e bissexuais privadas de liberdade em unidades prisionais femininas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos. (...)

Art. 4º As pessoas travestis, transexuais e transgêneros devem ser encaminhadas para as unidades prisionais adequadas à sua identidade de gênero (...)

§ 3º Aos homens transexuais e pessoas transgêneros de identidade masculina, não será obrigatória a transferência para unidades prisionais masculinas, mesmo quando da retificação do nome e do sexo de seu registro civil, garantindo o acesso à informação, tendo em vista que o sis-

tema atual não abrange as peculiaridades destes indivíduos e põe em risco sua segurança. (...)

Art. 6º À pessoa travesti, transexual e transgênero em privação de liberdade serão facultados o uso de roupas femininas ou masculinas, conforme a identidade de gênero, e a manutenção de cabelos compridos, se os tiver, garantindo seus caracteres secundários de acordo com sua identidade de gênero. (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 3-4).

A resolução do Distrito Federal, apesar de não ser indene e críticas, tratou a temática de modo mais adequado e compatível com o teor da Resolução Conjunta nº 01/2014, do CNPCP e do CNCD/LGBT. Infere-se, portanto, que, em alguns Estados-membros, a referida resolução conjunta foi apta a engendrar transformações importantes, ainda que, em outros Estados-membros, negou-lhe eficácia, seja por considerá-la meramente regulamentar ou, ainda, utilizando-se de argumentos ligados à segurança como forma de justificar a adoção de critérios diversos.

#### **4 A INCOMPATIBILIDADE DOS CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO DE PESSOAS TRANS PRECONIZADOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05 COM O ORDENAMENTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL**

Ao analisar as preliminares arguidas pela Advocacia Geral da União (AGU), no bojo da ADPF 527, o ministro Luís Roberto Barroso concluiu que a Resolução Conjunta não é um ato regulamentar, conforme são, via de regra, as resoluções, mas, no presente caso, teria a resolução em comento a natureza jurídica de decreto autônomo, tendo em conta que o fundamento de validade imediato da resolução é a própria Constituição Federal. Ademais, destacou que a Resolução Conjunta nº 01 inovou no mundo jurídico, criando direitos para a população LGBTI+ e deveres para o Estado, sendo, portanto, norma primária (BRASIL, 2019, p. 5).

Os decretos autônomos ou independentes se prestam a disciplinar matérias ainda não regulamentadas em lei, sendo atos adminis-



trativos *praeter legem* para suprir a omissão legislativa, desde que não invadam as reservas da Lei, isto é, a matéria não seja reservada apenas para as Leis. Contudo, advindo lei específica, o decreto autônomo fica superado, na medida em que o decreto autônomo supre apenas a ausência da lei naquilo que pode ser provido por ato do Executivo (MEIRELLES, 2016, p. 205).

Filho (2016, p. 96) menciona que no direito brasileiro sempre houve um intenso debate sobre a admissão ou não dos regulamentos autônomos, haja vista a inexistência de previsão constitucional expressa para que estes sejam editados, sobretudo em um contexto em que a Constituição dá ênfase ao princípio da legalidade, afirmando uma cultura que enfatiza a aplicação do princípio da legalidade em sua concepção mais rígida. Com a edição da Emenda Constitucional n° 32/2001, há autores que defendem que se passou a admitir no ordenamento jurídico brasileiro os decretos autônomos, esta é a posição de Marcelo Caetano que compreende os decretos autônomos enquanto atos expedidos para disciplinar a atuação administrativa em certo domínio, respeitando as leis formais, sejam elas muito ou poucas (CAETANO, 1989, p. 101).

Assim, em que pese os decretos autônomos deixaram de ter previsão constitucional expressa na Carta Magna de 1988, conforme opinião de significativos autores, há decisões judiciais que tem admitido sua existência, sendo o caso da Resolução Conjunta n° 01 que foi equiparada a um ato normativo primária, tendo natureza jurídica de decreto autônomo. Se esta linha de raciocínio for seguida, se poderia questionar se há reserva de lei para dispor especificamente sobre direito penitenciário, o que não existe, havendo no art. 24, I, da Constituição Federal apenas a definição da competência concorrente para legislar sobre a matéria, cabendo à União editar a regra geral que, no caso, é a Lei de Execução Penal, e aos Estados-membros legislar de modo suplementar, o que permite concluir, a princípio, que a Resolução Conjunta n° 01 não exorbitou os limites regulamentares, o que tampouco se tem atualmente questionado judicialmente.

Como a LEP não tratou de definir os critérios de alocação de pessoas LGBTI+, limitando-se a estabelecer que as mulheres e as pessoas maiores de sessenta anos, separadamente, serão alocados em estabelecimento próprio e adequados às suas condições pessoais, se-

ria de competência, a princípio, dos Estados-membros legislarem de modo suplementar. No caso específico do Estado do Maranhão, não há lei estadual que regulamente a matéria, haja vista o arquivamento do Projeto de Lei Ordinária nº 38/2020, sendo a matéria estadualmente disciplinada pela Instrução Normativa nº 05. Nesse contexto, a Instrução Normativa nº 01 deveria observar necessariamente o teor da Resolução Conjunta nº 01, na medida em que esta última tem natureza de ato normativo federal primário e aquela primeira é apenas um ato administrativo normativo secundário e que, por óbvio, deveria com ela guardar compatibilidade.

Esta conclusão corrobora o entendimento de que a Instrução Normativa nº 05 é incompatível com o ordenamento jurídico. A rigor, a incompatibilidade é constatável quando se tem em conta que o referido ato administrativo deliberadamente nega eficácia ao direito à autodeterminação de gênero e orientação sexual, conforme preconizado na Resolução CNJ nº 358, o que também se infere da jurisprudência do STJ e do STF, sobretudo no acórdão da ADI 4.275, no qual se estabeleceu que o direito fundamental à identidade de gênero impõe, necessariamente, um tratamento jurídico que com ele guarde consonância para todos os fins admitidos em direito.

Somado a isso, o Departamento Penitenciário Nacional instou os órgãos estaduais da administração penitenciária a adequarem seus procedimentos e rotinas quanto aos cuidados para com a comunidade LGBTI+ através da Nota Técnica nº 07/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ, havendo, ainda, o relatório “LGBT nas prisões do Brasil: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento”, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que demonstrou empiricamente a inadequação da utilização da dimensão biológica ou da identidade de gênero, isoladamente, como vetores para definição de critérios de alocação de pessoas trans. Não há, portanto, como sustentar racionalmente a compatibilidade da Instrução Normativa nº 05 com o ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.

A bem da verdade, a Instrução Normativa contrária à Constituição Federal, os atos normativos convencionais sobre direitos humanos relativos à identidade de gênero e orientação sexual, a Resolução Conjunta nº 01/2014, a jurisprudência do STF e do STJ e,

também, os dados científicos - como os dados empíricos apresentados neste trabalho, afora os dados teóricos a respeito da identidade de gênero que de maneira muito enfática e, com rara unanimidade científica, afirmam categoricamente que a identidade de gênero não é uma decorrência do sexo biológico. De rigor concluir, portanto, que a Instrução Normativa nº 05 contraria o ordenamento jurídico, sobretudo o direito à identidade de gênero e os demais direitos fundamentais que o informam, bem como a jurisprudência do STJ e do STF, sendo inadequada do ponto de vista técnico e científico.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho se propôs a discutir o direito à identidade de gênero e a alocação de pessoas trans a partir do gênero nas unidades prisionais brasileiras como decorrência deste direito de personalidade. Para tanto, valeu-se de dados bibliográficos e documentais.

Em breve retomada, foi possível constatar que o reconhecimento de direitos específicos da população de transexuais e travestis se deu de maneira atípica, sendo em sua maioria resultado de decisões do Poder Judiciário, como resposta aos questionamentos dos movimentos sociais, ante a letargia dos Poderes Executivo e Legislativo. A análise dos provimentos jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal revelou a constituição, pela via interpretativa, do direito fundamental à identidade de gênero, o qual está previsto implicitamente na Constituição Federal, podendo ser extraído de outros direitos fundamentais.

Cumprе salientar que o reconhecimento de direitos específicos da população de transexuais e travestis não é um processo posto e acabado, haja vista a necessidade de reconhecimento de outros direitos. É notório que a jurisprudência acompanhou as mudanças sociais, científicas e políticas relativas ao tratamento destinado às pessoas trans, mas ainda se faz premente a efetivação dos direitos já reconhecidos. A superação do determinismo biológico que conduzia a equivocada conclusão de que o gênero era decorrência necessária do sexo biológico foi apenas o início de uma série de mudanças de paradigmas que a jurisprudência brasileira tratou de paulatinamente incorporar.

Se, em 2009, o Superior Tribunal de Justiça precisou recorrer aos processos de integração normativa para justificar a necessidade de adequar o registro civil a nova condição física das pessoas trans operadas, estando, em alguma medida, dando maior enfoque ao princípio registral da primazia da realidade, as decisões subsequentes da própria Corte, bem como as advindas do Supremo Tribunal Federal, evidenciam o franco processo de emancipação das pessoas trans a partir da tutela jurisdicional de suas pretensões, reconhecendo-se a necessidade de efetivar a dignidade da pessoa humana, ainda que, para tal, fosse necessário afastar a aplicação generalista das leis. A decisão da ADI 4275 é, nesse cenário, o maior marco desse processo, na medida em que reconheceu expressamente o direito fundamental subjetivo de alterar o prenome e a classificação de gênero constante no registro civil pela via judicial ou administrativa, independentemente de qualquer procedimento cirúrgico ou apresentação de laudos médicos.

Foi possível perceber, também, que a Constituição Federal reservou à União, aos Estados-membros e ao Distrito Federal a competência concorrente para legislar sobre direito penitenciário. Nesse cenário, a União definiu através da Lei de Execução Penal os aspectos gerais a serem observados pelos Estados-membros e pelo Distrito Federal em relação aos desenhos institucionais para alocação de pessoas, limitando-se a destinar os maiores de sessenta anos e as mulheres para unidades prisionais próprias, adequadas às suas condições pessoais. Sendo assim, no caso do Estado do Maranhão, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária passou, desde 2018, a regulamentar a alocação de pessoas trans a partir da Instrução Normativa nº 05, haja vista que não há lei estadual sobre a matéria.

Conforme se discutiu, a Instrução Normativa nº 05/2018 é uma xilogravura da Resolução Conjunta nº 01/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT, mas que, injustificadamente, adotou, apenas em relação à alocação de pessoas trans, critérios de destinação distinto. A adoção pelo Estado do Maranhão da destinação de pessoas trans tendo como base o sexo biológico ou pós-cirúrgico contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal que, por diversas vezes, já reconheceu a necessidade de alocação tendo como parâmetro a identidade de gê-

nero e não a realidade biológica. Ademais, tais critérios contrariam, igualmente, o direito fundamental à autodeterminação de gênero, a dignidade da pessoa humana, à honra, à saúde e outros.

Constatou-se, ainda, que a Instrução Normativa nº 05, a despeito de ter sido elaborada quatro anos depois da edição da Resolução Conjunta nº 01, incorreu nos mesmos erros quanto à conceituação de travestis e transexuais. Tais incorreções têm como explicação o fato de que o Estado do Maranhão fez uma xilogravura do teor da Resolução Conjunta, sem se preocupar com as transformações sociais, políticas, científicas e jurisprudenciais que os conceitos sofreram.

Os dados técnicos do DEPEN e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foram capazes de demonstrar que alocação de pessoas trans não pode ter como parâmetro apenas a situação de vulnerabilidade e o direito à identidade de gênero, sob pena de se desconsiderar as dinâmicas de afeto e sobrevivência de cada segmento deste grupo.

Nesse novo panorama, pode-se concluir que à alocação de pessoas trans deve levar em conta (1) a identidade de gênero; (2) as dinâmicas de afeto e sobrevivência; (3) a segurança e (4) a situação de vulnerabilidade experienciada por cada segmento dessa população. Sendo assim, a solução mais adequada para a questão é garantir as travestis e mulheres trans o direito de optarem por cumprirem pena em unidades prisionais femininas ou masculinas, cabendo a estas optarem por qual unidade deseja cumprir pena, garantindo-se, no caso deste último, a alocação em alas separadas. Em relação aos homens trans, a experiência institucional e os movimentos sociais ao longo dos anos têm demonstrado que a alocação deve ser em unidades prisionais femininas, em razão da segurança destas pessoas.

Apresentado todo este cenário, conclui-se que os atuais critérios de alocação do Estado do Maranhão asseverados na Instrução Normativa nº 05 estão arraigados em conceitos binários e cisnormativos, na medida em que privilegia a dimensão biológica em detrimento da identidade subjetiva, contrariando o ordenamento jurídico, em especial, o direito à identidade de gênero e os demais direitos fundamentais que o informam, bem como a jurisprudência do STJ e do STF, sendo inadequada do ponto de vista técnico e científico. Outrossim, tendo sido a Resolução Conjunta nº 01 alçada ao *status* de

decreto autônomo, torna-se patente a ilegalidade da Instrução Normativa nº 05.

Por fim, conclui-se que a hipótese apresentada inicialmente estava correta, na medida em que apesar da existência de diversos atos normativos nacionais e internacionais, bem como decisões judiciais que prestigiam a adoção de critérios de alocação que levem em conta a identidade de gênero e a autonomia do sujeito, há uma tendência nacional, mas que também se observa em outros países da América Latina e do Caribe, que consagram o sexo biológico ou pós-cirúrgico como critério de alocação de pessoas transexuais e travestis em cumprimento de pena privativa de liberdade. Contudo, diferentemente do que se imaginava, a resposta mais adequada não reside em estabelecer a alocação tendo como base apenas a identidade de gênero, mas em se considerar que esta dimensão é apenas um dos aspectos a ser considerado para eleição de desenhos carcerários que realizem a dignidade da pessoa humana.

## REFERÊNCIAS

Association for the Prevention of Torture. **Towards the Effective Protection of LGBTI Persons Deprived of Liberty: A Monitoring Guide**. Genebra: Association For The Prevention Of Torture, 2018. 144 p.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). **Recurso Especial 737.993/MG**. Registro público. Mudança de sexo. Alteração do prenome e do sexo. Decisão judicial. Averbação. Livro cartorário. Recorrente: R.N.R. Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator: Min. João Otávio de Noronha, 10 de novembro de 2009. Disponível em: < [encurtador.com.br/wyGTW](http://encurtador.com.br/wyGTW)>. Acesso em: 11 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). **Recurso Especial 1626.739/RS**. Recurso especial. Ação de retificação de registro de nascimento para a troca de prenome e do sexo (gênero) masculino para o feminino. Recorrente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, 06 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/5/art20170510-03.pdf>>. Acesso em: 11 de abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275/DF**. Direito constitucional e registral. Pessoa transgênero. Alteração do prenome e do sexo no registro civil. Possibilidade. Requerente: Procuradora-Geral da República. Relator: Min. Marco Aurélio, 01 de março de 2018. Disponível em: < <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 670422**. Possibilidade independentemente de cirurgia de procedimento cirúrgico de redesignação. Recurso extraordinário provido. Recorrente: STC. Relator: Min. Dias Toffoli, 15 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=>

acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&queryString=RE%20670422&sort=\_score&sortBy=desc>. Acesso em: 24 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolução Conjunta n. 1, de 15 de abril de 2014.** Estabelece os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2014/resolucao-conjunta-no-1-de-15-de-abril-de-2014.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)>. Acesso em: 05 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.388, de 09 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7388.htm)>. Acesso em 05 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. DEPEN. **Nota técnica 60/2019.** Trata dos procedimentos quanto à custódia de pessoas LGBTI no sistema prisional brasileiro. Disponível em: <[https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Nota\\_tecnica\\_n\\_9\\_-\\_depen\\_-\\_lgbi.pdf](https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Nota_tecnica_n_9_-_depen_-_lgbi.pdf)>. Acesso em 12 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 497.226/RS.** Impetrante: Defensoria Público do Estado do Rio Grande do Sul. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Paciente: D.S.S. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 13 de março de 2019. Disponível em: <[https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=93170280&tipo\\_documento=documento&num\\_registro=201900657731&data=20190315&formato=PDF](https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=93170280&tipo_documento=documento&num_registro=201900657731&data=20190315&formato=PDF)>. Acesso em: 12 maio. 2022.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 152.491/SP.** Processual Penal. Habeas Corpus. Extorsão. Direito de recorrer em li-



berdade. Regime inicial. Inadequação da via eleita. Impetrante: Victor Hugo Anuvale Rodrigues. Impetrado: Relator do HC nº 413.829 do Superior Tribunal de Justiça. Paciente: P.H.O.P. Relator: Min. Luís Roberto Barroso, 14 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=313688214&ext=.pdf>>. Acesso em: 12 maio. 2022.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Admissão da ADPF 527**. Processo Constitucional. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Ação proposta pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Arguente: ABGLT. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/servicos/dje/listarDiarioJustica.asp?tipoPesquisaDJ=AP&class e=ADPF&numero=527#>>. Acesso em 05 jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil**: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>>. Acesso em: 14 maio. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Nota Técnica nº 07/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ**. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2020/03/notatecnica.pdf>>. Acesso em: 07 jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária 2020-2023**. Disponível em: <[https://www.gov.br/depem/pt-br/composicao/cnpcp/plano\\_nacional/PNPCP-2020-2023.pdf](https://www.gov.br/depem/pt-br/composicao/cnpcp/plano_nacional/PNPCP-2020-2023.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2022.

CAETANO, Marcelo. **Princípios Fundamentais do Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

CINQUE, H.; DORIGON, A. O encarceramento dos LGBT frente à dupla penalização. **Akrópolis**, Umuarama, v. 28, n. 2, p. 191- 212,

jul./dez. 2020. Disponível em: < <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/8118> >. Acesso em: 14 jul. 2022.

DISTRITO FEDERAL (Estado-membro). CDPDDH. **Resolução nº 01/2018**, de 23 de março de 2018. Disponível em: < [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/41a7fed093a04f428e60d098c0778129/Resolu\\_o\\_1\\_09\\_03\\_2018.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/41a7fed093a04f428e60d098c0778129/Resolu_o_1_09_03_2018.html) >. Acesso em: 14 jul. 2022.

FILHO, Marcílio da Silva. **Poder Regulamentar: aspectos controversos no contexto da função regulatória**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GERASSI, Carolina Souza Dias; BRASIL, Patricia Cristina. Direito constitucional à autodeterminação de gênero. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 23, 2014, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 41-67. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=56dbbe315d23b256>>. Acesso em 11 abr. 2022.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **AÇÃO AFIRMATIVA & PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE**: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MARANHÃO (Estado-membro). SEAP. **Instrução Normativa nº 05, de 19 de janeiro de 2018**. Determina os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão. Diário Oficial [do] Estado do Maranhão: ano 132, n. 15, p. 35-38, de 22 de jan. de 2018.

OTERO, Paulo. **Instituições políticas e constitucionais**. v. 1. Coimbra: Almedina, 2016.

SÃO PAULO. SAP. **Resolução SAP nº 11, de 30 de janeiro de 2014**. Dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito

do sistema penitenciário. Disponível em: <<https://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Resolucao-SAP-11-de-30-de-marco-de-2014.pdf>>. Acesso em 14 maio. 2022.

\_\_\_\_\_. USP. **LGBTQIA+ EM PAUTA**. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/0/my-drive>>. Acesso em 04 mai. 2022.

TEIXEIRA, A. C. B. **Autonomia corporal: liberdade de decidir sobre a própria saúde**. Rio de Janeiro, 2009.

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS:  
RETO DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL SIGLO XXI  
ISBN 978-65-00-86577-6 • <https://doi.org/10.55658/gpcdsusalgeneroxxi2022>

# ¿POR QUÉ LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES NO ESTÁ CONTENIDA EN BRASIL?

*Sergio Victor Tamer*



## ¿POR QUÉ LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES NO ESTÁ CONTENIDA EN BRASIL?

*“Es verdad y forzoso reconocer que las leyes son necesarias de igual que las políticas públicas, pero hay que tener un cambio en la cultura social a punto de modificar la estructura social misógina de las sociedades...”*

**Sergio Victor Tamer**

Con mis cumplimientos especiales al doctor Raúl Hirakawa, coordinador del Congreso Internacional sobre Género y Derechos Humanos – Violencia contra las mujeres y las niñas, y políticas públicas” y a la profesora Esther Martinez Quintero, directora del Congreso, cumplimiento por igual a todos sus organizadores y miembros de la comisión científica[1].

Mi tema hace un cuestionamiento sobre las razones para la manutención de elevados índices de violencia en Brasil contra las mujeres en que pese la existencia de una legislación avanzada y tan justamente enaltecida como la “Ley María da Penha” y de otros mecanismos legales de enfrentamiento como la Convención de Belém do Pará, en vigor desde 27 de diciembre de 1995, e la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer, que ha sido sancionada desde 2 de marzo de 1984. Por su vez, en 9 de marzo de 2015 la Ley nº 13.104, incluyó la calificadora del feminicidio en el código penal brasileño. Y la Ley n.º 10.778, de 24 de noviembre de 2003, establece la notificación compulsoria en el caso de violencia contra la mujer registrada en servicios de salud públicos o privados. En que pese todo este aparato legislativo, los datos de la Organización Mundial de Salud apuntan para otra realidad: Brasil ubicase en la posición número (5) cinco en homicidios contra las mujeres, en un listado

de 83 países, bajo solamente a países como El Salvador, Colombia, Guatemala y Rusia.[2]

## 1 VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EM 2021

El Informe del “Fórum Brasileiro de Segurança Pública” con base en el Anuario de 2022 relativos a la violencia letal y sexual de niñas y mujeres en Brasil son indicadores de una situación espantosa.

Esos datos tienen como fuente los boletines de registro de las Policías de las 27 unidades de la Federación. Han sido computados 1.319 feminicidios en Brasil en 2021. Eso es, 1.319 mujeres víctimas de feminicidio. ¡Es decir, una mujer cada 7 horas ha sido víctima de feminicidio! Por otro lado, 56.098 han sido los estupro (incluido los vulnerables), solamente del género femenino.

No en tanto, entre el inicio de la pandemia, en marzo de 2020 hasta diciembre de 2021, fueron 2.451 feminicidios y 100.398 casos de estupro y estupro de vulnerables del género femenino.

Los estados que registraran las mayores tasas de feminicidio – mucho superior a la media nacional – fueron Tocantins (2,7), Acre (2,7), Mato Grosso do Sul (2,6), Mato Grosso (2,5) e Piauí (2,2). Con relación a la variación entre los años de 2020 y 2021 llama la atención el crecimiento de los feminicidios en Tocantins que ha pasado de 9 víctimas en 2020 para 22 en el pasado año (144,4% de incremento); Rio Grande del Norte que contabilizó 7 muertes a más en 2021 (53,8%); y el Distrito Federal, Brasília, con crecimiento de uno 47,1% en el número de feminicidios (de 17 víctimas en 2020 a 25 en 2021).

En finales del año de 2019, habían cerca de un millón de procesos de violencia doméstica en Brasil en trámite en la Justicia. Un aumento de casi 10% comparado con el año de 2018. ¿En suma, que pasa con la sociedad brasileña que continúa reportando altas tasas de violencia de género? ¿Por qué no funcionan las políticas públicas que deberían ser capaces de preservar y de garantizar las condiciones básicas de vida para niñas y mujeres, libres de la violencia endémica que persiste asombrosamente en Brasil? ¿Por qué las leyes y los Tratados

no sirven de freno para ese descalabrado estadístico y tan real cuanto tenebroso?

## 2 LA CULTURA SOCIAL: UN CAMBIO NECESARIO

Para los expertos, la violencia contra la mujer es resultado de una cultura patriarcal que está vinculada a los fundamentos de la sociedad. Y esta violencia se expresa de variadas maneras, desde el estupro hasta la violencia psicológica.

Una cultura que privilegia el hombre, poniéndole en el espacio de poder. Esa desigualdad de género estructural, esa cultura que impone la desigualdad, que subyuga las mujeres por su género, es considerada la principal causa de la violencia. En ese sentido la violencia contra la mujer es un problema sistémico en nuestra sociedad. Es una cultura extremadamente violenta. Las causas, por tanto, estarían en las estructuras de nuestra sociedad.

Tomemos, por otro lado, como ejemplo, algo que está introyectado en nuestro imaginario social. Históricamente, la mujer es escogida como pecadora y diseminadora de maldades en el mundo. Véase, así, en la cultura griega, la misoginia en el mito de Pandora: la mujer que ha esparcido el mal en el mundo al abrir la misteriosa caja que no debería ser abierta.

En la cultura judaico-cristiana, Eva ha sido la segunda opción del Creador y, además, la responsable pela expulsión de Adán del paraíso y, como consecuencia, provocadora de todos los males que la humanidad sufre hasta hoy.

En la Edad Media, hubo una histeria masiva impulsada por la Iglesia Católica cuando cientos de miles de mujeres fueron quemadas en la hoguera, acusadas de practicar la brujería. La Inquisición actuaba basada en las supuestas pruebas ofrecidas por los testigos, que estaban seguros de la condición de “bruja” de las acusadas. Esta ha sido la narrativa más difundida para legitimar la persecución, tortura y muerte de mujeres.

Es verdad y forzoso reconocer que las leyes son necesarias de igual que las políticas públicas, pero hay que tener un cambio en la cultura social a punto de modificar la estructura social misógina de las sociedades.

### 3 ONU: POLÍTICAS PÚBLICAS FOCALIZADAS.

¿Y que habla la ONU? Para la UNODC (Oficina de las Naciones Unidas contra la droga y el delito[3]) “los impulsores de este tipo de violencia letal requieren respuestas personalizadas. Los asesinatos llevados a cabo por parejas íntimas rara vez son espontáneos o aleatorios, y deben ser examinados como un acto extremo en un continuo de violencia relacionada con el género que sigue sin denunciarse y con demasiada frecuencia es ignorado.”

Las políticas públicas, segundo la Oficina de las Naciones Unidas, deben considerar, entre otros aspectos, que...

*“Los asesinatos de mujeres y niñas relacionados con el género pueden evitarse mediante una mejor coordinación entre los servicios prestados por el estado y también mediante la participación de los hombres.*

*Las políticas públicas que buscan prevenir y reducir la violencia homicida deben tener en cuenta la demografía de las víctimas. Dependiendo de su edad y sexo, las personas pueden verse afectadas por el homicidio de diferentes maneras, y esto requiere respuestas con políticas públicas focalizadas.*

*Los asesinatos de mujeres y niñas relacionados con el género, medidos por la tasa de víctimas femeninas de homicidio que son asesinadas por parejas íntimas u otros miembros de la familia, se han mantenido estables en los últimos cinco años, lo que sugiere que las mujeres continúan soportando la mayor carga de victimización como resultado de los estereotipos de género y la desigualdad.*

*Los asesinatos cometidos por parejas íntimas u otros miembros de la familia afectan predominantemente a las mujeres. Los niveles de tales asesinatos parecen ser relativamente estables en el tiempo y muestran menos variación entre países que los de otras formas de homicidio. Combatir este tipo de homicidio requiere cambios estructurales a largo plazo que aborden la violencia doméstica a través de un enfoque holístico. Esto implica fomentar cambios en las actitudes hacia los roles de género, reducir la dependencia y proteger a las mujeres y otros grupos vulnerables a través de una política de cero tolerancias a la violencia. En países con tasas de homicidio relativamente bajas, y en las que las mujeres representan una gran parte o incluso la mayoría de las víctimas*



*de homicidio, reducir aún más las tasas de homicidio seguirá siendo un objetivo difícil de alcanzar a menos que tales políticas tengan éxito en la reducción de los asesinatos por parte de parejas íntimas u otros miembros de la familia.*

*Las políticas que abordan esta forma de violencia contra las mujeres deberían involucrar activamente a los hombres en la lucha contra la violencia relacionada con la pareja/familia mediante la difusión de normas y valores culturales que promuevan la igualdad entre mujeres y hombres y la eliminación de los roles de género estereotipados.*

*Las medidas concretas para involucrar a hombres y niños en la eliminación de la violencia contra las mujeres y, por lo tanto, el asesinato de mujeres y niñas por motivos de género, incluyen: proporcionar educación a niños y niñas desde una edad temprana que promueva la igualdad de género; e implementar programas dentro de las comunidades locales dirigidos a cuestionar los estereotipos de género existentes, discutir las nociones de género y masculinidad, y transformar los roles de género.*

*Los asesinatos de mujeres por parte de parejas íntimas representan la culminación de la violencia a largo plazo y pueden prevenirse. Es necesario implementar políticas públicas para garantizar que las mujeres tengan acceso a una amplia gama de servicios proporcionados por la policía, el sistema de justicia y las agencias de salud y asistencia social. Debería impartirse capacitación a la policía y los funcionarios encargados de hacer cumplir la ley para sensibilizarlos sobre las necesidades de las mujeres y garantizar que puedan identificar y responder adecuadamente a situaciones de abuso doméstico. No se debe tolerar la impunidad de los responsables de la violencia doméstica. Además, también debe haber políticas públicas que brinden fácil acceso a servicios de apoyo especializados, como refugios y líneas de ayuda, que pueden brindar a las mujeres el apoyo que necesitan para salir de una relación abusiva.”*

Así, más allá de la legislación y de una política pública eficiente, necesitamos de un auténtico cambio en la cultura misógina de nuestra sociedad. ¿Como promoverlo? La implementación del estudio arriba de la Oficina de la ONU ya sería un buen inicio...

[1]Palestra proferida in Congreso Internacional sobre Género y Derechos Humanos. Violencia contra las mujeres y las niñas y políticas públicas. Reto de los Derechos Humanos en el siglo XXI – realizado en Salamanca del 17 al 20 de mayo de 2022 (online), dirección de MARÍA ESTHER MARTÍNEZ

QUINTEÍRO y coordinación de RAÚL ARTURO HIRAKAWA ANDIA – 17/05 – 16:00 (ESP) |  
11:00 (BRA) | 09:00 (PER)

SALA 01 – Link: <https://afya.zoom.us/j/99711441795>.

[2] <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>

[3] [https://www.unodc.org/documents/ropan/2021/HOMICIOS\\_EN\\_ESPANOL.pdf](https://www.unodc.org/documents/ropan/2021/HOMICIOS_EN_ESPANOL.pdf)